

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS
DOUTORADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

ROSANE MARIA SEIBERT

**DETERMINANTES DA EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES
REPRESENTATIVAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL:
UM ESTUDO EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR FILANTRÓPICAS**

São Leopoldo

2017

ROSANE MARIA SEIBERT

**DETERMINANTES DA EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES
REPRESENTATIVAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL:
UM ESTUDO EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR FILANTRÓPICAS**

**Tese apresentada como requisito parcial para a
obtenção do título de Doutora em Ciências Contábeis,
pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências
Contábeis da Universidade do Vale do Rio dos Sinos –
UNISINOS.**

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Clea Beatriz Macagnan

São Leopoldo

2017

CATALOGAÇÃO NA FONTE

S457d Seibert, Rosane Maria

Determinantes da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social: um estudo em instituições de ensino superior filantrópicas / Rosane Maria Seibert. – São Leopoldo: UNISINOS, 2017.

206 f.; 30 cm

Tese (Doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, 2017.

1. Evidenciação da responsabilidade social 2. Teoria da legitimidade 3. Assimetria da informação I. Título.

CDU: 005.35

Responsável pela catalogação: Fernanda Ribeiro Paz CRB 10 / 1720

FOLHA DE APROVAÇÃO

ROSANE MARIA SEIBERT

A banca examinadora que consta a seguir aprovou a tese intitulada: **Determinantes da evidencição de informações representativas de responsabilidade social: Um estudo em Instituições de Ensino Superior Filantrópicas.**

Prof.^a. Dra. Clea Beatriz Macagnan – Orientadora

Prof. Dr. Rodrigo Verdi– Membro da Banca

Prof. Dr. Ernani Ott – Membro da Banca

Prof. Dr. João Zani – Membro da Banca

Prof. Dr. Roberto Frota Decourt – Membro da Banca

São Leopoldo – RS, 11 de janeiro de 2017.

Ao Miguel Ângelo e à Milena.

Meus dois amores.

AGRADECIMENTOS

Eu gostaria de agradecer a Deus em primeiro lugar.

Eu sou extremamente grata à minha orientadora Professora Doutora Clea Beatriz Macagnan. Muito obrigada professora Clea pela sua orientação, supervisão, conselhos, encorajamento e, em particular, pelo seu tempo e dedicação.

Meus sinceros agradecimentos à UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos e a todos os professores e funcionários do PPGCContábeis da universidade, por contribuírem para o meu doutoramento em Ciências Contábeis.

Eu gostaria de agradecer também ao professor doutor Rob Dixon, pela sua orientação e supervisão durante o doutorado sanduíche. Meus agradecimentos para a Durham University-Business School que me recebeu como sua aluna de doutorado.

Também gostaria de agradecer à CAPES que proporcionou o período de estudos no Reino Unido por meio da concessão de bolsa de estudos para o doutorado sanduíche.

Ao Professor Doutor Rodrigo Verdi, eu gostaria de expressar a minha gratidão pela revisão e avaliação desta tese, antes dos encaminhamentos à banca. Também gostaria de agradecer aos membros da banca de defesa desta tese pelas considerações e tempo dispensados.

Por fim, gostaria de agradecer à URI – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, em especial aos dirigentes do campus de Santo Ângelo que, por meio da dispensa parcial do trabalho, me proporcionaram a realização do curso de doutorado em Ciências Contábeis na UNISINOS.

RESUMO

Este estudo objetiva explicar a evidenciação da responsabilidade social em termos dos seus determinantes. As explicações buscam suporte na teoria da legitimidade estabelecida como apropriado fundamento teórico para a evidenciação da responsabilidade social. A ideia central da tese é que a evidenciação da responsabilidade social é uma função da assimetria da informação e consequente pressão social dos públicos de interesse das Instituições de Ensino Superior Filantrópicas (IESFs), preocupados com a sua responsabilidade social. As IESFs, dado algumas características ambientais, podem sofrer pressão social por transparência e prestação de contas de sua responsabilidade social. Estas características podem determinar o nível de evidenciação das IESFs. Aquelas mais complexas, mais diversificadas, que sofrem maior cobertura da mídia, que se localizam em determinadas regiões do país, que se configuram como comunitárias e ou confessionais, que tem mais qualidade, que tem os maiores conselhos universitários e ou que tem outros conselhos e comitês na sua estrutura de governança, bem como as maiores, mais alavancadas e com os menores resultados econômicos, devem evidenciar em maior extensão a sua responsabilidade social. O estudo iniciou com a criação de uma relação de indicadores de informações quantitativas e qualitativas, representativos de responsabilidade social, que foram observados nas páginas eletrônicas de Internet de IESFs. Essa atividade se desenvolveu em seis fases: sistematização dos indicadores; avaliação dos indicadores; validação dos indicadores; revisão da relação dos indicadores; reavaliação dos indicadores; e refinamento da pesquisa feito na *Durham University* no Reino Unido. Na sequência, com a relação de indicadores, verificou-se a extensão da evidenciação e se criou os índices de evidenciação da responsabilidade social das IESFs. A partir desses índices e das variáveis explicativas criadas para cada uma das características ambientais, possíveis determinantes da extensão da evidenciação da responsabilidade social, definiram-se os modelos econométricos

da pesquisa. Depois, realizou-se os testes de regressão linear múltipla pelo método dos mínimos quadrados ordinários e outros testes complementares para identificar os determinantes da extensão da evidenciação. Os resultados empíricos suportam que a teoria da legitimidade é um fundamento teórico para a evidenciação da responsabilidade social das IESFs. As hipóteses relativas à complexidade, à diversificação, ao fator regional, ao evento específico – comunitárias, à qualidade das IESFs, ao tamanho e à alavancagem das mantenedoras das IESFs não rejeitam esse suporte. Assim, a tese contribui para a lacuna na literatura empírica sobre os determinantes da extensão da evidenciação de IESFs e evidenciação de informações representativas de responsabilidade social a partir dos interesses dos públicos específicos. Também contribui com uma relação de informações que podem nortear legisladores e organismos reguladores dessas organizações, bem como as próprias IESFs, em termos de evidenciação de sua responsabilidade social para atender aos interesses dos públicos que as legitimam.

Palavras chave: Evidenciação da responsabilidade social; assimetria da informação; públicos de interesse; teoria da legitimidade; determinantes da extensão da evidenciação.

ABSTRACT

This study aims to explain the evidence of social responsibility in terms of its determinants. Explanations seek support in the legitimacy theory established as an appropriate theoretical foundation for the social responsibility disclosure. The main idea of the thesis is that the social responsibility disclosure is a function of the information asymmetry and consequent social pressure on Philanthropic Institutions of Higher Education (PIHEs) by the stakeholders, concerned with their social responsibility. PIHEs, given some environmental characteristics, may experience social pressure because of the transparency and accountability of their social responsibility. These characteristics can determine the PIHEs disclosure level. Those that are more complex; more diversified; that suffer more media coverage; that are located in certain regions of the country; that are configured as communitary and / or confessional; that has more quality; that has the majors university councils and or that it has other councils and committees in their governance structure. As well as the larger ones, more leveraged and with the lower economic results, should show their social responsibility largely. The study began with the creation of an indicators list of quantitative and qualitative information, social responsibility representative, which were observed in the PIHEs Internet pages. This activity was developed in six phases: indicators systematization; indicators evaluation; indicators validation; review of the indicators; indicators reassessment; and refinement of research done at Durham University in the UK. Following, with the indicators list, the disclosure extent was verified and the PIHEs social responsibility disclosure indices were created. From these indices and the explanatory variables created for each of the environmental characteristics, which are possible determinants of the social responsibility disclosure extent, were defined the econometric models of the research. Then, the multiple linear regression tests were performed by the ordinary least squares method and other complementary tests to identify the disclosure extent determinants. The

empirical results support that the legitimacy theory is a theoretical basis for the PIHEs social responsibility disclosure. The hypotheses regarding complexity, diversification, regional factor, specific event - community, the PIHEs quality, the PIHEs maintainers' size and leverage do not reject this support. Therefore, the thesis contributes to the gap in the empirical literature on the determinants of the PIHEs disclosure extension and the representative information of social responsibility disclosure based on the interests of stakeholders. It also contributes with an information list that can guide legislators and regulators of these organizations, as well as the IHEPs themselves, in terms of disclosing their social responsibility to serve the interests of the stakeholders that legitimize them.

Keywords: Social responsibility disclosure; information asymmetry; stakeholders; legitimacy theory; extent of disclosure determinants.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABRUC – Associação Brasileira das Universidades Comunitárias

AUSJAL – *Asociacion de Universidades Confiadas a la Compañía de Jesús em América Latina*

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CWUR – *Center for World University Rankings*

FIV – Fator de Inflação da Variância

GRI – *Global Reporting Initiative*

HEFCE – *Highter Education Funding Council for England*

ICES – Instituição Comunitária de Educação Superior

IES – Instituição de Ensino Superior

IESF – Instituição de Ensino Superior Filantrópica

IGC – Índice Geral de Cursos

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira

ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial

MEC – Ministério da Educação

MQG – Mínimos Quadrados Generalizados

MQO – Mínimos Quadrados Ordinários

MSA – Medida de adequabilidade da amostra de Kaiser

OCDE – *Organization for Economic Co-Operation and Development*

OCFNE – Organização com fins não econômicos

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PROUNI – Programa Universidade Para Todos

RS – Responsabilidade Social

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Teorias explicativas da evidenciação da responsabilidade social	35
Quadro 2: Resumo das hipóteses de pesquisa	47
Quadro 3: Descrição das fases de construção dos indicadores.....	50
Quadro 4: Resumo das variáveis dependentes da pesquisa.....	59
Quadro 5: Hipóteses de pesquisa e variáveis explicativas	60
Quadro 6: Resumo das variáveis explicativas da pesquisa.....	68
Quadro 7: Resumo dos métodos de análise das evidências.....	74

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Evolução do número de IESFs no Brasil.....	74
Tabela 2: Estatística descritiva dos índices de evidenciação de RS.....	77
Tabela 3: Dados da amostra por quartil.....	78
Tabela 4: <i>Alpha de Cronbach</i> e <i>Eigenvalue</i> das variáveis dependentes.....	80
Tabela 5: Estatística descritiva das variáveis explicativas	81
Tabela 6: Matriz de correlação das variáveis	82
Tabela 7: Determinantes da extensão da evidenciação da responsabilidade social em geral... 84	
Tabela 8: Determinantes da extensão da evidenciação do índice ambiental.....	87
Tabela 9: Determinantes da extensão da evidenciação do índice social	89
Tabela 10: Determinantes da extensão da evidenciação do índice econômico, financeiro e governança.....	90
Tabela 11: Determinantes da extensão da evidenciação do índice produtos, serviços e estratégico.....	91
Tabela 12: Determinantes da extensão da evidenciação do índice ética e legal.....	93
Tabela 13: Determinantes da extensão da evidenciação do índice públicos de interesse	94
Tabela 14: Resultados dos modelos econométricos	95
Tabela 15: Determinantes da extensão da evidenciação da responsabilidade social	96
Tabela 16: Interação entre as variáveis explicativas da extensão da evidenciação	98
Tabela 17: Resultado das hipóteses testadas	101
Tabela 18: Resultado da hipótese da complexidade das estruturas das IESFs.....	102
Tabela 19: Resultado da hipótese diversificação.....	103
Tabela 20: Resultado da hipótese cobertura da mídia	104
Tabela 21: Resultado da hipótese fator regional	105

Tabela 22: Resultado da hipótese evento específico	105
Tabela 23: Resultado da hipótese princípios religiosos.....	106
Tabela 24: Resultado da hipótese qualidade das IESFs	107
Tabela 25: Resultado da hipótese tamanho do conselho	108
Tabela 26: Resultado da hipótese outros conselhos e ou comitês	109
Tabela 27: Resultado da hipótese tamanho da mantenedora.....	110
Tabela 28: Resultado da hipótese resultados econômicos da mantenedora	111
Tabela 29: Resultado da hipótese alavancagem da mantenedora.....	112

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMA DE PESQUISA	17
1.2 OBJETIVOS	18
1.2.1 Objetivo Geral	18
1.2.2 Objetivos Específicos	19
1.3 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA	19
1.4. DELIMITAÇÃO DO TEMA	21
1.5 ESTRUTURA DA TESE	23
2 REVISÃO DA LITERATURA	24
2.1 INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR FILANTRÓPICAS - IESFs	25
2.2 PÚBLICOS DE INTERESSE DAS IESFs.....	27
2.3 CONTRATO SOCIAL ENTRE AS IESFs E OS PÚBLICOS DE INTERESSE.....	29
2.4 ASSIMETRIA DA INFORMAÇÃO REPRESENTATIVA DA RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	31
2.5 A TEORIA DA LEGITIMIDADE E A EVIDENCIAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	35
3 FORMULAÇÃO DAS HIPÓTESES	39
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	48
4.1 VARIÁVEIS E MODELOS ECONÔMICOS	48
4.1.1 Variáveis dependentes e fontes das evidências	48
4.1.2 Variáveis explicativas e fontes de evidências	59
4.1.3 Modelos Econômicos	68
4.2 TÉCNICAS DE ANÁLISE DAS EVIDÊNCIAS	72
4.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA	74
5 ANÁLISE DOS RESULTADOS EMPIRICOS	77
5.1 ANÁLISE DESCRITIVA E DE CONSISTÊNCIA DAS VARIÁVEIS	77
5.1.1 Análise descritiva das variáveis dependentes	77
5.1.2 Análise de consistência interna das variáveis dependentes	79
5.1.3 Análise descritiva das variáveis explicativas	80

5.2 ANÁLISE DE CORRELAÇÃO ENTRE AS VARIÁVEIS	81
5.3 ANÁLISE DE REGRESSÃO LINEAR MÚLTIPLA.....	83
6 ANÁLISE DAS HIPÓTESES PROPOSTAS.....	101
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	114
REFERÊNCIAS	121
APÊNDICES	146
Apêndice A: Categorias de Responsabilidade Social.....	146
Apêndice B: Literatura empírica sobre determinantes de evidenciação.....	148
Apêndice C: Variáveis contrastadas determinantes da evidenciação de informações	156
Apêndice D: Metodologias utilizadas para a obtenção dos indicadores	158
Apêndice E: 127 indicadores de responsabilidade social.....	159
Apêndice F: Indicadores de responsabilidade social sugeridos pelos Públicos de Interesse .	162
Apêndice G: 89 indicadores de responsabilidade social	165
Apêndice H: 77 indicadores de informações representativas de responsabilidade social.....	167
Apêndice I: 87 indicadores de informações representativas de responsabilidade social	169
Apêndice J: Resultado da avaliação dos indicadores pelos especialistas no Brasil	171
Apêndice K: Resultados da avaliação feita por alunos e comunidade no Brasil.....	172
Apêndice L: 79 indicadores de informações representativas de responsabilidade social	173
Apêndice M: Resultados da avaliação dos indicadores pelos especialistas do Reino Unido.	175
Apêndice N: Sugestão de indicadores dos Stakeholders da <i>DU</i> do Reino Unido.....	176
Apêndice O: Indicadores diferentes sugeridos pelos públicos de interesse da <i>Durham University</i>	178
Apêndice P: Resultados da avaliação feita pelos públicos de interesse do Reino Unido.....	179
Apêndice Q: Relação final de Indicadores de Responsabilidade Social	180
Apêndice R: Índices e Categorias dos Indicadores de Responsabilidade Social	182
Apêndice S: Estudos anteriores revisados que utilizaram análise de conteúdo.	184
Apêndice T: Evidenciação por categoria de Responsabilidade Social.....	185
Apêndice U: Evidenciação por Índice de Responsabilidade Social.....	188
Apêndice V: Relação das IESFs participantes da pesquisa.	192
Apêndice W: Técnicas Econométricas Utilizadas nos estudos revisados	200
Apêndice X: Linha de tendência para as matrículas de 2016 nas IESFs.....	202
Apêndice Y: Resultados dos modelos iniciais e intermediários de regressão linear múltipla.	203

1 INTRODUÇÃO

Esta tese estuda os determinantes da extensão da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social nas páginas eletrônicas de Internet de instituições de ensino superior filantrópicas (IESFs). Os determinantes da evidenciação de informações das organizações são fatores-chave para as relações com os públicos e continuam sendo largamente estudados na literatura (Core, 2001; Healy e Palepu, 2001; Macagnan, 2007; Hassan, 2010; Dhaliwal, et al., 2012; Hofmann e McSwain, 2013; Andrews, 2014; Contrafatto, 2014; Wiggill, 2014; Ji, Lu e Qu, 2015; Marquezan, et al., 2015; Halkos e Skouloudis, 2016). Apesar do número de estudos, os determinantes da evidenciação não estão consolidados, pois os resultados das pesquisas revisadas apresentam diferenças significativas intra e entre organizações e países.

As IESFs são prestadoras de serviços de educação superior que estabelecem contratos sociais com seus públicos de interesse. Esses públicos têm poder para mantê-las ou não, atuando nas comunidades onde estão inseridas, pois as sustentam por meio do cumprimento dos contratos sociais assumidos. Em contrapartida, esperam das IESFs que elas operem de acordo com os limites estabelecidos pelos valores sociais. Para que a sociedade reconheça a compatibilidade do comportamento das IESFs com esses valores, há necessidade de comunicação entre elas e seus públicos e uma das formas de estabelecer essa comunicação é a evidenciação de informações representativas da responsabilidade social. As práticas de evidenciação vêm sendo estimuladas como uma ferramenta que minimiza a assimetria da informação, premissa de toda relação contratual, e a pressão social por transparência e prestação de contas. Assim, a evidenciação de informações representativas de responsabilidade social demonstraria os impactos das atividades organizacionais sobre a sociedade, servindo como resposta aos anseios sociais.

Como principais resultados desta tese, destaca-se a criação de uma relação de indicadores de informações representativas de responsabilidade social, a partir da perspectiva dos interesses dos públicos primários das IESFs. Os públicos manifestaram interesse pela evidenciação de alguns indicadores mais do que de outros, o que pode contribuir para a formulação das políticas de evidenciação das IESFs e dos organismos reguladores delas. Outro resultado da tese consiste no índice de evidenciação de informações representativas de responsabilidade social das IESFs, que demonstra que elas atendem, em média, apenas 25,76% dos interesses de seus públicos. Além desses resultados, definiu-se os determinantes da extensão da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social das IESFs.

Esses resultados permitiram atingir os objetivos propostos e responder à questão estabelecida para esta pesquisa.

Nesse primeiro capítulo procede-se a contextualização e apresentação do problema de pesquisa. Na sequência tem-se os objetivos, a justificativa e a relevância. Por fim, apresentam-se a delimitação da pesquisa e a estrutura da tese.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMA DE PESQUISA

A problemática que fundamenta esta tese parte do reconhecimento da existência de um contrato social estabelecido entre as IESFs e grupos de interesse que integram a sociedade em que as mesmas se encontram inseridas e da possibilidade de existência de assimetria da informação nessas relações contratuais. Esses contratos pressupõem que as IESFs adotem comportamentos representativos de responsabilidade social. Portanto, as organizações precisam entregar benefícios sociais desejados pela sociedade, para merecerem continuar existindo e crescendo (Shocker e Sethi, 1973; Lindblom, 1994; Suchman, 1995). Por outro lado, não basta entregar os benefícios sociais, as organizações precisam demonstrar essa entrega para evitar pressões sociais e minimizar os efeitos da assimetria da informação.

A assimetria da informação pode diminuir a confiança e a credibilidade dos públicos de interesse em relação a atuação das IESFs (Danastas e Gadenne, 2006; Burger e Owens, 2010; Barone, Ranamagar e Solomon, 2013). As pesquisas sobre evidenciação de informações apontam que a redução da assimetria da informação entre as organizações e os seus públicos de interesse, além de contribuir para a sua legitimação, também contribui para a melhoria dos investimentos, inclusive os sociais (Verrecchia, 1990; 2001; O'Donovan, 2002). Assim, a evidenciação da responsabilidade social pode estabelecer, manter, estender ou recuperar a legitimidade das IESF, diminuindo os custos relativos à essa assimetria (Deegan, 2002; Villiers e Staden, 2006; Michelon, 2011; Gisbert, Navallas e Romero, 2014). Nesse contexto, a decisão de evidenciar informações leva implícita a possibilidade de ganhos para as partes do contrato social.

Segundo os pressupostos da teoria da legitimidade, a evidenciação de informações representativas de responsabilidade social possibilita a legitimação das IESFs junto aos seus públicos de interesse, por fornecer respostas sociais. Essa evidenciação reduz a pressão dos públicos de interesse sobre as IESFs, por transparência e prestação de contas, legitimando as mesmas a atuarem no ambiente social que integram, uma vez que estariam demonstrando o cumprimento do contrato estabelecido (Patten, 1991; Deegan e Carroll, 1993; Fletcher, et al.,

2003; Patten e Trompeter, 2003; Momin e Parker, 2013). Ou seja, quanto mais informados os públicos de interesse, maior a tendência de adotarem comportamentos de apoio e manutenção das IESFs que demonstram agir com responsabilidade social na sociedade, uma vez que teriam ganhos com sua existência.

Nesse contexto e em linha com os estudos revisados, os fatores determinantes que levariam as IESFs a evidenciar informações representativas de responsabilidade social encontram explicações nos fundamentos da teoria da legitimidade (Deegan e Carroll, 1993; Deegan e Gordon, 1996; Milne, 2002). Essa teoria apresenta um posicionamento teórico favorável à evidenciação das organizações por preconizar a transparência e prestação de contas do contrato social estabelecido, como forma de legitimação das organizações. Por outro lado, considerando-se a crescente demanda por informações para diferentes públicos de interesse e que o ambiente influencia nas políticas de evidenciação de informações na busca pela legitimidade; bem como os resultados das pesquisas revisadas (Apêndices B e C), não são claros os fatores que explicariam os níveis de evidenciação de informações representativas de responsabilidade social das IESFs. Portanto, a seguinte questão de pesquisa identifica a problemática:

Quais são os fatores determinantes da extensão da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social das instituições de ensino superior filantrópicas - IESFs?

A abordagem teórica e a questão de pesquisa fundamentam os objetivos que orientam esta tese.

1.2 OBJETIVOS

Esta pesquisa tem os objetivos geral e específicos explicitados a seguir:

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral do estudo é:

- Analisar os fatores determinantes da extensão da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social das IESFs.

1.2.2 Objetivos Específicos

Para contribuir com o objetivo geral da pesquisa devem ser alcançados os seguintes objetivos específicos:

- Construir indicadores de informações representativas de responsabilidade social para as IESFs;
- Estabelecer categorias de indicadores de informações representativas de responsabilidade social das IESFs;
- Medir a extensão da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social das IESFs.

1.3 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA

Para justificar a realização desta tese algumas observações devem ser feitas. Destaca-se que embora o tema evidenciação tem sido estudado por mais de 50 anos (Core, 2001; Healy e Palepu, 2001; Macagnan, 2007), na revisão de literatura identificou-se um reduzido número de estudos sobre evidenciação de informações em organizações com fins não econômicos (OCFNEs) (Ebrahim, 2003; Danastas e Gadenne, 2006; Lehman, 2007; O'Dwyer e Unerman, 2007; 2011; Burger e Owens, 2010; Cruz, et al., 2010; Ebrahim, 2010; Patrut, Cmeciu e Miron, 2011; Hofmann e McSwain, 2013; Momin, 2013; Andrews, 2014; Contrafatto, 2014; Wiggill, 2014) e nenhum em IESF. Essa realidade indica uma lacuna na literatura sobre evidenciação para esse tipo de organização (Waddock, 2004; Lambell, et al., 2008) e justifica a realização desta pesquisa. Também não se identificou qualquer estudo sobre os determinantes e sobre a evidenciação de informações nas páginas eletrônicas de Internet das IESFs. Portanto, também existe a lacuna para a busca dos determinantes da evidenciação de IESFs em suas páginas eletrônicas de Internet. Nesse sentido, se pode questionar quais são as diferenças dessas organizações e meios de evidenciação em relação as demais já observadas pela literatura empírica. Porém, o argumento de que são poucos ou nenhum estudo sobre essas perspectivas, fortalece a necessidade de pesquisa para se identificar as diferenças ou se constatar que elas não existem.

Além disso, a maioria das pesquisas sobre evidenciação tem sido feitas em organizações com atuação em países desenvolvidos. Nesse sentido, alguns pesquisadores sugerem estudos para identificar e dimensionar as diferenças nos determinantes da evidenciação em países em desenvolvimento, possibilitando futuras comparações (Leuz e Verrecchia, 2000; Roberts e

Dowling, 2002; Lo, 2003; Wang, O e Claiborne, 2008; Cruz e Lima, 2010; Hassan, 2010; Hassan e Burgess, 2012; Yang, 2012; Belal, Cooper e Roberts, 2013; Momin e Parker, 2013; Fu, Ye e Law, 2014; Shroff, Verdi e Yu, 2014), o que justifica a escolha de organizações brasileiras para a pesquisa. O Brasil, devido ao desenvolvimento econômico apresentado no final do século XX e início deste século, vem sendo mais observado pelos pesquisadores, porém, ainda são poucos os estudos relativos à evidenciação das organizações brasileiras e sobre os determinantes da extensão da evidenciação da sua responsabilidade social (Abreu, et al., 2008; Milani Filho, 2008; Leite Filho, Prates e Guimarães, 2009; Oliveira, Luca, et al., 2009; Conceição, et al., 2011; Rocha, et al., 2011; Oliveira, et al., 2012).

Destaca-se, também, que os públicos de interesse esperam que as instituições de ensino superior adotem comportamento de vanguarda não apenas em relação ao ensino, à pesquisa e inovação nas diversas áreas de conhecimento, mas também com uma gestão pautada na responsabilidade social, uma vez que elas alicerçam a sociedade formando profissionais, futuras gerações de líderes, pais e professores pelas atividades que desempenham e, portanto, devem ser exemplo de comportamento cidadão (Adams, 2013). Nesse sentido, cabe às mesmas evidenciarem comportamento indicativo de responsabilidade social à sociedade onde estão inseridas.

A realização desta tese também se justifica por integrar dois núcleos de pesquisa sobre evidenciação de informações das organizações. Primeiro, a pesquisa está em sintonia com a linha de pesquisa de contabilidade para usuários externos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. A pesquisa também é parte integrante das atividades do grupo de pesquisa sobre Governança, registrado no CNPq e coordenado pela professora doutora Clea Beatriz Macagnan, orientadora desta tese. Em segundo lugar, a pesquisa integra o núcleo de pesquisa da *Durham University Business School – DUBS* do Reino Unido. O professor doutor Rob Dixon demonstrou interesse na pesquisa sobre evidenciação de IESFs no Brasil, principalmente porque essas IESs têm características semelhantes às universidades daquele país. Aquelas IESs têm parte do ensino dos alunos ingleses subsidiado pelo governo, o que também se configuraria como um benefício fiscal para a educação superior. O professor Rob Dixon contribuiu orientando parte do estudo realizado no Reino Unido. Cabe ressaltar que as universidades do Reino Unido se destacam em qualidade (CWUR, 2016), o que pode contribuir com as IESFs brasileiras pois, na medida em que se consegue eficiência, a sociedade também se beneficia.

A relevância deste estudo está na contribuição que a identificação dos indicadores e determinantes da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social pode

proporcionar para o estabelecimento de políticas de evidenciação para as IESFs. Isso na medida em que elenca uma série de indicadores representativos de responsabilidade social reconhecidos pela literatura, o que se configura como ferramenta que pode ser utilizada pelas IESFs ao definirem os conteúdos a serem evidenciados nas páginas eletrônicas de Internet e em outros canais de comunicação. A melhoria na evidenciação estabeleceria uma relação comunicacional, em termos de conteúdo, mais eficiente entre a IESF e seus públicos de interesse.

O resultado desta tese soma-se aos demais estudos sobre o tema evidenciação, configurando-se como subsídio para o estabelecimento de políticas de evidenciação obrigatória, segundo os interesses das partes envolvidas nessa relação, ou seja: IESF e públicos de interesse. Pesquisas como esta também tornam possível um acercamento da realidade, permitindo às instituições reguladoras contábeis adotarem medidas sobre a evidenciação das IESFs.

De outra parte, o advento da lei 12.881 de 2013 (BRASIL, 2013) mostrou que, dentre outras exigências, a evidenciação de informações por parte das IESFs, pode caracterizar ampliação de benefícios. Porém, não há uma especificação de quais são as informações que devem estar contidas no relatório social. Assim, os resultados dos dois primeiros objetivos específicos desta tese podem ser apropriados pelo governo e servir de reorientação política para ajustes na evidenciação das IESFs. Essa reorientação pode servir para melhorar o escopo da referida lei ou, ainda, para ampliar os benefícios daquelas IESFs que prestam contas de sua responsabilidade social segundo os indicadores identificados.

A seguir apresenta-se a delimitação do tema de pesquisa.

1.4 DELIMITAÇÃO DO TEMA

Diante da amplitude de possibilidades de estudo sobre o tema evidenciação de informações, alguns limites são apresentados neste tópico. A pesquisa foi feita nas páginas eletrônicas das IESFs publicadas na Internet. Em sendo assim, ela não analisa a evidenciação de informações veiculadas por outros meios de comunicação, como por exemplo: os impressos – relatório anual e os relatórios suplementares a ele, jornais, revistas, circulares, boletins, folders, dentre outros; os audiovisuais – TV das IESFs, cinema, propaganda, publicidade e vídeos organizacionais; os orais – reuniões, conferências; palestras, rádio das IESFs, discussões informais; dentre outros; e, os meios multimídia como e-mail marketing, a Intranet e as redes sociais publicadas na Internet (Adams, 2002; Bushman e Smith, 2003; Danastas e Gadenne, 2006; Adelopo, et al., 2012). Também, em termos de conteúdo, a análise das evidências encontra-se limitada às informações representativas de responsabilidade social identificadas

pelos indicadores utilizados. Além disso, não se analisa se as informações divulgadas pelas IESFs são verdadeiras ou não.

Apesar de a pesquisa versar sobre a responsabilidade social das IESFs, não versou sobre algumas questões. Em relação aos direitos humanos, a pesquisa desconsiderou indicadores relativos a discriminação e diferenças entre raça e gênero; trabalho infantil, forçado e escravo; e direitos indígenas. Não abordou questões sobre combate à corrupção e a propina; concorrência desleal; avaliação dos fornecedores quanto aos direitos humanos e aos impactos sociais e ambientais. Deixou de observar também, indicadores relativos a privacidade dos clientes; aos impactos econômicos indiretos e ao transporte que poderia afetar o ambiente natural. Também não versou sobre as relações com a concorrência e com trabalhadores terceirizados e sobre compromissos com o desenvolvimento infantil. Todas essas questões poderiam ser consideradas de responsabilidade social das IESFs (AUSJAL, 2009; GRI, 2013; Instituto Ethos, 2013; SEC, S. d.; Serviços, s. d.).

A pesquisa também se delimita à exploração dos fatores determinantes da evidenciação pelos pressupostos da teoria da legitimidade. Destaca-se que, apesar de se saber que uma teoria sozinha não explica a extensão da evidenciação, que as teorias se complementam (Milne, 2002; Adams, 2004), outros pressupostos teóricos não foram considerados, como por exemplo: a teoria de agência que pressupõe os conflitos de interesse entre os gestores e os investidores sociais, podendo influenciar nas políticas de evidenciação das organizações; a teoria dos custos políticos, que pressupõe a evidenciação como uma forma de demonstração do merecimento dos benefícios fiscais auferidos; a teoria dos custos do proprietário, que prediz cautela na evidenciação de informações pois elas podem gerar custos aos proprietários das organizações maiores do que os benefícios que proporcionariam; a teoria de sinalização que preconiza que a evidenciação das organizações emite sinais ao mercado e a sociedade onde estão inseridas; e a teoria dos custos de transação que enfatiza os custos que a evidenciação, ou a falta dela, poderiam causar nas transações organizacionais.

Por fim, salienta-se que, embora parte do estudo tenha sido feito no Reino Unido, o mesmo não se configura como um estudo comparativo entre aquelas e essas instituições de ensino superior (IESs). O objetivo da pesquisa naquele país foi refinar a relação de indicadores representativos de responsabilidade social buscando a opinião de especialistas sobre o tema e públicos de interesse de IES do Reino Unido.

Em tendo-se apresentado as limitações do tema, segue-se com a estrutura da tese no próximo tópico.

1.5 ESTRUTURA DA TESE

Esta tese está estruturada em sete capítulos. Neste capítulo introdutório apresenta-se o tema, a contextualização e o problema de pesquisa, os objetivos norteadores, a justificativa e a relevância, bem como a delimitação do tema de pesquisa.

Na sequência, o capítulo dois apresenta a revisão da literatura teórica e empírica norteadora da tese. Seguindo o marco teórico, inicia-se apresentando as IESFs, os públicos de interesse das IESFs e o contrato social existente entre as IESFs e seus públicos. Na sequência aborda-se sobre a assimetria da informação existente nas relações sociais e sobre as informações representativas de responsabilidade social. Finalizando, apresenta-se a teoria da legitimidade e a evidenciação da responsabilidade social.

O capítulo três revela a formulação das hipóteses elaboradas a partir dos fundamentos teóricos e empíricos, para os possíveis fatores determinantes da extensão da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social das IESFs. O capítulo quatro apresenta os procedimentos metodológicos, contemplando a definição e construção das variáveis dependentes e explicativas da pesquisa, construção dos modelos econométricos, os métodos de coleta e análise das evidências e a seleção da amostra das IESFs participantes da pesquisa.

No capítulo cinco são apresentadas as análises dos resultados empíricos da pesquisa e no capítulo seis revelam-se os fatores determinantes da extensão da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social das IESFs, a partir das hipóteses formuladas. No capítulo sete tem-se as considerações finais. Por fim, são apresentadas as referências utilizadas na pesquisa e os Apêndices que complementam a tese.

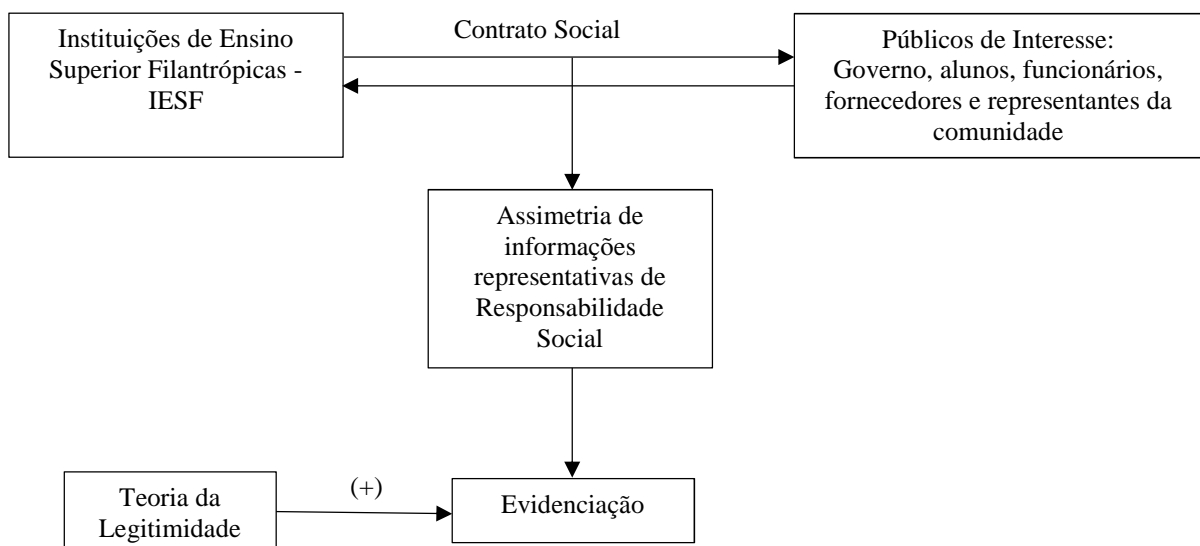
2 REVISÃO DA LITERATURA

Parte-se do princípio de que a relação entre organização e sociedade é estabelecida com base em um contrato social, aonde existe assimetria de informação entre a primeira e públicos que integram a segunda. A assimetria da informação é o que ocorre quando em uma transação existem diferentes níveis de informações entre as partes envolvidas (Akerlof, 1970; Spence, 1973; Stiglitz, 1975) alterando a qualidade da informação (Verrecchia, 1983; 1990; 2001). Assim, a partir da assimetria da informação que se estabelece na relação contratual existente entre as IESFs e os seus públicos de interesse, surge a problemática dessa pesquisa

Da assimetria de informação derivam pressões públicas – social e política por transparência e prestação de contas (Patten, 1991; Deegan e Carroll, 1993; Patten, 2002). A evidenciação de informações representativas de responsabilidade social minimizaria as pressões e os riscos para a legitimidade organizacional (Shocker e Sethi, 1973; Dowling e Pfeffer, 1975; Sethi, 1975; Patten, 1991; Lindblom, 1994; Suchman, 1995).

A Figura 1 apresenta o marco teórico desta tese.

Figura 1 - Marco teórico



A revisão da literatura está composta por cinco partes. A primeira fundamenta as Instituições de Ensino Superior Filantrópicas – IESFs. Na segunda parte aborda-se os públicos de interesse das IESFs. Na sequência possibilita-se entendimento sobre o contrato social – implícito ou explícito, que se estabelece entre as IESFs e seus públicos. Na quarta parte revisa-

se a problemática de assimetria de informação representativa de responsabilidade social, como fundante das relações contratuais. Por fim, conclui-se o capítulo apresentando os fundamentos teóricos da legitimação das IESFs e a evidenciação de informações sobre responsabilidade social como subsídios para a resolução do problema de pesquisa desta tese.

2.1 INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR FILANTRÓPICAS - IESFs

As IESFs configuram-se como uma parte considerável da atividade de ensino superior no Brasil, representando em torno de 49% das IESs privadas e em torno de 43% de todas as IESs brasileiras (públicas e privadas) localizadas em todas as regiões do país. Somando-se a isso, pode-se inferir que elas têm aproximadamente 27% dos alunos de graduação das IESs privadas e em torno de 20% dos alunos matriculados nas IESs brasileiras (Apêndice X) (INEP, s. d.; MEC, s. d.). As IESFs são um tipo de OCFNE que têm assumido um papel governamental de complemento das atividades de educação, melhorando o bem-estar da sociedade (Hansmann, 1980; Harrison e Laincz, 2008; Wiggill, 2014). A institucionalização desse tipo de organização ocorreu pela necessidade de preencher os serviços educacionais que os governos não estavam sendo capazes de fornecer à sociedade, na quantidade demandada (Lehman, 2007; Zainon, Atan e Wah, 2014). Por essas características as IESFs tornaram-se importantes no contexto educacional brasileiro.

De maneira geral, as IES particulares brasileiras têm sido organizadas de forma bipartida, que atuam apartadas, porém conectadas – uma econômica e uma acadêmica – resultando duas estruturas organizacionais estabelecidas. Surgem daí as figuras da mantenedora e da mantida (BRASIL, 2002), introduzidas a partir da reforma universitária de 1968. As mantenedoras têm personalidade jurídica enquanto as mantidas não têm, portanto, não se trata de pessoas jurídicas distintas (BRASIL, 1968; BRASIL, 1979; BRASIL, 1995; BRASIL, 1996; BRASIL - MEC, 2002).

É da personalidade jurídica – a mantenedora – que decorre a capacidade de adquirir direitos e contrair obrigações (BRASIL – Código Civil, 2002). Por isso, a mantenedora tem a incumbência de constituir patrimônio, fornecer instalações físicas, recursos humanos e financeiros suficientes para a mantida realizar a oferta dos serviços educacionais. Cabe também à mantenedora gerir os recursos de modo a garantir a continuidade e o desenvolvimento das atividades da mantida. Já à mantida cabe desempenhar as atividades objetivo da mantenedora. Portanto, a mantida é parte integrante da mantenedora e prestadora dos serviços educacionais (BRASIL, 1968; BRASIL, 1979; BRASIL, 1995; BRASIL, 1996; BRASIL – Código Civil,

2002). Assim, convivem, de um lado a mantenedora, com capacidade para contrair direitos e obrigações, com responsabilidade civil, administrativa e penal, pelos atos que praticar na órbita econômica; de outro lado fica a mantida, despersonalizada, embora titular de direitos e obrigações no campo educacional e impregnada de responsabilidade administrativa nessa matéria (BRASIL – MEC, 2002).

As IESFs seguem o mesmo formato das demais IESs brasileiras, porém agregam a característica da filantropia oriunda das OCFNEs. As OCFNEs têm sido vistas pelos governos como outro meio de prestar serviços públicos e de redistribuição voluntária da riqueza. Elas fornecem produtos e serviços que o governo pode ser convidado a contribuir, na medida em que terceiriza o seu trabalho, numa parceria público-privada (Carroll e Steane, 2000; Fletcher, et al., 2003; Hofmann e McSwain, 2013), inclusive as atividades de educação superior. No Brasil, as OCFNEs são constituídas sob a forma jurídica de associações e de fundações (BRASIL, 2002) e são subordinadas e controladas pelo Ministério Público do Estado onde estão situadas, conforme artigo 66 do Código Civil (BRASIL, 2002). Além disso, os ministérios específicos relativos à atividade da organização também regulam e monitoram a prestação dos serviços pelos quais a organização se compromete. Por exemplo, o Ministério da Educação, regula e monitora as instituições de ensino.

Uma característica das OCFNEs é que não há nenhuma reivindicação alienável ao seu lucro ou aos seus ativos líquidos. Portanto, as OCFNEs devem reinvestir suas sobras na própria organização e retornar para a comunidade como benefícios sociais (Fama e Jensen, 1983; Hansmann, 1980; Steinberg, 1986; Core, Guay e Verdi, 2006; Hofmann e McSwain, 2013). Outra característica é que o patrimônio dessas organizações é formado a partir dos superávits acumulados e das doações de bens e direitos, vindas de qualquer doador social, que não se configuram como proprietários da organização (Gentry, 2002; Core, Guay e Verdi, 2006). No Brasil essas características são determinadas pelas leis: 9.790 de 1999 (BRASIL, 1999) e 12.101 de 2009 (BRASIL, 2009), além do Código Civil Brasileiro (BRASIL, 2002) e são parte dos requisitos para o merecimento de benefícios fiscais. Por fim, como terceira característica das OCFNEs, que também se aplicam às IESFs, tem-se os benefícios concedidos por regras tributárias especiais (Hansmann, 1980; 1990; Gentry, 2002). Esses benefícios são relativos à seguridade social e estão especificados nos artigos 22 e 23 da lei 8.212/1991 (BRASIL, 1991). As OCFNE deixam de pagar 20% sobre a folha de pagamento a título de cota patronal; 1%, 2% ou 3%, conforme o tipo de atividade, pelo risco ambiental do trabalho, sobre a folha de pagamento; e também não pagam 2% sobre o faturamento e 10% sobre o resultado econômico positivo a título de contribuições sociais.

Outros benefícios fiscais são instituídos pela Constituição Federal do Brasil que no artigo 150 veda à união, aos estados e aos municípios cobrar tributos de instituições de ensino sem fins lucrativos que atendem aos requisitos da lei (BRASIL, 1988), o que inclui o Imposto de Renda. De outra parte, como legislação específica, as mantenedoras das IESFs são obrigadas a comprovar que 20% das suas receitas educacionais são aplicadas em gratuidades, promovendo assistência educacional, seguindo o Programa Universidade Para Todos – PROUNI (BRASIL, 2005). Portanto, as IESFs prestam serviços de educação à população, de forma a complementar as atividades do estado (BRASIL, 1996).

A essas características, consideradas fundamentais e distintivas, orientadas para o social e norteadas pelos princípios da ética e da solidariedade (Pratt e Foreman, 2000; Fischer e Melo 2006), acrescenta-se que as IESFs não atuam com a participação voluntária das pessoas. Suas atividades são desenvolvidas por funcionários contratados e remunerados. Isso ocorre, basicamente, porque no Brasil elas estão inseridas numa dinâmica capitalista, onde a qualificação dos colaboradores tem preço e é exigida tanto pelo MEC como pela sociedade (Lima, 2009; Cançado, Pereira e Tenório, 2013). Como consequência dessa característica, as IESFs cobram pelos serviços educacionais que prestam e sobrevivem principalmente desses recursos (Lima, 2009).

A seguir, apresenta-se os públicos que compõem a sociedade onde as IESFs estão inseridas.

2.2 PÚBLICOS DE INTERESSE DAS IESFs

O termo públicos de interesse aparece pela primeira vez em 1963 com o objetivo de generalizar ou ampliar a noção de que somente os acionistas deveriam ser considerados pelas organizações (Freeman, 1983; 1984; Mitchell, Agle e Wood, 1997). Públicos de interesse foram originalmente definidos como aqueles grupos que sem o suporte dos mesmos as organizações deixariam de existir (Freeman, 1984:31). O princípio da relação consistiria em quem realmente conta para a organização e em quem a organização precisa prestar atenção. A lista de públicos incluiria os proprietários ou acionistas, os empregados, os clientes, os fornecedores, os prestadores e a sociedade em si. Nesse período, grupos adversários ou com interesses específicos não eram considerados como públicos das organizações (Freeman, 1984; 2004; 2010). Alguns autores destacam que além dos públicos reconhecidos inicialmente, os doadores e os governos também são partes interessadas de uma organização (Benston, 1982; Clarkson,

1995; Phillips, 2003; Freeman, Wicks e Parmar, 2004; Clement, 2005; Freeman, 2010; Parmar, et al., 2010; Collier, 2008; Tullberg, 2013).

A definição do termo, estabelecida por Freeman e Reed (1983), vem sendo utilizada até o momento atual. Ou seja, público de interesse é qualquer grupo ou indivíduo que pode afetar ou ser afetado pela concretização dos objetivos organizacionais (Freeman e Reed, 1983; Freeman, 1984; Accountability, 2008; Freeman et al., 2010; Parmar et al., 2010). Essa definição especifica que qualquer um pode ser público de interesse de uma organização (Mitchel, Agle e Wood, 1997). Jones (1980:60) se questionava: quem são os públicos para os quais as organizações devem dirigir a sua responsabilidade? Quais são os seus interesses que devem ser atendidos? A quantos desses públicos as organizações devem servir? Quais dos seus interesses são os mais importantes? Essas questões são centrais e devem ser exploradas para definir os principais públicos de interesse das organizações. Mainardes, Alves e Raposo (2012) consideram que classificar os públicos de interesse é um desafio para as organizações.

Portanto, toda organização precisa definir seus principais públicos. Eles são o primeiro elemento a se considerar numa relação contratual. Ou seja, os principais públicos interessados na organização devem ser os primeiros a ter as suas necessidades e demandas atendidas (Mitchell, Agle e Wood, 1997; Clement, 2005; Greenwood e Freeman, 2011; Harrison, Rouse e Villiers, 2012). Esses públicos são aqueles para quem a organização deve direcionar a sua atenção e prestar contas em primeiro lugar, para minimizar os conflitos que possam existir e as pressões que possam ocorrer, reconhecendo os seus interesses (Mitchell, Agle e Wood, 1997; Parmar et al., 2010; Mainardes, Alves e Raposo, 2012; Hasnas, 2013;). Considerando a revisão de literatura, os públicos de interesse primários das IESFs seriam:

- a) os clientes: alunos e demais consumidores dos serviços de ensino, pesquisa e extensão oferecidos pela IESFs;
- b) os empregados, inclusive os gestores: públicos que prestariam serviços para as IESFs, ajudando-as a cumprir a sua missão social;
- c) os fornecedores, de serviços, de recursos financeiros e de materiais diversos;
- d) a comunidade: na qual a IESF está inserida e que tem o poder de a legitimar, garantindo o seu direito de existir e de nela permanecer;
- e) os governos: que concedem recursos para a manutenção e sobrevivência das IESFs na forma de benefícios fiscais, por sua característica de instituição filantrópica.

Outros públicos de interesse também mereceriam atenção das IESFs, pois considerando-se os atributos dos mesmos, não se poderia negligenciá-los (Parmar, et al., 2010). Entre eles os investidores sociais, que fazem doações para as IESFs, a mídia a qual integra todos os

organismos de comunicação com quem as IESFs relacionam-se ou a que estão sujeitas. Os competidores, são todos os concorrentes no mercado onde elas atuam, os quais não podem ser ignorados. Ainda, não menos importante, há os grupos de interesse de vigilância, de ativismo e de controle dos direitos. Os grupos de vigilância seriam aqueles que monitoram o cumprimento do contrato social, ou seja, a comunidade em si; o cumprimento da legislação de filantropia, os agentes do governo; e o cumprimento das diversas legislações trabalhista, previdenciária e ambiental, os sindicatos e agentes do governo. Os ativistas seriam aqueles preocupados principalmente com as questões sociais e ambientais, e que monitorariam as atividades das IESFs no sentido de proteção ambiental e social, dentre outros. Os protetores dos direitos dos consumidores seriam os agentes públicos e políticos que regulam as atividades dessas organizações (Donaldson e Preston, 1995; Mitchell, Agle e Wood, 1997; Greenwood e Freeman, 2011; Harrison, Rouse e Villiers, 2012; Parmar, et al., 2010; Hofmann e McSwain, 2013). Assim, considera-se que todos esses públicos têm expectativas sobre os resultados das IESFs e são motivo para a evidenciação da sua responsabilidade social. Essas expectativas são regidas pelo contrato social estabelecido entre as IESFs e os seus públicos de interesse. Assunto abordado na sequência.

2.3 CONTRATO SOCIAL ENTRE AS IESFs E OS PÚBLICOS DE INTERESSE

O contrato social é um acordo entre partes de uma sociedade, pelo qual se definem os direitos e os deveres de cada parte (Lloyd, 1901; Gray, 1911; Brown, 1916; Rousseau, 1762). Pelo contrato social, as partes assumiriam deveres para proteger seus direitos. Isso não significa que todos os envolvidos fiquem satisfeitos, mas significa que o contrato social representa a vontade geral de uma sociedade, que pode não ser a vontade de todos, mas sim o desejo da maioria (Rousseau, 1762).

Segundo Shocker e Sethi (1973) uma instituição social – como as IESFs – também operam na sociedade via um contrato social, expresso ou implícito, por meio do qual elas sobrevivem e crescem. As bases do contrato social se estabelecem a partir da necessidade de entrega de benefícios socialmente desejáveis à sociedade em geral e da distribuição de benefícios econômicos, sociais ou políticos para os grupos dos quais deriva o poder das organizações. A sociedade busca perceber a relevância das atividades e serviços das organizações para os grupos sociais.

O contrato social estabelecido entre as organizações e os públicos de interesse, abrange questões sociais, ambientais, culturais, políticas, legais, éticas e econômicas (O'Donovan,

2002; Clement, 2005; Collier, 2008; Parmar, et al. 2010; Harrison, Rouse e Villiers, 2012; Hasnas, 2013). Essas questões podem ser observadas pelos indicadores de informações representativas de responsabilidade social identificados neste estudo, que demonstram o que os públicos consideram de seu interesse para que as IESFs prestem contas. Porém, a dinâmica social institucionalizada pelo contrato social altera-se constantemente, o que também altera o contrato social e exige das organizações, adequações e ajustes nas suas atividades para atender as novas necessidades e desejos dos públicos de interesse (Shocker e Sethi, 1973; Lindblom, 1994; Suchman, 1995). Isso significa que as IESFs precisam estar constantemente adequando-se à nova realidade, ajustando seus produtos e serviços para que eles sejam percebidos como benefícios pelos seus públicos. Dessa forma, as IESFs poderão manter o direito de permanecer na sociedade gozando das vantagens conquistadas, sendo elas sociais, econômicas e políticas, como por exemplo, os diversos benefícios fiscais apresentados no tópico 2.1, que confirmam a relação contratual entre as IESFs e os governos.

Os públicos têm interesses em relação à sobrevivência e ao sucesso das organizações no longo prazo, para continuarem contando com os retornos advindos delas (Clement, 2005; Collier, 2008; Hasnas, 2013). Isso significa que os públicos entendem esses retornos como seus direitos e como obrigações das IESFs. Os públicos de interesse precisam perceber que as atividades das organizações estão alinhadas com seus compromissos sociais e que os esforços estão incorporados num contexto social mais amplo, ou seja, as organizações se responsabilizam por seus impactos, ao mesmo tempo em que atendem as necessidades e prioridades dos públicos (Mazutis e Slawinski, 2015). Caso as organizações não se comportem conforme as expectativas de seus públicos, eles usam mecanismos como a pressão pública – social e política, visibilidade, *rankings* e ativismos para romper o contrato social (Waddock 2008; Mainardes, Alves e Raposo, 2012; Hasnas, 2013).

De outra parte, as IESFs esperam que seus públicos também cumpram com o contrato social. Elas esperam que os alunos continuem se matriculando e frequentando os seus cursos; os fornecedores de crédito e de materiais diversos continuem fornecendo o que as IESFs necessitam; os funcionários continuem colaborando e contribuindo para o cumprimento da missão de educação superior delas; os governos continuem oferecendo os benefícios fiscais para o desempenho de suas atividades e que os representantes da comunidade continuem atuando nos seus conselhos. Essas seriam as principais contrapartidas esperadas pelas IESFs, contratadas com os grupos de interesse, componentes das sociedades onde elas estão inseridas.

Agora, não bastaria a IESF cumprir sua parte implícita no contrato social com seus públicos de interesse. Os públicos de interesse necessitariam ter acesso às informações que

representassem o comportamento de responsabilidade social assumido pela IESF. A existência da assimetria da informação poderia levar a IESF ser vista como não cumpridora do contrato social, bem como levá-la a incorrer em perdas. O próximo item versa sobre este tema.

2.4 ASSIMETRIA DA INFORMAÇÃO REPRESENTATIVA DA RESPONSABILIDADE SOCIAL

A existência de assimetria da informação nas relações contratuais (Arrow, 1974; Williamson, 1979; Stiglitz, 2000), bem como a percepção de que a evidenciação de informações representativas de responsabilidade social minimiza essa assimetria (Lindblom, 1994; O'Donovan, 2002) é a problemática que fundamenta esta tese. Para Stiglitz (2000), reconhecer a existência da assimetria da informação nas relações contratuais proporcionaria uma alteração na forma de pensar as organizações. Isto porque o interesse das organizações abrangeria, dentre outros fatores, a vontade de diminuir a assimetria da informação (OCDE, 2008), o que aconteceria pela evidenciação da responsabilidade social das IESFs.

A assimetria da informação significa que o nível de informação não é o mesmo entre as partes contratuais (Williamson, 1979; Macagnan, 2007). A assimetria da informação é afetada pelas ações dos indivíduos e das organizações quando fazem gestão sobre a evidenciação, com a intenção de reter, retardar ou não evidenciar (Stiglitz, 2000). Assim, existiria a ligação entre a evidenciação e a redução da assimetria da informação (Verrecchia, 2001; Xiao, Yang e Chow, 2004), mesmo se reconhecendo que as organizações gerenciam o que os seus públicos de interesse podem conhecer em relação às mesmas, por meio da evidenciação discricionária (Verrecchia, 1983; 1990; Wagenhofer 1990; Verrecchia, 2001; Macagnan, 2007).

O desnível informacional ocorreria entre as organizações e os seus públicos de interesse, como os investidores sociais (clientes e doadores) e os governos, dentre outros (Macagnan, 2007). Conseqüentemente, a assimetria da informação geraria pressão por transparência e prestação de contas, demonstrando que os públicos de interesse desejam mais informações com o intuito de evitar impactos indesejados das atividades organizacionais na sociedade (Tilt, 1994; Stiglitz, 2000; Hassan, 2010).

Segundo Bushman e Smith (2001; 2003), os efeitos da evidenciação sobre a assimetria da informação consistem na principal contribuição da contabilidade para a governança das organizações. O papel da evidenciação é nivelar as partes de um contrato, reduzindo a assimetria da informação (Watts e Zimmerman, 1990; Tinker, Lehman e Neimark; 1991; Levitt, 1998; Stiglitz, 2000; Verrecchia, 2001; Cunha, et al., 2015). Portanto, a assimetria da

informação, que gera pressão dos públicos de interesse seria um argumento para a evidenciação das organizações (Alberti-Alhtaybat, Hutaibat e Al-Htaybat, 2012), atuando como resposta aos públicos (Cowen, Ferreri e Parker, 1987; Patten, 1991; Tilt, 1994). Diante dessa realidade, a evidenciação de informações serviria como estratégia para reduzir os problemas e custos, oriundos da existência da assimetria da informação (Deegan e Rankin, 1997). Neste contexto, a evidenciação da responsabilidade social seria uma forma de minimizar a assimetria da informação existente nas relações contratuais entre as IESFs e seus públicos de interesse.

A responsabilidade social está alicerçada no princípio de que as organizações precisam tomar decisões e agir de forma socialmente sustentável. A falta de consenso e de clareza sobre o significado de responsabilidade social tem levado a discussões frequentes (Carroll, 1979; Wood, 1991; Carroll, 1999; Ashley, Coutinho e Tomei, 2000; O'Dwyer, 2003; Kakabadse, Rozuel e Lee-Davies, 2005; Dusuki e Yusof, 2008). Responsabilidade social tornou-se uma palavra-chave possivelmente porque assume diferentes significados para públicos diversos (Sethi, 1975; Gonzalez-Perez, 2013). Os conceitos encontrados na literatura transitam desde uma visão puramente econômica, com vistas a gerar retorno econômico para os detentores do capital, até uma visão estratégica, associando à filantropia, como forma de redistribuição da riqueza e de servir aos públicos envolvidos com as organizações e a sociedade em geral (Carroll, 1979; Garriga e Melé, 2004; Moura-Leite e Padgett, 2011; Gonzalez-Perez, 2013).

Basicamente existem três correntes teóricas de conceituação da responsabilidade social que transcendem e agregam complexidade uma a outra (Marrewijk, 2003:B). Uma corrente teórica sugere que a responsabilidade das organizações é puramente econômica e se direciona a atender aos interesses de um único público, os detentores do capital. Em outras palavras, essa corrente preconiza a maximização da riqueza dos proprietários (Levitt, 1958; Frederick, 1960; Friedman, 1970; Hay e Gray, 1974; Marrewijk, 2003:B; Gonzalez-Perez, 2013). Ela teria iniciado por volta dos anos 1770, com a publicação do livro *Riqueza das Nações* por Adam Smith e sucumbido com a grande depressão dos anos 1920 e 1930, dando novo sentido ao conceito de responsabilidade social que caracteriza a segunda corrente teórica.

Essa corrente teórica amplia as responsabilidades desvelando a obrigação das organizações envolverem-se com a sociedade em geral. Ela teria emergido por volta dos anos de 1960 agregando os compromissos legais, éticos e filantrópicos para atender aos interesses dos grupos constituintes da sociedade, além dos detentores do capital. Para os pensadores dessa corrente teórica, as responsabilidades sociais e o sucesso econômico estariam entrelaçados e seriam interdependentes. Essa corrente mostra as organizações como locais de ações que tem consequências e ou impactos para os diversos públicos, para a sociedade e para elas mesmas,

demonstrando também, o entrelaçamento entre as partes. Caso não houvessem o entrelaçamento e interdependência as organizações não seriam consideradas socialmente responsáveis e perderiam sua posição na sociedade para outras que assumiriam essas responsabilidades. Portanto, a responsabilidade social seria um comportamento esperado pela sociedade, moralmente necessário e justificadamente exigido das organizações (Bowen, 1953; Frederick, 1960; Davis, 1960; 1967; 1973; Hay e Gray, 1974; Sethi 1975; Preston e Post, 1981; Carroll, 1991; Wood, 1991; Carroll, 1999; McWilliams e Siegel, 2001; Whetten, Rands e Godfrey, 2002; Marrewijk, 2003:A, Dusuki e Yusof, 2008; Wood, 2010; Moura-Leite e Padgett, 2011; Gonzalez-Perez, 2013).

Por fim, outra corrente teórica da responsabilidade social desenvolveu-se considerando os públicos de interesse das organizações. A importância do envolvimento dos mesmos com as organizações tem sido discutida pelo menos desde 1980. Para essa corrente, as organizações são responsáveis não somente por maximizar a riqueza dos proprietários, mas também por manter o equilíbrio entre os interesses dos proprietários e dos demais públicos relacionados à organização, nomeadamente os empregados, consumidores, fornecedores, credores e comunidade. Assim iniciaram-se as discussões sobre os públicos que deveriam ter seus interesses atendidos em primeiro lugar, os públicos primários (Jones, 1980; Freeman, 1984; Mitchell, Agle e Wood, 1997; Moir, 2001; Waddock, Bodwell e Graves, 2002; Marrewijk, 2003:A; Moura-Leite e Padgett, 2011; Gonzalez-Perez, 2013).

A responsabilidade social tornou-se uma questão estratégica para as organizações e um desafio para os gestores, em meados dos anos 1990 (Marrewijk, 2003:A; Carroll e Shabana, 2010; Moura-Leite e Padgett, 2011; Ackers e Eccles, 2015). A capacidade de comunicação global, por meio da Internet e tecnologias relacionadas, a evolução de iniciativas como o GRI (2013), os movimentos por investimentos sociais, os esforços para enfatizar a responsabilidade organizacional, a necessidade de prestação de contas, de transparência e de sustentabilidade estão contribuindo para que as organizações sejam socialmente responsáveis (Lee, 2008; Waddock, 2008). Portanto, o que se percebe não são apenas correntes teóricas sobre a responsabilidade social, mas sim uma constante evolução e ampliação do conceito para incluir componentes adicionais. Ao longo do tempo, não se descartaram compromissos organizacionais que indicam responsabilidade, apenas foram agregados. Além disso, o conceito pode assumir diferentes significados para públicos diversos, considerando o estágio de evolução do conceito vivenciado por esses públicos, que pode depender de fatores ambientais, culturais, políticos, religiosos, econômicos e sociais, como apresentado por Sethi (1975) e Gonzalez-Perez (2013).

Sob outra perspectiva, a responsabilidade social, além de agregar compromissos, evoluiu para a categorização deles, representando as diferentes dimensões das responsabilidades que devem ser assumidas pelas organizações. A literatura tem contemplado principalmente as questões ambientais, sociais, econômicas e financeiras, de produtos e serviços, estratégicas, de governança, legais, éticas e com os públicos de interesse, como categorias da responsabilidade social das organizações. Como destacado, os debates acadêmicos sobre responsabilidade econômica das organizações tiveram início por volta do ano de 1770 e os impactos: social e ambiental tem sido tema de discussões, pelo menos desde meados da década de 1970 (Sethi, 1975; Bowman e Haire, 1976; Dierkes e Preston, 1977). A partir de então, outras categorias são agregadas: a ética e a legal foram introduzidas com os estudos de Carroll (1979) e Jones (1980). Para Carroll (1979) as organizações deveriam atender as responsabilidades de forma piramidal. Em primeiro lugar, as organizações deveriam buscar a sustentabilidade econômica, formando a base da pirâmide. Na sequência, deveriam atender às demais dimensões: legal, porque as organizações devem operar dentro do que regem as leis; ética, porque elas devem operar dentro do que espera a sociedade; e social, embarcando em programas sociais preocupados com o bem-estar geral (Carroll, 1979; 1991; Dusuki e Yusof, 2008).

A categoria relativa aos públicos de interesse foi introduzida nos anos de 1980 (Jones, 1980), porém mais veementemente a partir da década de 1990 (Gray, Kouhy e Lavers, 1995:B; Hackston e Milne, 1996; Foran, 2001; Lea, 2002; Dahlsrud, 2008). Na década de 1980, os produtos e serviços prestados também foram introduzidos como uma categoria da responsabilidade social das organizações (Cowen, Ferreri e Parker, 1987; Guthrie e Parker, 1989). Por fim, as demais categorias - estratégica e de governança - passaram a fazer parte da responsabilidade social a partir dos anos 2000 (Ernst e Young, 2002; Wang, O e Claiborne, 2008; AUSJAL, 2009; Mendes-da-Silva, et al., 2009).

Portanto, para fins desta tese, a responsabilidade social das IESFs agrega todas essas categorias, pois entende-se que as responsabilidades e compromissos organizacionais foram sendo ampliados ao longo do tempo, sem a extinção de nenhum deles. Os indicadores representativos de responsabilidade social criados conforme especificado no tópico 4.1.1 desta tese foram vinculados a essas categorias para a posterior criação dos índices de evidenciação que se configuram nas variáveis dependentes da pesquisa. No Apêndice A apresentam-se mais detalhes sobre as categorias de responsabilidade social.

A seguir destacam-se os fundamentos teóricos e a evidenciação de informações representativas de responsabilidade social como forma de minimizar a assimetria da informação entre as organizações e os seus públicos de interesse.

2.5 A TEORIA DA LEGITIMIDADE E A EVIDENCIAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL

A evidenciação de informações veio para reduzir a assimetria da informação entre as organizações e os públicos que possam ter algum interesse sobre as atividades organizacionais (Macagnan, 2007; Accountability, 2008 e Wójcik, 2009), o que reduziria a pressão por: prestação de contas e transparência, independentemente da abordagem: se para atender a todos ou atender a alguns públicos com interesses específicos (Rizk, Dixon e Woodhead, 2008), considerando-se que as organizações podem fazer gestão da evidenciação. Essa problemática estaria alicerçada nos pressupostos da teoria da legitimidade, que se apresenta entre as mais discutidas teorias no contexto da literatura sobre a evidenciação da responsabilidade social. A teoria aponta para mais evidenciação como forma de demonstração do cumprimento do contrato social estabelecido entre as organizações e os seus públicos. No Quadro 1 são divulgadas algumas pesquisas que usam como suporte a teoria da legitimidade.

Quadro 1: Teoria da legitimidade como explicativa da evidenciação da responsabilidade social

Suporte teórico:	Autores:
Legitimidade	Campbell, 2000; Deegan, Rankin e Voght, 2000; Hooghiemstra, 2000; Deegan, 2002; Gray, 2002; Milne e Patten, 2002; O'Donovan, 2002; O'Dwyer, 2002; 2003; Garcia-Ayuso e Larrinaga, 2003; Campbell, 2004; Branco e Rodrigues, 2005; Cormier, Magnan e Velthoven, 2005; Haniffa e Cooke, 2005; Brammer e Pavelin, 2006; Branco e Rodrigues, 2006; Campbell, Moore e Shrives, 2006; Magness, 2006; Naser, et al., 2006; Sancovschi e Silva, 2006; Yusoff, Lehman e Nasir, 2006; Boesso e Kumar, 2007; Cho e Patten, 2007; Golob e Bartlett, 2007; Bebbington, Larrinaga-González e Moneva-Abadía, 2008; Islam e Deegan, 2008; Aerts e Cormier, 2009; Cho, Reverte, 2009; Tagesson, et al., 2009; Cuganesan, Guthrie e Ward, 2010; Eugénio, 2010; Khlif e Souissi, 2010; Monteiro e Aibar-Guzmán; 2010; Belal e Cooper, 2011; Conceição, et al., 2011; Farook, Hassan e Lanis, 2011; Michelon, 2011; Milanés-Montero e Pérez-Calderón, 2011; Adelopo, et al., 2012; Bouten, Everaert e Roberts 2012; Cho, Freedman e Patten, 2012; Czesnat e Machado, 2012; Thijssens, 2012; Fuertes e García, 2013; Momin e Parker, 2013; Barakat, Pérez e Ariza, 2014; Burgwal e Vieira, 2014; Dias, et al., 2014; Khlif, Guidara e Souissi, 2015; Machado e Ott, 2015; Marquezan, et al., 2015; Seibert e Macagnan, 2015.

Considerando-se o exposto, defende-se que a teoria da legitimidade serve de base para explicar os determinantes da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social das IESFs, hipotetizados nesta tese. Porém, sabe-se que esses determinantes não esgotam as explicações para a extensão da evidenciação. Para Gray, Kouhy e Lavers (1995:B); Adams (2002) e Tagesson, et al. (2009), nenhuma teoria isoladamente fornece todo suporte para os testes empíricos, as explicações são apenas parciais, complementando-se.

A percepção de que muitos grupos sociais expressavam insatisfação com o desempenho das organizações, que mudanças sociais eram necessárias e esperadas (Shocker e Sethi, 1973) e que grupos buscavam identificar congruência entre os valores sociais associados às atividades organizacionais e as normas de comportamento aceitável no sistema social (Dowling e Pfeffer, 1975), desencadearam a teoria da legitimidade (Lindblom, 1994; Gray, Kouhy e Lavers, 1995:A; Suchman, 1995). Legitimidade é uma percepção ou suposição generalizada de que as ações de uma organização são desejáveis, adequadas ou apropriadas dentro de um sistema socialmente construído de normas, valores, crenças e definições (Suchman, 1995:574).

Parte-se do princípio de que existe um contrato social (implícito ou explícito), numa relação de dependência entre as organizações e a sociedade em que elas estão inseridas e que o mesmo precisa ser cumprido pelas partes interessadas (Shocker e Sethi, 1973; Dowling e Pfeffer, 1975; Deegan e Rankin, 1997). Assim, a organização, precisaria demonstrar que o seu comportamento é adequado para os públicos de interesse, uma vez que aqueles que não demonstram o cumprimento do contrato social, poderiam estar levando vantagens pecuniárias sobre a comunidade (Akerlof, 1980). A evidenciação da informação representativa da responsabilidade social explicitaria o comportamento adotado pela IESF e esperado pelos grupos de interesse. Ao demonstrar o cumprimento do contrato social, a IESF seria legitimada pelos grupos de interesse. A legitimidade é um processo dinâmico e contínuo, pelo qual uma organização valida seu direito de existir (Shocker e Sethi, 1973; Dowling e Pfeffer, 1975; Patten, 1991; Lindblom, 1994; Suchman, 1995; Deegan e Rankin, 1997; O'Donovan, 2002).

Caso o cumprimento do contrato social não seja demonstrado, existiria uma ameaça à legitimidade por disparidades, atuais ou potenciais, entre os sistemas de valor das IESFs e os sociais. Nesse caso a disparidade estaria no não comportamento de responsabilidade social por parte da IESF e na expectativa do mesmo por parte dos grupos de interesse. Dessa forma, a sociedade poderia revogar o contrato social, comprometendo a continuidade da organização (Deegan e Rankin, 1997). Em síntese, uma IESF seria considerada legítima na medida em que existisse vontade da comunidade para aceitá-la e apoiá-la, seja pela aquisição de seus produtos e serviços, fornecimento de recursos materiais e financeiros, contribuindo com as atividades de ensino e/ou participando dos conselhos para contribuir com a tomada de decisão e direcionamento estratégico da IESF. Ou seja, cumprindo com os subcontratos estabelecidos entre a IESF e os públicos de interesse. Isso leva à suposição de que o contrato social é monitorado pelos públicos de interesse (Cowen, Ferreri e Parker, 1987; Patten, 1991) e pode ser gerenciado pela organização, o que motivaria as IESFs a uma constante prestação de contas e estabeleceria a manutenção e o crescimento dos subcontratos.

O processo de desenvolvimento do contrato social para a legitimação organizacional configura-se por 4 fases - estabelecer, manter, estender ou recuperar a legitimidade – e exige das organizações comportamentos diferentes em cada uma das fases (Sethi, 1975; Tilling, 2004; Tilling e Tilt, 2010). Na primeira fase, representada pelo estágio inicial da organização, a legitimação gira em torno de questões como competência, especialmente financeira, porém com consciência dos padrões sociais desejados pelos grupos sociais. Em outras palavras, é quando as IESFs começam a operar e precisam estabelecer legitimidade, pela aceitação de seus produtos e serviços. A fase de manutenção da legitimidade é aquela em que se encontra a maioria das IESFs; é no meio do processo produtivo, onde as organizações precisam demonstrar o cumprimento do contrato social. Cabe salientar que o caminho não é fácil e as IESFs precisam antecipar e prevenir potenciais desafios para a legitimidade num ambiente de expectativas sociais dinâmicas. Estender a legitimidade é necessário quando as IESFs se aventuram em novos mercados ou mudam os produtos, como por exemplo, quando as IESFs lançam novos cursos no mercado. Se por algum comportamento não validado pelos públicos de interesse a organização tem a sua legitimidade abalada, ela precisará recuperá-la por meio de uma resposta social adequada, visando conter e tratar a problemática, para depois buscar a legitimidade mais global (Dowling e Pfeffer, 1975; Ashforth e Gibbs, 1990; Lindblom, 1994; Suchman, 1995; O'Donovan, 2002; Tilling, 2004; Elijido-Ten, Kloot e Clarkson, 2010; Tilling e Tilt, 2010).

Para estabelecer, manter, estender e ou recuperar, como para proteger a legitimidade organizacional, pressupõe-se uma comunicação de forma a oferecer prestação de contas, indicando que o contrato social está sendo cumprido por parte da organização (Elsbach, 1994; Deegan, Rankin e Voght, 2000). Em cada uma das fases de legitimação do contrato social, a evidenciação de indicadores de informações sobre a redução da poluição do ar e do consumo de água e energia; sobre os investimentos ambientais e sociais; sobre as políticas de responsabilidade social; sobre os projetos ambientais e sociais; sobre o tratamento do lixo; dentre outros, podem contribuir com as IESFs. O papel da evidenciação é transmitir mensagens para um conjunto variado de destinatários de forma a melhorar a imagem organizacional e a percepção dos públicos sobre a legitimidade da organização (Sethi, 1975; Benston, 1982; Cowen, Ferreri e Parker, 1987, Guthrie e Parker, 1989; Patten, 1992; Hooghiemstra, 2000; Deegan, 2002; O'Donovan, 2002; Naser, et al., 2006). Por isso, a teoria da legitimidade serviria como base para explicar a extensão da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social das IESFs.

Em resumo, pela teoria da legitimidade a evidenciação diminuiria a pressão pública – social e política, por reduzir a assimetria da informação entre as IESFs e seus públicos de

interesse. O grau de resposta das organizações à pressão dos públicos de interesse, sofrida para evidenciar informações sobre sua responsabilidade social, estaria relacionada as suas características e do ambiente em que se encontram inseridas (Hassan, 2010). Assim, a pressão dos públicos de interesse poderia ser minimizada pela evidenciação de informações representativas de responsabilidade social, o que demonstraria o cumprimento do contrato social assumido e garantiria legitimidade organizacional (Patten, 1991; Suchman, 1995; Milne, 2002; O'Donovan, 2002; Patten, 2002).

No próximo capítulo procede-se a formulação das hipóteses de pesquisa.

3 FORMULAÇÃO DAS HIPÓTESES

Neste capítulo apresenta-se a formulação das hipóteses, com base na revisão de literatura teórica e empírica. A revisão da literatura empírica reúne uma amostra de 118 pesquisas que permitiu identificar hipóteses testadas sobre o que determina a evidenciação de informação. As pesquisas revisadas estudaram organizações que se encontram sediadas em, no mínimo, 50 países distribuídos em um de 5 continentes (menos Antártida). As pesquisas dos últimos 15 anos podem ser observadas no Apêndice B e as variáveis contrastadas podem ser observadas no Apêndice C, o que permite formular as hipóteses apresentadas a seguir:

- *Complexidade das IESFs*

Organizações com estruturas complexas teriam um sistema de informações mais efetivo para auxiliar a gestão (Cooke, 1989). Estruturas essas que se valem de sistemas avançados para sistematizarem e disponibilizarem informações aos gestores. Considerando a disponibilidade das informações já sistematizadas, as mesmas poderiam ser evidenciadas com os custos reduzidos aos de publicação das informações (Haniffa e Cooke, 2002; Hossain e Reaz, 2008). Isso pressupõe, conforme a teoria da legitimidade, que a demanda por informações representativas de responsabilidade social não teria dificuldades para serem evidenciadas pelas IESFs para seus respectivos públicos de interesse. Em sendo assim, as IESFs complexas teriam maior nível de evidenciação por terem a informação com menor custo e fariam isso para atender os requisitos de transparência e prestação de contas, reduzindo a assimetria da informação, em qualquer fase de legitimação do contrato social (Lindblom, 1994; Suchman, 1995; Hossain e Reaz, 2008). Nesse contexto, a complexidade que caracteriza a IEFS poderia aumentar a extensão da evidenciação de informações representativas de Responsabilidade Social.

Essa hipótese não foi rejeitada pelo estudo de Ji, Lu e Qu, (2015), que analisaram organizações da China. No entanto, foi rejeitada por Haniffa e Cooke (2002), que analisaram organizações da Malásia, e por Hossain e Reaz (2008) que analisaram organizações indianas. Considerando o exposto, propõe-se a seguinte hipótese:

H1 – Existe uma relação positiva entre a extensão da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social e a complexidade das estruturas organizacionais das IESFs.

- *Diversificação dos produtos e ou serviços*

A diversificação é representada pela quantidade de diferentes produtos e serviços ofertados por uma IESF para os públicos de interesse da sociedade em que está inserida. A existência de múltiplos produtos e serviços ofertados pelas organizações seria motivador de mais evidênciação na busca por sua legitimação (Hossain e Reaz, 2008). As IESFs evidenciariam mais para obter ou melhorar a aceitação dos seus produtos e serviços no mercado. Em o mercado aceitando os produtos e serviços, estaria legitimando-os e reconhecendo seus benefícios sociais, sinalizando o direito de permanência das IESFs nas comunidades onde estão inseridas, como pressupõe a teoria da legitimidade (Lindblom, 1994; Suchman, 1995).

Essa hipótese não foi rejeitada pela pesquisa de Hossain e Reaz (2008), que analisaram organizações da Índia. Portanto, propõe-se a seguinte hipótese de pesquisa:

H2 – Existe uma relação positiva entre a extensão da evidênciação de informações representativas de responsabilidade social e a diversificação dos produtos e serviços das IESFs.

- *Cobertura da mídia*

Os meios de comunicação têm sido um indicador institucionalizado do tamanho da participação da sociedade na legitimação das organizações, por refletirem e influenciarem a opinião do público em geral (Deegan e Carroll, 1993; Brown e Deegan, 1998; Deegan, 2002; Deephouse e Suchman, 2008; Reverte, 2009; Hassan, 2010). A cobertura da mídia aumentaria a visibilidade das IESFs convidando os públicos a monitorarem as suas atividades. Com isso, as IESFs seriam mais propensas à pressão dos públicos de interesse. A pressão viria dos ambientes (social, cultural, político, ético ou legal) e a resposta da organização, por sua vez, influenciaria esses ambientes (Patten, 2002; Branco e Rodrigues, 2005; Brammer e Pavelin, 2006; 2008; Reverte, 2009). Portanto, pela teoria da legitimidade, a evidênciação da responsabilidade social seria uma resposta a essa pressão, por demonstrar o compromisso com o bem-estar social, que resultaria no direito de permanecer na comunidade onde se encontra inserida, pela legitimação dos públicos de interesse. Nesse sentido, as IESFs com maior grau de cobertura da mídia evidenciariam mais.

Estudos anteriores revisados confirmam a influência da mídia na evidênciação das organizações de alguns países (Brown e Deegan, 1998; Deegan, Rankin e Tobin, 2002; Cormier e Magnan, 2003; Garcia-Ayuso e Larrinaga, 2003; Branco e Rodrigues, 2005; Brammer e Pavelin, 2006; 2008; Branco e Rodrigues, 2008; Reverte, 2009; Bouten, Everaert e Roberts, 2012; Park, Chidlow e Choi, 2014), o que leva à proposição da seguinte hipótese de pesquisa:

H3 – Existe uma relação positiva entre a extensão da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social das IESFs e a cobertura da mídia.

- *Fator regional*

O fator regional influencia na escolha do que é importante para a evidenciação das organizações (Adams, 2002). Isso aconteceria porque as regiões se diferenciam pela extensão territorial, pela população multirracial e com várias etnias, bem como pelas suas características sociais, culturais, morais, religiosas, políticas, éticas e comportamentais (Specter e Solomon, 1990; Sendut e Datuk, 1991; Haniffa e Cooke, 2005; Golob e Bartlett, 2007; Baldini, et al., 2016). Essas diferenças e a diferença no poder dos grupos de pressão, que podem legitimar ou não as IESFs, explicariam a extensão da evidenciação da responsabilidade social (Sendut e Datuk, 1991; Adams, 2002; Haniffa e Cooke, 2005; Baldini, et al., 2016). Também o nível educacional das regiões poderia exigir um nível de evidenciação diferenciado, por reforçar a necessidade de informações para a legitimação do contrato social (Monterrey e Sanchez-Segura, 2006). Em sendo assim, no Brasil, um dos maiores países do mundo, as diferenças regionais podem fazer com que a legitimação de uma IESF seja diferente entre as regiões. Esse fator as levaria a níveis de evidenciação diferenciados.

Haniffa e Cooke (2005) não rejeitam essa hipótese ao analisar as organizações Malaias, o que possibilita a formulação da seguinte hipótese de pesquisa:

H4 – Existe uma relação entre a extensão da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social e as regiões brasileiras onde as IESFs se localizam.

- *Evento específico*

Um evento específico é um fator que altera o ambiente e o comportamento organizacional (Adams, 2002). Nesse sentido, o advento da lei nº 12.881 de 2013, que possibilitou às IESFs se qualificarem como Instituições Comunitárias de Ensino Superior – ICES (BRASIL, 2013) alteraria seu comportamento, aumentando a evidenciação daquelas IESFs que se qualificaram como tal. A ampliação da evidenciação aconteceria como forma de demonstrar o merecimento de ser denominada Comunitária por demonstrar que cumpre o contrato social assumido, retornando benefícios sociais para as comunidades onde as ICES estão inseridas. Considerando a teoria da legitimidade, as IESFs denominadas como ICES teriam sido reconhecidas como tal por um dos públicos, o governo, porém, para merecer continuar usufruindo dos benefícios advindos da lei, esse reconhecimento precisaria ser

validado pelos demais públicos. A avaliação sobre as IESFs e ICES é permanente e contínua por parte dos órgãos reguladores, o que motivaria maior evidência da responsabilidade social das mesmas. Destaca-se que esta hipótese não foi identificada em nenhum estudo anterior revisado. Neste contexto, propõe-se a seguinte hipótese de pesquisa:

H5 – Existe uma relação positiva entre a extensão da evidência de informações representativas de responsabilidade social e as IESFs reconhecidas como Instituições Comunitárias de Ensino Superior – ICES.

- *Princípios religiosos*

Existe um relacionamento entre o grau de religiosidade e a responsabilidade social das organizações, principalmente por causa dos princípios éticos e sistema de crenças que buscam acomodar os interesses dos grupos na sociedade (Angelidis e Ibrahim, 2004). Portanto, as IESFs vinculadas à religião se preocupariam mais com a sociedade como um todo e teriam a obrigação de responder aos interesses sociais de forma mais ampla (Jamali e Sdiani, 2013). Pressupondo que a religiosidade pode afetar os interesses dos públicos sobre a responsabilidade social das organizações (Angelidis e Ibrahim, 2004; Jamali e Sdiani, 2013) e que o Brasil é um país que apresenta um contexto de multi religiões cristãs, as IESFs com cunho religioso evidenciarão mais informações representativas da responsabilidade social. A evidência da responsabilidade social contribuiria para a legitimação dessas IESFs junto aos grupos de fé, seguidores ou integrantes da religião (Angelidis e Ibrahim, 2004; Farook, Hassan e Lanis, 2011; Jamali e Sdiani, 2013). Esses grupos reconheceriam as IESFs como legítimas se percebessem os compromissos religiosos e sociais nas suas atividades organizacionais, o que aconteceria pela evidência da responsabilidade social das mesmas.

A hipótese de que os princípios religiosos das organizações são determinantes para a extensão da evidência não foi rejeitada por Farook, Hassan e Lanis (2011), que analisaram a evidência social nos relatórios anuais de 47 bancos islâmicos de 14 países. Nesse contexto, propõe-se a seguinte hipótese de pesquisa:

H6 – Existe uma relação positiva entre a extensão da evidência de informações representativas de responsabilidade social e as IESFs reconhecidas como instituições confessionais pelo MEC.

- *Qualidade das IESFs*

As IESFs são avaliadas pelo INEP/MEC em relação a sua qualidade e dos seus cursos (INEP, s. d.). Nesse sentido, as IESFs que obtêm as melhores notas evidenciarão em maior

extensão, para demonstrar o merecimento do índice obtido, ressaltando a sua qualidade e responsabilidade social nas atividades desenvolvidas. Ou seja, as IESFs que operam com qualidade superior têm motivos para ampliar a sua visibilidade no ambiente onde atuam (Hahn e Kuhnen, 2013). A demonstração de qualidade nas atividades contribui para o aumento da reputação e legitimidade das organizações junto aos seus públicos de interesse, concedendo-lhes o direito de permanência junto aqueles públicos. Estas IESFs estariam cumprindo o contrato social por meio da prestação de serviços com qualidade (Lindblom, 1994 e Suchman, 1995; Michelon, 2011).

Considerando-se que não se identificou nenhum estudo anterior que revisou a qualidade das IESFs ou de outro tipo de organização, como determinante para a extensão da evidenciação, propõe-se a seguinte hipótese de pesquisa:

H7 – Existe uma relação positiva entre a extensão da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social e a qualidade de ensino das IESFs.

- *Tamanho do conselho Universitário das IESFs*

A existência do conselho de administração (ou equivalente) é fundamental para a qualidade da estrutura de governança de uma organização (Schiehl, Terra e Victor, 2013). O conselho universitário das IESFs seria equivalente ao conselho de administração. Assim, quanto maiores os conselhos, mais agentes preocupados com a responsabilidade social das IESFs monitorando o comportamento dos gestores, com vistas a atender aos interesses da comunidade. Essa característica organizacional levaria as IESFs a evidenciar mais, com o intuito de minimizar a assimetria da informação e diminuir a pressão dos públicos de interesse por prestação de contas do cumprimento do contrato social, o que as legitimaria junto a eles (Halme e Huse, 1997; Adams, 2002).

A hipótese de que o tamanho do conselho é determinante da extensão da evidenciação de informações não foi rejeitada por 5 estudos revisados: Hassan (2010), que analisou organizações de 58 países; Schiehl, Terra e Victor (2013), que analisaram organizações brasileiras; Barakat, Pérez e Ariza (2014), que analisaram organizações da Palestina e da Jordânia; Hashim, Nawawi e Salin (2014), que analisaram organizações malaias; e Haji (2013), que também analisou organizações malaias.

H8 – Existe uma relação positiva entre a extensão da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social e o tamanho do conselho universitário ou equivalente das IESFs.

- *Outros conselhos e ou comitês*

A função dos outros conselhos e ou comitês é assegurar a qualidade da estrutura de governança das IESFs. Eles contribuiriam para diminuir as fraquezas dos controles internos e demonstrariam o interesse das IESFs por melhores resultados, inclusive sociais (Ho e Wong, 2001; Schiehl, Terra e Victor, 2013; Ji, Lu e Qu, 2015). A qualidade na estrutura de governança pressionaria os gestores para reduzir a retenção de informações e levaria as IESFs a maior extensão da evidenciação como forma de transparência e prestação de contas do contrato social (Halme e Huse, 1997; Ho e Wong, 2001; Ji, Lu e Qu, 2015). Sob essa perspectiva, as IESFs evidenciariam informações representativas de responsabilidade social em busca da sua legitimação pelos públicos de interesse (Hassan, 2010; Michelon, 2011).

Essa hipótese não foi rejeitada como determinante da extensão da evidenciação em estudos anteriores revisados: Cowen, Ferreri e Parker (1987), que analisaram 134 organizações norte americanas; Ho e Wong (2001), que analisaram organizações listadas na bolsa de valores de Hong Kong; Haron, et al. (2004), que analisaram organizações da Malásia; Hassan (2010), que analisou organizações de 58 países; Samaha, et al. (2012), que analisaram organizações egípcias; Schiehl, Terra e Victor (2013), que analisaram organizações brasileiras; Barakat, Pérez e Ariza (2014), que analisaram organizações da Palestina e da Jordânia; e Ji, Lu e Qu (2015), que analisaram organizações chinesas. O exposto levou à proposição da seguinte hipótese de pesquisa:

H9 – Existe uma relação positiva entre a extensão da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social e a presença de outros conselhos e ou comitês na estrutura de governança das IESFs.

Conforme apresentado no item 2.1 desta tese, a partir da reforma universitária de 1968, as IESFs existem como mantidas de uma instituição mantenedora. As mantenedoras das IESFs têm personalidade jurídica, enquanto as mantidas não têm. A mantida é parte integrante da mantenedora e prestadora dos serviços educacionais (BRASIL, 1968; BRASIL, 1979; BRASIL, 1995; BRASIL, 1996). Sob essa perspectiva, entende-se que alguns determinantes da extensão da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social das IESFs estão vinculados às características de suas mantenedoras e, portanto, propõe-se as seguintes hipóteses de pesquisa.

- *Tamanho da mantenedora*

As grandes organizações têm maior impacto social e maior assimetria de informação pelo volume de suas transações (Williamson, 1975; Haniffa e Cooke, 2005; Hossain e Reaz, 2008; Macagnan, 2009). Por isso elas são mais visíveis e têm mais grupos de públicos de interesse buscando informações e pressionando-as por resultados sociais (Shocker e Sethi, 1973; Dowling e Pfeffer, 1975; Watts e Zimmerman, 1978; Patten, 1991; Deegan e Carroll, 1993; Suchman, 1995; Hackston e Milne, 1996; Milne, 2002; Patten e Trompeter, 2003; Cormier, Magnan e Velthoven, 2005; Quéré, Nouyrigat e Baker, 2016). Em outra perspectiva, as grandes organizações têm também menores custos de preparar as informações, diminuindo a vontade de retenção delas (Prencipe, 2004; Ho e Taylor, 2007). Esse contexto levaria as grandes IESFs a evidenciar mais informações representativas de responsabilidade social para demonstrar que retornam benefícios sociais à comunidade merecendo manter a legitimidade conquistada (Milne, 2002).

A hipótese de que o tamanho influencia na extensão da evidenciação das organizações foi confirmada por 64 estudos revisados (Apêndices B e C). Portanto, propõe-se a seguinte hipótese de pesquisa:

H10 – Existe uma relação positiva entre a extensão da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social e o tamanho das mantenedoras das IESFs.

- *Resultado econômico da mantenedora*

Se espera que o resultado econômico obtido pelas IESFs seja outra causa explicativa da extensão da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social. Os resultados econômicos são indicativos da qualidade dos investimentos e da continuidade das organizações (Gandía, 2003; Macagnan, 2007). Assim, uma baixa rentabilidade levaria as IESFs a evidenciar informações que justificassem esses resultados, pois eles comprometeriam a legitimidade organizacional por colocarem em risco os retornos sociais esperados pela comunidade e, portanto, o cumprimento do contrato social assumido. Nesse sentido, os gestores explicariam o desempenho por meio da evidenciação de informações que dessem sentido aos resultados obtidos para evitar responsabilizações (Ho e Taylor, 2007). Assim, as IESFs teriam motivos para ampliar a sua evidenciação quando apresentassem baixos resultados. As informações representativas de responsabilidade social, que se configuram como benefícios sociais, justificariam esses resultados e minimizariam os problemas para a legitimidade (Deegan e Carroll, 1993; Milne, 2002; Patten e Trompeter, 2003; Chen, et al., 2011).

A hipótese de que a rentabilidade influencia a extensão da evidenciação não foi rejeitada por 23 estudos; porém, foi rejeitada por outros 34 estudos anteriores revisados (Apêndices B e C). Apesar da não unanimidade nos resultados dos estudos revisados, propõe-se a seguinte hipótese de pesquisa:

H11 – Existe uma relação negativa entre a extensão da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social e os resultados econômicos das mantenedoras das IESFs.

- *Alavancagem da mantenedora*

A alavancagem é tida como uma medida de risco organizacional e as IESFs evidenciarão para assegurar a legitimação de suas ações junto aos credores, pela diminuição da assimetria da informação entre as partes desse subcontrato social (Daley e Vigeland, 1983; Haniffa e Cooke, 2005; Ho e Taylor, 2007; Kansal, Joshi e Batra, 2014). Quanto maior é o grau de endividamento, mais necessário se faz reduzir a assimetria da informação entre a organização e seus públicos – principalmente os credores – e, portanto, maior será a extensão da evidenciação de informações que justifiquem a dívida (Macagnan, 2007; 2009), demonstrando cumprimento dos subcontratos sociais. A evidenciação de organizações alavancadas é tida como uma forma de monitoramento dos credores e de gestão estratégica da organização para com os credores. Os credores são um poderoso público com os quais as organizações precisam se legitimar e manter a legitimidade para garantir essas fontes de recursos quando necessário (Bushman e Smith, 2001; Adams, 2002; Brammer e Pavelin, 2008).

Também em relação a essa hipótese, os estudos anteriores revisados não demonstram unanimidade nos resultados: 22 não a rejeitam; porém, 28 a rejeitam como determinante da extensão da evidenciação de informações (Apêndices B e C). Mesmo assim, considerando-se que a mantenedora busca recursos com terceiros, com quem precisa se legitimar para que a mantida possa prestar seus serviços, propõe-se a seguinte hipótese de pesquisa:

H12 – Existe uma relação positiva entre a extensão da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social e o grau de alavancagem das mantenedoras das IESFs.

No Quadro 2 observam-se resumidamente as hipóteses levantadas para a pesquisa dos possíveis determinantes da extensão da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social das IESFs.

Quadro 2: Resumo das hipóteses de pesquisa

Nº Hip.	Descrição das hipóteses	Relação esperada
H1	Existe uma relação positiva entre a extensão da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social e a complexidade das estruturas organizacionais das IESFs.	(+)
H2	Existe uma relação positiva entre a extensão da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social e a diversificação dos produtos e serviços das IESFs.	(+)
H3	Existe uma relação positiva entre a extensão da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social das IESFs e a cobertura da mídia.	(+)
H4	Existe uma relação entre a extensão da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social e as regiões brasileiras onde as IESFs se localizam.	(+ -)
H5	Existe uma relação positiva entre a extensão da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social e as IESFs reconhecidas como Instituições Comunitárias de Ensino Superior – ICESs.	(+)
H6	Existe uma relação positiva entre a extensão da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social e as IESFs reconhecidas como instituições confessionais pelo MEC.	(+)
H7	Existe uma relação positiva entre a extensão da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social e a qualidade de ensino das IESFs.	(+)
H8	Existe uma relação positiva entre a extensão da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social e o tamanho do conselho universitário ou equivalente das IESFs.	(+)
H9	Existe uma relação positiva entre a extensão da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social e a presença de outros conselhos e ou comitês na estrutura de governança das IESFs.	(+)
H10	Existe uma relação positiva entre a extensão da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social e o tamanho das mantenedoras das IESFs.	(+)
H11	Existe uma relação negativa entre a extensão da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social e os resultados econômicos das mantenedoras das IESFs.	(-)
H12	Existe uma relação positiva entre a extensão da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social e o grau de alavancagem das mantenedoras das IESFs.	(+)

Na continuidade da tese, apresentam-se os procedimentos metodológicos que possibilitaram a realização da pesquisa.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo está estruturado para apresentar as variáveis dependentes e explicativas; os modelos econométricos; as formas de coleta das evidências e as técnicas utilizadas para a análise dos resultados; por fim o capítulo apresenta a forma de seleção das IESFs para a composição da amostra da pesquisa.

4.1 VARIÁVEIS E MODELOS ECONOMÉTRICOS

Para definir os fatores determinantes da extensão da evidenciação de informações representativas da responsabilidade social das IESFs, principal objetivo desta tese, optou-se por utilizar a análise de regressão linear múltipla, segundo os mínimos quadrados ordinários. Portanto, foi necessário definir as variáveis dependentes e explicativas da pesquisa e os modelos econométricos criados para testar as hipóteses apresentadas no capítulo anterior.

4.1.1 Variáveis dependentes e fontes das evidências

As variáveis dependentes da pesquisa são as medidas de extensão da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social das IESFs. Inicia-se pela construção dos indicadores e, depois, criam-se os índices da extensão da evidenciação geral das IESFs. Na sequência, procede-se a separação dos indicadores em categorias, o que possibilita definir os índices representativos do agrupamento das categorias de responsabilidade social para cada IESF da amostra.

4.1.1.1 Indicadores representativos de Responsabilidade Social

Este item apresenta o processo de construção dos indicadores de informações representativas de responsabilidade social utilizados na pesquisa. A relação dos indicadores, apresentada no Apêndice Q, demonstra o cumprimento do primeiro objetivo específico desta tese. Os indicadores são variáveis informativas, com características qualitativas, quantitativas ou mistas, que possibilitam representar as propriedades de um sistema (São Jose e Figueiredo, 2011). Eles operam como ferramentas que permitem comparações no ciclo de informações e auxiliam na tomada de decisões (Giannetti e Almeida, 2006). Os indicadores devem ser fáceis de mensurar, interpretar, utilizar e aplicar (Heink e Kowarik, 2010). Vale destacar que,

classicamente, os indicadores surgiram como forma de representação de uma dada realidade econômica. Porém, devido ao reconhecimento dos indicadores como mecanismos de representação e com os avanços no conhecimento estatístico e econométrico, eles passaram a ser utilizados como instrumentos de monitoração e avaliação em diversas áreas do conhecimento (São Jose e Figueiredo, 2011). Considerando-se que a evidenciação de informação é algo abstrato, a construção de indicadores configura-se como ferramenta capaz de refletir o conceito abstrato que se pretende analisar (Sao Jose e Figueiredo, 2011).

Entre as limitações dos indicadores como instrumento de pesquisa, encontra-se a relatividade em termos de objetividade nas análises desenvolvidas (Garcia-Meca e Conesa, 2004). Outro limitante que se destaca na construção de indicadores é que a escolha dos mesmos seria feita pelo próprio pesquisador, o que poderia ser criticado (Macagnan, 2007). Porém, se de um lado se reconhecem essas limitações, de outro considera-se a ampla aceitação dos indicadores, assim como a utilidade deles para a construção de índices de evidenciação das organizações. Os indicadores contribuem para o conhecimento da realidade acerca do tema em estudo, por meio de uma representação. Assim, a identificação de informações relevantes, representativas de responsabilidade social, geraria a criação dos indicadores e demonstraria a compreensão dos interesses sociais (Heink e Kowarik, 2010; Sao Jose e Figueiredo, 2011).

Nesse contexto, para enfrentar e minimizar as problemáticas de medição, análise e de escolha dos indicadores pelo próprio pesquisador, desenvolveu-se uma estratégia para a construção da relação de indicadores de informações representativas de responsabilidade social, observando-se seis fases de pesquisa descritas no Quadro 3.

Quadro 3: Descrição das fases de construção dos indicadores

Fase	Etapa	
1ª: Sistematização dos indicadores	1	Contextualização do tema e identificação das categorias da responsabilidade social.
	2	Identificação das metodologias de construção de indicadores e dos próprios indicadores utilizados nos diversos estudos empíricos revisados.
	3	Levantamento das informações de interesse dos públicos, para a evidenciação nas páginas eletrônicas publicadas na Internet das IESFs, dentro de categorias de responsabilidade social pré-definidas.
	4	Triangulação das evidências coletadas nas etapas anteriores, o que resultou em uma relação de 89 indicadores de responsabilidade social (Apêndice G).
2ª: Avaliação dos indicadores	5	Professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Unisinos avaliaram os indicadores e sugeriram inclusões e exclusões de informações relevantes para a evidenciação das IESFs. Essa fase alterou a relação para 77 indicadores de responsabilidade social (Apêndice H).
	6	Públicos de interesse de uma das IESFs atribuíram importância aos 77 indicadores resultantes da etapa anterior.
3ª: Validação dos Indicadores	6	Pré-teste dos indicadores, observando a evidenciação deles nas páginas eletrônicas publicadas na Internet de 63 universidades constituídas como IESFs.
4ª: Revisão da relação de indicadores	7	Inclusão de estudos empíricos recentes e de outros documentos orientativos de evidenciação das organizações na revisão de literatura. Essa etapa alterou a relação para 87 indicadores (Apêndice I).
5ª: Reavaliação dos Indicadores	8	Especialistas brasileiros atribuíram importância para a evidenciação de cada indicador e sugeriram inclusões e exclusões de informações.
	9	Alunos e comunidade em geral atribuíram grau de importância aos indicadores e sugeriram inclusões e exclusões. Essa fase alterou a relação para 79 indicadores (Apêndice L).
6ª: Refinamento da pesquisa	10	Especialistas da <i>Durham University</i> do Reino Unido atribuíram grau de importância para os indicadores e sugeriram inclusões e exclusões de informações.
	11	Levantamento das informações de interesse dos públicos do Reino Unido, para a evidenciação nas páginas eletrônicas publicadas na Internet das IES, dentro de categorias de responsabilidade social pré-definidas (Apêndice N).
	12	Públicos de interesse da <i>Durham University</i> do Reino Unido atribuíram grau de importância à evidenciação dos indicadores e sugeriram inclusões e exclusões. Essa fase alterou a relação para 80 indicadores representativos de responsabilidade social que foram utilizados para a criação dos índices das IESFs (Apêndice Q).

A seguir se procede o detalhamento das fases de construção da relação de indicadores de informações representativas de responsabilidade social, utilizadas para a construção dos índices de evidenciação das IESFs. A primeira etapa da fase de sistematização dos indicadores constituiu-se de revisão da literatura empírica sobre o tema responsabilidade social, cujos resultados estão apresentados no tópico 2.4 desta tese.

Na segunda etapa, a revisão da literatura foi feita em estudos sobre evidenciação de informações representativas de responsabilidade social com dois objetivos. Em primeiro lugar objetivou-se verificar quais são as metodologias utilizadas para construir as relações de indicadores das pesquisas publicadas. O Apêndice D apresenta os resultados que possibilitaram identificar três metodologias: análises empíricas; revisão da literatura; e orientações institucionais. Nas análises empíricas, os pesquisadores analisam o meio de evidenciação e, a

partir do que estava evidenciado, estabeleceram os indicadores. Em outros estudos os pesquisadores desenvolvem revisão da literatura empírica definindo quais indicadores seriam utilizados em suas pesquisas. Finalmente, outros estudos têm seguido a orientação de instituições que recomendam indicadores de evidenciação de informações representativas de responsabilidade social para as organizações. As análises feitas tornam possível reconhecer que não existe padronização e nem possibilidade de comparação das informações evidenciadas. Também possibilitam reconhecer que as pesquisas empíricas não usam indicadores construídos a partir da perspectiva dos públicos de interesse, para os quais a evidenciação se destina. Em segundo lugar, a revisão da literatura empírica e de alguns documentos publicados por instituições reguladoras ou orientadoras de evidenciação da responsabilidade social, tais como: o Form 20-F (SEC, s. d.), o *Global Reporting Initiative* (GRI, 2013.) e o Form 990 (Serviços s.d.), serviram para identificar os indicadores de informações representativas de responsabilidade social. Essa etapa da pesquisa retornou 127 indicadores, classificados em 10 categorias apresentadas no Apêndice E.

Na terceira etapa, a partir da revisão da literatura sobre as categorias de evidenciação, criou-se um formulário contendo as cinco categorias que mais vezes foram utilizadas como sendo de responsabilidade social nos estudos empíricos analisados, a saber: ambiental; social; econômica e financeira; de produtos e serviços e estratégica, além da inserção de um espaço para outras informações. Com o formulário solicitou-se a públicos de interesse de uma IESF que elencassem informações (indicadores) julgadas relevantes para a evidenciação das IESFs, por eles entendidas como de responsabilidade social. A partir da revisão da literatura, apresentada no tópico 2.2, identificaram-se os principais públicos das IESFs. Definiram-se os seguintes públicos para integrarem a pesquisa: alunos (consumidores dos produtos e serviços organizacionais), funcionários, fornecedores (parceiros de negócios) e representantes da comunidade com poder de voto no Conselho Universitário, órgão máximo de governança da IESF.

Em relação aos alunos, formaram-se grupos de iniciantes e de concluintes dos cursos, representando os 8 departamentos acadêmicos que compõem a IESF objeto de estudo. Quanto aos funcionários, foram subdivididos em professores (representando os 8 departamentos) e técnicos administrativos subdivididos por tempo de prestação de serviços na IESF: novos (com menos de 5 anos) e antigos (com mais de 15 anos). Os mais antigos teriam enraizado a cultura organizacional e os mais novos ainda não, fator considerado relevante para a percepção da responsabilidade social organizacional (Lapina, Kairisa e Aramina, 2015). Em relação aos fornecedores, buscou-se os mais próximos da IESF, usando como critério um raio de 100

quilômetros. Considera-se que os públicos mais próximos as IESFs teriam mais poder para fazer pressão (Freeman, 1984; 2010; Harrison, Rouse e Villiers, 2012). Além disso, os fornecedores escolhidos são locais e, portanto, poderiam sofrer influências diretas nas parcerias de negócios (UNITED NATIONS, 2008). No que tange aos representantes da comunidade, a busca foi por aqueles que têm os principais cargos comunitários e que fazem parte do Conselho Universitário da IESF, portanto, com poder de decisão, e, alguns deles com poder político (Phillips, 2003; Harrison, Rouse e Villiers, 2012), como o presidente da câmara de vereadores e o prefeito municipal. Cada subgrupo de público de interesse da pesquisa continha 8 participantes, o que totalizou 56 formulários respondidos.

O objetivo dessa etapa foi identificar quais são as informações relativas à responsabilidade social que os públicos de interesse esperam que as IESFs evidenciem, dado que a maioria dos estudos observa a evidenciação a partir dos interesses das organizações e não dos interesses de seus públicos (Clarkson, Bueren e Walker, 2006; Darnall, Seol e Sarkis, 2009; Eljido-Tem, Kloot e Clarkson, 2010). Essa etapa da coleta de evidências retornou 169 indicadores, apresentados no Apêndice F.

Na quarta e última etapa da fase de sistematização dos indicadores procedeu-se a triangulação das evidências coletadas junto aos públicos de interesse e na revisão da literatura. Utilizando-se da técnica de análise de conteúdo (Bardin, 1977), identificaram-se indicadores semelhantes, eliminando-se as repetições; formularam-se indicadores mais abrangentes, agrupando vontades mais específicas dos públicos e eliminaram-se aqueles indicadores que se entendeu não serem representativos de responsabilidade social, consoante aos conceitos teóricos. Essa etapa resultou na formatação de 89 indicadores de responsabilidade social, conforme consta do Apêndice G.

Na sequência, iniciou-se a fase de avaliação dos indicadores com duas etapas. Na quinta etapa, a relação de indicadores foi encaminhada para avaliação de quatro especialistas sobre o tema como forma de validação. Os especialistas convidados foram professores participantes do programa de doutorado em Ciências Contábeis da UNISINOS que pesquisam e têm publicações sobre evidenciação. Esses especialistas sugeriram alguns ajustes e, após as alterações feitas, obteve-se uma relação de 77 indicadores de informações representativas de responsabilidade social, apresentada no Apêndice H.

A sexta etapa consistiu da valoração dos 77 indicadores. Para tanto foi realizado novo contato com os públicos de interesse que participaram da pesquisa na terceira etapa. Solicitou-se que eles atribuíssem valor, por meio de um formulário que continha os indicadores e uma escala razão de classificação contínua (Vieira, 2011), variando de zero (nenhuma importância)

a dez (da maior importância), a ser pontuado para cada indicador de informação representativa de responsabilidade social.

Em seguida, na terceira fase, para a validação dos indicadores, realizou-se um pré-teste por meio da observação da presença dos respectivos indicadores nas páginas eletrônicas, publicadas na Internet, de 63 universidades brasileiras constituídas como comunitárias (ABRUC, s. d.), no período entre setembro e outubro de 2014. Para a evidenciação do indicador, foi atribuído o valor um para a presença e zero para a ausência do mesmo. Com a identificação da presença dos indicadores nas páginas eletrônicas, multiplicado pelo grau de importância médio atribuído pelos públicos de interesse, construiu-se um índice de evidenciação das informações representativas de responsabilidade social das universidades comunitárias, segundo os interesses dos públicos. Dessa pesquisa resultou a publicação do artigo intitulado: *Disclosure of community institutions of higher education: A study in the perspective of stakeholders* (Seibert e Macagnan, 2015).

Como sétima etapa e quarta fase da pesquisa, atualizou-se a relação de indicadores. Foram incluídos na pesquisa os estudos de: Ackers e Eccles, 2015; Ahmed, 2015; Aldaz, Alvarez e Calvo, 2015; Andon, Baxter e Chua, 2015; Attig e Cleary, 2015; Conway, O'Keefe e Hrasky, 2015; Cooper e Slack, 2015; Good, Borba e Maragno, 2015; Hall, Millo e Barman, 2015; Khlif, Guidara e Souissi, 2015; Liesen, et al., 2015; Machado e Ott, 2015; Marquezan, et al., 2015; Pesci, Costa e Soobaroyen, 2015; Rodríguez, Fernández e Simonetti, 2015. Nessa etapa também foram revisados outros documentos orientativos de evidenciação como: Indicadores de Responsabilidade Social do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (Instituto Ethos, 2013); Norma Brasileira de Contabilidade Técnica – NBC T 15 (CFC, 2004), o documento de políticas e sistemas de auto avaliação e gestão da responsabilidade social universitária, editado pela *Asociación de Universidades Confiadas a la Compañía de Jesús em América Latina* (AUSJAL, 2009) e o *HEFCE Corporate Social Responsibility Policy 2011-2015*, que orienta as universidades do Reino Unido sobre o tema (HEFCE, s.d.). Os resultados dessa etapa alteraram a relação para 87 indicadores de informações representativas de responsabilidade social apresentados no Apêndice I.

Na quinta fase da pesquisa para a reavaliação dos indicadores, procederam-se duas etapas. Como oitava etapa, teve-se a submissão da relação dos 87 indicadores para avaliação de estudiosos sobre o tema, denominados simplesmente especialistas. Foram eles: 23 professores doutores pesquisadores e orientadores de teses e dissertações e ou autores de artigos sobre o tema; e 5 doutores que estudaram o tema em suas teses de doutorado, que integram os programas de pós-graduação no Brasil. Identificou-se os especialistas por meio da Biblioteca

Digital de Teses e Dissertações - BDTD e nos periódicos Capes da área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo, no período de março e abril de 2015. Para abordar os especialistas, utilizou-se o mecanismo de contato da Plataforma Lattes no período de maio e junho de 2015. A relação também foi submetida à avaliação dos 4 professores que participaram da banca de qualificação do projeto de pesquisa desta tese. Os especialistas avaliaram a importância da evidência da relação de indicadores, por meio de uma escala Likert (Vieira, 2011), na qual 1 representa nenhuma importância e 5 muito importante. Eles também sugeriram inclusões e ou exclusões de indicadores. Do total de 32 submissões, retornaram 9 avaliações dos professores doutores pesquisadores, 4 avaliações dos doutores que estudaram o tema em suas teses de doutorado e todos os membros da banca, o que representou 53% de respostas. Os resultados dessa fase podem ser observados no Apêndice J.

Na nona etapa, a relação de indicadores foi avaliada por dois públicos de interesse: a comunidade e alunos das IESFs. Neste caso, entende-se por comunidade a população em geral do Brasil porque todos podem ter interesse nas IESFs brasileiras, já que elas estão inseridas em todas as regiões do país, atendendo a uma ampla comunidade regional (ABRUC, s.d.). A coleta de evidências da comunidade foi feita via Internet, com divulgação por meio das redes sociais como *Facebook*, *Linkedin* e *Whatsapp*. Os respondentes preencheram um formulário *online* do *Google Docs*, avaliando a importância da evidência de cada um dos 87 indicadores, valendo-se da escala Likert (Vieira, 2011), variando de 1 (nenhuma importância) a 5 (muito importante). Essa pesquisa retornou 231 formulários respondidos. De outra parte, a avaliação dos indicadores feita pelos alunos envolveu 2 faculdades, 2 centros universitários e 2 universidades. Alunos de graduação e pós-graduação da área de negócios dessas IESFs foram os respondentes. Todas as IESFs foram escolhidas por acessibilidade para responder a um formulário presencial, contendo os mesmos 87 indicadores e a mesma escala de importância. A pesquisa retornou 155 formulários respondidos, totalizando 386 respostas nessa etapa. Os resultados dessa etapa podem ser observados no Apêndice K. A nona etapa resultou numa relação de 79 indicadores de informações representativas de responsabilidade social (Apêndice L), utilizada para o refinamento da pesquisa na sexta fase, com 3 etapas no Reino Unido na *Durham University*.

Escolheu-se o Reino Unido por ser um país desenvolvido apresentando um contexto social, cultural, político e econômico diferente do Brasil e porque as universidades daquele país têm características semelhantes com as IESFs brasileiras. Essas instituições têm fins não econômicos e mensalidades subsidiadas pelo governo, para estudantes do Reino Unido, o que se configura como um benefício fiscal (HEFCE, s.d.). Escolheu-se a *Durham University* pela

disponibilidade do Professor Doutor Rob Dixon, pesquisador, orientador de teses e escritor de artigos publicados sobre o tema, para orientação da pesquisa naquele país.

A primeira etapa de refinamento da relação de indicadores consistiu em solicitar a avaliação da importância da evidência dos indicadores por 4 especialistas. Esses especialistas avaliaram os 79 indicadores da relação construída no Brasil, no período entre outubro e novembro de 2015. Os resultados dessa etapa estão apresentados no Apêndice M.

Na segunda etapa no Reino Unido, seguindo o mesmo critério de buscar os públicos de interesse primários e obedecendo a orientações do Subcomitê de Ética em pesquisa daquela Universidade, definiram-se alunos e funcionários (professores e técnicos administrativos) como públicos para integrar a pesquisa. Para esses dois públicos, aplicou-se o mesmo formulário utilizado na terceira etapa da pesquisa no Brasil, contendo categorias de evidência de responsabilidade social e espaço para outras informações. O objetivo dessa etapa, assim como no Brasil, foi observar quais são as informações relativas à responsabilidade social que os públicos esperam que as IESs evidenciem. Os alunos selecionados para a aplicação do formulário foram os matriculados na disciplina de *Corporate Responsibility* do curso de Graduação em *Accounting and Finance* da *Durham University*. De um total de 84 retornaram apenas 10 formulários respondidos. Para os funcionários, o envio do formulário foi feito pelo mecanismo de e-mail da universidade. O formulário foi enviado para 132 funcionários, professores e técnicos administrativos, desses, retornaram 9 formulários preenchidos. Essa etapa de pesquisa levantou 90 indicadores apresentados no Apêndice N, com vários indicadores semelhantes aos apontados no Brasil, o que indica sintonia entre os públicos, apesar das diferenças ambientais. Também foram sugeridos indicadores diferentes e alguns deles foram incluídos na relação final de indicadores, conforme se observa no Apêndice O.

A terceira etapa consistiu em solicitar para que alunos e funcionários da *Durham University* avaliassem a importância da evidência dos 79 indicadores da relação construída no Brasil, por meio de formulário criado no *Google Docs*. A solicitação foi feita pelo envio de e-mails a todos os alunos de pós-graduação vinculados ao *Ustinov College* da *Durham University*, totalizando 1692 formulários enviados, e para alunos de graduação vinculados ao *St. Aidan's College* da *Durham University*, totalizando 895 formulários. Também foram enviados formulários para 760 funcionários, professores e técnicos administrativos da área das Ciências Sociais da *Durham University*. Nessa etapa, apesar da insistência com reenvio eletrônico dos formulários, obteve-se respostas de 53 alunos e 41 funcionários, o que representa 2,05% dos alunos e 5,39% dos funcionários. Os resultados dessa etapa, que finaliza a construção dos indicadores, encontram-se no Apêndice P. O Apêndice Q apresenta a relação final de 80

indicadores de informações representativas de responsabilidade social, utilizada para a criação dos índices de evidenciação das IESFs da amostra.

4.1.1.2 Índices de evidenciação da responsabilidade social

A literatura reconhece que os indicadores são conceitos abstratos de informações sobre uma determinada realidade que objetivam representar, e que não se pode medir diretamente, já que não existem características para determinar a intensidade e qualidade das informações (Garcia-Meca e Conesa, 2004; Sao Jose e Figueiredo, 2011). Assim, enquanto os indicadores objetivam representar uma dada realidade, os índices possibilitam medi-la e configuram-se como instrumentos mais utilizados para medir a extensão da evidenciação em pesquisas empíricas (Botosan, 1997; García-Meca e Conesa, 2004; Macagnan, 2007). Portanto, a partir dos indicadores, são construídos índices de evidenciação de informações (Garcia-Meca e Conesa, 2004).

O índice é um número representativo da quantidade da informação divulgada pela organização, com o objetivo de mostrar o nível de evidenciação no canal objeto de análise. O uso de índices se estabeleceu desde os primeiros estudos sobre evidenciação de informação (Singhvi e Desay, 1971; Choi, 1973; Buzby, 1975). Poder-se-ia questionar a subjetividade dos índices, pois eles não possibilitam avaliar a qualidade da informação em si ou identificar se a mesma é verdadeira ou não; mas não se pode ignorar sua importância para o uso de técnicas estatísticas e econométricas (Botosan, 1997; Ruiz Olabuénaga, 2012). Um dos aspectos discutíveis na construção de índices é se devem ser atribuídos valores diferenciados sobre os indicadores. As pesquisas de Choi (1973), Kahl e Ahmed (1981), McNally, Eng e Roy (1982); Prencipe (2004) e Seibert e Macagnan (2015), por exemplo, apresentam uma forma de ponderação dos indicadores. Em outras pesquisas (Chow e Wong-Boren, 1987; Cooke, 1989; Gray, Kouhy e Lavers, 1995:A; Meek, Roberts e Gray, 1995; Garcia-Meca e Conesa, 2004), os itens simplesmente assumem o valor um, quando a informação é evidenciada, e zero em caso contrário.

Considera-se que existe a arbitrariedade do investigador na atribuição de valor, mas no caso da ponderação é duplo: para decidir se a informação é evidenciada ou não e para dizer o quanto é ponderado, pois o valor atribuído ao item difere segundo a entidade, a transação, o uso, o setor, o país e o período do estudo (Leventis e Weetman, 2004). Na maioria das investigações empíricas, o valor do indicador não é ponderado. Além disso, pesquisas como a de Prencipe (2004) apresentam resultados semelhantes quando empregam e não empregam a

ponderação dos indicadores. Por essas razões, a opção é pela não ponderação dos indicadores, também nesta pesquisa, assumindo-se que cada item tem igual importância.

Para a construção dos índices duas etapas foram necessárias: a primeira delas objetivou definir quais indicadores fazem parte de cada uma das categorias de responsabilidade social identificadas no capítulo dois. Para tanto, por meio de análise de conteúdo, à luz da teoria revisada, classificou-se os indicadores nas respectivas categorias. A categorização dos indicadores significou o cumprimento do segundo objetivo específico desta tese. Elas são reducionistas e permitem, portanto, estabelecer uma ordenação qualitativa que possibilita o entendimento da responsabilidade social das IESFs. Essa etapa resultou nos 80 indicadores distribuídos em 10 categorias. Num segundo momento, reuniu-se as categorias por afinidade de conteúdo, para diminuir as variáveis dependentes da pesquisa e ampliar o número de indicadores componentes de cada índice de evidênciação. Esse agrupamento possibilitou proceder aos testes de hipóteses, utilizando-se distintamente os índices para identificar seus determinantes. Os resultados dessa etapa encontram-se no Apêndice R

A segunda etapa consistiu em observar a presença ou não de cada indicador nas páginas eletrônicas de Internet das IESFs, componentes da amostra. Realizou-se essa observação no período compreendido entre o dia 03 de fevereiro de 2016 e o dia 31 de março de 2016 e utilizou-se a técnica de análise de conteúdo, considerando-se sinônimos, termos semelhantes e ou informações que representassem o indicador, para determinar a sua presença ou não. A análise de conteúdo é um método de codificação de texto (ou de conteúdo) qualitativo para que possa ser analisado quantitativamente (Bardin, 1977; Saunders, Lewis e Thornhill, 2016). O método está consoante com a maioria das pesquisas revisadas, conforme pode ser observado no Apêndice S.

Para cada indicador, em primeiro lugar, foi utilizado o sistema de busca da própria página eletrônica de Internet para verificar a presença ou não dos indicadores. Quando não foi constatada a presença, continuou-se a busca observando-se em todos os espaços da página eletrônica de Internet, inclusive em documentos disponibilizados eletronicamente como, por exemplo, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Manuais Acadêmicos e demais relatórios e ou documentos acessíveis pela página eletrônica de Internet da IESF pesquisada. Para minimizar o problema de subjetividade relacionado a técnica de análise de conteúdo das evidências, solicitou-se que outros codificadores avaliassem as páginas eletrônicas de 30 IESFs, escolhidas aleatoriamente (com auxílio do software Excel®), para quantificar os indicadores, como forma de validação do método. As divergências nos resultados foram mínimas, o que permitiu concluir pela confiabilidade e validade dos resultados.

Por fim, procedeu-se ao somatório dos indicadores presentes, dividindo-o pelo total de indicadores de cada índice. Para o cálculo utilizou-se a seguinte fórmula:

$$I_j = \frac{\sum_{i=1}^n X_{ij}}{n_j}$$

Onde o número de indicadores esperados para cada IESF corresponde a n_j , a IESF é representada pelo subíndice j , a quantidade de indicadores está expressa por i . Quando o indicador X_{ij} é evidenciado recebe o valor de um e zero quando não é.

Quando a fórmula foi utilizada com o total de 80 indicadores, teve-se o índice, medindo a extensão da evidenciação de informações representativas da responsabilidade social em geral, para cada uma das IESF. Esse índice pode ser observado no Apêndice T. Neste caso, a variável dependente de pesquisa é uma variável contínua assim denominada:

EEIRS = Extensão da Evidenciação do Índice de Responsabilidade Social.

Quando a fórmula foi utilizada com os indicadores do agrupamento de categorias, teve-se o índice de evidenciação por índice de responsabilidade social para cada uma das IESFs. Esses resultados significam que o terceiro objetivo específico da pesquisa foi atingido. Os resultados por indicador podem ser observados no Apêndice Q; por categoria no Apêndice T; e por índice de evidenciação no Apêndice U. Assim, as variáveis dependentes contínuas, representativas dos índices de evidenciação de responsabilidade social, são assim denominadas:

EEIAmb = Extensão da Evidenciação do Índice Ambiental

EEISoc = Extensão da Evidenciação do Índice Social

EEIEFGov = Extensão da Evidenciação do Índice Econômico, Financeiro e Governança

EEIPSEst = Extensão da Evidenciação do Índice Produtos, Serviços e Estratégico

EEIEtiLeg = Extensão da Evidenciação do Índice Ética e Legal

EEIPI = Extensão da Evidenciação do Índice Públicos de Interesse

Para medir a adequabilidade da distribuição dos indicadores para composição dos índices e a coerência interna deles, calculou-se a medida de adequação da amostra de Kaiser e o Alpha de Cronbach (Cronbach, 1951; Kaiser, 1968; Cortina, 1993; Botosan, 1997; Macagnan, 2007; Figueiredo Filho e Silva Junior, 2010; Lattin, Carroll e Green, 2011). Esses resultados

estão demonstrados no capítulo 5 desta tese. As variáveis foram utilizadas como dependentes na análise de regressão feita para testar as hipóteses da pesquisa e identificar os determinantes da extensão da evidenciação da responsabilidade social. No Quadro 4 consta a representação da variável no modelo, o nome da variável e a fonte de coleta das informações.

Quadro 4: Resumo das variáveis dependentes da pesquisa

	Variável	Descrição da Variável	Fonte
Geral	EEIRS	Extensão da evidenciação da responsabilidade social	Site das IESFs
Por Índices de Responsabilidade	EEIAmb EEISoc EEIEFGov EEIPSEst EEIEtiLeg EEIPI	Extensão da Evidenciação do Índice Ambiental Extensão da Evidenciação do Índice Social Extensão da Evidenciação do Índice Econômico e Financeiro e de Governança Extensão da Evidenciação do Índice Produtos e Serviços e Estratégico Extensão da Evidenciação do Índice Ética e Legal Extensão da Evidenciação do Índice Públicos de Interesse	Site das IESFs

A seguir descreve-se e se explica como foram construídas as variáveis explicativas da pesquisa e quais foram as fontes utilizadas para a obtenção dos resultados.

4.1.2 Variáveis explicativas e fontes de evidências

Este item expressa as formas de construção e de obtenção das evidências para a criação das variáveis explicativas da pesquisa. No Quadro 5 apresentam-se as variáveis explicativas relativas às hipóteses formuladas e a representação da variável nos modelos econométricos.

Quadro 5: Hipóteses de pesquisa e variáveis explicativas

Hip	Nome da Hipótese	Descrição	Variável	Representação
H1	Complexidade	Tipo 1	Universidade Centro Universitário Faculdade	Univ C-Univ Facul
		Tipo 2	Cursos a Distância Cursos na área da Saúde	CursosDist CursosSaúde
H2	Diversificação		Total de cursos de Graduação Cursos Stricto Sensu	CursosGrad CursosStricto
H3	Cobertura da Mídia		Mídia Boa Mídia Ruim	MídiBoa MídiRuim
H4	Fator Regional		Região Centro Oeste Região Norte Região Nordeste Região Sudeste Região Sul	Cenoeste Norte Nordeste Sudeste Sul
H5	Evento Específico		Universidades Comunitárias	Comuni
H6	Princípios Religiosos		Universidades Confessionais	Confess
H7	Qualidade das IESFs		Índice Geral de Cursos	IGC
H8	Tamanho Conselho Universitário		Logaritmo Natural do Tamanho do Conselho Universitário	Tamconselho
H9	Outros conselhos e ou comitês		Outros conselhos e ou comitês na estrutura da IESF	Outroscons
H10	Tamanho da Mantenedora		Logaritmo Natural do Ativo Total Logaritmo Natural das Vendas	TamAT TamVdas
H11	Resultado Econômico da Mantenedora		Superávit sobre Ativo Total Superávit sobre Vendas	SuperAT SuperVdas
H12	Alavancagem da Mantenedora		Alavancagem total	Alavancagem

A seguir descrevem-se as variáveis que serviram para análise dos resultados.

Complexidade

A complexidade foi subdividida em dois tipos: O primeiro, a partir dos níveis de estrutura legal das IESF e o segundo, a partir da existência de cursos à distância e na área da saúde.

Tipo 1 de complexidade das IESFs:

Em relação aos níveis de estrutura legal das IESFs, a *proxy* foi estabelecida conforme classificação do setor da educação, a saber: universidade, centro universitário ou faculdade (BRASIL, s. d.). As IESFs são credenciadas originalmente como faculdades, por desenvolver atividades de ensino, mas não têm autonomia para criar, organizar ou extinguir cursos. Os centros universitários devem abranger uma ou mais áreas do conhecimento nas suas atividades de ensino. As universidades têm obrigações de manter a indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão, além de requisitos específicos quanto à produção intelectual e

quanto ao corpo docente (MEC, s. d.). Portanto, para definir o grau de complexidade tipo 1 foram criadas 3 variáveis *dummy*. Cabe destacar que no modelo econométrico apresentam-se apenas 2 delas, pois a terceira soma-se na constante para evitar multicolinearidade perfeita.

$Univ = Dummy$ se sim 1; se não 0.

$C - Univ = Dummy$ se sim 1; se não 0.

$Facul = Dummy$ se sim 1; se não 0.

Sendo:

Univ é igual a Universidade; *C - Univ* é igual a Centro Universitário; e *Facul* é igual a Faculdade.

Tipo 2 de complexidade das IESFs:

Em relação ao tipo 2 de complexidade, foi observado se as IESFs têm cursos na área da saúde (*CursosSaúde*) e cursos a distância (*CursosDist*) na sua grade de produtos e serviços. Em relação à manutenção de cursos na área da saúde na grade de produtos das IESFs, entende-se que a complexidade é aumentada pelo número de laboratórios exigidos para tais cursos, bem como a legislação ambiental específica que precisa ser atendida. No que tange aos cursos a distância, entende-se que a complexidade é ampliada pela necessidade de um sistema avançado de informações e de diversos polos para atendimento presencial dos alunos.

$CursosSaúde = Dummy$, se sim 1; se não 0.

$CursosDist = Dummy$, se sim 1; se não 0.

Sendo:

CursosSaúde significa a presença de cursos da área da saúde na grade de produtos da IESF; e *CursosDist* significa a presença de cursos com oferta à distância na grade de produtos da IESF.

- **Diversificação**

Para avaliar a diversificação foram consideradas as quantidades de produtos ou serviços diferentes ofertados pelas IESFs em nível de graduação; e se oferecem ou não cursos em nível de pós-graduação *stricto-sensu*.

$CursosGrad = n^{\circ}$ de diferentes cursos de graduação;

$CursosStricto = Dummy$, se sim 1; se não 0.

Sendo:

CursosGrad é igual ao logaritmo natural do total de cursos de graduação oferecidos pela IESF, somando-se os cursos tecnológicos, licenciaturas e bacharelados; e *CursosStricto* significa a presença de cursos stricto sensu oferecidos pela IESF, considerando-se os mestrados acadêmicos e profissionais e os doutorados.

- **Cobertura da mídia**

Para medir a cobertura da mídia, buscaram-se notícias por meio de pesquisa nas páginas eletrônicas do *Google*. Separaram-se as notícias em boas, ruins e neutras. Segundo Gray, Kouhy e Lavers (1995:A), notícias boas são declarações que refletem crédito, notícias ruins são declarações que refletem descrédito e notícias neutras não refletem nem crédito e nem descrédito para as organizações. As notícias neutras foram desconsideradas na pesquisa por problemas de multicolinearidade nos modelos econométricos. Todos os tipos de notícias devem ampliar a evidenciação da organização; porém as negativas tenderiam a ser mais significantes devido à vontade de resposta da organização à pressão sofrida, na tentativa de melhorar a sua reputação (Gray, Kouhy e Lavers, 1995:A). Para a criação das variáveis, utilizaram-se as notícias de três anos porque elas podem refletir na legitimidade organizacional a médio e longo prazos (Lindblom, 1994; Gray, Kouhi e Lavers, 1995:A; Suchman, 1995).

$$MídiaBoa = Dummy, se sim 1; se não 0.$$

$$MídiaRuim = Dummy, se sim 1; se não 0.$$

Sendo:

MídiaBoa refere-se às notícias boas; *MídiaRuim* refere-se às notícias ruins; e *MídiaNeutra* refere-se às notícias neutras encontradas no período de 2013 a 2015, pelo mecanismo de busca do *Google*.

- **Fator regional**

Buscou-se perceber se as diferenças regionais no Brasil, relativas à cultura, ética, política, moral e costumes, levariam a diferenças na evidenciação das IESFs localizadas em diferentes regiões do país. Portanto, resultaram 5 variáveis *dummy* para identificar a localização da IESF em cada uma das 5 regiões brasileiras. No modelo econométrico foram consideradas apenas quatro das cinco variáveis para evitar a multicolinearidade perfeita. Os resultados referentes à quinta variável ficam na constante do modelo.

$$Cenoeste = Dummy, se sim 1; se não 0.$$

$$Norte = Dummy, se sim 1; se não 0.$$

Nordeste = Dummy, se sim 1; se não 0.

Sudeste = Dummt, se sim 1; se não 0.

Sul = Dummy, se sim 1; se não 0.

Sendo:

Cenoeste = Região Centro Oeste do Brasil; *Norte* = Região Norte do Brasil; *Nordeste* = Região Nordeste do Brasil; *Sudeste* = Região Sudeste do Brasil; e *Sul* = Região Sul do Brasil.

- **Evento específico**

O evento específico relacionado às IESFs brasileiras é o advento da lei 12.881/2013, que dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior – ICESs e que disciplina o termo de parceria entre as ICESs e o governo federal (BRASIL, 2013). Essa lei possibilitou às IESFs caracterizarem-se como comunitárias e usufruírem de alguns benefícios fiscais. A *proxy* utilizada é a aderência da IESF à nova lei. Essa informação está registrada na página eletrônica do MEC (MEC, s. d.).

Comuni = Dummy: se sim 1; se não 0.

Sendo:

Comuni significa IESF comunitária de acordo com a Lei 12.881/2013 reconhecida pelo MEC.

- **Princípios religiosos**

O princípio religioso das IESFs pode ser medido por meio da caracterização delas, junto ao MEC, como organizações confessionais (MEC, s. d.).

Confess = Dummy: se sim 1; se não 0.

Sendo:

Confess significa IESF confessional, reconhecida pelo MEC como tal.

- **Qualidade das IESFs**

Uma forma de avaliar a qualidade das IES, no Brasil, é por meio das avaliações feitas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP e pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC. O Índice Geral de Cursos – IGC é um indicador de qualidade que avalia as organizações de educação superior. Ele compreende a realização periódica de avaliação das instituições e de cursos superiores que subsidiam os atos de

recredenciamento e de renovação de reconhecimento das IESs (INEP, s. d.). O indicador atribui nota que varia numa escala de um a cinco (INEP, s. d.).

$$IGC = \text{Índice recebido na avaliação geral dos cursos}$$

Sendo:

IGC representa o último conceito recebido pela IESF disponível nas páginas eletrônicas de Internet do MEC.

- **Tamanho do conselho universitário**

O tamanho do conselho é medido pelo número de conselheiros que compõem o conselho de administração das organizações. Assim também deve acontecer nas IESFs.

$$TamConselho = N^{\circ} \text{ Conselheiros no Conselho Universitário}$$

Sendo:

TamConselho é o logaritmo natural do número de membros do conselho universitário ou equivalente das IESFs.

- **Outros conselhos e ou comitês**

A medida para essa variável é a existência ou não de outros conselhos e/ou comitês na estrutura de governança das IESFs.

$$OutrosCons = \text{dummy: se sim } 1; \text{ se não } 0.$$

Sendo:

OutrosCons representa a existência de outros conselhos e ou comitês na estrutura de governança da IESF.

- **Tamanho da mantenedora**

Os estudos anteriores apresentam alternativas para medir o tamanho das organizações; dentre elas destacam-se: o tamanho do ativo e o volume das vendas, transformados para logaritmo natural (Bozzolan, Favotto e Ricceri, 2003). Para as mantenedoras, obtiveram-se as informações sobre o ativo total e as vendas líquidas. Destaca-se que no modelo econométrico inicial apresenta-se apenas uma das variáveis, devido a correlação entre elas e possibilidade de multicolinearidade. Depois, nas testagens foram feitas alternâncias para avaliar a significância de cada uma nos resultados.

$$TamAT = \text{Tamanho do Ativo Total}$$

$$TamVdas = \text{Tamanho das Vendas}$$

Sendo:

$TamAT$ é igual ao logaritmo natural do Ativo Total; e $TamVdas$ é igual ao logaritmo natural das vendas das mantenedoras das IESFs.

- **Resultado Econômico da mantenedora**

Medidas para esse indicador são o rateio do retorno sobre o ativo ou sobre as vendas. As IESFs têm superávit ou déficit que se caracterizam como o seu resultado econômico (BRASIL, 1998). Portanto, as unidades de medida foram o resultado econômico em relação ao ativo e às vendas líquidas. Também em relação ao resultado econômico, consta apenas uma das variáveis no modelo econométrico inicial e depois foram feitas alternâncias para testar a significância de cada uma nos resultados.

$$SuperAT = Superávit / Ativo Total$$

$$SuperVdas = Superávit / Receita Líquida$$

Sendo:

$SuperAT$ é igual ao resultado econômico da mantenedora da IESF, dividido pelo Ativo Total; e $SuperVdas$ é igual ao resultado econômico da mantenedora da IESF, dividido pelo total das vendas líquidas, obtidos em 2014.

- **Alavancagem da mantenedora**

A alavancagem pode ser medida pelo total da dívida com terceiros, dividido pelo ativo total. Para essa pesquisa espera-se que quanto maior a participação da dívida na composição de fontes de recursos das IESFs maior seja a evidenciação.

$$Alavancagem = PassCirculante + PassExigível / Ativo Total$$

Sendo:

$Alavancagem$ é igual ao total do passivo da mantenedora da IESF, dividido pelo total do ativo, com base no ano de 2014.

A obtenção das evidências para construir as variáveis explicativas da pesquisa, foi feita em fontes primárias e secundárias. A principal fonte primária foram as páginas eletrônicas de Internet das próprias IESFs. As fontes secundárias foram as páginas eletrônicas de Internet do Ministério da Justiça - Portal da Cidadania (Ministério da Justiça, s. d.), onde as demonstrações contábeis das IESFs estavam publicadas, as páginas eletrônicas do MEC (MEC, s. d.) e as páginas do *Google*, nas quais foram coletadas as informações para a construção das demais

variáveis explicativas da pesquisa. As demonstrações contábeis são relativas ao ano de 2014, porém, cabe destacar que elas somente são disponibilizadas, para o público em geral, depois de aprovadas pelo Ministério da Justiça (Ministério da Justiça, s. d.). Essa divulgação normalmente acontece a partir de meados do segundo semestre do ano seguinte à competência da respectiva demonstração. Neste sentido, as boas e más notícias, vindas das demonstrações contábeis, têm seus efeitos sobre os públicos de interesse apenas a partir desse momento, o que as torna atuais para o objetivo da pesquisa (Gray, Kouhi e Lavers, 1995:A; Suchman, 1995).

As variáveis explicativas foram coletadas e construídas no período compreendido entre 01 de outubro a 31 de dezembro de 2015. Para determinar o nível de **complexidade** (tipo 1) das IESFs, observaram-se as informações nas páginas eletrônicas do MEC (MEC, s. d.), referentes ao tipo de organização, se universidade, centro universitário ou faculdade. As informações para constituir as variáveis consideradas para a **complexidade** (tipo 2) das IESFs foram obtidas por meio de observação nas próprias páginas eletrônicas de internet das IESFs objeto de estudo. Pelo número de IESFs que mantêm cursos a distância (31) e a variação no número de cursos oferecidos (de 1 a 46) e cursos na área da saúde (100) e a variação no número de cursos oferecidos (de 1 a 15), optou-se por criar variáveis *dummy* e atribuiu-se peso 1, para as que tinham cursos a distância e saúde, e zero para as demais. A opção pela variável *dummy* se deve à não normalidade das variáveis quando se utilizou o número de cursos que elas ofereciam e se atribuiu zero para aquelas que não tinham cursos a distância e de saúde na sua grade de produtos.

Em relação à **diversificação**, as informações para constituição das variáveis foram obtidas por meio de observação nas páginas eletrônicas de internet das IESFs objeto de estudo. Essas informações foram referentes ao número total de cursos de graduação (bacharelado, tecnólogo e licenciatura) transformadas em logaritmo natural e a existência de cursos de pós-graduação stricto sensu (mestrado acadêmico, mestrado profissional e doutorado) oferecidos pelas IESFs. A opção pela variável *dummy* para a existência de cursos de pós-graduação stricto-sensu se deve à não normalidade das variáveis quando se utilizou o número de cursos que elas ofereciam, variando de 1 a 48, e se atribuiu zero para aquelas que não tinham esses cursos na sua grade de produtos.

Para definir as variáveis **mídia boa**, **mídia ruim** e **mídia neutra**, utilizou-se o mecanismo de busca do *Google*, colocando-se o nome de cada uma das IESFs e depois o de suas mantenedoras no mecanismo. Considerou-se notícia boa todas aquelas que fossem positivas, ruins aquelas que fossem negativas para as IESFs e neutras aquelas que não se caracterizavam nem como positivas e nem como negativas. Observaram-se todas as notícias

veiculadas fora da página eletrônica da própria organização ou em outras páginas sabidamente de veiculação paga, como aquelas que divulgam vestibular das IES e ou seus endereços. Também foram desconsideradas notícias e ou informações veiculadas em páginas de redes sociais como: *Facebook*; *Linkedin*; *Google Acadêmico*; *Researchgate*; ou de postagem de fotos, dentre outros. Além dessas, desconsideraram-se também veiculações feitas por meio do *Youtube* ou canal de comunicação semelhante. Foram observadas as 4 primeiras páginas de resposta do *Google* para a identificação das notícias. As relativas aos anos de 2013 a 2015 foram consideradas. Quando havia notícia boa, ruim ou neutra, atribuiu-se peso um; quando não, atribuiu-se zero, pois para essas variáveis de pesquisa criou-se *dummies*.

No que tange **às regiões** brasileiras de pertencimento da IESF, observou-se a informação na página eletrônica de Internet do MEC (MEC, s. d.). Criou-se uma variável *Dummy* para cada região demográfica brasileira. Para determinar o **evento específico** observou-se a informação referente à organização ser reconhecida como comunitária ou não junto às páginas eletrônicas de Internet do MEC. Assim como também, para determinar os **princípios religiosos**, buscou-se a informação sobre a IESF ser confessional ou não nas páginas eletrônicas de Internet do MEC (MEC, s. d.). Essas informações estão disponíveis nas informações específicas de cada IESF. Para as duas variáveis criou-se uma escala *dummy*. Também em relação ao **IGC**, conceito atribuído pelo MEC / INEP (INEP, 2013), a busca foi feita nas páginas eletrônicas do MEC. Por meio de observação, foram verificados os conceitos de cada IESF (MEC, s. d.).

Para verificar o **tamanho do conselho universitário** (ou equivalente), observou-se a informação diretamente nas páginas eletrônicas de Internet das IESFs. Quando o estatuto estava disponibilizado na página eletrônica de Internet, esse foi utilizado como fonte de pesquisa; quando não, a observação se estendia para todo o *site*. Quando não se obteve a informação, fez-se contato pelo mecanismo de comunicação da IESF. Se obteve apenas 4 respostas. A variável tamanho do conselho é quantitativa, expressando o número de membros no conselho universitário transformada em logaritmo natural. Os **outros conselhos e ou comitês** existentes nas estruturas de governança das IESFs objeto de estudo também foram encontrados nos estatutos e regimentos das mesmas, quando disponibilizados nas páginas eletrônicas de internet, bem como nas demais informações constantes nas páginas eletrônicas de Internet. Essa variável também é *dummy*, ou seja, a presença gerou peso um e a ausência gerou peso zero.

Para determinar o **tamanho, os resultados econômicos sobre o ativo total; e sobre vendas e a alavancagem**, as informações foram observadas nas Demonstrações Contábeis das mantenedoras das IESFs, obtidas nas páginas eletrônicas de Internet do Ministério da Justiça –

portal da Cidadania (Ministério da Justiça, s. d.) e os cálculos foram feitos utilizando-se o software Excel.

A seguir apresenta-se o resumo das variáveis explicativas utilizadas para a formulação dos modelos e testagem das hipóteses de pesquisa. No Quadro 6 consta a representação da variável no modelo, o nome da variável e a fonte de coleta das informações. Cabe destacar que as páginas eletrônicas de Internet das IESFs estão informadas no Apêndice V.

Quadro 6: Resumo das variáveis explicativas da pesquisa

	Variável	Descrição da Variável	Fonte
Em relação à mantida (IESF)	Univ	Dummy: Universidade, se sim 1; se não, 0.	Site MEC
	C-Univ	Dummy: Centro Universitário, se sim, 1; se não, 0.	Site MEC
	Facul	Dummy: Faculdade, se sim, 1; se não, 0.	Site MEC
	CursosSaúde	Dummy: se tem cursos de saúde, 1, se não tem 0.	Site das IESFs
	CursosDist	Dummy: se tem cursos à distância, 1, se não tem 0.	Site das IESFs
	CursosGrad	Logaritmo natural do número de cursos de graduação.	Site das IESFs
	CursosStricto	Dummy: se tem cursos stricto sensu 1, se não tem, 0.	Site das IESFs
	MídiaBoa	Dummy: se tem notícias boas, 1, se não tem, 0.	Google
	MídiaRuim	Dummy: se tem notícias ruins, 1, se não tem, 0.	Google
	CenOeste	Dummy: se a IESF é da região Centro Oeste, 1; se não, 0;	Site MEC
	Nordeste	Dummy: se a IESF é da região Nordeste, 1; se não, 0;	Site MEC
	Norte	Dummy: se a IESF é da região Norte, 1; se não, 0	Site MEC
	Sudeste	Dummy: se a IESF é da região Sudeste, 1; se não, 0;	Site MEC
	Sul	Dummy: se a IESF é da região Sul, 1; se não, 0.	Site MEC
	Comuni	Dummy: se é Comunitária, 1; se não, 0	Site MEC
	Confess	Dummy: se é Confessional, 1; se não, 0	Site MEC
IGC	Nota do IGC atribuído pelo MEC/INEP	Site MEC	
TamConselho	Logaritmo natural do nº de conselheiros no Conselho Universitário	Site das IESFs	
OutrosCons	Dummy: se tem outros conselhos e ou comitês, 1; se não, 0	Site das IESFs	
Em relação à	TamAT	Logaritmo natural do Ativo Total	Rel. Financeiros
	TamVdas	Logaritmo natural das Vendas Líquidas	Rel. financeiros
	SuperAT	Superávit dividido pelo Ativo Total	Rel. Financeiros
	SuperVdas	Superávit dividido pelas Vendas Líquidas	Rel. Financeiros
	Alavancagem	(Passivo Circulante + Exigível a LP) / Ativo Total	Rel. Financeiros

Em tendo apresentado as variáveis, segue-se com a apresentação dos modelos econométricos utilizados na pesquisa.

4.1.3 Modelos Econométricos

Para testar as 12 hipóteses, criou-se 7 modelos econométricos que permitiram identificar os determinantes da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social em geral e por índice de informações representativos dos grupos de categorias: ambiental; social; econômica e financeira e governança; produtos, serviços e estratégica; ética e legal; e públicos de interesse.

Para cada modelo econométrico apresentado, estabeleceram-se parâmetros como:

A variável iniciada por *EEI*: é a variável dependente do modelo e refere-se ao índice da extensão da evidenciação das informações representativas de responsabilidade social das IESFs em geral ou por grupos de categorias.

β_1 a β_{20} : são os parâmetros das variáveis explicativas dos possíveis determinantes da extensão da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social das IESFs. Para a composição do modelo inicial, das 24 variáveis disponíveis, se fez necessário não incluir um dos tipos de IESs, se faculdade, centro universitário ou universidade, (escolheu-se faculdade - *facul*) e uma das regiões do país, centro oeste, norte, nordeste, sudeste ou sul (escolheu-se *norte*). Também não se incluiu um tipo de medida para tamanho (*TamVdas*) e para resultado econômico (*SuperVdas*). Essas exclusões foram feitas com o objetivo de evitar problemas de auto correlação e multicolinearidade.

i: refere-se ao intervalo de IESFs pesquisadas.

β_0 : é o termo constante do modelo econométrico.

ε : é o termo que representa o erro da estimação (estocástico) dos modelos e que representa todas as variáveis omitidas no modelo, mas que em conjunto afetam a variável dependente (Gujarati e Porter, 2011; Wooldridge, 2014).

Em primeiro lugar, criou-se um modelo econométrico que se propõe a identificar os determinantes da extensão da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social em geral. Nesse modelo econométrico, a variável dependente é um índice composto pelos 80 indicadores de responsabilidade social utilizados no estudo, conforme pode ser observado no Apêndice R.

- Modelo econométrico 1: Para identificar os determinantes do índice representativo da extensão da evidenciação da **responsabilidade social em geral**:

$$\begin{aligned} EEIRS_i = & \beta_0 + \beta_1 Univ_i + \beta_2 CUniv_i + \beta_3 CursosSaude_i + \beta_4 CursosDist_i \\ & + \beta_5 CursosGrad_i + \beta_6 CursosStricto_i + \beta_7 MídiaBoa_i \\ & + \beta_8 MídiaRuim_i + \beta_9 Cenoeste_i + \beta_{10} Nordeste_i + \beta_{11} Sudeste_i \\ & + \beta_{12} Sul_i + \beta_{13} Comuni_i + \beta_{14} Confess_i + \beta_{15} IGC_i \\ & + \beta_{16} TamConselho_i + \beta_{17} OutrosCons_i + \beta_{18} TamAT_i + \beta_{19} SuperAT_i \\ & + \beta_{20} Alavancagem_i + \varepsilon_i. \end{aligned}$$

Na sequência, criaram-se 6 modelos econométricos que se propõem a identificar os determinantes da extensão da evidenciação de cada um dos índices de informações representativas dos grupos de categorias de responsabilidade social.

O modelo econométrico 2, tem como variável dependente um índice de evidenciação de informações da categoria ambiental de responsabilidade social, composto por 8 indicadores (Apêndice R).

- Modelo econométrico 2: Para identificar os determinantes da evidenciação do índice **ambiental**:

$$\begin{aligned}
 EEIAmb_i = & \beta_0 + \beta_1Univ_i + \beta_2CUniv_i + \beta_3CursosSaude_i + \beta_4CursosDist_i \\
 & + \beta_5CursosGrad_i + \beta_6CursosStricto_i + \beta_7MídiaBoa_i \\
 & + \beta_8MídiaRuin_i + \beta_9Cenoeste_i + \beta_{10}Nordeste_i + \beta_{11}Sudeste_i \\
 & + \beta_{12}Sul_i + \beta_{13}Comuni_i + \beta_{14}Confess_i + \beta_{15}IGC_i \\
 & + \beta_{16}TamConselho_i + \beta_{17}OutrosCons_i + \beta_{18}TamAT_i + \beta_{19}SuperAT_i \\
 & + \beta_{20}Alavancagem_i + \varepsilon_i.
 \end{aligned}$$

O modelo econométrico 3, tem como variável dependente um índice de evidenciação de informações sociais, composto por 10 indicadores (Apêndice R).

- Modelo econométrico 3: Para identificar os determinantes da evidenciação do índice **social**:

$$\begin{aligned}
 EEISoc_i = & \beta_0 + \beta_1Univ_i + \beta_2CUniv_i + \beta_3CursosSaude_i + \beta_4CursosDist_i \\
 & + \beta_5CursosGrad_i + \beta_6CursosStricto_i + \beta_7MídiaBoa_i \\
 & + \beta_8MídiaRuin_i + \beta_9Cenoeste_i + \beta_{10}Nordeste_i + \beta_{11}Sudeste_i \\
 & + \beta_{12}Sul_i + \beta_{13}Comuni_i + \beta_{14}Confess_i + \beta_{15}IGC_i \\
 & + \beta_{16}TamConselho_i + \beta_{17}OutrosCons_i + \beta_{18}TamAT_i + \beta_{19}SuperAT_i \\
 & + \beta_{20}Alavancagem_i + \varepsilon_i.
 \end{aligned}$$

O modelo econométrico 4, tem como variável dependente um índice de evidenciação de informações econômicas, financeiras e governança, composto por 18 indicadores (Apêndice R).

- Modelo econométrico 4: Para identificar os determinantes da evidenciação do índice **econômico, financeiro e governança**:

$$\begin{aligned}
 EEIEFGov_i = & \beta_0 + \beta_1Univ_i + \beta_2CUniv_i + \beta_3CursosSaude_i + \beta_4CursosDist_i \\
 & + \beta_5CursosGrad_i + \beta_6CursosStricto_i + \beta_7MídiaBoa_i \\
 & + \beta_8MídiaRuin_i + \beta_9Cenoeste_i + \beta_{10}Nordeste_i + \beta_{11}Sudeste_i \\
 & + \beta_{12}Sul_i + \beta_{13}Comuni_i + \beta_{14}Confess_i + \beta_{15}IGC_i \\
 & + \beta_{16}TamConselho_i + \beta_{17}OutrosCons_i + \beta_{18}TamAT_i + \beta_{19}SuperAT_i \\
 & + \beta_{20}Alavancagem_i + \varepsilon_i.
 \end{aligned}$$

O modelo econométrico 5, tem como variável dependente um índice de evidenciação de informações de produtos, serviços e estratégicas, composto por 16 indicadores (Apêndice R).

- Modelo econométrico 5: Para identificar os determinantes da evidenciação do índice **produtos, serviços e estratégico:**

$$\begin{aligned}
 EEIPSEst_i = & \beta_0 + \beta_1Univ_i + \beta_2CUniv_i + \beta_3CursosSaude_i + \beta_4CursosDist_i \\
 & + \beta_5CursosGrad_i + \beta_6CursosStricto_i + \beta_7MídiaBoa_i \\
 & + \beta_8MídiaRuin_i + \beta_9Cenoeste_i + \beta_{10}Nordeste_i + \beta_{11}Sudeste_i \\
 & + \beta_{12}Sul_i + \beta_{13}Comuni_i + \beta_{14}Confess_i + \beta_{15}IGC_i \\
 & + \beta_{16}TamConselho_i + \beta_{17}OutrosCons_i + \beta_{18}TamAT_i + \beta_{19}SuperAT_i \\
 & + \beta_{20}Alavancagem_i + \varepsilon_i.
 \end{aligned}$$

O modelo econométrico 6, tem como variável dependente um índice de evidenciação de informações éticas e legais, composto por 5 indicadores (Apêndice R).

- Modelo econométrico 6: Para identificar os determinantes da evidenciação do índice **ética e legal:**

$$\begin{aligned}
 EEIEtiLeg_i = & \beta_0 + \beta_1Univ_i + \beta_2CUniv_i + \beta_3CursosSaude_i + \beta_4CursosDist_i \\
 & + \beta_5CursosGrad_i + \beta_6CursosStricto_i + \beta_7MídiaBoa_i \\
 & + \beta_8MídiaRuin_i + \beta_9Cenoeste_i + \beta_{10}Nordeste_i + \beta_{11}Sudeste_i \\
 & + \beta_{12}Sul_i + \beta_{13}Comuni_i + \beta_{14}Confess_i + \beta_{15}IGC_i \\
 & + \beta_{16}TamConselho_i + \beta_{17}OutrosCons_i + \beta_{18}TamAT_i + \beta_{19}SuperAT_i \\
 & + \beta_{20}Alavancagem_i + \varepsilon_i.
 \end{aligned}$$

O modelo econométrico 7, tem como variável dependente um índice de evidenciação de informações relativas aos públicos internos e externos das IESFs, composto por 23 indicadores (Apêndice R).

- Modelo econométrico 7: Para identificar os determinantes da evidenciação do índice **públicos de interesse:**

$$\begin{aligned}
 EEIPIE_i = & \beta_0 + \beta_1Univ_i + \beta_2CUniv_i + \beta_3CursosSaude_i + \beta_4CursosDist_i \\
 & + \beta_5CursosGrad_i + \beta_6CursosStricto_i + \beta_7MídiaBoa_i \\
 & + \beta_8MídiaRuin_i + \beta_9Cenoeste_i + \beta_{10}Nordeste_i + \beta_{11}Sudeste_i \\
 & + \beta_{12}Sul_i + \beta_{13}Comuni_i + \beta_{14}Confess_i + \beta_{15}IGC_i \\
 & + \beta_{16}TamConselho_i + \beta_{17}OutrosCons_i + \beta_{18}TamAT_i + \beta_{19}SuperAT_i \\
 & + \beta_{20}Alavancagem_i + \varepsilon_i.
 \end{aligned}$$

Cabe salientar que as 20 variáveis explicativas foram inicialmente incluídas no modelo porque se pretendia capturar as variações na variável dependente a partir de todas as variáveis explicativas (Apêndice Y). Na sequência, o modelo foi sendo ajustado para aquelas que resultaram estatisticamente significativas (Figueiredo Filho, et al., 2011).

Na sequência são descritas as técnicas de análise das evidências da pesquisa.

4.2 TÉCNICAS DE ANÁLISE DAS EVIDÊNCIAS

Por meio da revisão dos estudos empíricos sobre os determinantes da extensão da evidenciação de informações, pode-se observar que predominam as técnicas de análise quantitativa para identificar os determinantes da extensão da evidenciação. Portanto, assim também se procedeu nesta pesquisa.

A construção das variáveis dependentes e explicativas foi feita em tabelas do *Excel*® que possibilitaram as análises estatísticas e os testes econométricos no software *Eviews* 9.5. O software *Microsoft Excel*® foi utilizado para a elaboração das tabelas, pela facilidade de organização, segregações da amostra, aplicação de filtros e inclusão ou exclusão de variáveis.

Da análise de conteúdo, utilizada para definir as variáveis dependentes da pesquisa, escalas quantitativas derivaram, formando os índices de evidenciação e permitindo as demais análises. Primeiramente foram feitas análises de consistência interna da amostra e de confiabilidade das variáveis dependentes por meio do *Alpha de Cronbach* e da medida de adequabilidade da amostra de *Kaiser* (Cronbach, 1951; Kaiser, 1968; Cortina, 1993; Macagnan, 2007; Figueiredo Filho e Silva Junior, 2010; Lattin, Carroll e Green, 2011). Essas análises estão apresentadas na Tabela 4. Em seguida, foram feitas análises de estatística descritiva (Yamamoto, 2009) como média, mediana, mínimo, máximo e desvio padrão das variáveis. Essas análises constam das Tabelas 2 e 5 da tese. Também foram feitas análises por quartil da extensão da evidenciação de responsabilidade social, que estão apresentadas na Tabela 3. Na sequência procedeu-se a análise de correlação entre as variáveis. Essa análise está apresentada no tópico 5.2 da tese.

A análise de regressão linear múltipla foi feita pelo método dos mínimos quadrados ordinários - MQO, com dados em corte transversal (Buscariolli e Emerick, 2011; Gujarati e Porter, 2011; Wooldridge, 2014). Para tanto, inseriu-se o modelo econométrico inicial no software *Eviews* 9.5 e procedeu-se a análise de regressão. A partir dos resultados iniciais foram sendo excluídas as variáveis que se mostravam mais distantes da significância estatística, uma a uma, num processo manual. Na sequência foram sendo feitas alterações de variáveis (tentativa

e erro), inclusive alternando-se as variáveis relativas à complexidade, as regiões do país, ao tamanho e ao resultado econômico que tinham ficado fora do modelo inicial. Depois, testou-se interações entre as variáveis. Por fim, foram sendo testadas as variáveis omitidas e ou redundantes com uso do mecanismo do próprio software, até se definir o modelo que atendesse aos requisitos de validade e significância estatística. Para tanto, também foram feitas análises complementares orientadas por Gujarati e Porter (2011), Wooldridge (2014) e Sweeney, Williams e Anderson (2015), como: análise de observações atípicas; normalidade de distribuição dos dados das variáveis; teste de heterocedasticidade (teste de *White*); teste de distribuição normal dos resíduos (teste *Jarque-Bera*); e de auto correlação entre as variáveis (teste *Durbin-Watson*). Além disso analisou-se o fator de inflação da variância (FIV) das variáveis, para identificar problemas de multicolinearidade. Essas técnicas estão consoantes com estudos anteriores conforme demonstrado no Apêndice W e os resultados dessa etapa estão apresentados no tópico 5.3 da tese.

A validade estatística dos resultados foi indicada pelo teste t de significância individual das variáveis do modelo; teste F de significância conjunta das variáveis; e pelos critérios *Akaike e Schwarz* que indicam melhorias na adequação das variáveis ao modelo. Para analisar o nível de impacto e explicação das variáveis explicativas sobre a variável dependente, foram analisadas as relações positivas ou negativas de cada variável (β) e o coeficiente de explicação do modelo sobre a variável dependente (R^2 e R^2 ajustado). Também foi analisada a significância do modelo por meio do coeficiente F e sua probabilidade estatística (Gujarati e Porter, 2011; Wooldridge, 2014; Sweeney, Williams e Anderson, 2015), conforme se constata observando a tabela 14.

O Quadro 7 apresenta um resumo dos métodos que foram utilizados na pesquisa para identificar os determinantes da extensão da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social das IESFs.

Quadro 7: Resumo dos métodos de análise das evidências

Método	Como proceder
Análise de conteúdo	Extensão da evidenciação – Contar tipo de informação (se tem 1, se não 0 = somar pontos) e para categorizar os indicadores de evidenciação da responsabilidade social e formar as componentes-chave que constituem-se como as variáveis dependentes dos modelos econométricos.
Análise de consistência interna das variáveis dependentes	Alpha de Cronbach e medida de adequabilidade da amostra de Kaiser.
Estatística Descritiva	De todas as variáveis (média, mediana, mínimo, máximo e desvio padrão).
Regressão Linear Múltipla	De acordo com os modelos estabelecidos, pela regressão linear múltipla dos mínimos quadrados ordinários.
Análises complementares	Observações atípicas, normalidade, correlação, multicolinearidade, variáveis redundantes e omitidas, heterocedasticidade, distribuição dos resíduos e auto correlação.

A seguir, apresenta-se a seleção da amostra para identificar os determinantes da evidenciação de informações das IESFs.

4.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA

As IESFs existem em grande número e representam um percentual considerável do setor de ensino superior no Brasil. A Tabela 1 demonstra a quantidade das IESFs no Brasil.

Tabela 1: Quantidade de IESFs no Brasil

Ano	Número de IESFs
2002	1.656
2006	1.497
2008	1.528
2010	1.395
2014	1.216
2015	1.191

Fonte: IBGE (s. d.) e MEC (s. d.)

A escolha das IESFs deve-se, principalmente, pela representatividade delas ao ensino superior no Brasil. Em 2016, o Brasil tem 2.713 IES; dessas 2405 são privadas e dentre elas 1.191 são IESFs, o que representa 43,89% do total de IES brasileiras e 49,52% das IES privadas (MEC, s. d.). Além disso, com base nos últimos 11 anos em que o INEP divulgou, em separado, o número de matrículas para as IESFs (até 2009), projeta-se a tendência de matrículas para 2016. Esses resultados permitem supor que as IESFs têm em torno de 27% dos alunos das IESs privadas do Brasil, conforme pode ser observado no Apêndice X. De acordo com a sinopse da educação superior (INEP, s. d.), em 2015 o número total de matrículas foi de 8.033.574, enquanto que as matrículas nas IES privadas foi de 6.075.152.

Em 06 de maio de 2015, consultou-se o sistema E-MEC, onde se obteve a relação de IESFs (MEC, s. d.). Nessa data constavam no sistema 1.191 IESFs. Dessas, 1030 faculdades, 95 centros universitários e 66 universidades. A partir dessa relação, iniciaram-se os procedimentos para a seleção da amostra das IESFs para a pesquisa.

O primeiro passo foi retirar da relação todas as instituições que haviam sido descredenciadas da qualificação de filantrópicas. Tal informação constava na própria relação de IESFs, fornecida pelo MEC. Esse passo eliminou 30 faculdades e um centro universitário.

A seguir, buscou-se pelas IESFs que possuem páginas eletrônicas de internet. Para tanto, utilizou-se do nome da instituição constante da relação do MEC e, com auxílio do mecanismo de pesquisa do Google, buscou-se pelo endereço eletrônico da IESF. Nessa etapa constatou-se que 240 faculdades e 2 centros universitários não possuíam página eletrônica de Internet própria. Essa busca foi feita no período compreendido entre 06 e 16 de maio de 2015.

Na sequência, ainda utilizando-se das informações contidas nas páginas Eletrônicas do MEC – Sistema E-MEC, foram obtidos o nome e o CNPJ das mantenedoras das IESFs. Esse passo fez-se necessário para possibilitar a busca das demonstrações contábeis das mantenedoras, utilizadas para a definição de variáveis explicativas da pesquisa. As demonstrações contábeis das mantenedoras das IESFs foram obtidas junto ao Portal do Ministério da Justiça no período compreendido entre junho a setembro de 2015. As mantenedoras das IESFs são consideradas de Utilidade Pública e, portanto, suas demonstrações contábeis são públicas. Porém, nessa etapa da pesquisa, foi constatado que muitas mantenedoras não constam do Portal do Ministério da Justiça. Isso levou à exclusão de 407 faculdades, 39 centros universitários e 12 universidades. Além disso, para a demonstração contábil estar disponibilizada, ela depende de aprovação do Ministério da Justiça; assim, algumas instituições estavam com a prestação de contas desatualizada no Portal, ou seja, não estava disponibilizada a demonstração contábil do exercício de 2014, o que levou à retirada de mais 48 faculdades, 8 centros universitários e 7 universidades.

Outro fator analisado para a seleção das IESFs que permaneceriam na pesquisa foi verificar se a mantenedora tinha mais de uma IESF mantida. Nessa etapa foram encontradas 126 mantenedoras com mais de uma IESF mantida. Os casos mais relevantes são: a Fundação Presidente Antonio Carlos, que mantém 40 IESFs; a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC), que mantém 21 IESFs; e o Instituto Ensinar Brasil, que mantém 19 IESFs. Quando a mantenedora tinha a sua demonstração contábil evidenciada no Portal do Ministério da justiça e mantinha apenas faculdades, foi feita escolha randômica, com auxílio do Excel, para selecionar apenas uma das mantidas para permanecer na amostra. Esse processo

resultou na exclusão de 211 faculdades da amostra. Além disso, havia 3 centros universitários que são mantidos por instituições que também mantêm universidades; neste caso, optou-se por deixar a universidade na amostra. O mesmo aconteceu com 4 faculdades que eram mantidas por instituições que mantinham ou centros universitários ou universidades, utilizando o mesmo critério; consideraram-se na amostra as IESFs mais complexas.

Por fim, no período compreendido entre os meses de fevereiro e março de 2016, durante a coleta das evidências para a construção do índice de evidenciação das IESFs, constataram-se problemas nas páginas eletrônicas de Internet de 4 faculdades que constavam da amostra. Essas quatro instituições foram excluídas pela impossibilidade de compor as variáveis dependentes para as análises da pesquisa. Portanto, após todos os ajustes da amostra, restaram 86 faculdades, 42 centros universitários e 47 universidades, totalizando 175 IESFs, cuja relação consta do Apêndice V.

No próximo capítulo são apresentados os resultados das análises estatísticas e econométricas utilizadas para atingir os objetivos da pesquisa.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS EMPIRICOS

A partir da construção dos indicadores, coleta das evidências e criação dos índices para a formação das variáveis dependentes, a construção e coleta das evidências para a formação das variáveis explicativas e a formação dos modelos econométricos, procedeu-se a análise dos resultados empíricos da pesquisa. Inicia-se pela análise descritiva e de consistência interna das variáveis. Em seguida apresenta-se a análise de correlação entre as variáveis e finaliza-se o capítulo com a análise de regressão linear múltipla e os testes complementares.

5.1 ANÁLISE DESCRITIVA E DE CONSISTÊNCIA DAS VARIÁVEIS

Este tópico apresenta a análise descritiva das variáveis dependentes e explicativas da pesquisa bem como a análise de consistência interna das variáveis dependentes.

5.1.1 Análise descritiva das variáveis dependentes

A análise descritiva dos índices de evidenciação geral e representativos dos grupos de categorias de responsabilidade social são apresentados na Tabela 02.

Tabela 2: Estatística descritiva dos índices de evidenciação de RS

Variáveis dependentes		Indicadores	Média	Mediana	Máximo	Mínimo	Desvio Padrão	Obs.
		Nº.	Valores proporcionais ao nº de indicadores					Nº.
EERS	Índice Evidenciação Geral	80	0,258	0,238	0,600	0,038	0,121	175
EEIAmb	Índice Ambiental	8	0,136	0,000	0,750	0,000	0,221	175
EEISoc	Índice Social	10	0,546	0,600	0,900	0,000	0,260	175
EEIEFGov	Índice Econômico, Financeiro e Governança	18	0,083	0,056	0,555	0,000	0,099	175
EEIPSEst	Índice Produtos Serviços e Estratégico	16	0,383	0,375	0,562	0,000	0,109	175
EEIEtiLeg	Índice Ética e legal	5	0,222	0,200	0,800	0,000	0,0816	175
EEIPI	Índice Públicos Interesse	23	0,232	0,217	0,696	0,000	0,171	175

Pela análise descritiva da evidenciação de responsabilidade social de todas as IESFs da amostra constata-se que o maior índice é o social, com 54,60% na média. O menor índice de evidenciação é o econômico, financeiro e governança, com apenas 8,3% na média. Em se

observando a coluna máximo, constata-se que nenhum índice teve todos os seus indicadores evidenciados por pelo menos uma IESF, a maior evidenciação foi do índice social com 90%. Por outro lado, em se observando a coluna mínimo, constata-se que a maioria dos índices não tiveram indicadores evidenciados por pelo menos uma IESF, a exceção é para o índice de evidenciação geral da responsabilidade social. O maior desvio padrão encontra-se no índice social, o que indica maior variação entre os níveis de evidenciação das IESFs.

Continuando a estatística descritiva da extensão da evidenciação da responsabilidade social em geral – EEIRS, dividiu-se a amostra em quartis e os resultados estão apresentados na Tabela 3.

Tabela 3: Dados da amostra por quartil

Quartil	1	2	3	4	Total
Nº IESF	44	44	44	43	175
Máxima evidenciação %	60,0	32,5	22,5	16,25	
Mínima evidenciação %	32,5	23,75	16,25	3,75	
Evidenciação média	42,36	28,07	20,26	12,06	
Universidades	29	11	6	1	47
Centros Univ.	12	17	7	6	42
Faculdades	3	16	31	36	86
Comunitárias	28	9	5	3	45
Confessionais	9	6	3	1	19
Outras IESFs	7	29	36	39	111
Centro Oeste	2	3	0	2	7
Nordeste	0	4	6	4	14
Norte	1	0	0	4	5
Sudeste	22	28	28	23	101
Sul	19	9	10	10	48

Por essas evidências percebe-se que a IESF que mais evidenciou atingiu um percentual de 60,00%, enquanto a IESF que menos evidenciou atingiu um percentual de 3,75% dos indicadores de responsabilidade social. A maioria das universidades estão entre as IESFs que mais evidenciaram, 61,70% delas. A maioria dos centros universitários estão nos dois primeiros quartis, porém, com maior número no segundo quartil. Por fim, a maioria das faculdades se encontra distribuída entre os dois últimos quartis, ou seja, são as IESFs que menos evidenciam informações representativas de responsabilidade social. Essa análise indica que a hipótese de complexidade (tipo 1) não pode ser rejeitada, sendo determinante para a extensão da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social das IESFs.

Também pode-se afirmar que a maioria das IESFs que se caracterizam como comunitária e ou confessional estão entre as que mais evidenciam, 62,22% e 78,95%, respectivamente. Essa análise, também indica que as hipóteses de evento específico e princípios religiosos não podem ser rejeitadas e portanto, são determinantes para a extensão da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social das IESFs.

Complementando a análise da amostra por quartis, distribuiu-se as IESFs por regiões de localização. Percebe-se que as regiões que tem a maioria das suas IESFs nos dois quartis superiores, com os maiores percentuais de evidenciação, são o centro oeste e o sul. A região sudeste tem a maioria das suas IESFs distribuídas entre os dois quartis intermediários de evidenciação. Por fim, o nordeste e o norte apresentam a maioria de suas IESFs distribuídas entre os dois quartis daquelas que menos evidenciam. Assim, pode se supor que as IESFs das regiões centro oeste e sul tendem a evidenciar mais e as IESFs das regiões nordeste e norte tendem a evidenciar menos do que as IESFs das demais regiões. Porém, entende-se que esta análise sozinha, não permite concluir se o fator regional é determinante para a extensão da evidenciação das IESFs, necessitando de análises complementares.

Na sequência demonstra-se a análise de consistência interna das variáveis dependentes.

5.1.2 Análise de consistência interna das variáveis dependentes

Para a análise de consistência interna das variáveis dependentes utilizou-se dois critérios de pesquisa: O *alpha de Cronbach* e a medida de adequabilidade da amostra de Kaiser, o *eigenvalue*.

O *alpha de Cronbach* é uma medida de coerência interna dos índices de evidenciação e um estimador de confiabilidade da medida. Ele leva em consideração a variância atribuída aos sujeitos e a variância atribuída à interação entre os sujeitos e os itens. Assim, ele avalia a magnitude em que os itens estão correlacionados e permite determinar o limite inferior da consistência interna de um grupo de variáveis (Cronbach, 1951; Cortina, 1993; Shevlin, et al., 2000; Macagnan, 2007). Cortina (1993) e Macagnan (2007) sugerem o patamar de 0,7 como adequado para a confiabilidade da amostra. Por outro lado, Shevlin, et al. (2000) argumentam que o tamanho da amostra pode afetar os resultados e, portanto, se o resultado do *alpha de Cronbach* for menor do que 0,7 para pequenas amostras, são necessárias informações adicionais, por isso, procedeu-se também a medida de adequabilidade da amostra de Kaiser – MSA, o *eigenvalue*.

O *eigenvalue* avalia se os indicadores que compõe o grupo são adequados, pela média da inter correlação baseada no mais alto *eigenvalue* da matriz de correlação (Kaiser, 1968; Figueiredo Filho e Silva Junior, 2010). Hair, et al. (2006) sugerem 0,5 como o patamar mínimo aceitável. Para Kaiser (1968) e Cortina (1993), o *alpha de Cronbach* e o *eigenvalue* da medida de kaiser devem estar diretamente relacionados. A seguir apresenta-se a Tabela 4 com as variáveis dependentes e as respectivas medidas.

Tabela 4: *Alpha de Cronbach* e *Eigenvalue* das variáveis dependentes

Variáveis dependentes	Alpha de Cronbach	Eingevalue Kaiser's (MSA)
Índice de Evidenciação Geral	0,926	0,670
Índice Ambiental	0,877	0,817
Índice Social	0,792	0,812
Índice Econômico e financeiro e Governança	0,758	0,701
Índice Produtos e Serviços e Estratégico	0,650	0,665
Índice Ética e Legal	0,423	0,554
Índice Públicos de Interesse	0,856	0,765

Considerando-se o patamar mínimo aceitável de 0,7 para o *alpha de Cronbach*, os índices de produtos, serviços e estratégica; e ética e legal não estariam dentro do patamar mínimo para indicar consistência interna e confiabilidade dos indicadores utilizados para formar as variáveis dependentes. Porém, pela MSA, o *eigenvalue*, todas as variáveis dependentes estão dentro do patamar mínimo de aceitabilidade (0,5) de consistência interna e confiabilidade dos indicadores utilizados. Apesar disso, destaca-se que o índice ética e legal está muito próximo do limite de aceitabilidade, o que requer maior atenção quando da análise de regressão dos modelos econométricos.

Na sequência apresenta-se a estatística descritiva das variáveis explicativas da pesquisa.

5.1.3 Análise descritiva das variáveis explicativas

A Tabela 5 mostra a estatística descritiva das variáveis explicativas, que representam os possíveis determinantes da extensão da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social das IESFs.

Tabela 5: Estatística descritiva das variáveis explicativas

	Média	Máximo	Mínimo	Desvio Padrão	Obs.
CursosGrad	2,497	4,394	0	1,137	175
IGC	3,189	5	2	0,560	164
TamConselho	3,062	4,796	1,609	0,693	101
TamAT	17,899	21,911	12,316	1,838	175
TamVdas	17,663	21,218	11,898	1,531	175
SuperAT	0,043	0,138	-0,034	0,042	133
SuperVdas	0,046	0,144	-0,039	0,045	120
Alavancagem	0,390	1,917	0,006	0,375	169

Destaca-se que somente se apresenta os resultados das variáveis contínuas, ou seja, aquelas que não se configuram como variáveis categóricas dicotômicas – *dummy*. A variável *IGC* está apresentada em números inteiros. As variáveis *CursosGrad*, *Tamconselho*, *TamAT* e *TamVdas* são apresentadas em logaritmo natural das respectivas observações. Já as variáveis *SuperAT*, *SuperVdas* e *Alavancagem* são apresentadas em percentual do Ativo Total, para evitar problemas de micronumerosidade e diminuir as distribuições anormais – *outliers* nas evidências. A transformação dos dados originais das variáveis em logaritmo natural ou em percentual foi feita porque facilita o trabalho econométrico e estatístico (Montgomery e Runger, 1999; Pindyck e Rubinfeld, 2004; Gujarati e Porter, 2011; Wooldridge, 2014). Além disso, destaca-se que foram excluídas algumas distribuições anormais, para atender a premissa de distribuição normal das evidências. Também foram atendidos os requisitos de linearidade, não correlação dos resíduos (o que indica a eficiência dos estimadores) e a independência dos mesmos (Pindyck e Rubinfeld, 2004; Gujarati e Porter, 2011; Wooldridge, 2014).

A seguir apresenta-se a análise de correlação entre as variáveis.

5.2 ANÁLISE DE CORRELAÇÃO ENTRE AS VARIÁVEIS

A Tabela 6 apresenta os coeficientes de correlação entre as variáveis dependentes e explicativas. Algumas variáveis estão relativa e significativamente correlacionadas.

Tabela 6: Matriz de correlação das variáveis

(Itálico: Prob. t = 0)

	EERS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29						
1	EEIAMB	0.78 <i>0.00</i>	1.00 ----																																	
2	EEISOC	0.84 <i>0.00</i>	0.60 <i>0.00</i>	1.00 ----																																
3	EEIEFGOV	0.72 <i>0.00</i>	0.43 <i>0.00</i>	0.45 <i>0.00</i>	1.00 ----																															
4	EEIPSEST	0.77 <i>0.00</i>	0.52 <i>0.00</i>	0.74 <i>0.00</i>	0.36 <i>0.00</i>	1.00 ----																														
5	EEIETILEG	0.25 <i>0.05</i>	0.10 <i>0.43</i>	0.26 <i>0.05</i>	0.29 <i>0.02</i>	0.22 <i>0.09</i>	1.00 ----																													
6	EEIPI	0.93 <i>0.00</i>	0.67 <i>0.00</i>	0.70 <i>0.00</i>	0.62 <i>0.00</i>	0.66 <i>0.00</i>	0.08 <i>0.53</i>	1.00 ----																												
7	Univ	0.53 <i>0.00</i>	0.55 <i>0.00</i>	0.33 <i>0.01</i>	0.23 <i>0.07</i>	0.37 <i>0.03</i>	-0.27 <i>0.00</i>	0.61 <i>0.00</i>	1.00 ----																											
8	CUniv	-0.12 <i>0.34</i>	-0.17 <i>0.18</i>	-0.03 <i>0.84</i>	-0.04 <i>0.75</i>	-0.10 <i>0.44</i>	0.39 <i>0.00</i>	-0.18 <i>0.15</i>	-0.55 <i>0.00</i>	1.00 ----																										
9	Facul	-0.47 <i>0.00</i>	-0.45 <i>0.00</i>	-0.34 <i>0.01</i>	-0.22 <i>0.09</i>	-0.32 <i>0.01</i>	-0.07 <i>0.56</i>	-0.50 <i>0.00</i>	-0.58 <i>0.00</i>	-0.36 <i>0.00</i>	1.00 ----																									
10	CursosDist	0.55 <i>0.00</i>	0.41 <i>0.00</i>	0.27 <i>0.03</i>	0.51 <i>0.00</i>	0.45 <i>0.00</i>	0.09 <i>0.50</i>	0.55 <i>0.00</i>	0.56 <i>0.00</i>	-0.26 <i>0.04</i>	-0.36 <i>0.00</i>	1.00 ----																								
11	CursosSaude	0.41 <i>0.00</i>	0.30 <i>0.02</i>	0.38 <i>0.00</i>	0.11 <i>0.40</i>	0.51 <i>0.00</i>	0.09 <i>0.51</i>	0.40 <i>0.00</i>	0.53 <i>0.00</i>	-0.03 <i>0.82</i>	-0.56 <i>0.00</i>	0.38 <i>0.00</i>	1.00 ----																							
12	CursosGrad	0.66 <i>0.00</i>	0.60 <i>0.00</i>	0.52 <i>0.00</i>	0.34 <i>0.01</i>	0.61 <i>0.00</i>	0.10 <i>0.44</i>	0.64 <i>0.00</i>	0.65 <i>0.00</i>	0.04 <i>0.73</i>	-0.77 <i>0.00</i>	0.56 <i>0.00</i>	0.69 <i>0.00</i>	1.00 ----																						
13	CursosStricto	0.54 <i>0.00</i>	0.49 <i>0.00</i>	0.45 <i>0.00</i>	0.26 <i>0.04</i>	0.45 <i>0.00</i>	0.06 <i>0.63</i>	0.53 <i>0.00</i>	0.56 <i>0.00</i>	-0.10 <i>0.43</i>	-0.53 <i>0.00</i>	0.44 <i>0.00</i>	0.57 <i>0.00</i>	0.64 <i>0.00</i>	1.00 ----																					
14	MidiaBoa	0.29 <i>0.02</i>	0.26 <i>0.04</i>	0.23 <i>0.07</i>	0.06 <i>0.62</i>	0.39 <i>0.00</i>	-0.01 <i>0.91</i>	0.27 <i>0.03</i>	0.40 <i>0.00</i>	-0.13 <i>0.30</i>	-0.31 <i>0.01</i>	0.19 <i>0.14</i>	0.25 <i>0.05</i>	0.38 <i>0.00</i>	0.47 <i>0.00</i>	1.00 ----																				
15	MidiaRuim	-0.01 <i>0.96</i>	0.07 <i>0.57</i>	0.01 <i>0.91</i>	-0.20 <i>0.11</i>	0.04 <i>0.74</i>	-0.07 <i>0.59</i>	0.04 <i>0.77</i>	0.29 <i>0.02</i>	-0.26 <i>0.04</i>	-0.07 <i>0.57</i>	0.14 <i>0.27</i>	0.18 <i>0.15</i>	0.11 <i>0.40</i>	0.23 <i>0.07</i>	0.20 <i>0.11</i>	1.00 ----																			
16	CenOeste	-0.11 <i>0.42</i>	-0.15 <i>0.25</i>	-0.07 <i>0.58</i>	-0.12 <i>0.37</i>	-0.16 <i>0.20</i>	-0.08 <i>0.53</i>	-0.02 <i>0.88</i>	0.09 <i>0.49</i>	-0.13 <i>0.30</i>	0.03 <i>0.82</i>	-0.13 <i>0.30</i>	-0.02 <i>0.87</i>	-0.15 <i>0.24</i>	-0.15 <i>0.25</i>	0.02 <i>0.87</i>	0.11 <i>0.41</i>	1.00 ----																		
17	Norte	-0.21 <i>0.11</i>	-0.13 <i>0.33</i>	-0.24 <i>0.06</i>	-0.12 <i>0.35</i>	-0.15 <i>0.26</i>	-0.05 <i>0.72</i>	-0.19 <i>0.13</i>	-0.12 <i>0.35</i>	-0.08 <i>0.56</i>	0.21 <i>0.10</i>	-0.08 <i>0.56</i>	-0.20 <i>0.12</i>	-0.31 <i>0.01</i>	-0.17 <i>0.18</i>	-0.08 <i>0.53</i>	-0.06 <i>0.66</i>	-0.03 <i>0.82</i>	1.00 ----																	
18	Nordeste	-0.25 <i>0.05</i>	-0.26 <i>0.04</i>	-0.16 <i>0.22</i>	-0.16 <i>0.21</i>	-0.05 <i>0.67</i>	0.04 <i>0.77</i>	-0.29 <i>0.02</i>	-0.11 <i>0.38</i>	-0.15 <i>0.23</i>	0.28 <i>0.03</i>	-0.15 <i>0.23</i>	0.02 <i>0.86</i>	-0.12 <i>0.36</i>	0.06 <i>0.66</i>	-0.02 <i>0.86</i>	0.06 <i>0.62</i>	-0.06 <i>0.65</i>	-0.03 <i>0.80</i>	1.00 ----																
19	Sudeste	-0.21 <i>0.10</i>	-0.25 <i>0.05</i>	-0.12 <i>0.35</i>	-0.25 <i>0.05</i>	-0.09 <i>0.50</i>	-0.01 <i>0.91</i>	-0.17 <i>0.18</i>	-0.15 <i>0.23</i>	0.37 <i>0.00</i>	-0.19 <i>0.14</i>	-0.23 <i>0.08</i>	-0.06 <i>0.64</i>	-0.01 <i>0.93</i>	-0.04 <i>0.76</i>	-0.01 <i>0.93</i>	0.12 <i>0.35</i>	-0.26 <i>0.04</i>	-0.15 <i>0.26</i>	-0.30 <i>0.02</i>	1.00 ----															
20	Sul	0.47 <i>0.00</i>	0.51 <i>0.00</i>	0.31 <i>0.01</i>	0.45 <i>0.00</i>	0.24 <i>0.06</i>	0.04 <i>0.73</i>	0.40 <i>0.00</i>	0.22 <i>0.09</i>	-0.23 <i>0.07</i>	-0.02 <i>0.90</i>	0.41 <i>0.00</i>	0.12 <i>0.37</i>	0.23 <i>0.07</i>	0.13 <i>0.32</i>	0.04 <i>0.77</i>	-0.20 <i>0.13</i>	-0.15 <i>0.24</i>	-0.09 <i>0.51</i>	-0.17 <i>0.17</i>	-0.76 <i>0.00</i>	1.00 ----														
21	Comuni	0.62 <i>0.00</i>	0.55 <i>0.00</i>	0.42 <i>0.00</i>	0.41 <i>0.00</i>	0.39 <i>0.00</i>	-0.06 <i>0.62</i>	0.67 <i>0.00</i>	0.51 <i>0.00</i>	-0.09 <i>0.48</i>	-0.49 <i>0.00</i>	0.35 <i>0.00</i>	0.37 <i>0.00</i>	0.58 <i>0.00</i>	0.40 <i>0.00</i>	0.35 <i>0.74</i>	0.04 <i>0.68</i>	-0.05 <i>0.68</i>	-0.12 <i>0.37</i>	-0.11 <i>0.41</i>	-0.31 <i>0.01</i>	0.45 <i>0.00</i>	1.00 ----													
22	Confess	0.27 <i>0.03</i>	0.41 <i>0.00</i>	0.24 <i>0.06</i>	0.01 <i>0.95</i>	0.12 <i>0.33</i>	-0.07 <i>0.59</i>	0.29 <i>0.02</i>	0.38 <i>0.00</i>	-0.16 <i>0.22</i>	-0.27 <i>0.03</i>	0.04 <i>0.75</i>	0.18 <i>0.15</i>	0.34 <i>0.01</i>	0.33 <i>0.02</i>	0.30 <i>0.20</i>	0.17 <i>0.41</i>	0.11 <i>0.04</i>	-0.06 <i>0.66</i>	-0.12 <i>0.37</i>	0.03 <i>0.81</i>	-0.01 <i>0.96</i>	0.40 <i>0.00</i>	1.00 ----												
23	IGC	0.45 <i>0.00</i>	0.45 <i>0.00</i>	0.26 <i>0.04</i>	0.37 <i>0.00</i>	0.34 <i>0.83</i>	0.03 <i>0.00</i>	0.41 <i>0.00</i>	0.22 <i>0.08</i>	-0.01 <i>0.93</i>	-0.24 <i>0.06</i>	0.40 <i>0.00</i>	0.05 <i>0.68</i>	0.30 <i>0.02</i>	0.32 <i>0.01</i>	-0.02 <i>0.10</i>	-0.28 <i>0.89</i>	-0.08 <i>0.03</i>	-0.32 <i>0.01</i>	-0.16 <i>0.22</i>	-0.02 <i>0.89</i>	0.32 <i>0.01</i>	0.36 <i>0.00</i>	0.23 <i>0.07</i>	1.00 ----											
24	TamConselho	0.63 <i>0.00</i>	0.41 <i>0.00</i>	0.50 <i>0.00</i>	0.39 <i>0.00</i>	0.58 <i>0.43</i>	0.10 <i>0.00</i>	0.64 <i>0.00</i>	0.48 <i>0.00</i>	-0.07 <i>0.59</i>	-0.46 <i>0.00</i>	0.45 <i>0.00</i>	0.37 <i>0.00</i>	0.63 <i>0.00</i>	0.46 <i>0.05</i>	0.25 <i>0.97</i>	0.01 <i>0.52</i>	-0.08 <i>0.36</i>	-0.12 <i>0.09</i>	-0.22 <i>0.68</i>	-0.05 <i>0.05</i>	0.25 <i>0.00</i>	0.37 <i>0.00</i>	0.09 <i>0.47</i>	0.19 <i>0.15</i>	1.00 ----										
25	OutrosCons	0.29 <i>0.02</i>	0.36 <i>0.00</i>	0.26 <i>0.04</i>	0.08 <i>0.55</i>	0.22 <i>0.08</i>	0.01 <i>0.91</i>	0.26 <i>0.04</i>	0.31 <i>0.01</i>	0.21 <i>0.09</i>	-0.56 <i>0.00</i>	0.05 <i>0.69</i>	0.37 <i>0.00</i>	0.40 <i>0.00</i>	0.34 <i>0.01</i>	0.10 <i>0.46</i>	-0.11 <i>0.41</i>	-0.02 <i>0.87</i>	0.08 <i>0.53</i>	-0.27 <i>0.04</i>	0.15 <i>0.23</i>	-0.04 <i>0.77</i>	0.15 <i>0.24</i>	0.18 <i>0.15</i>	-0.01 <i>0.92</i>	0.32 <i>0.01</i>	1.00 ----									
26	TamAT	0.48 <i>0.00</i>	0.47 <i>0.00</i>	0.30 <i>0.02</i>	0.31 <i>0.01</i>	0.41 <i>0.00</i>	0.16 <i>0.22</i>	0.47 <i>0.00</i>	0.48 <i>0.00</i>	-0.05 <i>0.68</i>	-0.49 <i>0.00</i>	0.44 <i>0.00</i>	0.54 <i>0.00</i>	0.65 <i>0.00</i>	0.51 <i>0.00</i>	0.36 <i>0.00</i>	0.17 <i>0.18</i>	-0.04 <i>0.75</i>	-0.07 <i>0.57</i>	-0.25 <i>0.05</i>	0.01 <i>0.92</i>	0.16 <i>0.22</i>	0.36 <i>0.00</i>	0.41 <i>0.00</i>	0.30 <i>0.02</i>	0.50 <i>0.00</i>	0.18 <i>0.16</i>	1.00 ----								
27	TamVdas	0.43 <i>0.00</i>	0.37 <i>0.00</i>	0.23 <i>0.07</i>	0.30 <i>0.02</i>	0.35 <i>0.00</i>	0.11 <i>0.39</i>	0.46 <i>0.00</i>	0.46 <i>0.00</i>	-0.13 <i>0.31</i>	-0.39 <i>0.00</i>	0.39 <i>0.00</i>	0.45 <i>0.00</i>	0.52 <i>0.00</i>	0.48 <i>0.00</i>	0.40 <i>0.07</i>	0.23 <i>0.83</i>	0.03 <i>0.04</i>	-0.08 <i>0.56</i>	-0.27 <i>0.03</i>	0.06 <i>0.65</i>	0.09 <i>0.50</i>	0.27 <i>0.04</i>	0.36 <i>0.00</i>	0.29 <i>0.02</i>	0.54 <i>0.35</i>	0.12 <i>0.00</i>	0.92 <i>0.00</i>	1.00 ----							
28	SuperAT	-0.02 <i>0.87</i>	-0.06 <i>0.62</i>	0.01 <i>0.92</i>	-0.09 <i>0.49</i>	0.05 <i>0.70</i>	0.04 <i>0.76</i>	-0.01 <i>0.97</i>	-0.17 <i>0.19</i>	0.11 <i>0.38</i>	0.08 <i>0.55</i>	-0.22 <i>0.09</i>	-0.11 <i>0.41</i>	-0.15 <i>0.23</i>	-0.08 <i>0.53</i>	0.08 <i>0.13</i>	0.20 <i>0.13</i>	0.08 <i>0.56</i>	-0.10 <i>0.43</i>	0.06 <i>0.52</i>	0.14 <i>0.30</i>	-0.19 <i>0.82</i>	-0.07 <i>0.80</i>	0.10 <i>0.09</i>	0.81 <i>0.81</i>	0.53 <i>0.53</i>	0.94 <i>0.94</i>	0.01 <i>0.01</i>	0.20 <i>0.20</i>	----						
29	SuperVdas	0.23 <i>0.07</i>	0.23 <i>0.07</i>	0.20 <i>0.13</i>	0.09 <i>0.50</i>	0.25 <i>0.05</i>	0.20 <i>0.11</i>	0.18 <i>0.16</i>	-0.02 <i>0.90</i>	0.18 <i>0.17</i>	-0.15 <i>0.23</i>	-0.02 <i>0.89</i>	0.08 <i>0.54</i>	0.18 <i>0.17</i>	0.10 <i>0.43</i>	0.08 <i>0.52</i>	0.13 <i>0.</i>																			

Em relação as variáveis dependentes, algumas estão significativamente correlacionadas, porém, a correlação entre elas é irrelevante já que não compõem o mesmo modelo econométrico.

- O índice de evidenciação da responsabilidade social em geral com os índices: ambiental; social; econômico, financeiro e governança; produtos, serviços e estratégico; e públicos de interesse;
- O índice social também está correlacionado com os índices: produtos, serviços e estratégico; e públicos de interesse.

Destaca-se que não se observa correlação significativa entre as variáveis dependentes e as explicativas. Por outro lado, algumas variáveis explicativas da pesquisa estão significativamente correlacionadas entre si, como é o caso de:

- A variável (*CursosGrad*) está negativamente correlacionada com a variável (*Facul*);
- A variável (*Sul*) está correlacionada com a variável (*Sudeste*), ambas representando uma região do país;
- A variável (*TamAT*) está correlacionada com a variável (*TamVdas*), ambas representando o tamanho das mantenedoras das IESFs; e
- A variável (*SuperAT*) está correlacionada com a variável (*SuperVdas*), ambas representando o resultado econômico das mantenedoras das IESFs.

Essas variáveis estão correlacionadas em graus superiores a 70%, portanto, se faz necessário observar essa correlação quando da análise de regressão múltipla. Como primeira medida, excluiu-se do modelo inicial uma das variáveis representativas de tamanho e uma representativa de resultado econômico. Além disso, observa-se que existem outras variáveis correlacionadas em menor grau, o que é aceitável para a análise de regressão múltipla (Figueiredo Filho, et al., 2011; Gujarati e Porter, 2011; Wooldridge, 2014).

Em seguida são apresentados os resultados da análise de regressão linear dos modelos econométricos.

5.3 ANÁLISE DE REGRESSÃO LINEAR MÚLTIPLA

As 7 variáveis dependentes da pesquisa, representando a extensão da evidenciação da responsabilidade social, primeiramente de forma geral e em segundo lugar por informações representativas dos grupos de categorias de responsabilidade social (ambiental; social; econômica, financeira e governança; produtos, serviços e estratégica; ética e legal; e públicos

internos e externos), integram-se às variáveis explicativas e formam os modelos econométricos para identificar os determinantes da extensão da evidênciação, conforme apresentados no item 4.1.3 desta tese.

Salienta-se que quando os modelos apresentavam problemas de heteroscedasticidade a regressão foi feita utilizando-se da opção que o torna consistente pelo teste *White* e todos os modelos são significantes a nível de 0,01 ou 0,05 pela estatística de *Durbin-Watson*. Os resultados parciais encontram-se apresentados no Apêndice Y.

Inicia-se pelo modelo 1 que identifica os determinantes do índice representativo da extensão da evidênciação de informações de responsabilidade social em geral.

Modelo econométrico 1: Determinantes da extensão da evidênciação de responsabilidade social

A Tabela 7 apresenta 6 variáveis estatisticamente significativas que integram o modelo econométrico explicativo da extensão da evidênciação da responsabilidade social em geral e R² ajustado de 51,59%.

Tabela 7: Determinantes da extensão da evidênciação da responsabilidade social em geral

Dependent Variable: EEIRS		Sample: 1 175		
Method: Least Squares		Included observations: 158		
Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
CURSOSGRAD	0.0493	0.0082	6.0422	0.0000
TAMAT	0.0102	0.0048	2.1241	0.0353
IGC	0.0278	0.0125	2.2312	0.0271
ALAVANCAGEM*CURSOSSTRICTO	0.0432	0.0229	1.8881	0.0609
COMUNI*SUL	0.0904	0.0220	4.1066	0.0001
CONFESS*SUL	-0.1175	0.0459	-2.5593	0.0115
C	-0.1559	0.0830	-1.8792	0.0621
R-squared	0.5344	Akaike info criterion	-2.0879	
Adjusted R-squared	0.5159	Schwarz criterion	-1.9522	
F-statistic	28.890	Durbin-Watson stat	1.7708	
Prob(F-statistic)	0.0000			

O modelo econométrico 1 indica que, quanto mais cursos de graduação a IESF possuir, quanto maior for o seu tamanho medido pelo ativo total e quanto maior a qualidade indicada pelo IGC, maior será a extensão da evidênciação de informações representativas de responsabilidade social das IESFs. Quanto mais alavancadas forem as IESFs que possuem cursos stricto sensu na sua grade, maior será o percentual de evidênciação delas. O modelo também indica que se a IESF for comunitária e estiver localizada na região sul, evidencia voluntariamente mais informações representativas de responsabilidade social do que as demais

IESFs. Por outro lado, o modelo econométrico 1 revela que se a IESF for confessional e estiver localizada na região sul do Brasil, evidencia voluntariamente menos informações representativas de responsabilidade social do que as demais IESFs.

Os resultados obtidos apresentam diferenças e aproximações em relação a outras investigações sobre os determinantes da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social.

A investigação de Trotman e Bradley (1981) foi uma das primeiras a analisar o que determina a extensão da evidenciação da responsabilidade social por categorias. O autor utilizou-se de 6 categorias, 3 semelhantes a esta pesquisa (ambiental, produtos e serviços e públicos internos). A amostra da pesquisa contou com 83 organizações que evidenciaram informações representativas de responsabilidade social. Por meio de testes estatísticos não paramétricos os autores confirmaram que tamanho, risco sistêmico, pressão social e idade de instalação das organizações no local influenciam a extensão da evidenciação da responsabilidade social. A única variável estatisticamente significativa semelhante à pesquisa atual é tamanho, medida pelo ativo total (*TamAT*).

Cooke (1989) pesquisou sobre a evidenciação de 90 organizações suecas usando 146 indicadores. O autor constatou que as características das organizações como: não listadas em bolsa de valores, listadas em múltiplas bolsas de valores, tamanho do ativo, tamanho das vendas e volume de negociações influenciam na extensão da evidenciação de informações, com um coeficiente R^2 ajustado em torno de 60%. A variável tamanho do ativo coincide com a pesquisa de Trotman e Bradley (1981) e também com esta pesquisa. As demais variáveis, com exceção do tamanho das vendas, são características específicas de organizações com fins econômicos. O coeficiente R^2 ajustado da pesquisa de Cooke (1989) é maior do que o obtido nesta pesquisa.

A pesquisa de Branco e Rodrigues (2008) utilizou uma amostra de 49 empresas listadas na bolsa de valores de Portugal para analisar a evidenciação da responsabilidade social. A extensão da evidenciação foi determinada por meio de análise de conteúdo nos relatórios anuais das empresas. As categorias de responsabilidade social utilizadas foram: ambiental, recursos humanos, produtos e consumidores e envolvimento com a comunidade. De certa forma todas essas categorias estão contempladas nos índices utilizados nesta tese. Os resultados da pesquisa de Branco e Rodrigues (2008) indicam que alavancagem, tamanho e exposição à mídia são estatisticamente significativos, com um coeficiente R^2 ajustado de 37,4%. As semelhanças dos resultados com a presente pesquisa são as variáveis alavancagem e tamanho estatisticamente significativos.

Said, Zainuddin e Haron (2009) examinaram a associação entre variáveis relativas à governança das organizações listadas na bolsa de valores da Malásia como: tamanho do conselho e conselheiros externos com a responsabilidade social. Somente obtiveram resultados estatisticamente significativos para as variáveis propriedade do governo e comitê de auditoria, com um coeficiente R^2 ajustado de 11%. Os resultados de Said, Zainuddin e Haron (2009) são parcialmente coincidentes com a atual pesquisa que também não obteve significância estatística para as variáveis tamanho do conselho universitário das IESFs. Porém, o modelo econométrico resultante nesta tese é significativamente melhor do que as duas pesquisas apresentadas anteriormente, com um coeficiente R^2 ajustado de 51,59% para a extensão da evidência da responsabilidade social das IESFs.

Outra pesquisa revisada foi de Khan, Muttakin e Siddiqui (2013). Utilizaram-se de 20 itens de responsabilidade social para compor a variável dependente e analisaram 135 empresas de Bangladesh, coletando as evidências sobre a responsabilidade social nos relatórios anuais. Variáveis como alavancagem, retorno sobre o ativo, tamanho do ativo, idade, diretores proprietários, exportadoras, propriedade do governo, propriedade estrangeira, dualidade do presidente e setor de atividade resultaram estatisticamente significativas, com um coeficiente R^2 ajustado variando de 38,3% a 56,2% nos modelos econométricos. Os resultados apresentam semelhanças e diferenças com a atual pesquisa. As semelhanças constatadas são alavancagem e tamanho do ativo como determinantes da extensão da evidência de informações representativas de responsabilidade social. As demais variáveis explicativas são diferentes entre as pesquisas, muito por conta do tipo de organização investigada. Além disso, o número de itens componentes da variável dependente da pesquisa de Khan, Muttakin e Siddiqui (2012), 20 itens, é menor do que esta pesquisa que utilizou 80 indicadores para medir a extensão da evidência.

Nasser e Hassan (2013) também pesquisaram sobre os determinantes da extensão da evidência da responsabilidade social em 60 empresas dos Emirados Árabes, por meio de 26 itens observados nos relatórios anuais das empresas. As variáveis que resultaram estatisticamente significativas foram: lucratividade, setor de atividade e tamanho, com um coeficiente R^2 ajustado de 42,2%. Apenas a variável tamanho coincide com os resultados desta pesquisa que teve 158 IESFs incluídas e 80 indicadores observados nas páginas eletrônicas de Internet.

Zainon, Atan e Wah (2014) examinaram os determinantes da extensão da evidência de 101 organizações com fins não econômicos na Malásia. Os autores utilizaram 88 indicadores de evidência financeira e não financeira, muitos semelhantes com os 80 utilizados nesta tese.

As variáveis que resultaram estatisticamente significativas foram auditoria externa, desempenho financeiro e suporte do governo em termos de garantias, com um R^2 ajustado de 45,0%. Destaca-se que as variáveis significativas são diferentes desta pesquisa, porém, o tipo de organização investigada é semelhante, com fins não econômicos.

A seguir apresenta-se os resultados do modelo econométrico 2.

Modelo econométrico 2: Determinantes da extensão da evidenciação do índice ambiental

A Tabela 8 mostra a validação do modelo com 7 variáveis estatisticamente significativas e um coeficiente de R^2 ajustado de 50,73%.

Tabela 8: Determinantes da extensão da evidenciação do índice ambiental

Dependent Variable: EEIAMB		Sample: 1 175		
Method: Least Squares		Included observations: 113		
White heteroskedasticity-consistent standard errors & covariance				
Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
CURSOSGRAD	0.0761	0.0215	3.5350	0.0006
UNIV	0.1699	0.0560	2.8333	0.0055
IGC	0.0568	0.0326	1.7443	0.0840
SUPERVDAS	0.7243	0.4048	1.7892	0.0765
COMUNI*NORDESTE	-0.3006	0.0485	-6.1935	0.0000
CONFESS*NORDESTE	0.0872	0.0488	1.7859	0.0770
SUL	0.1305	0.0399	3.2670	0.0015
C	-0.3379	0.1019	-3.3171	0.0013
R-squared	0.5381	Akaike info criterion	-0.6733	
Adjusted R-squared	0.5073	Schwarz criterion	-0.4803	
F-statistic	17.472	Durbin-Watson stat	2.1952	
Prob(F-statistic)	0.0000			

O modelo econométrico 2 indica que, quanto mais cursos de graduação a IESF possuir, quanto maior a qualidade indicada pelo IGC, quanto maior for o superávit sobre as vendas, maior será a extensão da evidenciação de informações do índice ambiental das IESFs. Se a IESF for confessional e estiver localizada na região nordeste, ou, se a IESF for da região sul ou for universidade, evidencia voluntariamente mais informações do índice ambiental de responsabilidade social do que as demais IESFs. Por outro lado, o modelo econométrico 2 constata que se a IESF for comunitária e estiver localizada na região nordeste do país, evidencia voluntariamente menos informações do índice ambiental de responsabilidade social.

Ahmad, Hassan e Mohammad (2003) pesquisaram sobre a evidenciação ambiental nas empresas de diversos setores da economia, listadas na bolsa de valores da Malásia. O levantamento do volume da evidenciação ambiental foi feito por meio de análise de conteúdo em palavras chave nos relatórios anuais. Os resultados indicam significância estatística para as

variáveis alavancagem e tipo de auditoria, com um coeficiente R^2 de 8,4%. Constata-se que os resultados obtidos por estes autores são diferentes dos obtidos nesta tese com uma amostra de 113 IESFs e um coeficiente R^2 de 53,81%.

Brammer e Pavelin (2006) analisaram a evidenciação ambiental de 447 corporações listadas na bolsa de valores do Reino Unido. Utilizaram-se de 6 indicadores da evidenciação ambiental nos *PIRC Environmental Reporting 2000* (p. 1176). Concluíram que as maiores corporações, as menos endividadas e as que tem o capital mais disperso são significativamente mais prováveis de evidenciar informações ambientais. Destaca-se que os resultados diferem dos resultados desta pesquisa, inclusive pelo tipo de organização analisada.

Outro estudo revisado foi o de Murcia et al. (2008) que analisaram a evidenciação ambiental nos relatórios anuais de 55 empresas listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA). Os autores encontraram que as variáveis tamanho, tipo de auditoria e participação no Índice de sustentabilidade Empresarial (ISE) explicam a evidenciação ambiental nos relatórios anuais. Na pesquisa de Murcia et al. (2008) foram utilizados 36 indicadores ambientais, diferentemente do que nesta tese que utilizou apenas 8 indicadores. O baixo número de empresas e o alto número de indicadores utilizados no estudo de Murcia et al. (2008) podem ter sido determinantes para a diferença no coeficiente R^2 ajustado. Eles obtiveram 58,62% enquanto esta pesquisa obteve 50,73%, com uma amostra de 113 IESFs.

Em outra pesquisa Aerts, Cormier e Magnan (2009) observaram a evidenciação ambiental em corporações do continente europeu e norte americanas. Os autores encontraram que pressão da mídia e dispersão na previsão dos analistas que seguem as corporações influenciam no volume da evidenciação ambiental, com um coeficiente R^2 variando entre 4,52% e 29,46% nos modelos econométricos. Destaca-se que as variáveis explicativas são diferentes das encontradas nesta pesquisa, bem como o coeficiente R^2 de 53,81% desta pesquisa é significativamente maior.

A seguir, apresenta-se os resultados do modelo econométrico 3.

Modelo econométrico 3: Determinantes da extensão da evidenciação do índice social

A Tabela 9 apresenta 2 variáveis estatisticamente significativas e um coeficiente de R^2 ajustado de 33,06%.

Tabela 9: Determinantes da extensão da evidenciação do índice social

Dependent Variable: EEISOC		Sample: 1 175		
Method: Least Squares		Included observations: 169		
White heteroskedasticity-consistent standard errors & covariance				
Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
CURSOSGRAD	0.1298	0.0156	8.3031	0.0000
ALAVANCAGEM*SUL	0.1124	0.0444	2.5302	0.0123
C	0.2083	0.0428	4.8691	0.0000
R-squared	0.3386	Akaike info criterion		-0.2227
Adjusted R-squared	0.3306	Schwarz criterion		-0.1672
F-statistic	42.495	Durbin-Watson stat		1.9878
Prob(F-statistic)	0.0000			

O modelo econométrico 3 indica que, quanto mais cursos de graduação a IESF possuir e quanto mais alavancada a IESF localizada na região sul do país for, maior será a extensão da evidenciação de informações do índice social.

A pesquisa de Haniffa e Cooke (2005) analisou o impacto da cultura e da governança na evidenciação social de 160 corporações da Malásia, por meio de 45 indicadores, nos relatórios anuais. Os resultados da pesquisa foram estatisticamente significativos para as variáveis representativas de cultura e de governança, assim como também foram significativos para tamanho, lucratividade, corporações listadas em múltiplas bolsas de valores e tipo de indústria, com coeficientes R^2 ajustados de 38,9% e de 45,3% para os modelos. As semelhanças com a presente pesquisa estão no uso de variáveis representativas de governança no modelo econométrico inicial, porém, nesta tese estas variáveis não se mostraram estatisticamente significativas nos resultados finais do modelo para o índice social. Aliás, nenhuma das variáveis significativas na pesquisa de Haniffa e Cooke (2005) se mostrou significativa para a extensão da evidenciação social das IESFs, que obteve um coeficiente de R^2 ajustado de 33,06%, inferior aos coeficientes obtidos na pesquisa revisada.

Fuertes e Garcia (2013) analisaram os fatores determinantes da transparência das ações sociais de 37 empresas listadas na bolsa de valores espanhola. O nível de transparência social foi identificado nos informes sociais e nos relatórios de sustentabilidade das empresas. Os autores encontraram que o tamanho, o grau de endividamento e o nível de transparência em geral explicam a transparência social, com um coeficiente R^2 em torno de 50%. Na presente pesquisa o grau de endividamento, também foi estatisticamente significativo para a evidenciação social das IESFs conforme pode ser observado na tabela 9. Constata-se também que o coeficiente R^2 obtido por Fuertes e Garcia (2013) é superior ao obtido na presente tese.

Em seguida, apresenta-se os resultados do modelo econométrico 4.

Modelo econométrico 4: Determinantes da extensão da evidenciação do índice econômico, financeiro e governança

A Tabela 10 mostra que 3 variáveis são estatisticamente significativas e o R^2 ajustado do modelo é de 29,87%.

Tabela 10: Determinantes da extensão da evidenciação do índice econômico, financeiro e governança

Dependent Variable: EEIEFGOV		Sample: 1 175		
Method: Least Squares		Included observations: 164		
White heteroskedasticity-consistent standard errors & covariance				
Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
CURSOSDIST*CURSOSSAUDE	0.0677	0.0246	2.7489	0.0067
IGC*COMUNI	0.0150	0.0055	2.7026	0.0076
CURSOSSTRICTO*SUL	0.0689	0.0308	2.2383	0.0266
C	0.0506	0.0065	7.7667	0.0000
R-squared	0.3116	Akaike info criterion		-2.0705
Adjusted R-squared	0.2987	Schwarz criterion		-1.9949
F-statistic	24.140	Durbin-Watson stat		1.6651
Prob(F-statistic)	0.0000			

O modelo econométrico 4 indica que, se a IESF tiver cursos a distância e cursos da área de saúde na sua grade de produtos, se ela for comunitária com os maiores IGCs e se as IESFs do sul do Brasil tiverem cursos stricto sensu na sua grade de produtos, evidenciam mais informações do índice econômico, financeiro e governança, do que as demais IESFs.

Trabelsi, Labelle e Dumontier (2008) analisaram apenas os determinantes da evidenciação financeira em páginas eletrônicas de internet de organizações canadenses. Constataram que a acurácia nas previsões e a dispersão nas previsões dos analistas influenciam no volume da evidenciação financeira neste canal de comunicação. Destaca-se a diferença nas variáveis resultantes como estatisticamente significativas pelo tipo de organizações analisadas e também destaca-se que o coeficiente R^2 ajustado de 10,2% é inferior ao encontrado na presente tese.

Em 2014, Aljifri et al. publicaram os resultados de uma pesquisa que envolveu 153 corporações da União dos Principados Árabes, onde analisaram a evidenciação de 88 itens econômicos, financeiros e de governança nos relatórios anuais. Os autores constataram que as corporações listadas na bolsa de valores, as do setor bancário, aquelas que capitalizam no mercado e as maiores corporações, influenciam significativamente na extensão da evidenciação dessas informações, com um coeficiente R^2 ajustado de 26,08%. As variáveis explicativas

encontradas na pesquisa de Aljifri et al. (2014) são totalmente diferentes dos resultados desta pesquisa, o que pode ser parcialmente explicado pelo tipo de organização analisada.

Zainon, Atan e Wah (2014) analisaram apenas os determinantes da extensão da evidenciação do índice governança, observando 18 indicadores nos relatórios anuais de 101 OCFNE da Malásia. Os resultados obtidos confirmaram o tamanho do ativo, auditoria externa e informações básicas evidenciadas como determinantes para a evidenciação da categoria, com um coeficiente R^2 ajustado de 19,2%. As variáveis confirmadas são diferentes das encontradas nesta pesquisa, assim como o número de organizações, 164. Além disso, o coeficiente R^2 ajustado desta pesquisa é superior, 29,87%.

Na sequência, apresenta-se os resultados do modelo econométrico 5.

Modelo econométrico 5: Determinantes da evidenciação do índice produtos, serviços e estratégico

A Tabela 11 demonstra os resultados do modelo 5. Em relação ao índice produtos, serviços e estratégico de responsabilidade social, obteve-se um R^2 ajustado de 35,85%, resultado de um modelo composto por 4 variáveis significativas.

Tabela 11: Determinantes da extensão da evidenciação do índice produtos, serviços e estratégico

Dependent Variable: EEIPSEST		Sample (adjusted): 1 173		
Method: Least Squares		Included observations: 98		
Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
CURSOSGRAD	0.0285	0.0104	2.7546	0.0071
MIDIABOA	0.0454	0.0206	2.2029	0.0301
IGC	0.0377	0.0140	2.6856	0.0086
TAMCONSELHO	0.0275	0.0140	1.9707	0.0517
C	0.1154	0.0554	2.0825	0.0400
R-squared	0.3849	Akaike info criterion		-2.1771
Adjusted R-squared	0.3585	Schwarz criterion		-2.0452
F-statistic	14.552	Durbin-Watson stat		1.7023
Prob(F-statistic)	0.0000			

O modelo econométrico 5 indica que as IESFs que tem o maior número de cursos de graduação na sua grade de produtos; as IESF que tem notícias boas divulgadas pela mídia; as IESF que tem maior qualidade nos seus cursos; e aquelas IESF que tem o maior número de conselheiros universitários, evidenciam mais informações do índice produtos, serviços e estratégico.

Cowen, Ferreri e Parker (1987) analisaram a extensão da evidenciação da categoria produtos, com 3 indicadores. Em seus resultados não encontraram variável explicativa

estatisticamente significativa, porém, obtiveram um coeficiente R^2 ajustado de 6,18% para o modelo econométrico. Esta tese apresenta resultados diferentes. Com 16 indicadores compondo a variável dependente, encontrou 4 variáveis explicativas estatisticamente significativas e um coeficiente R^2 ajustado de 35,85%, superior ao estudo revisado.

Outra pesquisa analisada revisou a categoria estratégica de evidenciação. Wang, O e Claiborne (2008) observaram 21 indicadores nos relatórios anuais de 110 empresas chinesas. A única variável que resultou estatisticamente significativa foi rentabilidade sobre o ativo, porém, o modelo não apresentou significância pelo coeficiente R^2 ajustado, 0,00%. A semelhança com os resultados desta tese está no uso da variável rentabilidade como possível determinante da extensão da evidenciação do índice produtos, serviços e estratégico de responsabilidade social.

Domínguez, Álvarez e Sánchez (2010) também analisaram apenas os determinantes da evidenciação estratégica de 117 empresas listadas na bolsa de valores de Madri na Espanha. Os autores usaram um índice de 8 indicadores de evidenciação observados nas páginas eletrônicas de Internet. As variáveis explicativas foram tamanho, rentabilidade, endividamento, setor da indústria e concentração da indústria. Apenas as duas últimas variáveis resultaram estatisticamente significativas, com um coeficiente R^2 de 19,30%. Nesta pesquisa também utilizou-se como possíveis determinantes as variáveis tamanho, rentabilidade e endividamento, porém, os resultados não indicaram nenhuma dessas variáveis como estatisticamente significativa para determinar a extensão da evidenciação do índice produtos, serviços e estratégico de responsabilidade social. Apesar disso, os resultados desta pesquisa apresentam um coeficiente R^2 de 35,85% para uma amostra de 98 IESFs, utilizando-se de 16 indicadores componentes da variável dependente.

Kansal et al. (2014) estudaram 100 empresas chinesas. Os autores utilizaram 6 indicadores para construir a variável dependente e confirmaram a variável tipo de indústria como determinante para a extensão da evidenciação da categoria produtos e serviços, com um R^2 ajustado de 24,9%. Não se observou semelhança nos resultados desta pesquisa com os resultados de Kansal et al. (2014).

Na sequência, apresenta-se os resultados do modelo econométrico 6.

Modelo econométrico 6: Determinantes da extensão da evidenciação do índice ética e legal

A Tabela 12 revela 3 variáveis estatisticamente significativas que integram o modelo explicativo da extensão da evidenciação do índice ética e legal de responsabilidade social, com um coeficiente R^2 ajustado de 15,39%. Porém, destaca-se que esse modelo não apresentou

normalidade dos resíduos, o que torna os estimadores não consistentes e não eficientes. Tentou-se resolver utilizando-se o método dos mínimos quadrados generalizados - GLM, assumindo distribuição não normal, mas também não resolveu o problema. Esses resultados confirmam aqueles obtidos na análise de consistência interna da variável dependente apresentados na tabela 4. Portanto, apresenta-se os resultados obtidos mas os mesmos são desconsiderados para analisar as hipóteses.

Tabela 12: Determinantes da extensão da evidenciação do índice ética e legal

Dependent Variable: EEIETILEG		Sample: 1 175			
Method: Least Squares		Included observations: 119			
White heteroskedasticity-consistent standard errors & covariance					
Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.	
CUNIV	0.0792	0.0283	2.7960	0.0061	
SUDESTE	-0.0349	0.0196	-1.7764	0.0783	
ALAVANCAGEM*TAMVDAS*SUPERVDAS	0.0405	0.0236	1.7187	0.0884	
C	0.2167	0.0124	17.543	0.0000	
R-squared	0.1754	Akaike info criterion		-2.0842	
Adjusted R-squared	0.1539	Schwarz criterion		-1.9907	
F-statistic	8.1534	Durbin-Watson stat		2.0146	
Prob(F-statistic)	0.0001				

O modelo econométrico 6 indica que os centros universitários e as IESF que forem ao mesmo tempo mais alavancadas, maiores e também mais superavitárias em relação as vendas, evidenciam mais. Também indica que as IESFs localizadas na região sudeste do país, evidenciam menos informações do índice ética e legal de responsabilidade social do que as demais IESFs.

Não se observou, dentre os estudos revisados, outro que tivesse analisado informações do índice ética e legal de responsabilidade social, nem mesmo com as categorias em separado, para se proceder comparações.

Modelo econométrico 7: Determinantes da extensão da evidenciação do índice públicos de interesse

A Tabela 13 revela os resultados do modelo explicativo da extensão da evidenciação do índice públicos internos, com um R² ajustado de 46,45% para 6 variáveis estatisticamente significativas.

Tabela 13: Determinantes da extensão da evidenciação do índice públicos de interesse

Dependent Variable: EEIPI		Sample: 1 175		
Method: Least Squares		Included observations: 112		
White heteroskedasticity-consistent standard errors & covariance				
Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
ALAVANCAGEM*OUTROSCONS	0.0505	0.0275	1.8384	0.0688
COMUNI	0.1029	0.0341	3.0145	0.0032
CURSOSDIST*CURSOSGRAD	0.0209	0.0121	1.7233	0.0878
NORDESTE	-0.1098	0.0264	-4.1628	0.0001
SUPERVDAS*TAMVDAS*IGC	0.0097	0.0055	1.7592	0.0815
UNIV	0.1109	0.0380	2.9157	0.0043
C	0.1320	0.0187	7.0457	0.0000
R-squared	0.4934	Akaike info criterion		-1.1732
Adjusted R-squared	0.4645	Schwarz criterion		-1.0032
F-statistic	17.045	Durbin-Watson stat		1.8074
Prob(F-statistic)	0.0000			

O modelo econométrico 10 indica que quanto mais alavancadas forem as IESFs que tem outros conselhos e ou comitês nas suas estruturas de governança, mais elas evidenciam indicadores desse índice. Também indica que as IESFs caracterizadas como comunitárias; aquelas que mantêm cursos à distância e tem mais cursos de graduação na sua grade de produtos; as mais superavitárias e maiores em relação as vendas, com os maiores IGCs; e as universidades, evidenciam mais informações do índice públicos de interesse de responsabilidade social do que as demais IESFs. Por outro lado, os resultados indicam que se as IESFs estiverem localizadas na região nordeste do Brasil, elas evidenciam menos informações do índice públicos de interesse de responsabilidade social do que as demais IESFs.

Cowen, Ferreri e Parker (1987) analisaram a categoria recursos humanos de responsabilidade social com 3 indicadores na variável dependente. Os autores confirmaram a variável comitê de responsabilidade social como estatisticamente significativa para explicar a extensão da evidenciação dessa categoria, com um coeficiente R^2 ajustado de 14,60%. Destaca-se que nesta pesquisa também se confirmou a presença de comitês na estrutura de governança como determinante da extensão da evidenciação do índice, com um coeficiente R^2 ajustado de 46,45%.

Gray et al. (2001) analisaram a evidenciação da categoria consumidores de 100 empresas do Reino Unido. Constataram que as variáveis *turnover* dos empregados, tamanho e lucratividade das empresas são determinantes para a extensão da evidenciação da categoria. A semelhança com esta pesquisa está que as variáveis tamanho e superávit também são significativas quando medidas com base nas vendas.

Também Kansal et al. (2014) investigaram a categoria recursos humanos de responsabilidade social com 30 indicadores na variável dependente. As variáveis explicativas

estatisticamente significativas foram o tipo de indústria e o tamanho das organizações, com um coeficiente R^2 ajustado de 22,4%. Constata-se que o número de indicadores utilizados por estes autores foi maior, porém o modelo econométrico obteve um coeficiente R^2 ajustado significativamente menor, o que se configura como diferenças da pesquisa. As semelhanças são que o tamanho, medido pelas vendas e o tipo de IESFs, as universidades também são estatisticamente significativas nesta pesquisa de tese.

Na Tabela 14 apresenta-se um resumo dos resultados obtidos com as análises de regressão dos 7 modelos econométricos. Observa-se que os coeficientes da estatística F, que medem o ajuste dos modelos, apresentam resultados significativos em todos os modelos.

Tabela 14: Resultados dos modelos econométricos

Modelo Econométrico	Variável Dependente	R ² Ajustado	F-Statistic	Prob (F-Statistic)
1	EEIRS	51,59%	28,89	0,000
2	EEIAmb	50,73%	17,47	0,000
3	EEISoc	33,06%	42,49	0,000
4	EEIEFGov	29,87%	24,14	0,000
5	EEIPSEst	35,85%	14,55	0,000
6	EEIEtiLeg	15,39%	8,15	0,000
7	EEIPI	46,45%	17,05	0,000

Para finalizar o capítulo, apresentam-se tabelas sínteses que informam as variáveis explicativas da evidenciação da responsabilidade social. As Tabelas 15 e 16 apresentam as variáveis que determinam a extensão da evidenciação da responsabilidade social em geral e dos índices representativos de informações dos grupos de suas categorias. Nas tabelas se observa as variáveis explicativas, com seus respectivos graus de significância.

Tabela 15: Determinantes da extensão da evidenciação da responsabilidade social

Variáveis	Determinantes da extensão da evidenciação do Índice						
	Responsabilidade Social Geral	Ambiental	Social	Econômica Financeira Governança	Produtos e Serviços e Estratégica	Ética e Legal	Públicos Interesse
Universidades		0.170 <i>0.005</i>					0.110 <i>0.004</i>
Centro Universitário						0,079 <i>0,006</i>	
Cursos Graduação	0,049 <i>0,000</i>	0.076 <i>0.001</i>	0.130 <i>0.000</i>		0,029 <i>0,007</i>		
Mídia Boa					0,045 <i>0,030</i>		
Nordeste							-0.110 <i>0.000</i>
Sudeste						-0,035 <i>0,078</i>	
Sul		0.130 <i>0.001</i>					
Comunitárias							0.103 <i>0.003</i>
IGC	0.028 <i>0.027</i>	0.057 <i>0.084</i>			0,078 <i>0,009</i>		
Tamanho Conselho Universitário					0,028 <i>0,052</i>		
Tamanho Ativo Total	0.010 <i>0.035</i>						
Superávit / Vendas		0.724 <i>0.076</i>					

Grau de significação em *itálico*.

As variáveis que isoladamente se mostram insensíveis à extensão da evidenciação de informações representativas da responsabilidade social em geral e dos índices são: Faculdades (*facul*); cursos na área da saúde (*curssossaude*); cursos á distância (*curssodist*); cursos stricto sensu (*curssosstricto*); mídia ruim (*midiaruim*); regiões – centro oeste (*Cenoeste*) e norte (*norte*); confessionais (*confess*); outros conselhos e ou comitês (*outroscons*); tamanho das vendas (*tamvdas*); retorno sobre o Ativo total (*SuperAT*) e alavancagem total (*Alavancagem*).

Sob outra perspectiva, constata-se que a variável que mais explica a extensão da evidenciação da responsabilidade social é o total dos cursos de graduação (*CursosGrad*). Essa variável determina a extensão da evidenciação do índice de responsabilidade social em geral e dos índices ambiental; social e produtos, serviços e estratégico. Na sequência, o Índice Geral dos Cursos (*IGC*) é determinante para a extensão da evidenciação da responsabilidade social

em geral e dos índices ambiental e produtos, serviços e estratégico. Também as universidades (*univ*) explicam a extensão da evidenciação dos índices ambiental e públicos de interesse.

A Tabela 15 mostra ainda que algumas variáveis são explicativas da extensão da evidenciação em um modelo econométrico, como por exemplo: Os centros universitários (*cuniv*) explicam a extensão da evidenciação do índice ética e legal; a existência de boas notícias sobre a IESF (*midiaboa*), explica a extensão da evidenciação do índice produtos, serviços e estratégico; a região (*nordeste*) do Brasil, explica a extensão da evidenciação do índice públicos de interesse; a região (*sudeste*) do Brasil explica a extensão da evidenciação do índice ética e legal; a região (*sul*) do Brasil explica a extensão da evidenciação do índice ambiental; as IESFs que se caracterizam como comunitárias (*comuni*) explicam a extensão da evidenciação do índice públicos de interesse; o tamanho do conselho universitário (*tamconselho*) explica a extensão da evidenciação do índice produtos, serviços e estratégico; o tamanho, medido pelo logaritmo natural do Ativo Total (*tamAT*) explica a extensão da evidenciação do índice responsabilidade social em geral; e o superávit sobre as vendas (*superVdas*) explica a extensão da evidenciação do índice ambiental. Por outro lado, observa-se que nenhuma variável isoladamente explicou a extensão da evidenciação do índice econômico, financeiro e governança.

Na sequência apresenta-se os resultados obtidos pela técnica da interação entre as variáveis nos modelos econométricos. A interação significa que as variáveis são explicativas na medida em que se somam, ou seja, as IESFs precisam ter as características simultaneamente, para que elas sejam explicativas da extensão da evidenciação (Buscariolli e Emerick, 2011; Gujarati e Porter, 2011; Wooldridge, 2014). Essas interações estão apresentadas na Tabela 16, explicitando em quais modelos elas foram determinantes.

Tabela 16: Interação entre as variáveis explicativas da extensão da evidenciação

Variáveis	Determinantes da extensão da evidenciação do Índice						
	Responsabilidade Social Geral	Ambiental	Social	Econômica Financeira Governança	Produtos Serviços e Estratégica	Ética e Legal	Públicos Interesse
Cursos Stricto e Alavancagem	0,043 0,061						
Comunitária e Sul	0,090 0,000						
Confessional e Sul	-0,117 0,011						
Comunitária e Nordeste		-0,301 0,000					
Confessional e Nordeste		0,087 0,077					
Alavancagem e Sul			0,112 0,012				
Cursos Distância e Cursos Saúde				0,068 0,007			
IGC e Comunitária				0,015 0,008			
Cursos Stricto e Sul				0,069 0,027			
Alavancagem, Tamanho e Superávit Vendas					0,041 0,088		
Alavancagem e Outros Conselhos							0,050 0,069
Cursos Distância e Cursos Graduação							0,021 0,088
Superávit e tamanho vendas e IGC							0,010 0,081

Em relação a interação das variáveis explicativas algumas afirmações podem ser feitas. Algumas variáveis que isoladamente não foram estatisticamente significativas para determinar a evidenciação de algum índice, quando associadas a outras variáveis passaram a ser, como descrito na sequência:

- Cursos a distância (*cursostric*) e cursos da área da saúde (*cursossaude*) combinadas, explicam a extensão da evidenciação do índice econômico, financeiro e governança;
- Cursos stricto sensu (*cursostric*) e alavancagem (*alavancagem*) combinadas, explicam a extensão da evidenciação do índice responsabilidade social em geral; e
- Outros conselhos e ou comitês (*outroscons*) e Alavancagem (*alavancagem*) combinadas, explicam a extensão da evidenciação do índice públicos de interesse.

Além disso, variáveis que sozinhas não explicavam, quando sofrem interação com outras que já explicavam, também passam a explicar a extensão da evidenciação de alguns índices, conforme exposto a seguir:

- Cursos a distância (*cursosdist*) e cursos de graduação (*cursosgrad*) combinadas, explicam a extensão da evidenciação do índice públicos de interesse;
- Cursos stricto Sensu (*cursosstricto*) e região sul do Brasil (*sul*) combinadas, explicam a extensão da evidenciação do índice econômico, financeiro e governança;
- Confessional (*confess*) e região sul (*sul*) combinadas, explicam a extensão da evidenciação do índice responsabilidade social em geral;
- Confessional (*confess*) e região nordeste (*nordeste*) combinadas, explicam a extensão da evidenciação do índice ambiental;
- Superávit (*SuperVdas*) e tamanho sobre vendas (*TamVdas*) e alavancagem (*alavancagem*) combinadas, explicam a extensão da evidenciação do índice ética e legal;
- Superávit (*SuperVdas*) e tamanho sobre vendas (*TamVdas*) e IGC (*IGC*) combinadas, explicam a extensão da evidenciação do índice públicos de interesse; e
- Alavancagem (*alavancagem*) e região sul do Brasil (*sul*) combinadas, explicam a extensão da evidenciação do índice social.

Por fim, tem-se variáveis que já explicavam alguns índices, porém, quando combinadas passaram a explicar outros, conforme se explicita a seguir:

- Comunitária (*comuni*) e região sul do Brasil (*sul*) combinadas, explicam a extensão da evidenciação do índice responsabilidade social em geral;
- Comunitária (*comuni*) e região nordeste do Brasil (*nordeste*) combinadas, explicam a extensão da evidenciação do índice ambiental; e
- Comunitária (*comuni*) e IGC (*IGC*) combinadas, explicam a extensão da evidenciação do índice econômico, financeiro e governança.

Nesse contexto, considerando-se os 7 modelos econométricos utilizados para medir os determinantes da extensão da evidenciação da responsabilidade social, pode-se afirmar que as variáveis mais explicativas são: o IGC (*IGC*), explicativo em 5 modelos econométricos; cursos de graduação (*cursosgrad*), IESF Comunitária (*comuni*), região sul do Brasil (*sul*); e alavancagem (*alavancagem*), explicativas em 4 modelos econométricos; superávit sobre vendas (*SuperVdas*) explicativa em 3 modelos econométricos; e as variáveis universidades (*univ*); cursos stricto sensu (*cursosstricto*); região nordeste do Brasil (*nordeste*); IESF confessional (*confess*) e tamanho medido pelas vendas (*TamVdas*) são explicativas em 2 modelos econométricos.

Além das variáveis: centro universitário (*cuniv*); cursos a distância (*cursosdist*); região sudeste do Brasil (*sudeste*) tamanho do conselho universitário (*tamconselho*); e tamanho medido pelo Ativo Total (*TamAT*) que isoladamente explicam um modelo econométrico, a variável outros conselhos e ou comitês na estrutura de governança (*outroscons*) também explica a extensão da evidenciação de um modelo econométrico quando combinada com outras variáveis. Por fim, as variáveis que não explicam nenhum modelo econométrico são: Faculdades (*facul*); média ruim (*midiaruim*); regiões centro-oeste (*cenoeste*) e norte (*norte*); e superávit sobre o Ativo Total (*SuperAT*).

No próximo capítulo apresenta-se os resultados do contraste das hipóteses propostas como determinantes da extensão da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social das IESFs.

6 ANÁLISE DAS HIPÓTESES PROPOSTAS

Os resultados dos testes das hipóteses propostas como determinantes da extensão da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social das IESFs são apresentados na Tabela 17. Essa tabela informa sobre as hipóteses rejeitadas e as que não se pode rejeitar, na medida em que as variáveis apresentam resultados estatisticamente significativos. Nos resultados se apresenta o sinal da relação entre a variável dependente e as variáveis explicativas. Também inclui-se os coeficientes: R^2 e R^2 ajustado, bem como a significância dos modelos econométricos pelo coeficiente *F-Statistic* e sua probabilidade.

Destaca-se que uma relação positiva significa que quanto maior for o valor da variável explicativa, maior é a extensão da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social. Por outro lado, uma relação negativa significa que quanto maior for o valor da variável explicativa, menor é a extensão da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social.

Tabela 17: Resultado das hipóteses testadas

Hipóteses	Índices de Responsabilidade Social					
	RS geral	Ambienta	Social	Econômica Financeira Governanç	Produtos Serviços estratégico	Públicos Interesse
Complexidade		(+)		(+)		(+)
Diversificação	(+)	(+)	(+)	(+)	(+)	(+)
Cobertura da Mídia					(+)	
Fator Regional	(+-)	(+-)	(+)	(+)		(-)
Evento Específico	(+)	(-)		(+)		(+)
Princípios Religiosos	(-)	(+)				
Qualidade Organizacional	(+)	(+)		(+)	(+)	(+)
Tamanho do Conselho					(+)	
Outros conselhos e ou comitês						(+)
Tamanho da Mantenedora	(+)					(+)
Resultado econômico		(+)				(+)
Alavancagem da mantenedora	(+)		(+)			(+)
R^2	53,44%	53,81%	33,86%	31,16%	46,86%	49,34%
R^2 ajustado	51,59%	50,73%	33,06%	29,87%	43,48%	46,45%
F-Statistic	28,89	17,47	42,49	24,14	13,89	17,05
Prob (F-Statistic)	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000

Onde: (+) = Relação positiva e (-) = Relação negativa

A seguir apresenta-se a análise das hipóteses testadas detalhadamente. Conforme salientado anteriormente, os resultados referentes ao índice ética e legal de responsabilidade social são desconsiderados para análise das hipóteses por apresentarem problemas de não

normalidade dos resíduos conformando também os resultados do *Alpha de Cronbach*. Inicia-se pela hipótese 1 sobre a complexidade das estruturas das IESFs.

H1 – Existe uma relação positiva entre a extensão da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social e a complexidade das estruturas organizacionais das IESFs.

Tabela 18: Resultado da hipótese da complexidade das estruturas das IESFs

Hipóteses	Índices de Responsabilidade Social					
	RS geral	Ambienta	Social	Econômica Financeira Governança	Produtos Serviços estratégico	Públicos Interesse
Complexidade		(+)		(+)		(+)

Conforme verifica-se na Tabela 18, a hipótese da complexidade das estruturas organizacionais não é rejeitada como determinante da extensão da evidenciação da responsabilidade social. As variáveis analisadas resultaram estatisticamente significativas, com relação positiva em 3 modelos econométricos. Os resultados não permitem rejeitar a complexidade como determinante da evidenciação dos índices: ambiental; econômico, financeiro e governança; e públicos de interesse. Os resultados apenas permitem rejeitar a complexidade das IESFs como determinante da extensão da evidenciação dos índices de responsabilidade social em geral; social e produtos, serviços e estratégico.

Considerando-se que na maioria dos modelos econométricos a complexidade foi determinante, apresentando relação positiva com a extensão da evidenciação, pode-se afirmar que os resultados sustentam os pressupostos da teoria da legitimidade. Os resultados permitem inferir que as IESFs mais complexas, por terem informações sistematizadas disponíveis, tem custos de evidenciação menores do que as possíveis perdas por pressões dos públicos em busca de transparência e prestação de contas e ou com a retirada de benefícios fiscais que o governo possa estabelecer. Assim, elas evidenciam voluntariamente mais informações representativas de responsabilidade social, reduzindo a assimetria da informação e demonstrando seus resultados aos seus públicos de interesse para obter ou manter a legitimidade organizacional.

O único estudo revisado que não rejeitou a hipótese da complexidade organizacional foi o de Ji, Lu e Qu (2015), porém, os autores não investigaram a extensão da evidenciação da responsabilidade social e sim a evidenciação das fraquezas dos controles internos das

organizações listadas na bolsa de valores da China. Os autores obtiveram resultados estatisticamente significativos confirmando a relação positiva entre a complexidade e a extensão da evidenciação. Neste sentido, pode-se afirmar que esta pesquisa ratifica os resultados obtidos por Ji, Lu e Qu (2015) quando também encontra relação positiva entre a complexidade e a extensão da evidenciação em 3 modelos econométricos.

H2 – Existe uma relação positiva entre a extensão da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social e a diversificação dos produtos e serviços das IESFs.

Tabela 19: Resultado da hipótese diversificação

Hipóteses	Índices de Responsabilidade Social					
	RS geral	Ambienta	Social	Econômica Financeira	Governança	Produtos Serviços estratégico
Diversificação	(+)	(+)	(+)	(+)	(+)	(+)

A hipótese sobre diversificação dos produtos e serviços não é rejeitada como determinante da extensão da evidenciação da responsabilidade social, conforme observa-se na Tabela 19. As variáveis analisadas resultaram estatisticamente significativas em todos os 6 modelos econométricos.

Os resultados sustentam os pressupostos da teoria da legitimidade. Com a evidenciação, as IESFs melhorariam a aceitação de seus produtos e serviços, legitimando-os junto aos seus públicos de interesse. O que, por sua vez, reduziria a assimetria de informação e o risco de perda dos benefícios fiscais conquistados para os produtos e serviços. Os resultados obtidos corroboram os resultados da pesquisa de Hossain e Reaz (2008) que encontraram relação positiva entre a diversificação e a evidenciação de bancos indianos.

H3 – Existe uma relação positiva entre a extensão da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social das IESFs e a cobertura da mídia.

Tabela 20: Resultado da hipótese cobertura da mídia

Hipóteses	Índices de Responsabilidade Social				
	RS geral	Ambienta	Social	Econômica Financeira Governança	Produtos Serviços estratégico
Cobertura da Mídia					(+)

Observa-se na Tabela 20 que a hipótese de relação positiva para a cobertura da mídia somente se confirmou para a evidenciação de informações do índice produtos, serviços e estratégico de responsabilidade social, quando a variável explicativa foi notícias boas (*midia boa*). Os resultados desta pesquisa não sustentam os pressupostos da teoria da legitimidade. Segundo essa teoria, as IESFs que sofressem pressão da mídia estariam propensas ao monitoramento social e, portanto, evidenciariam mais como forma de demonstrar o compromisso com o bem-estar social e o merecimento de continuar usufruindo dos benefícios sociais auferidos por meio do contrato social.

De outra forma, os resultados desta pesquisa apontam evidenciação discricionária que pressupõe gestão da evidenciação para evitar custos estratégicos, pois quando as notícias são boas a evidenciação é aumentada e quando as notícias são ruins, as IESFs não alteram, com significância estatística, a extensão da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social.

Assim, considerando-se que as notícias boas foram determinantes para o aumento da evidenciação de informações apenas de um índice de responsabilidade social, não se pode supor que os resultados desta pesquisa corroboram com os estudos revisados. Alguns autores (Brown e Deegan, 1998; Deegan, Rankin e Tobin, 2002; Cormier e Magnan, 2003; Garcia-Ayuso e Larrinaga, 2003; Brammer e Pavelin, 2006; 2008) encontraram que a evidenciação de informações sociais e ambientais aumentam nos relatórios anuais das organizações com a cobertura da mídia. Outros autores (Branco e Rodrigues, 2005; 2008; Reverte, 2009; Bouten, Everaert e Roberts, 2012; Park, Chidlow e Choi, 2014) encontraram relação positiva entre a cobertura da mídia e a extensão da evidenciação de responsabilidade social nos relatórios anuais e ou nas páginas eletrônicas de Internet das organizações.

H4 – Existe uma relação entre a extensão da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social e as regiões brasileiras onde as IESFs se localizam.

Tabela 21: Resultado da hipótese fator regional

Hipóteses	Índices de Responsabilidade Social					
	RS geral	Ambienta	Social	Econômica Financeira Governança	Produtos Serviços estratégico	Públicos Interesse
Fator Regional	(+-)	(+-)	(+)	(+)		(-)

A hipótese de que o fator regional, representando as 5 regiões brasileiras, influencia na extensão da evidenciação não pode ser rejeitada para os 5 modelos econométricos, conforme se observa na Tabela 21. Observa-se que, em alguns casos, dependendo da região onde a IESF se encontra localizada, a relação com a extensão da evidenciação é positiva ou negativa, confirmando os resultados apresentados na tabela 3.

Os resultados da pesquisa sustentam os pressupostos da teoria da legitimidade, pois demonstram as diferenças na extensão da evidenciação, entre as regiões do país, ressaltando as regiões nordeste e sudeste para menos e a região sul para mais evidenciação. Isso leva a inferir que existem diferenças nas características sociais, culturais, educacionais, morais, políticas, éticas e comportamentais na população das regiões. Essas diferenças levam as IESFs a um comportamento de evidenciação da responsabilidade social gerenciado para a legitimação e para a redução dos riscos à legitimidade organizacional. Os resultados também corroboram os resultados de Haniffa e Cooke (2005) que encontraram significância estatística entre o impacto regional e a evidenciação social nos relatórios anuais de organizações malaias.

H5 – Existe uma relação positiva entre a extensão da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social e as IESFs reconhecidas como Instituições Comunitárias de Ensino Superior – ICESs.

Tabela 22: Resultado da hipótese evento específico

Hipóteses	Índices de Responsabilidade Social					
	RS geral	Ambienta	Social	Econômica Financeira Governança	Produtos Serviços estratégico	Públicos Interesse
Evento Específico	(+)	(-)		(+)		(+)

Conforme apresentado na Tabela 22, a hipótese não foi rejeitada em 3 modelos econométricos. Ela apresentou significância estatística e relação positiva com a extensão da evidenciação dos índices de responsabilidade social em geral; econômico, financeiro e governança; e públicos de interesse. Por outro lado, apresentou relação negativa estatisticamente significativa com a extensão da evidenciação do índice ambiental, contrariando a proposição da hipótese. Para os demais modelos econométricos, referentes aos índices: social; e produtos, serviços e estratégico, a hipótese é rejeitada.

Pelos resultados obtidos, se confirma que o comportamento das IESFs seria de prestar contas de sua responsabilidade social para demonstrar o merecimento dos benefícios sociais auferidos, pelo retorno social apresentado demonstrando atenção ao contrato social. Essa afirmativa é suportada quando se observa a evidenciação da responsabilidade social em geral. Porém, quando se analisam os índices representativos das categorias de responsabilidade social isoladamente, o comportamento de prestação de contas é identificado apenas parcialmente, o que pode ser interpretado como gestão da evidenciação para minimizar custos estratégicos, preconizados pela evidenciação discricionária. Por fim, cabe salientar que esta hipótese não foi testada por nenhum dos estudos revisados.

H6 – Existe uma relação positiva entre a extensão da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social e as IESFs reconhecidas como instituições confessionais pelo MEC.

Tabela 23: Resultado da hipótese princípios religiosos

Hipóteses	Índices de Responsabilidade Social						
	RS geral	Ambienta	Social	Econômica Financeira	Governanç	Produtos Serviços estratégico	Públicos Interesse
Princípios Religiosos	(-)	(+)					

Os resultados apresentados na Tabela 23 confirmam que a hipótese não foi rejeitada como determinante da extensão da evidenciação de informações do índice ambiental. Por outro lado, as IESFs confessionais são determinantes com relação negativa para o índice de responsabilidade social em geral, o que contraria a hipótese proposta. A hipótese também foi rejeitada como determinante da extensão da evidenciação dos índices: social, econômico, financeiro e governança; produtos, serviços e estratégico; e públicos de interesse.

Portanto, pela maioria dos resultados, conclui-se que as IESFs confessionais não evidenciam voluntariamente informações representativas de responsabilidade social para se legitimar junto aos seus públicos de interesse, excetuando-se as questões ambientais. Nesse sentido, os resultados não suportam os pressupostos da teoria da legitimidade, pois a religiosidade não demonstra motivar as IESFs a ampliar a extensão da evidenciação por terem obrigação de responder aos interesses sociais de forma mais ampla. Os resultados também não ratificam aqueles obtidos por Farook, Hassan e Lanis (2011) quando examinaram os determinantes da evidenciação da responsabilidade social dos bancos islâmicos e encontraram significância estatística para os princípios religiosos.

H7 – Existe uma relação positiva entre a extensão da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social e a qualidade de ensino das IESFs.

Tabela 24: Resultado da hipótese qualidade das IESFs

Hipóteses	Índices de Responsabilidade Social					
	RS geral	Ambienta	Social	Econômica Financeira Governanç	Produtos Serviços estratégico	Públicos Interesse
Qualidade Organizacional	(+)	(+)		(+)	(+)	(+)

Os resultados apresentados na Tabela 24 indicam que a hipótese não é rejeitada como determinante do aumento da extensão da evidenciação dos índices de responsabilidade social em geral; ambiental; econômico, financeiro e governança; produtos, serviços e estratégico; e públicos de interesse. Por outro lado, rejeita-se a hipótese de que a qualidade das IESFs é determinante para a extensão da evidenciação de informações do índice social.

Apesar de não se ter identificado nenhum estudo anterior que revisou essa hipótese, a qualidade foi determinante para a extensão da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social, e, portanto, não se pode rejeitá-la, confirmando os pressupostos da teoria da legitimidade. Por essa teoria, as IESFs que operam com qualidade superior têm motivos para ampliar a sua visibilidade no ambiente onde atuam. A demonstração de qualidade contribuiria para aumentar a reputação e a legitimidade das IESFs juntos aos seus públicos de interesse, possibilitando a sua permanência na comunidade como reconhecimento do cumprimento do contrato social assumido.

H8 – Existe uma relação positiva entre a extensão da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social e o tamanho do conselho universitário ou equivalente das IESFs.

Tabela 25: Resultado da hipótese tamanho do conselho

Hipóteses	Índices de Responsabilidade Social						
	RS geral	Ambienta	Social	Econômica Financeira	Governanç	Produtos Serviços estratégico	Públicos Interesse
Tamanho do Conselho						(+)	

A hipótese de que o tamanho do conselho universitário ou equivalente (*tamconselho*) tem relação positiva com a extensão da evidenciação apenas não é rejeitada para o índice produtos, serviços e estratégico de responsabilidade social. Para os demais 5 modelos econométricos, a hipótese não é estatisticamente significativa.

Assim, encontrou-se apenas uma evidência favorável aos pressupostos da teoria da legitimidade. Os resultados indicam que o tamanho do conselho universitário ou equivalente não contribui para reduzir a pressão dos públicos de interesse e a assimetria da informação para a maioria dos índices de responsabilidade social. Por outro lado, os resultados ratificam aqueles obtidos por Hashim, Nawawi e Salin (2014) que também identificaram relação positiva entre o tamanho do conselho de administração e a evidenciação de informações estratégicas. Os autores usaram um índice de 8 itens para a evidenciação estratégica que foram observados nas páginas eletrônicas de Internet de 165 organizações malaias (esta pesquisa utilizou-se de 16 indicadores observados em 175 IESFs).

Os demais resultados obtidos, sobre a hipótese de tamanho do conselho, contrariam os resultados de outros estudos anteriores revisados que não a rejeitaram. Hassan (2010) encontra o tamanho do conselho de administração positivamente relacionado com a extensão da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social em relatórios anuais de organizações de 58 países. Haji (2013) por meio de sua pesquisa, demonstra que o tamanho do conselho de administração tem um relacionamento positivo significativo com a extensão da evidenciação da responsabilidade social de empresas listadas na Malásia. Os resultados de Schiehl, Terra e Victor (2013), apesar de observar a evidenciação das opções de ações dos executivos e não da responsabilidade social, encontram relação positiva entre essa evidenciação e o tamanho do conselho de administração. Além disso, dentre os determinantes da evidenciação da responsabilidade social corporativa identificados por Barakat, Pérez e Ariza

(2014), para as empresas listadas na Palestina e na Jordânia, está o tamanho do conselho de administração com relação positiva.

H9 – Existe uma relação positiva entre a extensão da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social e a presença de outros conselhos e ou comitês na estrutura de governança das IESFs.

Tabela 26: Resultado da hipótese outros conselhos e ou comitês

Hipóteses	Índices de Responsabilidade Social							
	RS geral	Ambienta	Social	Econômica	Financeira	Governança	Produtos Serviços estratégico	Públicos Interesse
Outros conselhos e ou comitês								(+)

A hipótese de que a presença de outros conselhos e ou comitês (*outconcom*) na estrutura de governança das IESFs determina positivamente a extensão da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social não foi rejeitada em apenas um modelo econométrico: para a extensão da evidenciação do índice públicos de interesse. Conforme demonstram os resultados da Tabela 26, para os demais 5 modelos econométricos a hipótese foi rejeitada. Portanto, em apenas um caso se encontrou evidências favoráveis aos pressupostos da teoria da legitimidade. Segundo essa teoria, a qualidade da estrutura de governança, dada pela presença de outros conselhos e ou comitês, pressionaria os gestores a reduzir a retenção de informações e levaria as IESFs a maiores níveis de evidenciação como forma de transparência e prestação de contas do contrato social organizacional.

Em 8 estudos anteriores essa hipótese não foi rejeitada: Cowen, Ferreri e Parker (1987) analisaram o impacto das características das organizações na extensão da evidenciação da responsabilidade social delas. Ho e Wong (2001) estudaram o relacionamento entre a governança corporativa e a evidenciação. Said, Zaimuddin e Haron (2009) observaram o relacionamento entre as características da governança corporativa e a evidenciação da responsabilidade social. Hassan (2010) identificou os determinantes da evidenciação da responsabilidade social das organizações. Samaha, et al. (2012) analisaram a extensão da evidenciação da governança corporativa e seus determinantes no desenvolvimento do mercado. Schiehl, Terra e Victor (2013) estudaram os determinantes da evidenciação das opções de ações dos executivos de organizações brasileiras. Barakat, Pérez e Ariza (2014) analisaram os determinantes da evidenciação da responsabilidade social corporativa para as empresas listadas

na Palestina. Ji, Lu e Qu (2015) analisaram a evidenciação das fraquezas dos controles internos das organizações listadas na China. Essa pesquisa praticamente não corrobora com esses estudos, pois a hipótese apenas não foi rejeitada para informações do índice públicos de interesse de responsabilidade social.

H10 – Existe uma relação positiva entre a extensão da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social e o tamanho das mantenedoras das IESFs.

Tabela 27: Resultado da hipótese tamanho da mantenedora

Hipóteses	Índices de Responsabilidade Social							
	RS geral	Ambienta	Social	Econômica Financeira	Governanç	Produtos Serviços estratégico	Públicos Interesse	
Tamanho da Mantenedora	(+)						(+)	

A hipótese de que tamanho determina positivamente a extensão da evidenciação de informações não foi rejeitada em 2 modelos econométricos, conforme constata-se pela Tabela 27. Os resultados não permitem rejeitar a hipótese para a extensão da evidenciação dos índices de responsabilidade social em geral; e públicos de interesse. Para os demais 4 modelos econométricos a hipótese foi rejeitada, não apresentando resultados estatisticamente significativos. Esses resultados ratificam os 21 estudos anteriores revisados que também não confirmaram o tamanho como determinante da extensão da evidenciação, como pode ser observado nos Apêndices B e C.

Porém, considerando-se que outros 64 estudos anteriores revisados (Apêndices B e C) não rejeitaram a hipótese e os resultados dessa pesquisa, que também não rejeitam a hipótese em 2 modelos econométricos, pode-se afirmar que se corrobora com os pressupostos da teoria da legitimidade. Em relação à legitimidade, as maiores IESFs sofrem mais pressão dos públicos por resultados sociais. Portanto, esses são motivos para a extensão da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social, aumentando a prestação de contas das maiores IESFs, com o intuito de legitimação e permanência na comunidade onde estão inseridas.

H11 – Existe uma relação negativa entre a extensão da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social e os resultados econômicos das mantenedoras das IESFs.

Tabela 28: Resultado da hipótese resultados econômicos da mantenedora

Hipóteses	Índices de Responsabilidade Social						
	RS geral	Ambienta	Social	Econômica Financeira Governança	Produtos Serviços estratégico	Públicos Interesse	
Resultado econômico		(+)					(+)

Conforme observa-se na Tabela 28, a hipótese foi rejeitada em todos os modelos econométricos. Os resultados mostram relação positiva para a extensão da evidenciação dos índices: ambiental; e públicos de interesse, contrariando a hipótese testada. Para os demais 4 modelos econométricos a hipótese foi rejeitada pois os resultados não apresentaram significância estatística.

Neste contexto, pode-se afirmar que as IESFs mais rentáveis aumentam a sua evidenciação representativa de responsabilidade social, ao invés de diminuir para evitar fornecer informações para a comunidade e para os governos, o que, segundo a teoria da legitimidade aumentaria a pressão por retornos sociais e redistribuição da riqueza, por meio de benefícios sociais. Pois, quanto maior o resultado econômico e financeiro, mais propensa a vontade política de distribuir a riqueza.

Considerando-se que 34 estudos anteriores revisados (Apêndices B e C) rejeitaram a rentabilidade com relação negativa para determinar a extensão da evidenciação, esses resultados corroboram aqueles. Salienta-se também que outros 23 estudos anteriores revisados (Apêndices B e C) não rejeitaram a rentabilidade como determinante da evidenciação. Nesse sentido, os resultados dessa pesquisa não estão de acordo com aqueles resultados.

H12 – Existe uma relação positiva entre a extensão da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social e o grau de alavancagem das mantenedoras das IESFs.

Tabela 29: Resultado da hipótese alavancagem da mantenedora

Hipóteses	Índices de Responsabilidade Social					
	RS geral	Ambienta	Social	Econômica Financeira Governança	Produtos Serviços estratégico	Públicos Interesse
Alavancagem da mantenedora	(+)		(+)			(+)

Conforme se observa na Tabela 29, a hipótese não é rejeitada em 3 modelos econométricos. Os resultados mostram relação positiva estatisticamente significativa com a evidenciação dos índices de responsabilidade social em geral; social; e públicos de interesse, o que não permite rejeitar a hipótese proposta. Esses resultados ratificam 22 estudos anteriores revisados (Apêndices B e C) que encontraram relação positiva entre a alavancagem e a extensão da evidenciação.

Os resultados também permitem inferir que há preocupação das IESFs alavancadas em diminuir a assimetria da informação com seus credores e também de prestar contas aos públicos de interesse, dos benefícios resultantes da alavancagem, consoante com os pressupostos da teoria da legitimidade. As IESFs demonstram a percepção de que a evidenciação de informações representativas de responsabilidade social é feita para responder ao monitoramento dos credores e para contribuir com a sua legitimação junto a esse poderoso público de interesse.

Sob outra perspectiva, para os demais 3 modelos econométricos a alavancagem não é determinante da extensão da evidenciação, rejeitando-se a hipótese testada. Esses resultados também ratificam outros 28 estudos anteriores revisados que não obtiveram significância estatística para a alavancagem como determinante da extensão da evidenciação (Apêndices B e C).

Finalizando este capítulo, destaca-se que a única hipótese rejeitada em todos os modelos econométricos, como determinante dos índices de evidenciação da responsabilidade social, é a dos resultados econômicos da mantenedora. Essa hipótese apresentou relação inversa (+) aquela esperada (-) em 2 modelos econométricos e não mostrou significância estatística nos demais modelos econométricos. Além dessa hipótese, a dos princípios religiosos, apesar de ser determinante com relação positiva para a extensão da evidenciação do índice ambiental, foi determinante, com relação negativa para a extensão da evidenciação do índice de responsabilidade social em geral, contrariando a hipótese formulada e, portanto, não suportando o que preconiza a teoria da legitimidade. Fatores esses que levam à rejeição dessa hipótese.

Outras 3 hipóteses não foram rejeitadas em apenas 1 dos seis modelos econométricos, o que demonstra fraco relacionamento do determinante com a extensão da evidenciação e, portanto, o suporte para os pressupostos teóricos também é fraco. As hipóteses são: cobertura da mídia; tamanho do conselho universitário; e outros conselhos e ou comitês na estrutura de governança das IESFs.

As demais 7 hipóteses não foram rejeitadas como determinantes da extensão da evidenciação de informações de pelo menos 3 índices de informações representativas de responsabilidade social analisados. As diferenças entre os resultados dessa pesquisa e de algumas investigações revisadas se pode justificar por três pontos básicos. Primeiro: a maioria das investigações analisam organizações com fins econômicos, enquanto que esta pesquisa observou um tipo de OCFNE, as IESFs. Segundo: a maioria das investigações revisadas analisaram a extensão da evidenciação nos relatórios anuais das organizações, enquanto esta pesquisa observou a extensão da evidenciação nas páginas eletrônicas de Internet das IESFs. O terceiro ponto se refere ao fato de que as variáveis que representam a extensão da evidenciação, de algumas investigações revisadas, não se configuram por informações representativas de responsabilidade social, como é o caso desta tese. Em alguns casos se referem apenas a uma parte delas, como por exemplo, estudos que revisam as evidenciações ambientais, ou sociais, ou econômicas e financeiras, ou estratégicas e ou algum tipo de público de interesse. Essas diferenças são fundamentais para justificar os diferentes resultados encontrados quando se rejeita ou não as hipóteses em relação à teoria da legitimidade.

Na sequência tem-se as considerações finais desta tese.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a realização dos estudos propostos, referentes à extensão da evidenciação de informações representativas da responsabilidade social das IESFs, que se compuseram como *corpus* desta pesquisa, é passível a afirmação de que seus objetivos foram alcançados. Os estudos possibilitaram apontar indicadores de informações representativas de responsabilidade social das IESFs; permitiram, por meio da metodologia adotada, que fosse criada uma relação de indicadores e estabelecidas categorias deles, com o propósito de medir a extensão da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social das IESFs; e, por fim, igualmente possibilitaram a análise dos fatores considerados determinantes da extensão da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social das IESFs selecionadas.

Na sequência, destacam-se quatro aspectos que sintetizam as considerações finais desta tese: as principais contribuições, os resultados mais relevantes dos estudos empíricos da tese, as limitações do estudo e as sugestões para futuras pesquisas.

- **Contribuições da tese:**

1. A revisão da literatura sobre as IESFs, seus públicos, o contrato social estabelecido e a assimetria da informação que deriva dessa relação contratual. Uma ampla revisão da literatura sobre a responsabilidade social, linha de investigação da tese, abordando a evolução dos conceitos e das categorias de responsabilidade social. Também se revisou a literatura sobre a evidenciação de informações, abordando os principais determinantes dessa evidenciação, principalmente representativa de responsabilidade social (Apêndices B e C). Por fim, a revisão da literatura sobre a teoria da legitimidade apresentando uma análise dos seus fundamentos para explicitar o contrato social entre as IESFs e seus públicos de interesse e como isso influencia na evidenciação da responsabilidade social.

2. Construção dos indicadores de informações representativas de responsabilidade social (Apêndices E a Q), resultado da análise qualitativa com evidências primárias e secundárias sobre o tema. Cabe salientar o aporte oriundo das expectativas dos públicos de interesse em relação às informações representativas de responsabilidade social para a evidenciação das IESFs, bem como a atribuição de valor para as informações de responsabilidade social. Os públicos de interesse consideraram informações como: apoio a projetos governamentais; sobre minorias e raça no trabalho; sobre serviços terceirizados; remuneração dos conselheiros e dos dirigentes, menos importantes para serem evidenciadas

(Apêndice K) e, portanto, foram retiradas da relação final de indicadores (Apêndice Q). Por outro lado, consideraram muito importante a evidenciação de informações como: assistência e benefícios a empregados; bolsas de estudos; empregos para estudantes; investimentos ambientais; investimentos em pesquisa e desenvolvimento; investimentos sociais; metas e objetivos sociais; e missão, visão, princípios e valores sociais (Apêndice K) que foram incluídas ou mantidas na relação final de indicadores (Apêndice Q). Além disso, houve sugestões por parte dos especialistas e dos públicos de interesse do Reino Unido de indicadores como: custo de vida; locais para acomodação dos estudantes; publicação de pesquisas/ comunicação dos resultados; e parceiros sociais, de negócios e de pesquisas (Apêndice O), que foram incluídos na relação final de indicadores (Apêndice Q). Essa etapa possibilitou atender ao primeiro objetivo específico desta tese que foi: construir indicadores de informações representativas de responsabilidade social para as IESFs. Os 80 indicadores da relação final de informações representativas de responsabilidade social obtiveram uma média de evidenciação de 25,76% (Apêndices T e U).

3. Construção de categorias de responsabilidade social como resultado da análise qualitativa com dados secundários obtidos da revisão da literatura empírica (Apêndice R) e agrupamento das categorias para a criação dos índices de evidenciação. Essa etapa possibilitou cumprir o segundo objetivo específico desta tese que foi: estabelecer categorias de indicadores a fim de medir a extensão da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social das IESFs.

4. Construção de índices da evidenciação de informações representativas de categorias de responsabilidade social (Apêndices T e U). A construção dos índices por grupos de categorias de responsabilidade social possibilita uma melhor compreensão sobre os determinantes da extensão da evidenciação (Tabelas 15 e 16). Essa etapa permitiu medir a extensão da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social das IESFs, atendendo ao terceiro objetivo específico desta tese.

5. Sistematização das hipóteses testadas em estudos empíricos revisados sobre os determinantes da extensão da evidenciação de informações (Apêndices B e C). A criação de hipóteses não identificadas em estudos anteriores revisados, como por exemplo: a qualidade das IESFs; o evento específico – IESF caracterizadas como comunitárias e a hipótese dos princípios religiosos para organizações fora do contexto islâmico (Quadro 2).

- **Resultados mais relevantes dos estudos empíricos desta tese:**

1. Reconhecimento da importância de evidenciar voluntariamente informações representativas de responsabilidade social, por parte dos dirigentes das IESFs brasileiras (Apêndice Q). Constatou-se que alguns indicadores são evidenciados por mais de dois terços das IESFs, como por exemplo: bolsas de estudos; canal de contato; história social da organização; informações sobre os cursos; interação com a comunidade; investimentos em filantropia; missão, visão, princípios e valores sociais; política de apoio a projetos sociais; projetos de extensão e apoio à comunidade; segmentos dos cursos; e serviços de biblioteca.

2. Resultados mais relevantes do estudo empírico sobre a identificação dos determinantes que induzem os dirigentes das IESFs a evidenciar ou não as informações representativas de responsabilidade social (Tabela 17). Essa etapa possibilitou atender ao objetivo geral de analisar os fatores determinantes da extensão da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social das IESFs.

- a. Os resultados apontam que quanto mais complexas as IESFs forem, mais elas evidenciam informações dos índices ambiental; econômico, financeiro e governança; e públicos de interesse. Os resultados também apontam que as IESFs mais diversificadas evidenciam mais informações dos índices de responsabilidade social em geral; ambiental; social; econômico, financeiro e governança; produtos, serviços e estratégico; e públicos de interesse. Nessas condições, pode-se inferir que as IESFs entendem que, por terem informações sistematizadas disponíveis, têm custos de evidenciação menores do que as possíveis perdas com retirada de benefícios sociais e fiscais que o governo e ou a comunidade possam estabelecer. Também entendem que, com a evidenciação, podem melhorar a aceitação de seus produtos e serviços, legitimando-os junto à sociedade.
- b. Em relação à cobertura da mídia, pode-se afirmar que os resultados não corroboram os estudos anteriores revisados, pois essa variável somente foi determinante para a extensão da evidenciação do índice produtos, serviços e estratégico. Nesse sentido, os resultados não sustentam que as IESFs pressionadas pela mídia evidenciarão mais; sustentam, somente que as IESFs fazem gestão da sua evidenciação, aumentando a evidenciação desse índice, na tentativa de evitar custos à legitimidade organizacional.
- c. Os resultados apontam que o fator regional é determinante para a extensão da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social. Constatou-se que as IESFs localizadas nas regiões nordeste e sudeste tendem a evidenciar

menos informações, enquanto que as IESFs localizadas na região sul do país tendem a evidenciar mais informações representativas de responsabilidade social. Esses resultados confirmam que as diferenças nas características sociais, culturais, educacionais, morais, políticas, éticas e comportamentais da população das regiões influenciam nas políticas e estratégias de evidenciação das IESFs. Elas fazem gestão da sua evidenciação para demonstrar o cumprimento do contrato social, conforme as expectativas dos públicos de cada região.

- d. Os resultados relativos ao evento específico apontam que as IESFs, caracterizadas como instituições comunitárias de ensino superior – ICESs, evidenciam mais informações dos índices de responsabilidade social em geral; econômico, financeiro e governança; e públicos de interesse. Nessas condições, entende-se que as ICESs buscam demonstrar a sua responsabilidade social, como forma de prestação de contas do contrato social assumido, aos públicos de interesse, com o objetivo de manter os benefícios conquistados por sua condição de instituições comunitárias.
- e. A qualidade das IESFs é determinante para aumentar a extensão da evidenciação dos índices de responsabilidade social em geral; ambiental; econômico, financeiro e governança; produtos, serviços e estratégico; e públicos de interesse. Os resultados corroboram com a teoria de legitimidade, confirmando que aquelas IESFs que operam com mais qualidade têm motivos para ampliar a sua visibilidade no ambiente onde atuam, o que confirmaria o merecimento de permanecer naquela comunidade.
- f. Os resultados sugerem que o tamanho do conselho universitário, equivalente ao conselho de administração, não é expressivamente significativo para determinar a extensão da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social. Considerando-se que em apenas um modelo econométrico se obteve significância estatística (índice produtos, serviços e estratégico) confirmando a hipótese proposta, o tamanho do conselho não é importante para determinar mais evidenciação e diminuir a pressão dos públicos de interesse e a assimetria da informação de responsabilidade social das IESFs.
- g. Assim também acontece com a hipótese de outros conselhos e ou comitês. Em apenas um resultado (índice públicos de interesse) encontraram-se evidências favoráveis aos pressupostos da teoria da legitimidade. Essa teoria assevera que a qualidade da governança pressionaria os gestores a evidenciar mais como forma de transparência e prestação de contas do contrato social assumido, o que não se

confirma para a maioria das informações representativas de responsabilidade social, nesta tese.

- h. Corroborando com a indissociabilidade da mantida e de sua mantenedora, os resultados apontam que o tamanho e a alavancagem da mantenedora das IESFs são determinantes para a extensão da evidenciação de alguns índices de responsabilidade social. Esses resultados confirmam estudos anteriores revisados (Apêndices B e C). No geral, as IESFs maiores evidenciam mais para demonstrar os resultados sociais e evitar pressões sociais, bem como porque os seus custos de evidenciar são menores; as IESFs mais alavancadas evidenciam mais para diminuir a assimetria da informação com os credores e manter a confiança conquistada, necessária para a manutenção dos subcontratos sociais.
- i. Sob outra perspectiva, os resultados econômicos das mantenedoras são determinantes para a extensão da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social. Porém, apresentam relação inversa àquela esperada pela hipótese proposta. Nesse sentido, não se pode afirmar que os resultados corroboram com os pressupostos da teoria da legitimidade. Por essa teoria, as IESFs com maiores resultados financeiros evidenciariam menos para evitar divulgar informações que fossem motivadoras de pressão por benefícios sociais pelos governos e pela sociedade. Ou talvez, as IESFs já deveriam ter distribuído seus resultados, não apresentando altos retornos.
- j. Por fim, os resultados também apontam os princípios religiosos como determinantes da extensão da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social. Todavia, de 2 resultados, um (índice de responsabilidade social em geral, o mais importante) têm relação inversa à hipótese criada, contrariando os pressupostos da teoria analisada. Não se confirma o compromisso religioso de responder aos interesses sociais de forma mais ampla.

3. Pelos resultados obtidos, não se rejeitando dez das 12 hipóteses testadas, pode-se afirmar que a teoria da legitimidade serve de base para explicar os determinantes da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social das IESFs (Capítulo 6).

- **Limitações do estudo e sugestões para futuras pesquisas:**

1. A pesquisa se limitou a investigar a extensão da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social nas páginas eletrônicas de Internet de IESFs, um tipo de OCFNE. Este estudo possibilitaria uma perspectiva de conhecimento mais ampla sobre o

que determina a evidenciação de informações dessas organizações, pouco estudadas pela literatura empírica revisada. Porém, cabe destacar que poderiam ser analisados também outros meios de evidenciação de informações como: os relatórios anuais e os suplementares a eles; a mídia em geral – jornais, revistas, comunicados de imprensa, materiais suplementares, publicidade, e-mail marketing ou outros serviços de internet como as redes sociais; a intranet; jornal interno; conferências; dentre outros (Adams, 2002; Bushman e Smith, 2003; Danastas e Gadenne, 2006; Adelopo, et al., 2012).

2. A pesquisa se limitou a investigar 175 IESFs das mais de 290 mil associações e fundações com fins não econômicos no Brasil (IBGE, 2010). Portanto, para futuras pesquisas, a amostra poderia ser ampliada abrangendo mais IESFs, bem como outros tipos de OCFNEs brasileiras, dada a sua relevância para a economia (Hansmann, 1980; Myers e Sacks, 2001; Harrison e Laincz, 2008; Wiggill, 2014). Analisar amostras maiores de IESFs e outros tipos de OCFNEs possibilitaria identificar comportamentos semelhantes e diferentes entre as organizações no que tange a evidenciação de informações.

3. Outra limitação da pesquisa foi a análise da evidenciação em apenas um período, dada a necessidade de conclusão da tese. Isso poderia ser ampliado para também identificar as manutenções e ou alterações no comportamento da evidenciação de informações das IESFs ao longo dos anos. Além disso, possibilitaria agregar evidências para as variáveis explicativas, tornando alguns resultados de rejeição ou não das hipóteses, mais definitivos como, por exemplo, aqueles relativos às mantenedoras das IESFs.

4. A pesquisa também apresentou limitações referentes a algumas variáveis explicativas, como o fato de que não se obtiveram evidências relativas ao número de funcionários e da participação no mercado das IESFs como medidas de tamanho. Essas e outras variáveis poderiam gerar outras hipóteses a serem testadas como determinantes da extensão da evidenciação de informações.

5. Sob outra perspectiva, as demonstrações contábeis estavam com um período de defasagem entre a sua competência e a evidenciação delas. Apesar de se ter consciência de que as informações têm efeitos apenas a partir do momento de sua evidenciação e que há o tempo de reação da organização (Gray, Kouhi e Lavers, 1995:A; Suchman, 1995), poder-se-ia investigar essas premissas. Para tanto, seria importante analisar as duas situações, as variáveis com informações defasadas, mas atuais pela sua evidenciação, e também com as variáveis atuais pelo seu ano de competência.

6. Na pesquisa foram levantados os interesses de quatro tipos de públicos de interesse, definidos como públicos primários, porém, não se verificou a extensão da

evidenciação de informações representativas de responsabilidade social segundo os interesses de cada um dos públicos. Também não foram identificados os determinantes da extensão da evidenciação segundo os interesses específicos de cada público. Esses quesitos poderiam ser explorados em futuras pesquisas para contribuir com a lacuna existente sobre a perspectiva dos públicos de interesse das organizações (Greenwood e Freeman, 2011; Harrison, Rouse e Villiers, 2012).

7. Outra limitação da pesquisa foi não diferenciar informações obrigatórias e voluntárias para avaliar se os determinantes seriam diferentes para cada tipo de informação, mesmo que num único meio de evidenciação das informações. Portanto, essa distinção no tipo de informação de responsabilidade social também poderia ser observada em estudos futuros.

8. Os resultados desta pesquisa também apontam limitações quanto à utilização de procedimentos metodológicos. Isso estimula a pensar que em outras pesquisas poderiam ser valorizadas outras perspectivas metodológicas para avaliar a influência delas nos resultados obtidos (Apêndice W).

9. Por fim, pelos estudos empíricos revisados, constatou-se o uso de várias teorias embasadoras para explicar os determinantes da evidenciação de informações representativas de responsabilidade social. Nesta tese, foi utilizada apenas a teoria da legitimidade. Nesse contexto, sugerem-se outras pesquisas com hipóteses para atender aos pressupostos de outras teorias que também foram identificadas como fundamentais para determinar a extensão da evidenciação de informações, como por exemplo as teorias dos custos políticos, dos custos do proprietário, de agência, de sinalização e de custos de transação.

REFERÊNCIAS

- Abdullah , Wan Amalina Wan , Majella Percy e Jenny Stewart . Determinants of voluntary corporate governance disclosure: Evidence from Islamic banks in the Southeast Asian and the Gulf Cooperation Council regions. *Journal of Contemporary Accounting & Economics* 11 (2015): 262-279.
- Aboagye-Otchere, Francis, Ibrahim Bedi e Teddy Ossei Kwakye. Corporate governance and disclosure practices of Ghanaian listed companies. *Journal of Accounting in Emerging Economies* 2, nº 2 (2012): 140 - 161.
- Abreu, Monica Cavalcanti Sa de, Jossandra Sampaio Fernandes, Francisco de Assis Soares e José C. L. da Silva Filho. Evolução da conduta ambiental de empresas siderúrgicas brasileiras sob a ótica dos relatórios de evidenciação ambiental. *Revista Universo Contábil*, 2008: 57-76.
- ABRUC - Associação Brasileira das Universidades Comunitárias. s.d. <http://www.abruc.org.br> (acesso em 13 de julho de 2013).
- Accountability. AA1000 Accountability Principles Standard. 2008. www.accountability.org/standards/aa1000aps.html (acesso em 23 de 09 de 2015).
- Ackers, Barry e Neil Stuart Eccles. Mandatory corporate social responsibility assurance practices: The case of King III in South Africa. *Accounting, Auditing & Accountability Journal* 28, nº 4 (2015): 515 - 550.
- Adams , Carol A. Sustainability reporting and performance management in universities. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal* 4, nº 3 (2013): 384 - 392.
- Adams, Carol A. . The ethical, social and environmental reporting performance portrayal gap. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 2004: 731-757.
- Adams, Carol A. Internal organisational factors influencing corporate social and ethical reporting beyond current theorising. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 2002: 223-250.
- Adelopo, Ismail, Ramiro Cea Moure, Lucely Vargas Preciado e Musa Obalola. Determinants of web-accessibility of corporate social responsibility communications. *Journal of Global Responsibility*, 2012: 235-247.
- Aerts, Walter , Denis Cormier e Michel Magnan. Corporate environmental disclosure, financial markets and the media: An international perspective. *Ecological Economics* , 2008: 643-659 .
- Aerts, Walter, Denis Cormier e Michel Magnan. Intra-industry imitation in corporate environmental reporting: An international perspective. *Journal of Accounting and Public Policy*, 2006: 299–331.
- Aerts, Walter e Denis Cormier. Media legitimacy and corporate environmental communication. *Accounting, Organizations and Society*, 2009: 1-27.
- Ahmad, Zauwiyah, Sallet Hassan e Junaini Mohammad. Determinants of environmental reporting in Malaysia. *International Journal of Business Studies*, 2003: 69-90.
- Ahmed, Sheraz. Determinants of the quality of disclosed earnings and value relevance across transitional Europe. *Journal of Accounting in Emerging Economies* 5, nº 3 (2015): 325 - 349.
- Akerlof, George A. A theory of social customs, of which unemployment may be one consequence. *Quarterly Journal of Economics*, nº June (1980): 749-775.

- Akerlof, George A. The Market for Lemons: Quality Uncertainty and the Market Mechanism. *The Quarterly Journal of Economics*, 1970: 488-500.
- Alberti-Alhtaybat, Larissa von, Khaled Hutaibat e Khaldoon Al-Htaybat. Mapping corporate disclosure theories. *Journal of Financial Reporting & Accounting*, 2012: 73-94.
- Aldaz, Mairder , Igor Alvarez e José Antonio Calvo. Informes no financieros, desempeño anticorrupción y reputación corporativa. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios* 17, nº 58 (2015): 1321-1340.
- Aljifri, Khaled , Abdulkareem Alzarouni, Chew Ng e Mohammad Iqbal Tahir. The association between firm characteristics and corporate financial disclosures: Evidence from UAE companies. *The International Journal of Business and Finance Research*, 2014: 101-123.
- Alkababji, Majdi Wael . Voluntary Disclosure on Corporate Social Responsibility: A study on the Annual Reports of Palestinian Corporations. *European Journal of Accounting Auditing and Finance Research*, 2014: 59-82.
- Alkhatib, Khalid . The Determinants of Forward-Looking Information Disclosure. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 2014: 858 – 864.
- AlNaimi, Hend Abdulla , Mohammed Hossain e Mahmood Ahmed Momin. Corporate social responsibility reporting in Qatar: a descriptive analysis. *Social Responsibility Journal*, 2012: 511-526.
- Álvarez, Isabel Gallego, Isabel María García Sánchez e Luis Rodrigues Domínguez. Voluntary and compulsory information discloses online: The effect of industry concentration and other explanatory factors. *Online Information Review*, 2008: 596-622.
- Andon, Paul, Jane Baxter e Wai Fong Chua. Accounting for Stakeholders and Making Accounting Useful. *Journal of Management Studies* 52, nº 7 (2015): 986-1002.
- Andrews, Abigail. Downward accountability in unequal alliances: Explaining NGO responses to Zapatista demands. *World Development* 54 (2014): 99-113.
- Angelidis, John e Nabil Ibrahim. An exploratory study of the impact of degree of religiousness upon an individual's corporate responsiveness orientation. *Journal of Business Ethics*, nº 51 (2004): 119-128.
- Archel, Pablo, Manuel Fernández e Carlos Larrinaga. The organizational and operational boundaries or Triple Bottom Line Reporting: A survey. *Environmental Management*, 2008: 106-117.
- Arrow, Kenneth J. Limited Knowledge and Economic Analysis. *The American Economic Review*, 1974: 01-10.
- Ashforth, Blake E. e Barrie W. Gibbs. The double-edge of organizational legitimation. *Organization Science*, 1990: 177-194.
- Ashley, Patrícia Almeida, Renata Buarque Goulart Coutinho e Patrícia Amélia Tomei. Responsabilidade social corporativa e cidadania empresarial: Uma análise conceitual comparativa. *Anais ENAMPAD*. Florianópolis, Setembro de 2000.
- Attig, Najah e Sean Cleary. Managerial Practices and Corporate Social Responsibility. *Journal of Business Ethics*, nº 131 (2015): 121–136.
- AUSJAL - Asociación de Universidades Confiadas a la Compañía de Jesús en América Latina. *Políticas Y Sistema de Autoevaluación Y Gestión de la Responsabilidad Social Universitaria en AUSJAL*. Córdoba: Alejandría Editorial, 2009.

- Baldini, Maria , Lorenzo Dal Maso, Giovanni Liberatore, Francesco Mazzi e Simone Terzani. Role of Country- and Firm-Level Determinants in Environmental, Social, and Governance Disclosure . *Journal of Business Ethics* , 2016: In press.
- Barakat, Firas S. Q., M. Victoria López Pérez e Lázaro Rodríguez Ariza. Corporate social responsibility disclosure (CSR) determinants of listed companies in Palestine (PXE) and Jordan (ASE). *Revista Management Science* 9, nº 4 (2014): 681-702.
- Bardin, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- Barone, Elisabetta, Nathan Ranamagar e Jill F. Solomon. A Habermasian model of stakeholder (non)engagement and corporate (ir)responsibility reporting. *Accounting Forum*, 2013: 163–181.
- Bebbington, Jan, Carlos Larrinaga-González, e Jose M. Moneva-Abadía. Legitimizing reputation / the reputation of legitimacy theory. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 2008: 371-374.
- Belal, Aatur Rahman e Stuart Cooper. The absence of corporate social responsibility reporting in Bangladesh. *Critical Perspectives on Accounting* 22 (2011): 654– 667.
- Belal, Aatur Rahman, Stuart M. Cooper e Robin W. Roberts. Vulnerable and exploitable: The need for organisational accountability and transparency in emerging and less developed economies. *Accounting Forum*, 2013: 81-91.
- Benston, George J. Accounting and corporate accountability. *Accounting, Organizations and Society*, 1982: 87-105.
- Bianchi, Robert J. , Michael E. Drew e Adam N. Walk . On the responsible investment disclosure practices of the world’s largest pension funds. *Accounting Research Journal* 23, nº 3 (2010): 302-318.
- Boesso, Giacomo e Kamalesh Kumar. Drivers of corporate voluntary disclosure: A framework and empirical evidence from Italy and the United States. *Accounting, Auditing & Accountability Journal* 20, nº 2 (2007): 269-296.
- Boesso, Giacomo , Kamalesh Kumar e Giovanna Michelon. Descriptive instrumental and strategic approaches to corporate social responsibility. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 2013: 399-422.
- Botosan, Christine A. Disclosure level and the cost of equity capital. *The accounting Review*, 1997: 323-349.
- Bouten, Lies, Patricia Everaert e Robin W. Roberts. How a two-step approach discloses different determinantes of voluntary social and environmental reporting. *Journal of Business Finance & Accounting*, 2012: 567-605.
- Bowen, H. R. *Social responsibilities of the businessman*. New York, USA: Harper & Row, 1953.
- Bowman, Edward H. e Mason Haire. Social Impact Disclosure and Corporate Annual reports. *Accounting, Organizations and Society* 1, nº 1 (1976): 11-21.
- Bozzolan, Severio, Francesco Favotto e Federica Ricceri. Italian annual intellectual capital disclosure: An empirical analysis. *Journal of Intellectual Capital* 4, nº 4 (2003): 543-558.
- Braam, Geert J. M. , Lisanne Uit de Weerd, Mara Hauck e Mark A. J. Huijbregts. Determinants of corporate environmental reporting: The importance of environmental performance and assurance. *Journal of Cleaner Production* XXX (2016): 1-11.

Brammer, Stephen e Stephen Pavelin. Factors Influencing the Quality of Corporate Environmental Disclosure. *Business Strategy and the Environment*, 2008: 120–136.

Brammer, Stephen e Stephen Pavelin. Voluntary Environmental Disclosures by Large UK Companies. *Journal of Business Finance & Accounting*, 2006: 1168–1188.

Branco, Manuel Castelo e Lucia Lima Rodrigues. An Exploratory Study of Social Responsibility Disclosure on the Internet by Portuguese Listed Companies. *Social Responsibility Journal*, 2005: 81-90.

Branco, Manuel Castelo e Lúcia Lima Rodrigues. Communication of corporate social responsibility by Portuguese banks: A legitimacy theory perspective. *Corporate Communications: An International Journal*, 2006: 232-248.

Branco, Manuel Castelo e Lúcia Lima Rodrigues. Factors Influencing Social Responsibility Disclosure by Portuguese Companies. *Journal of Business Ethics*, 2008: 685–701.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: DOU, 1988.

—. Lei nº 5.540. *Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e dá outras providências*. Brasília, DF: DOU - Diário Oficial da União, 03 de 12 de 1968.

—. Lei nº 6.680. *Dispõe sobre as relações entre o corpo docente e a instituição de ensino superior e dá outras providências*. Brasília, DF: DOU- Diário Oficial da União, 17 de agosto de 1979.

—. Lei nº 8.212. *Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências*. Brasília: DOU, 24 de 07 de 1991.

—. Lei nº 9.192. *Altera a lei 5.540/68 quanto ao processo de escolha dos dirigentes das Instituições de Ensino Superior*. Brasília, DF: DOU - Diário Oficial da União, 21 de dezembro de 1995.

—. Lei nº 9.394. *Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional*. Brasília, DF: DOU - Diário Oficial da União, 23 de Dezembro de 1996.

—. Lei nº 9.637. *Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais*. Brasília: DOU, 15 de maio de 1998.

—. Lei nº 9.790. *Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público*. Brasília: DOU, 23 de março de 1999.

—. Lei nº 10.406. *Código Civil Brasileiro*. Brasília: DOU, 10 de janeiro de 2002.

—. Lei nº 11.096. *Universidade para todos - PROUNI*. Brasília: DOU, 13 de 01 de 2005.

—. Lei nº 12.101 - *Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social*. Brasília: DOU, 27 de 11 de 2009.

—. Lei nº 12.868. *Dispõe sobre o financiamento de bens de consumo duráveis a beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida e dá outras providências*. Brasília: DOU, 15 de outubro de 2013.

—. Lei nº 12.881. *Dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior - ICES*. Brasília: DOU, 12 de novembro de 2013.

—. Ministério das Relações Exteriores. *Divisão de temas educacionais*. s.d. http://www.dce.mre.gov.br/nomenclatura_cursos.html (acesso em 08 de julho de 2014).

—. Parecer do Ministério da Educação - MEC. *Parecer: Análise de estatutos e regimentos de IES*. Brasília, DF: DOU - Diário Oficial da União, 04 de 09 de 2002. 14.

Bravo, Rafael, Jorge Matute e José M. Pina. Corporate Social Responsibility as a Vehicle to Reveal the Corporate Identity: A Study Focused on the Websites of Spanish Financial Entities. *Journal Business Ethics* 107 (2012): 129–146.

Brown , Harold Chapman . Human Nature and the State. *International Journal of Ethics* 26, nº 2 (1916): 177-192.

Brown, Noel e Craig Deegan. The public disclosure of environmental performance information—a dual test of media agenda setting theory and legitimacy theory. *Accounting and Business Research*, 1998: 21-41.

Bukh, Per Nikolaj, Christian Nielsen, Peter Gormsen e Jan Moritsen. Disclosure of information on intellectual capital in Danish IPO prospectuses. *Accounting, Auditing & Accountability Journal* 18, nº 6 (2005): 713 - 732.

Burger, Ronelle e Trudy Owens. Promoting Transparency in the NGO Sector: Examining the Availability and Reliability of Self-Reported Data. *World Development*, 2010: 1263–1277.

Burgwal, Dion Van de e Rui J. Oliveira Vieira. Determinantes da Divulgação Ambiental em Companhias Abertas Holandesas. *Revista de Contabilidade & Finanças*, 2014: 60-78.

Buscariolli, Bruno e Jhonata Emerick. *Econometria com Eviews: Guia essencial de conceitos e aplicações*. São Paulo: Saint Paul Editora, 2011.

Bushman, Robert M. e Abbie J. Smith. Financial accounting information and corporate governance. *Journal of Accounting and Economics*, 2001: 237–333.

Bushman, Robert M. e Abbie J. Smith. Transparency, financial accounting information, and corporate governance. *FRBNY Economic Policy Review*, 2003: 65-87.

Bushman, Robert M., Joseph D. Piotroski e Abbie J. Smith. What determine corporate transparency? *Journal of Accounting Research*, 2004: 207-252.

Buzby, Stephen L. Company size, listed versus unlisted stocks, and the extent of financial disclosure. *Journal of accounting research*, 1975: 16-37.

Camfferman, K. e T. Cooke. An analysis of disclosure in the annual reports of U. K. and Dutch companies. *Journal of International Accounting Research* 1 (2002): 3-30.

Campbell, David , Geoff Moore e Philip Shrides. Cross-sectional effects in community disclosure. *Accounting, Auditing & Accountability Journal* 19, nº 1 (2006): 96-114.

Campbell, David. A longitudinal and cross-sectional analysis of environmental disclosure in UK companies - a research note. *The British Accounting Review*, 2004: 107-117.

Campbell, David J. Legitimacy theory or managerial reality construction? Corporate social disclosure in Marks and Spencer Plc corporate reports, 1969–1997. *Accounting Forum* 24, nº 1 (2000): 80-100.

Cançado, A.C, J.R. Pereira e F.G Tenório. *Gestão social: epistemologia de um paradigma*. Curitiba: CRV, 2013.

Carroll, Archie B. e Kareem M. Shabana. The Business Case for Corporate Social Responsibility: A Review of Concepts, Research and Practice. *International Journal of Management Reviews* 12, nº 1 (2010): 85-105.

Carroll, Archie B. A three-dimensional conceptual model of corporate social performance. *Academy of Management Review*, 1979: 497-505.

Carroll, Archie B. Corporate Social Responsibility: Evolution of a Definitional Construct. *Business & Society*, 1999: 268-295.

Carroll, Archie B. The Pyramid of Corporate Social Responsibility – Toward the Moral Management of Organizational Stakeholders. *Business Horizons*, 1991: 39-48.

Carroll, Peter e Peter Steane. Public private partnerships: sectoral perspectives. Em *Public-Private partnerships for public services: An international perspective*, por Stephen P. Osborne, 36-56. London: Routledge, 2000.

CFC - Conselho Federal de Contabilidade. Resolução CFC nº 1.003/04. *Norma Brasileira de Contabilidade Técnica 15 - NBC T 15*. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2004.

Chen, Donghua, Jieying Li, Shangkun Liang e Guojun Wang. Macroeconomic control, political costs and earnings management: Evidence from Chinese listed real estate companies. *China Journal of Accounting Research*, 2011: 91–106.

Cho, Charles H. e Robin W. Roberts. Environmental reporting on the internet by America's Toxic 100: Legitimacy and self-presentation. *International Journal of Accounting Information Systems*, 2010: 1-16.

Cho, Charles H. e Dennis M. Patten. The role of environmental disclosure as tools of legitimacy: A research note. *Accounting, organizations and Society*, 2007: 639-647.

Cho, Charles H., Jillian R. Phillips, Amy M. Hageman e Dennis M. Patten. Media richness, user trust, and perceptions of corporate social responsibility: An experimental investigation of visual web site disclosures. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 2009: 933-952.

Cho, Charles H., Martin Freedman e Dennis M. Patten. Corporate disclosure of environmental capital expenditures: A test of alternatives theories. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 2012: 486-507.

Choi, Frederick D. S. Financial disclosure and entry to the European capital market. *Journal of Accountng Research*, 1973: 159-175.

Chow, Chee W. e Adrian Wong-Boren. Voluntary financial disclosure by Mexican corporations. *The Accounting Review*, 1987: 533-541.

Clarkson, Max B. E. A stakeholder framework for analysing and evaluating corporate social performance. *Academy of Management Review*, 1995: 92-117.

Clarkson, Peter M. , Yue Li, Gordon D. Richardson e Florin P. Vasvari. Revisiting the relation between environmental performance and environmental disclosure: An empirical analysis. *Accounting, Organizations and Society*, 2008: 303–327.

Clarkson, Peter, Ami Lammerts Van Bueren e Julie Walker. Chief executive officer remuneration disclosure quality: Corporate responses to an evolving disclosure environment. *Accounting and Finance*, 2006: 771–796.

Clement, Ronald W. The lessons from stakeholder theory for U.S. Business leaders. *Business Horizons*, 2005: 255-264.

Cohen, Jeffrey R., Lori L. Holder-Webb, Leda Nath e David Wood. Corporate reporting of nonfinancial leading indicators of economic performance and sustainability. *Accounting Horizons*, 2012: 65-90.

- Collier, Paul M. Stakeholder accountability: A field study of the implementation of a governance improvement plan. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 2008: 933-954.
- Conceição, Sérgio Henrique da, Gilson Barbosa Dourado, Ana Gabriela Baqueiro, Simone Freire e Pauline das Chagas Brito. Fatores determinantes no disclosure em Responsabilidade Social Corporativa (RSC): um estudo qualitativo e quantitativo com empresas listadas na Bovespa. *Gestão da Produção*, 2011: 461-472.
- Contrafatto, Massimo. The institutionalization of social and environmental reporting: An Italian narrative. *Accounting, Organizations and Society*, 2014: 1-19.
- Conway, Susan Lee, Patricia Ann O'Keefe e Sue Louise Hrasky. Legitimacy, accountability and impression management in NGOs: the Indian Ocean tsunami. *Accounting, Auditing & Accountability Journal* 28, nº 7 (2015): 1075 - 1098.
- Cooke, T.E. Voluntary corporate disclosure by Swedish companies. *Accounting & Business Research*, 1989: 113-124.
- Cooke, T. E. The impact of size, stock market listing and industry type on disclosure in the annual reports. *Accounting and Business Research*, 1992: 229-237.
- Cooper, Stuart e Richard Slack. Reporting practice, impression management and company performance: a longitudinal and comparative analysis of water leakage disclosure. *Accounting and Business Research*, 2015: 801-840.
- Core, John E. A review of the empirical disclosure literature: discussion. *Journal of Accounting and Economics*, 2001: 441-456.
- Core, John E., Wayne R. Guay e Rodrigo S. Verdi. Agency problems of excess endowment holdings in not-for-profit firms. *Journal of Accounting and Economics*, 2006: 307-333.
- Cormier, Denis e Michel Magnan. Environmental reporting management: a continental European perspective. *Journal of Accounting and Public Policy*, 2003: 43-62.
- Cormier, Denis, Marie-Josée Ledoux e Michel Magnan. The use of Web sites as a disclosure platform for corporate performance. *International Journal of Accounting Information Systems*, 2009: 1-24.
- Cormier, Denis, Michel Magnan e Barbara Van Velthoven. Environmental Disclosure Quality in Large German Companies: Economic Incentives, Public Pressures or Institutional Conditions? *European Accounting Review*, 2005: 3-39.
- Cortina, Jose M. What is coefficient Alpha? An examination of theory and applications. *Journal of Applied Psychology* 78, nº 1 (1993): 98-104.
- Cowen, Scott S., Linda Ferreri e Lee D. Parker. The impact of corporate characteristics on social responsibility disclosure: A typology and frequency-based analysis. *Accounting Organizations and Society*, 1987: 111-122.
- Coy, David e Keith Dixon. The public accountability index: crafting a parametric disclosure index for annual reports. *The British Accounting Review* 36, 2004: 79-106.
- Coy, David, Greg Tower e Keith Dixon. Quantifying the quality of tertiary education annual report. *Accounting and Finance*, 1993: 121-129.
- Cronbach, Lee J. Coefficient alpha and the internal structure of tests. *Psychometrika* 16, nº 3 (September 1951): 297-334.

- Cruz, Cássia V. Olak Alves e Gerlando A. S. F. de Lima. Reputação corporativa e nível de disclosure das empresas de capital aberto no Brasil. *Revista Universo Contábil*, 2010: 85-101.
- Cruz, June A. W., Carlos Olavo Quandt, Tomás S. Martins e Wesley V. da Silva. Performance no terceiro setor – Uma abordagem de accountability: Estudo de caso em uma organização não governamental brasileira. *Revista de Administração UFSM* 3, nº 1 (2010): 58-75.
- Cuganesan, Suresh , James Guthrie e Leanne Ward. Examining CSR disclosure strategies within the Australian food and beverage industry. *Accounting Forum*, 2010: 169–183.
- Cunha, Janaína Gabrielle Moreira Campos da , Fernanda Frankenberger, Angela Pova e Wesley Vieira da Silva. Disclosure socioambiental e o impacto no custo de capital. *Revista ADMpg Gestão Estratégica*, 2015: 55-63.
- CWUR. *World University Ranking*. 2016. <http://www.cwur.org/2016.php> (acesso em 27 de 10 de 2016).
- Czesnat, Aline Oliveira e Denise Del Prá Netto Machado. Legitimação na evidenciação de informações socioambientais entre as empresas de telecomunicações listadas na Bovespa. *BASE - Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos* 9, nº 3 (2012): 291-305.
- Dahlsrud, Alexander. How Corporate Social Responsibility is Defined: an Analysis of 37 Definitions. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 2008: 1-13.
- Daley, Lane A. e Robert L. Vigeland. The effects of debt covenants and political costs on the choice of accounting methods: The Case of Accounting for R&D Costs. *Journal of Accounting and Economics*, 1983: 195-211.
- Danastas, Lauren e David Gadenne. Social and environmental NGOs as users of corporate social disclosure. *Journal of Environmental Assessment Policy and Management*, 2006: 85-102.
- Darnall, Nicole, Inshik Seol e Joseph Sarkis. Perceived stakeholder influences and organizations' use of environmental audits. *Accounting, Organizations and Society* 34, nº 2 (2009): 170-187.
- Davis, Keith. Can business afford to ignore social responsibility? *California Management Review*, 1960: 70-76.
- Davis, Keith. The Case for and Against Business Assumption of Social Responsibility. *Academy of Management Journal*, 1973: 312-322.
- Davis, Keith. Understanding the social responsibility puzzle: What does the businessmen owe to society? *Business Horizons*, 1967: 45-50.
- Deegan, Craig. Introduction The legitimising effect of social and environmental disclosures - a theoretical foundation. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 2002: 282-311.
- Deegan, Craig e Ben Gordon. A Study of the Environmental Disclosure Practices of Australian Corporations. *Accminlmg and Business Research*, 1996: 187-199.
- Deegan, Craig e Gary Carroll. An analysis of incentives for Australian firms to apply for reporting excellence awards. *Accounting and business Research*, 1993: 219-227.
- Deegan, Craig e Michaela Rankin. The materiality of environmental information to users of annual reports. *Accounting, Audititng & Accountability Journal*, 1997: 562-583.
- Deegan, Craig, Michaela Rankin e John Tobin. An examination of the corporate social and environmental disclosures of BHP from 1983-1997. *Accounting, Audititng & Accountability Journal*, 2002: 312-343.

Deegan, Craig, Michaela Rankin e Peter Voght. Firms' disclosure reactions to major social incidents: Australian evidence. *Accounting Forum - Adelaide*, 2000: 101-130.

Deephouse, David L. e Mark Suchman. Legitimacy in Organizational Institutionalism. Em *The SAGE Handbook of Organizational Institutionalism*, por R. Greenwood, C. Oliver, R. Suddaby e K. Sahlin, 49-78. London: SAGE Publications Ltd., 2008.

Dhaliwal, Dan S. , Suresh Radhakrishnan, Albert Tsang e Yong George Yang. Nonfinancial Disclosure and Analyst Forecast Accuracy: International Evidence on Corporate Social Responsibility Disclosure. *The Accounting Review* , 2012: 723-759.

Dhaliwal, Dan, Oliver Zhen Li, Albert Tsang e Yong George Yang. Corporate social responsibility disclosure and the cost of equity capital: The roles of stakeholder orientation and financial transparency. *Journal of Accounting Public Policy*, 2014: 1-28.

Dhanani, Alpa e Ciaran Connolly. Discharging not-for-profit accountability: UK charities and public discourse. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 2012: 1140-1169.

Dias, Claudevi Pereira , Raimundo Nonato Lima Filho, Francisco Marton Gleuson Pinheiro, Thiago Bruno de Jesus Silva e Romilson do Carmo Moreira. Evidenciação de informações socioambientais, teoria da legitimidade e isomorfismo: um estudo com mineradoras brasileiras. *Gecont - Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI* 1, nº 1 (2014): 100-118.

Dierkes, Meinolf e Lee E. Preston. Corporate social accounting reporting for the physical environment: A critical review and implementation proposal. *Accounting, Organizations and Society* 2, nº 1 (1977): 3-22.

Domínguez, Luiz Rodríguez, Isabel Gallego Álvarez e Isabel María García Sánchez. Determinantes de la divulgación voluntaria de información estratégica en Internet: un estudio de las empresas Españolas cotizadas. *Revista Europea de Dirección y Economía de la Empresa*, 2010: 09-26.

Donaldson, Thomas e Lee E. Preston. The stakeholder theory of the corporation: Concepts evidence, and implications. *Academy of Management Review* 20, nº 1 (1995): 65-91.

Dowling, John e Jeffrey Pfeffer. Organizational legitimacy: Social values and organizational behavior. *Pacific Sociological Review*, 1975: 122-136.

Dusuki, Asyraf Wajdi e Tengku F. M. T. M. Yusof. The pyramid of corporate social responsibility model: Empirical evidence from Malaysian stakeholder perspective. *Malaysian Accounting Review*, 2008: 29-54.

Dye, Ronald A. An evaluation of “essays on disclosure” and the disclosure literature in accounting. *Journal of Accounting and Economics*, 2001: 181–235.

Dye, Ronald A. Proprietary and nonproprietary disclosures. *The Journal of Business*, 1986: 331-366.

Ebrahim, Alnoor . Accountability In Practice: Mechanisms for NGOs. *World Development* 31, nº 5 (2003): 813–829.

Ebrahim, Alnoor. The many faces of nonprofit accountability . *Working Paper*. Harvard Business School, 2010.

Elijido-Ten, Evangeline, Louise Kloot e Peter Clarkson. Extending the application of stakeholder influence strategies to environmental disclosures: An exploratory study from a developing country. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 2010: 1032-1059.

- Elsayed, Mohamed Omran e Zahirul Hoque. Perceived international environmental factors and corporate voluntary disclosure practices: An empirical study. *The British Accounting Review* 42, nº 1 (2010): 17–35.
- Elsbach, Kimberly D. Managing organizational legitimacy in the California cattle industry: the construction and effectiveness of verbal accounts. *Administrative Science Quarterly*, 1994: 57-88.
- Ernst e Young. *Corporate Social Responsibility: A survey of Global Companies*. Sydney: Environmental and Sustainability Services Group Ernst & Young, 2002.
- Eugénio, Teresa . Avanços na divulgação de informação social e ambiental pelas empresas e a teoria da legitimidade. *Revista Universo Contábil* 6, nº 1 (2010): 102-118.
- Fama, Eugene F. e Michael C. Jensen. Agency problems and residual claims. *Journal of Law & Economics*, 1983: 327-349.
- Farook, Sayd , M. Kabir Hassan e Roman Lanis. Determinants of corporate social responsibility disclosure: the case of Islamic banks. *Journal of Islamic Accounting and Business Research*, 2011: 114-141.
- Figueiredo Filho, Dalson , Felipe Nunes, Enivaldo Carvalho da Rocha, Manoel Leonardo Santos, Mariana Batista e José Alexandre Silva Júnior. O que Fazer e o que Não Fazer com a Regressão: pressupostos e aplicações do modelo linear de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). *Revista Política Hoje* 20, nº 1 (2011): 44-99.
- Figueiredo Filho, Dalson Brito e José Alexandre Silva Júnior. Visão além do alcance: uma introdução à análise fatorial. *Opinião Pública* 16, nº 1 (2010): 160-185.
- Fischer, Tânia e Vanessa P. Melo . Programa de desenvolvimento e Gestão Social: uma construção coletiva. Em *Gestão do desenvolvimento territorial e residência social: casos para ensino*, por Tânia Fischer , Sylvia Roesch e Vanessa P. Melo, 13-41. Salvador, Bahia: EDUFBA, 2006.
- Fletcher, Anne, James Guthrie, Peter Steane, Göran Roos e Stephen Pike. Mapping stakeholder perceptions for a third sector organization. *Journal of Intellectual Capital*, 2003: 505-527.
- Foran, Tira. *Corporate Social Responsibility At Nine Multinational Electronics Firms In Thailand: A Preliminary Analysis*. Report to the California Global Corporate Accountability Project, Department of Environmental Science, Policy, and Management, University of California at Berkeley, Berkeley - CA - USA: The Nautilus Institute, 2001, 1-37.
- Frederick, William C. The growing concern over business responsibility. *California Management Review* 2, nº 4 (1960): 52-61.
- Freedman, Martin e A. J. Stagliano. Environmental reporting and the resurrection of social accounting. *Advances in Public Interest Accounting* 10 (2004): 135-148.
- Freeman, R. Edward. *Strategic management: A stakeholder approach*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1984.
- Freeman, R. Edward, Andrew C. Wicks e Bidhan Parmar. Stakeholder Theory and The Corporate Objective Revisited. *Organization Science*, 2004: 364-369.
- Freeman, R. Edward e David L. Reed. Stockholders and stakeholders: A new perspective on corporate governance. *California Management Review* 25, nº 3 (1983): 88-106.
- Freeman, R. Edward, Jeffrey S. Harrison, Andrew C. Wicks, Bidhan Parmar e Simone de Colle. *Stakeholder Theory: The state of the art*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

- Friedman, Milton. The social responsibility of business is to increase its profits. *The New York Times Magazine*, 1970: 01-06.
- Fu, Hui, Ben Haobin Ye e Rob Law. You do well and I do well? The behavioral consequences of corporatesocial responsibility. *International Journal of Hospitality Management*, 2014: 62-70.
- Fuertes, Adrian Testera e Laura Cabeza García. Análisis de los factores determinantes de la transparencia en RSC en las empresas españolas cotizadas. *Intangible Capital*, 2013: 225-261.
- Gandía Cabedo, Juan Luis e Tomás Andrés Pérez. Transparencia informativa Y gobierno corporativo en la era digital. *Comunicaciones presentadas al XII Congreso AECA*. Cádiz: Asociación Española de Contabilidad Y Administración de Empresas, 09 de 2003.
- Gandía, Juan. Corporate e-governance disclosure in the digital age: an empirical study of Spanish listed companies. Available at SSRN: <http://ssrn.com/abstract=531182> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.531182>, 2005: 1-24.
- Gao, Simon S. , Saeed Heravi e Jason Zezheng Xiao. Determinants of corporate social and environmental reporting in Hong Kong: a research note. *Accounting Forum* 29 (2005): 233–242.
- Garcia-Ayuso, Manuel e Carlos Larrinaga. Environmental Disclosures in Spain: Corporate characteristics and media exposure. *Spanish Journal of Finance and Accounting*, 2003: 184-214.
- Garcia-Meca, Emma e Isabel Martinez Conesa. Divulgación voluntaria de información empresarial: Índices de Revelación. *Partida Doble*, 2004: 66-77.
- Garriga, Elisabet e Domènec Melé. Corporate Social Responsibility Theories: Mapping the Territory. *Journal of Business Ethics*, nº 53 (2004): 51–71.
- Gelb, David. Intangible assets and firm'disclosures: an empirical investigation. *Journal of Business Finance & Accounting* 29, nº 3-4 (2002): 457-476.
- Gentry, William M. Debt, investment and endowment accumulation: the case of not-for-profit hospitals. *Journal of Health Economics*, 2002: 845–872.
- Giannetti, E. e C. Almeida. *Ecologia Industrial - Conceitos, ferramentas e aplicações*. São Paulo: Ed. Edgard Blücher, 2006.
- Gisbert, Ana, Begõna Navallas e Domi Romero. Proprietary costs, governance and the segment disclosure decision. *Journal of Management and Governance*, 2014: 733-763.
- Golob, Ursa e Jennifer L. Bartlett. Communicating about corporate social responsibility; A comparative study of CSR reporting in Australia and Slovenia. *Public Relations Review*, 2007: 1-9.
- Gómez, Juan, Raul Iñiguez e Francisco Poveda. Revelación voluntaria de información y características de las sociedades cotizadas en el mercado de capital español. *Revista Española de Financiación y Contabilidad* 131 (2006): 8-32.
- Gonçalves, Rute e Patrícia Lopes. Firm-specific determinants of agricultural financial reporting. *Procedia - Social and Behavioral Sciences* 110 (2014): 470 – 481.
- Gonzalez-Perez, Maria Alejandra. Corporate social responsibility and international business: A conceptual overview. *Advances in sustainability and environmental Justice* 11 (2013): 1-35.

Good, Kevin Joseph , José Alonso Borba e Lucas Martins Dias Maragno. Supporting Stakeholder Relationship Management via Disclosure on Resource Origins: Evidence from the World's Top NGOs. *Sociedade, Contabilidade e Gestão* 10, nº 2 (2015): 139-156.

Gray , L. C. . The Social Contract by C. Y. C. Dawbarn. *The American Economic Review* 1, nº 2 (1911): 314-315.

Gray, Rob. The social accounting project and Accounting Organizations and Society: Privileging engagement, imaginings, new accountings and pragmatism over critique? *Accounting, Organizations and Society*, 2002: 687-708.

Gray, Rob, Mohammed Javad, David M. Power e C. Donald Sinclair. Social and Environmental Disclosure and Corporate Characteristics: A Research Note and Extension. *Journal of Business Finance & Accounting*, 2001: 327-356.

Gray, Rob, Reza Kouhy e Simon Lavers. Corporate social and environmental reporting: A review of the literature and a longitudinal study of UK disclosure. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 1995:A: 47-77.

Gray, Rob, Reza Kouhy e Simon Lavers. Methodological themes: Constructing a research database of social and environmental reporting by UK companies. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 1995:B: 78-101.

Greenwood, Michelle e Edward Freeman. Ethics and HRM: The contribution of Stakeholder Theory. *Business & Professional Ethics Journal* 30, nº 3-4 (2011): 269-292.

GRI, Global Reporting Initiative. Sustainability Disclosure Database. *GRI - Global Reporting Initiative*. s.d. <https://www.globalreporting.org> (acesso em 25 de julho de 2013).

Grougiou, Vassiliki, Stergios Leventis, Emmanouil Dedoulis e Stephen Owusu-Ansah . Corporate social responsibility and earnings management in US banks. *Accounting Forum* 38, 2014: 155-169.

Gujarati, Damodar N. e Dawn C. Porter. *Econometria Básica*. Porto Alegre: Bookman, 2011.

Guthrie, James e Lee D. Parker. Corporate social reporting: A rebutal of legitimacy theory. *Accounting and Business Research*, 1989: 343-352.

Hackston, David e Markus J. Milne. Some determinants of social and environmental disclosures in New Zealand companies. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 1996: 77-108.

Hahn, Rüdiger e Michael Kühnen. Determinants of sustainability reporting: a review of results, trends, theory, and opportunities in an expanding field of research. *Journal of Cleaner Production*, 2013: 5-21.

Hair, Jr., W. C. Black, B. J. Babin, R. E. Anderson e R. L. Tatham. *Multivariate data analysis*. 6ª. Upper Saddle River, NJ: Pearson Prentice Hall, 2006.

Haji, Abdifatah Ahmed. Corporate social responsibility disclosures over time: evidence from Malaysia. *Managerial Auditing Journal* 28, nº 7 (2013): 647 - 676.

Halkos, George e Antonis Skouloudis. Exploring the current status and key determinants of corporate disclosure on climate change: Evidence from the Greek business sector. *Environmental Science & Policy* 56 (2016): 22-31.

Hall, Matthew, Yuval Millo e Emily Barman. Who and What Really Counts? Stakeholder Prioritization and Accounting for Social Value. *Journal of Management Studies* 52, nº 7 (2015): 907-934.

- Halme, Minna e Morten Huse. The influence of corporate governance, industry and country factors on environmental reporting. *Scandinavian Journal of Management*, 1997: 137-157.
- Haniffa, R.M. e T.E. Cooke. The impact of culture and governance on corporate social reporting. *Journal of Accounting and Public Policy*, 2005: 391-430.
- Haniffa, Ros e Terry Cooke. Culture, Corporate Governance and Disclosure in Malaysian Corporations. *Abacus*, 2002: 317-349.
- Hansmann, Henry B. The role of Nonprofit Enterprise. *The Yale Law Journal*, 1980: 835-902.
- Hansmann, Henry B. Why Do Universities Have Endowments? *The Journal of Legal Studies*, 1990: 03-42.
- Haron, Hasnah, Sofri Yahya, Andrew Chambers, Sharon Manasseh e Ishak Ismail. Level of corporate social disclosure in Malaysia. *Fourth Asia Pacific Interdisciplinary Research in Accounting Conference*. Singapore, 2004. 1-26.
- Harrison, Julie A., Paul Rouse e Charl J. De Villiers. Accountability and performance measurement: A Stakeholder perspective. *The Business and Economics Research Journal*, 2012: 243-258.
- Harrison, Teresa D. e Christopher A. Laincz. Entry and Exit in the Nonprofit Sector. *The B.E. Journal of Economic Analysis & Policy* 8, nº 1 (2008): (online) DOI:10.2202/1935-1682.1987.
- Hashim, Mohd Hafiz, Anuar Nawawi e Ahmad Saiful Azlin Puteh Salin. Determinants of strategic information disclosure – Malaysian evidence. *International Journal of Business and Society* 15, nº 3 (2014): 547- 572.
- Hasnas, John. Whither stakeholder theory? A guide for the perplexed revisited. *Journal Business Ethics*, 2013: 47-57.
- Hassan, Abeer e Susan Burgess. The Effects of Level of Disclosure of Environmental Activities and Stakeholders' Engagement on Achieving BITC Awards: An Empirical Study of UK FTSE 100. *International Journal of Business and Social Science*, 2012: 79-91.
- Hassan, Nasr Taha. Corporate social responsibility disclosure: An examination of framework of determinants and consequences. *Tese de Doutorado*. Durham, 2010.
- Hassan, Omaima A.G., Gianluigi Giorgioni, Peter Romilly e David M. Power. Voluntary disclosure and risk in an emerging market. *Journal of Accounting in Emerging Economies* 1, nº 1 (2011): 33 - 52.
- Hay, Robert e Ed Gray. Social Responsibilities of Business Managers. *The Academy of Management Journal* 17, nº 1 (1974): 135-143.
- Healy, Paul M. e Krishna G. Papelu. Information asymmetry, corporate disclosure, and the capital markets: A review of the empirical disclosure literature. *Journal of Accounting and Economics*, 2001: 405-440.
- HEFCE. *Higher Education Funding Council for England*. s.d. <http://www.hefce.ac.uk/> (acesso em 18 de julho de 2014).
- Heink, Ulrich e Ingo Kowarik. What are indicators? On the definition of indicators in ecology and environmental planning. *Ecological Indicators* 10, nº 3 (2010): 584-593.
- Hofmann, Mary Ann e Dwayne McSwain. Financial disclosure management in the nonprofit sector: A framework for past and future research. *Journal of Accounting Literature*, 2013: 61-87.

Hooghiemstra, Reggy. Corporate Communication and Impression Management - New Perspectives why Companies Engage in Corporate Social Reporting. *Journal of Business Ethics*, 2000: 55-68.

Hossain, Mohammed e Masrur Reaz. The Determinants and Characteristics of Voluntary Disclosure by Indian Banking Companies. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 2008: 274-288.

Iatridis, George Emmanuel. Environmental disclosure quality: Evidence on environmental performance, corporate governance and value relevance. *Emerging Markets Review* 14 (2013): 55-75.

IBGE. O perfil das Fundações Privadas e Associações sem fins lucrativos em 2010. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. 2010. <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/peas/2006/default.shtm> (acesso em 2014 de março de 22).

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição – IGC*. 2013. <http://portal.inep.gov.br/educacao-superior/indicadores/indice-geral-de-cursos-igc> (acesso em 27 de 12 de 2014).

Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. *Indicadores Ethos de Responsabilidade Social empresarial*. São Paulo: Instituto Ethos, 2013.

Islam, Muhammad A. e Craig Deegan. Motivations for an organisation within a developing country to report social responsibility information: Evidence from Bangladesh. *Accounting, Auditing & Accountability Journal* 21, nº 6 (2008): 850-874.

Jamali, Dima e Yusuf Sdiani. Does religiosity determine affinities to CSR? *Journal of Management, Spirituality & Religion* 10, nº 4 (2013): 309–323.

Jensen, Michael C. e William H. Meckling. Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. *The Journal of Financial Economics* 3, nº 4 (1976): 305-360.

Ji, Xu-dong, Wei Lu e Wen Qu. Determinants and economic consequences of voluntary disclosure of internal control weakness in China. *Journal of Contemporary Accounting & Economics* 11 (2015): 1-17.

Jiang, Haiyan e Ahsan Habib. The impact of different types of ownership concentration on annual report voluntary disclosure in New Zealand. *Accounting Research Journal* 22, nº 3 (2009): 275-304.

Jizi, Mohammad Issam, Aly Salama, Dixon Robert e Rebecca Stratling. Corporate governance and corporate social responsibility disclosure: Evidence from the UK banking sector. *Journal Business Ethics*, 2014: 601-615.

Jones, Thomas M. Corporate Social Responsibility Revisited, Redefined. *California Management Review*, 1980: 59-67.

Kahl, Alfred e Belkaoui Ahmed. Bank annual report disclosure adequacy internationally. *Accounting and Business Research*, 1981: 225-257.

Kaiser, Henry F. A measure of the average intercorrelation. *Educational and Psychological Measurement*, nº 28 (1968): 245-247.

Kakabadse, Nada K., Cécile Rozuel e Linda Lee-Davies. Corporate social responsibility and stakeholder approach: a conceptual review. *International Journal Business Governance and Ethics*, 2005: 277-302.

- Kansal, Monika, Mahesh Joshi e Gurdip Singh Batra. Determinants of corporate social responsibility disclosures: Evidence from India. *Advances in Accounting, incorporating Advances in International Accounting*, 2014: 217-229.
- Katmun, Nooraisah. Disclosure quality determinants and consequences. *Tese de Doutorado*. Durham: Durham University Business School E-Thesis, September de 2012.
- Khan, Arifur, Mohammad Badrul Muttakin e Javed Siddiqui. Corporate governance and corporate social responsibility disclosures: Evidence from an emerging economy. *Journal of Business Ethics*, 2013: 207-223.
- Khlif, Hichem, Achraf Guidara e Mohsen Souissi. Corporate social and environmental disclosure and corporate performance: Evidence from South Africa and Morocco. *Journal of Accounting in Emerging Economies*, 2015: 51-69.
- Khlif, Hichem e Mohsen Souissi. The determinants of corporate disclosure: a meta-analysis. *International Journal of Accounting And Information Management*, 2010: 198-219.
- Kribat, Musa , Bruce Burton e Louise Crawford. Evidence on the nature, extent and determinants of disclosures in Libyan banks' annual reports. *Journal of Accounting in Emerging Economies* 3, nº 2 (2013): 88 - 114.
- Lambell, Richard, Gaby Ramia, Chris Nyland e Marco Michelotti. NGOs and international business research: Progress, prospects and problems. *International Journal of Management Reviews*, 2008: 75-92.
- Lan, Yang, Lili Wang e Xueyong Zhang. Determinants and features of voluntary disclosure in the Chinese stock market. *China Journal of Accounting Research* 6 (2013): 265-285.
- Lapina, Inga, Ilze Kairisa e Daira Aramina. Role of organizational culture in the quality management of University. *Social and Behavioral Sciences* 213 (2015): 770-774.
- Lattin, James, J. Douglas Carroll e Paul E. Green. *Análise de dados multivariados*. São Paulo: Cengage Learning, 2011.
- Lea, Ruth. *Corporate Social Responsibility, Institute of Directors (IoD) member opinion survey*. London: Published by the Institute of Directors, 2002.
- Lee, Min-Dong Paul . A review of the theories of corporate social responsibility: Its evolutionary path and the road ahead. *International Journal of Management Reviews* 10, nº 1 (2008): 53-73.
- Lehman, Glen. The accountability of NGOs in civil society and its public spheres. *Critical Perspectives on Accounting*, 2007: 645-669.
- Leite Filho, Geraldo Alemandro, Lorene Alexandre Prates e Thiago Neiva Guimarães. Análise os Níveis de Evidenciação dos Relatórios de Sustentabilidade das Empresas Brasileiras A+ do Global Reporting Initiative (GRI) no Ano De 2007. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 2009: 43-59.
- Leuz, Christian e Robert E. Verrecchia. The economic consequences of increased disclosure. *Journal of Accounting Research*, 2000: 91-124.
- Leventis, Stergios e Pauline Weetman. Voluntary disclosures in an emerging capital market: some evidence from the Athens stock exchange. *Advances in International Accounting*, 2004: 227-250.
- Levitt, Arthur. The importance of high quality accounting standards. *Accounting Horizons* 12, nº 1 (1998): 79-82.

- Levitt, Theodore. The dangers of social responsibility. *Harvard Business Review*, 1958: 41-50.
- Liesen, Andrea, Andreas G. Hoepner, Dennis M. Patten e Frank Figge. Does stakeholder pressure influence corporate GHG emissions reporting? Empirical evidence from Europe. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 2015: 1047-1074.
- Lima, Emanuel Marcos. Análise comparativa entre índice de disclosure e a importância atribuída por stakeholders a informações consideradas relevantes para fins de divulgação em instituições de Ensino superior filantrópicas no Brasil: uma abordagem da teoria da divulgação. *Tese de Doutorado*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.
- Lindblom, Cristi K. The implications of organizational legitimacy for corporate social performance and disclosure. *Paper Apresentado na Critical Perspectives on Accounting Conference*. New York, NY, 1994.
- Liu, Xianbing e V. Anbumozhi. Determinant factors of corporate environmental information disclosure: an empirical study of Chinese listed companies. *Journal of Cleaner Production*, 2009: 593–600.
- Lloyd , A. H. . The Organic Theory of Society. Passing of the Contract Theory. *American Journal of Sociology* 6, nº 5 (1901): 577-601.
- Lo, Kin. Economic consequences of regulated changes in disclosure: the case of executive compensation. *Journal of Accounting and Economics*, 2003: 285–314.
- Lohn, Vanderléia Martins. Indicadores de responsabilidade social: Uma proposta para as Instituições de Ensino Superior. *Gestão Universitária América Latina*, 2011: 110-128.
- Lopes, Patrícia Teixeira e Lúcia Lima Rodrigues. Accounting for financial instruments: An analysis of the determinants of disclosure in the Portuguese stock exchange. *The International Journal of Accounting*, 2007: 25–56.
- Lourenço, Isabel C. e Manuel Castelo Branco. Determinants of corporate sustainability performance in emerging markets: The brazilian case. *Journal of Cleaner Production* 57 (2013): 134-141.
- Macagnan, Clea Beatriz. Condicionantes e Implicación de revelar Activos Intangibles. *Tesis Doctoral para el Programa de Doctorado en Creación, Estrategia y Gestión de Empresas*. Bellaterra - España, 2007.
- Macagnan, Clea Beatriz. Evidenciação voluntária: fatores explicativos da extensão da informação sobre recursos intangíveis. *Revista Contabilidade & Finanças*, 2009: 46-61.
- Macagnan, Clea Beatriz. Factores explicativos de la revelación de información de activos intangibles de empresas que cotizan em España. *Trabajo de Investigación - Universidad Autónoma de Barcelona*, 2005.
- Machado, Daiane Pias e Ernani Ott. Estratégias de legitimação social empregadas na evidenciação ambiental: Um estudo à luz da teoria da Legitimidade. *Revista Universo Contábil* 11, nº 1 (2015): 136-156.
- Madrigal, Mónica Hernández , Beatriz Aibar Guzmán e Cristina Aibar Guzmán. Determinants of corporate risk disclosure in large Spanish companies: a snapshot. *Contaduría y Administración* 60 (2015): 757-775.
- Magness, Vanessa . Strategic posture, financial performance and environmental disclosure: An empirical test of legitimacy theory. *Accounting, Auditing & Accountability Journal* 19, nº 4 (2006): 540-563.

Mainardes, Emerson W., Helena Alves e Mário Raposo. A model for stakeholder classification and stakeholder relationships. *Management Decision* 50, nº 10 (2012): 1861-1879.

Malak, Siti Seri Delima Abdul . The determinants of disclosure of individual executive director's remuneration: A Malaysian perspective. *Procedia - Social and Behavioral Sciences* 172 (2015): 666 – 673 .

Mardini, Ghassan H., Louise Crawford e David M. Power. The impact of IFRS 8 on disclosure practices of Jordanian listed companies. *Journal of Accounting in Emerging Economies* 2, nº 1 (2012): 67 - 90.

Marquezan, Luiz Henrique Figueira, Rosane Maria Seibert, Daniel Bartz, Marco Aurélio Gomes Barbosa e Tiago Wickstrom Alves. Análise dos Determinantes do Disclosure Verde em Relatórios Anuais de Empresas Listadas na BM&FBOVESPA. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 2015: 127-150.

Marrewijk, Marcel van. Concepts and definitions of CSR and corporate sustainability: Between agency and communion. *Journal of Business Ethics* 44 (2003:A): 95-105.

Marrewijk, Marcel van e Marco Werre. Multiple levels of corporate sustainability. *Journal of Business Ethics* 44 (2003:B): 107-119.

Matos, Maria de Fátima e Cristina Gonçalves Góis. Características do conselho de administração e divulgação de responsabilidade social corporativa – Estudo das empresas na bolsa de valores de Lisboa. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade* 3, nº 2 (2013): 3-23.

Mazutis, Daina D. e Natalie Slawinski. Reconnecting Business And Society: Perceptions of Authenticity in Corporate Social Responsibility. *Journal Of Business Ethics*, nº 131 (2015): 137-150.

McNally, Graeme M., Lee Hock Eng e Hasseldine C. Roy. Corporate financial reporting in New Zealand: An analysis of user preferences, corporate characteristics and disclosure practices for discretionary information. *Accounting Business Research*, 1982: 11-20.

McWilliams, Abigail e Donald Siegel. Corporate social responsibility: A theory of the firm perspective. *Academy of Management Review*, 2001: 117-127.

MEC. *Instituições de Ensino Superior no Brasil e Cursos Cadastrados*. s.d. <http://emec.mec.gov.br/> (acesso em 17 de julho de 2014).

Meek, Gary K., Clare B. Roberts e Sidney J. Gray. Factors influencing voluntary annual report disclosures by US, UK and continental European multinational corporations. *Journal of International Business Studies*, 1995: 555-572.

Mendes, Cláudia Araújo e Lúcia Lima Rodrigues. Determinantes da Manipulação Contabilística. *Revista de Estudos Politécnicos* 4, nº 7 (2007): 189-210.

Michelon, Giovanna. Sustainability disclosure and reputation: A comparative study. *Corporate Reputation Review*, 2011: 79-96.

Milanés-Montero, Patricia e Esteban Pérez-Calderón. Corporate environmental disclosure and legitimacy theory: An Europe perspective. *Environmental Engineering and Management Journal* 10, nº 12 (2011): 1883-1891.

Milani Filho, Marco A. Figueiredo. Responsabilidade social e investimento social privado: Entre o discurso e a evidência. *Revista de Contabilidade E Finanças*, 2008: 89 - 101.

Milne, Markus J. e Dennis M. Patten. Securing organizational legitimacy: An experimental decision case examining the impact of environmental disclosures. *Accounting, Auditing & Accountability Journal* 15, nº 3 (2002): 372-405.

Milne, Markus J. Positive Accounting Theory, Political Costs and Social Disclosure Analyses: A critical look. *Critical Perspectives on Accounting*, 2002: 369–395.

Ministério da Justiça. *Portal do Ministério da Justiça - Cidadania*. s.d. <http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={AFE5E30D-EE44-4EC7-B535-10F6F53FC483}> (acesso em 27 de 12 de 2014).

Mitchell, Ronald K., Bradley R. Agle e Donna J. Wood. Toward a theory of stakeholder identification and salience: Defining the principle of who and what really counts. *Academy of management review*, 1997: 853-886.

Moir, Lance . What do we mean by corporate social responsibility? *Corporate Governance: The international journal of business in society* 1, nº 2 (2001): 16-22.

Momany, Munther T. , Husam-Aldin N. Al-Malkawi e Ebrahim A. Mahdy. Internet financial reporting in an emerging economy: evidence from Jordan. *Journal of Accounting in Emerging Economies* 4, nº 2 (2014): 158-174.

Momin, Mahmood Ahmed. Social and environmental NGOs' perceptions of corporate social disclosure: The case of Bangladesh. *Accounting Forum* 37 (2013): 150-161.

Momin, Mahmood Ahmed e Lee D. Parker. Motivations for corporate social responsibility reporting by MNC subsidiaries in an emerging country: The case of Bangladesh. *The British Accounting Review*, 2013: 1-14.

Moneva, José M., Pablo Archel e Carmen Correa. GRI and the camouflaging of corporate unsustainability. *Accounting Forum*, 2006: 121-137.

Monteiro, Sónia M. da Silva e Beatriz Aibar-Guzmán. Determinants of Environmental Disclosure in the Annual Reports of Large Companies Operating in Portugal. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 2010: 185–204.

Monterrey, Juan e Amparo Sánchez-Segura. Las características socioeconómicas como incentivos para la información financiera: evidencia empírica española. *Investigaciones Económicas XXX*, nº 3 (2006): 611-634.

Montgomery, Douglas e George Runger. *Applied Statistics and probability for engineers*. 2ª. New York: Ed. John Wiley & Sons, 1999.

Moura-Leite, Rosamaria C. e Robert C. Padgett. Historical background of corporate social responsibility. *Social Responsibility Journal* 7, nº 4 (2011): 528-539.

Murcia, Fernando Dal Ri. Fatores determinantes do nível de disclosure voluntário de companhias abertas no Brasil. *Tese de Doutorado*. São Paulo, 2009.

Murcia, Fernando Dal-Ri e Ariovaldo dos Santos. Fatores determinantes do nível de disclosure voluntário das companhias abertas no Brasil. *REPEC - Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade* 3, nº 2 (2009): 72-95.

Murcia, Fernando Da-Ri, Luiz Paulo Lopes Fávero, Suliani Rover, Gerlando A. S. Franco de Lima e Iran Lima. Disclosure 'Verde' nas Demonstrações Contábeis: Características da informação ambiental e possíveis explicações para a divulgação voluntária. *Revista UnB Contábil*, 2008: 260-278.

- Muttakin, Mohammad Badrul e Arifur Khan. Determinants of corporate social disclosure: Empirical evidence from Bangladesh. *Advances in Accounting, incorporating Advances in International Accounting* 30 (2014): 168-175.
- Myers, Jan e Ruth Sacks. Harnessing the talents of a loose and baggy monster. *Journal of European Industrial Training*, 2001: 454-464.
- Naser, Kamal, Ahmad Al-Hussaini, Duha Al-Kwari e Rana Nuseibeh. Determinants of corporate social disclosure in developing countries the case of Qatar. *Advances in International Accounting*, 2006: 1-23.
- Naser, Kamal e Yousef Hassan. Determinants of Corporate Social Responsibility Reporting: Evidence from an Emerging Economy. *Journal of Contemporary Issues in Business Research* , 2013: 56-74.
- OCDE - Organisation for Economic Co-Operation and Development. *Using the OECD Principles of Corporate Governance A BOARDROOM PERSPECTIVE*. Paris: OECD Publications, 2008.
- O'Donovan, Gary. Environmental disclosure in the annual report: Extending the applicability and predictive power of legitimacy theory. *Accounting, Auditing, Accountability Journal*, 2002: 344-371.
- O'Dwyer, Brendan. Conceptions of corporate social responsibility: the nature of managerial capture. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 2003: 523-557.
- O'Dwyer, Brendan. Managerial perceptions of corporate social disclosure: An Irish story. *Accounting, Auditing & Accountability Journal* 15, nº 3 (2002): 406-436.
- O'Dwyer, Brendan, David Owen e Jeffrey Unerman. Seeking legitimacy for new assurance forms: The case of assurance on sustainability reporting. *Accounting, Organizations and Society*, 2011: 31-52.
- O'Dwyer, Brendan e Jeffrey Unerman. From functional to social accountability: Transforming the accountability relationship between funders and non-governmental development organisations. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 2007: 446-471.
- Oliveira, M. Colares, Marcia M. Mendes de Luca, Vera M. Rodrigues Ponte e João É. Pontes Junior. Disclosure of social information by Brazilian companies according to United Nations indicators of corporate social responsibility. *Revista Contabilidade & Finanças*, 2009: 116-132.
- Oliveira, Marcelle Colares, Jonas Ferreira Araújo Junior, O. Vieira Oliveira e Vera M. Rodrigues Ponte. Disclosure social de empresas brasileiras e britânicas à luz da teoria institucional. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 2012: 2-26.
- Park, Byung Il , Agnieszka Chidlow e Jiyul Choi. Corporate social responsibility: Stakeholders influence on MNEs' activities. *International Business Review*, 2014: 966-980.
- Parmar, Bidhan L., R. Edward Freeman, Jeffrey S. Harrison, Andrew C. Wicks, Lauren Purnell e Simone de Colle. Stakeholder theory: The state of the art. *The academy of management annals*, 2010: 403-445.
- Parsa, Sepideh e Reza Kouhy. Social Reporting by Companies Listed on the Alternative Investment Market. *Journal of Business Ethics*, 2008: 345-360.
- Patrut, Monica, Camelia Cmeciu e Luminita Miron. NGO annual reports as a device to frame education in Romanian public communication campaigns. *Public Relations Review*, 2011: 432-434.

- Patten, Dennis M. Exposure, legitimacy and social disclosure. *Journal of Accounting and Public Policy*, 1991: 297-308.
- Patten, Dennis M. Intra-industry environmental disclosure in response to the Alaskan oil spill: A note on Legitimacy Theory. *Accounting, Organizations and Society*, 1992: 471-475.
- Patten, Dennis M. Media exposure, public policy pressure, and environmental disclosure: an examination of the impact of tri data availability. *Accounting Forum*, 2002: 152-171.
- Patten, Dennis M. e Greg Trompeter. Corporate responses to political costs: an examination of the relation between environmental disclosure and earnings management. *Journal of Accounting and Public Policy*, 2003: 83-94.
- Pesci, Caterina, Ericka Costa e Teerooven Soobaroyen. The forms of repetition in social and environmental reports: insights from Hume's notion of 'impressions'. *Accounting and Business Research* 45, nº 6 & 7 (2015): 765–800.
- Phillips, Robert. Stakeholder Legitimacy. *Business Ethics Quarterly*, 2003: 25-41.
- Pindyck, Robert S. e Daniel L. Rubinfeld. *Econometria*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- Pratt, M. G. e P. O. Foreman. Classifying managerial responses to multiple organizational identities. *Academy of Management Review*, 2000: 18-42.
- Prencipe, Annalisa. Proprietary costs and determinants of voluntary segment disclosure: evidence from Italian Listed Companies. *European Accounting Review*, 2004: 319–340.
- Preston, L. E. e J. E. Post. Private management and public policy. *California Management Review* 23, nº 3 (1981): 56-62.
- Quééré, Bertrand P., Geneviève Nouyrigat e C. Richard Baker. A Bi-Diretional examination of the relationship between Corporate Social Responsibility Rating and Company Financial Performance in the European Context. *Journal Of Business Ethics*, 2016: In press.
- Reverte, Carmelo. Determinants of Corporate Social Responsibility Disclosure Ratings by Spanish Listed Firms. *Journal of Business Ethics*, 2009: 351–366.
- Ribeiro, Alex Mussoi , Hans Michael Van Bellen e Luiz Nelson Guedes de Carvalho. Regulamentar faz diferença? O caso da evidenciação ambiental. *Revista Contabilidade & Finanças*, 2011: 137-154.
- Richardson, Alan e Michael Welker. Social disclosure, financial disclosure and the cost equity capital. *Accounting, Organizations and Society* 26 (2001): 597-616.
- Rizk, Riham, Robert Dixon e Anne Woodhead. Corporate social and environmental reporting: a survey of disclosure practices in Egypt. *Social Responsibility Journal*, 2008: 306-323.
- Roberts, Peter W. e Grahame R. Dowling. Corporate reputation and sustained superior financial performance. *Strategic Management Journal*, 2002: 1077-1093.
- Roberts, Robin W. Determinants of corporate social responsibility disclosure: An application of stakeholder theory. *Accounting, Organizations and Society*, 1992: 595-612.
- Rocha, Irani, Sabrina do Nascimento, Júlio Orestes da Silva, Rony P. Santana de Souza e Denise Del Prá N. Machado. A evidenciação da cultura organizacional voltada para a responsabilidade ambiental. *Revista Eletrônica estratégia e Negócios*, 2011: 108-132.
- Rodríguez, Gonzalo Pérez. Factores explicativos de la revelación voluntária de información sobre fuentes de ventaja competitiva empresarial. *Revista Espanõla de Financiación y Contabilidad* XXXIII (2004): 705-739.

- Rodríguez, M. Rosario González, M. Carmen Díaz Fernández e Biagio Simonetti. The social, economic and environmental dimensions of corporate social responsibility: The role played by consumers and potential entrepreneurs. *International Business Review*, 2015: Article in Press.
- Rousseau, Jean-Jacques. *O Contrato Social - Princípios do direito público*. 2ª. Tradução: Edson Bini. Bauru, São Paulo: EDIPRO, 1762.
- Rover, Suliani, Eduardo Cardeal Tomazzia, Fernando Dal-Ri Murcia e José Alonso Borba. Explicações para a divulgação voluntária ambiental no Brasil utilizando a análise de regressão em painel. *Revista de Administração* 47, nº 2 (2012): 217-230.
- Rover, Suliani, Fernando Dal-Ri Murcia, José Alonso Borba e Ernesto F. R. Vicente. Divulgação de informações ambientais nas demonstrações contábeis: Um estudo exploratório sobre o disclosure das empresas brasileiras pertencentes a setores de alto impacto ambiental. *RCO – Revista de Contabilidade e Organizações* 3, nº 2 (2008): 53-72.
- Ruiz Olabuénaga, José Ignacio. *Metodología de la investigación cualitativa*. 5ª. Vol. 15. Bilbao: Universidad de Deusto, 2012.
- Said, Roshima, Yuserrie Hj Zainuddin e Hasnah Haron. The relationship between corporate social responsibility disclosure and corporate governance characteristics in Malaysian public listed companies. *Social Responsibility Journal* 5, nº 2 (2009): 212-226.
- Salama, Aly, Robert Dixon e Murya Habbash. An Examination of Environmental Disclosures in UK Corporate Annual Reports. *Journal of Accounting – Business & Management*, 2012: 19-42.
- Samaha, Khaled, Khaled Dahawy, Khaled Hussainey e Pamela Stapleton. The extent of corporate governance disclosure and its determinants in a developing market: The case of Egypt. *Advances in Accounting, incorporating Advances in international Accounting* 28 (2012): 168-178.
- Sancovschi, Moacir e Adolfo Henrique Coutinho e Silva. Evidenciação Social Corporativa: Estudo de Caso Da Empresa Petróleo Brasileiro S.A. *Sociedade, Contabilidade e Gestão* 1, nº 1 (2006): 42-57.
- Sao Jose, Andreia Silva de e Marco Antonio G. de Figueiredo. Modelo de proposição de indicadores globais para organização das informações de responsabilidade social. *VII Congresso Nacional de Excelência em Gestão*, 12 e 13 de 08 de 2011: 01-19.
- Saunders, Mark, Philip Lewis e Adrian Thornhill. *Research methods for business students*. London - UK: Pearson Education Limited, 2016.
- Schiehl, Eduardo, Paulo R. Soares Terra e Fernanda Gomes Victor. Determinants of voluntary executive stock option disclosure in Brazil. *Journal of Management and Governance*, 2013: 331-361.
- SEC, Securities Exchange Commission. *Form 20-F*. s.d. <http://www.sec.gov/about/forms> (acesso em 02 de agosto de 2013).
- Seibert, Rosane. M. e Clea B. Macagnan. Evidenciação das Instituições Comunitárias de Ensino Superior: Um estudo sob a perspectiva dos públicos de interesse. *CONTEXTUS Revista Contemporânea de Economia e Gestão* 13, nº 2 (2015): 176-209.
- Sendut, Hamzah e Tan Sri Datuk. Managing in a multicultural society the Malaysian experience. *Malaysian Management Review*, 1991: 61-69.
- Services, IRF - Internal Revenue. *Form 990*. s.d. <http://www.irs.gov/pub/irs-pdf/f990.pdf> (acesso em 05 de 11 de 2014).

- Sethi, S. Prakash. Advocacy advertising - The American experience. *California Management Review*, 1978: 55-67.
- Sethi, S. Prakash. Dimensions of corporate social performance: An analytic framework. *California Management Review*, 1975: 58-64.
- Sharma, Narendra, Azam Bejou e David Bejou. Performance indicators of Compassionate Companies. *Journal of Relationship Marketing*, 2012: 07-14.
- Shevlin, M., J. N. V. Miles, M. N. O. Davies e S. Walker. Coefficient alpha: a useful indicator of reliability? *Personality and Individual Differences*, nº 28 (2000): 229-237.
- Shocker, Allan D. e S. Prakash Sethi. An approach to incorporating societal preferences in developing corporate action strategies. *California Management Review*, 1973: 97-105.
- Shroff, Nemit, Rodrigo S. Verdi e Gwen Yu. Information Environment and the Investment Decisions of Multinational Corporations. *The Accounting Review*, 2014: 759-790.
- Silva, Vanderléia dos Santos e Cléa Beatriz Macagnan. Categorias de informações evidenciadas nos Relatórios Anuais. *REDES - Revista de Desenvolvimento regional*, 2012: 154-174.
- Singhvi, Surendra S. e Harsha B. Desay. An empirical analysis of the quality of corporate financial disclosure. *The accounting Review*, 1971: 129-138.
- Skouloudis, Antonis, Nikoleta Jones, Chrisovaladis Malesios e Konstantinos Evangelinos. Trends and determinants of corporate non-financial disclosure in Greece. *Journal of Cleaner Production*, 2014: 1-15.
- Smith, Joyce van der Laan, Ajay Adhikari e Rasoul H. Tondkar. Exploring differences in social disclosures internationally: A stakeholder perspective. *Journal of Accounting and Public Policy*, 2005: 123-151.
- Specter, Christine Nielsen e Janet Stern Solomon. The Human Resource Factor in Chinese Management Reform. *International Studies of Management & Organization*, 1990: 69-83.
- Spence, Michael. Job Market Signaling. *The Quarterly Journal of Economics*, 1973: 355-374.
- Steinberg, Richard. The Revealed Objective Functions of Nonprofit Firms. *Rand Journal of Economics*, 1986: 508-526.
- Stiglitz, Joseph E. The contributions of the economics of information to twentieth century economics. *The Quarterly Journal of Economics*, 2000: 1441-1478.
- Stiglitz, Joseph E. The Theory of Screening, Education, and the Distribution of Income. *The American Economic Review*, 1975: 283-300.
- Suchman, Mark C. Managing Legitimacy: Strategic and Institutional Approaches. *Academy of Management review*, 1995: 571-610.
- Sweeney, Dennis J., Thomas A. Williams e David R. Anderson. *Estatística Aplicada à Administração e Economia*. 3ª. São Paulo: Cengage Learning, 2015.
- Tagesson, Torbjörn, Veronica Blank, Pernilla Broberg e Sven-Olof Collin. What Explains the Extent and Content of Social and Environmental Disclosures on Corporate Websites: A Study of Social and Environmental Reporting in Swedish Listed Corporations. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 2009: 352-364.
- Taylor, Grantley, Grant Richardson, Greg Tower e Phil Hancock. The determinants of reserves disclosure in the extractive industries: evidence from Australian firms. *Accounting and Finance*, 2012: 373-402.

- Thijssens, Thomas J. G. I. Corporate social responsibility disclosure: Management, commitment and stakeholder influence. *Tese de Doutorado*. Maastricht: Universitaire Pers Maastricht School of Business and Economics, 08 de março de 2012.
- Tilling, Matthew V. e Carol A. Tilt. The edge of legitimacy: Voluntary social and environmental reporting in Rothmans' 1956-1999 annual reports. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 2010: 55-81.
- Tilling, Matthew V. Refinement to Legitimacy Theory in Social and Environmental Accounting. *Commerce Research Paper Series n° 04-6*, 2004: 01-11.
- Tilt, Carol Ann. The Influence of External Pressure Groups on Corporate Social Disclosure: Some Empirical Evidence. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 1994: 47-72.
- Tinker, Tony, Marilyn Neimark e Cheryl Lehman. Falling down the Hole in the Middle of the Road: Political Quietism in Corporate Social Reporting. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 1991: 28-54.
- Trabelsi, Samir, Real Labelle e Pascal Dumontier. Incremental Voluntary Disclosure on Corporate Websites, Determinants and Consequences. *Journal of Contemporary Accounting & Economics* 4, n° 2 (2008): 120-155.
- Trotman, Ken T. e Graham W. Bradley. Associations between social responsibility disclosure and characteristics of companies. *Accounting, Organizations and Society*, 1981: 355-362.
- Tullberg, Jan. Stakeholder theory: Some revisionist suggestions. *The Journal of Socio-Economics*, 2013: 127-135.
- UNITED NATIONS. *Guidance on corporate responsibility indicators in annual reports*. New York and Geneva: United Nations, 2008.
- Verrecchia, Robert E. Discretionary Disclosure. *Journal of Accounting and Economics*, 1983: 179-194.
- Verrecchia, Robert E. Essays on Disclosure. *Journal of Accounting and Economics*, 2001: 97-180.
- Verrecchia, Robert E. Information quality and discretionary disclosure. *Journal of Accounting and Economics*, 1990: 365-380.
- Vieira, Valter Afonso. *Escalas em Marketing: Métricas de resposta do consumidor e de desempenho empresarial*. São Paulo: Atlas, 2011.
- Villiers, Charl de e Chris J. Van Staden. Can less environmental disclosure have a legitimising effect? Evidence from Africa. *Accounting, Organizations and Society*, 2006: 763-781.
- Waddock, Sandra . Building a New Institutional Infrastructure for Corporate Responsibility. *Academy of Management Perspectives*, August 2008: 87-108.
- Waddock, Sandra A. , Charles Bodwell e Samuel B. Graves. Responsibility: The new business imperative. *The Academy of Management Executive* 16, n° 2 (2002): 132-148.
- Waddock, Sandra. Parallel Universes: Companies, Academics, and the Progress of Corporate Citizenship. *Business and Society Review* 20 (2004): 5-42.
- Wagenhofer, Alfred. Voluntary disclosure with a strategic opponent. *Journal of Accounting and Economics*, 1990: 341-363.
- Wallace, R. S. Olusegun e Kamal Naser. Firm-Specific Determinants of the Comprehensiveness of Mandatory Disclosure in the Corporate Annual Reports of Firms Listed

on the Stock Exchange of Hong Kong. *Journal of Accounting and Public Policy*, 1995: 311-368.

Wanderley, Lilian Soares Outtes, Rafael Lucian, Francisca Farache e José Milton de Sousa Filho. CSR Information Disclosure on the Web: A Context-Based Approach Analysing the Influence of Country of Origin and Industry Sector. *Journal of Business Ethics*, 2008: 369-378.

Wang, Kun, Sewon O e M. Cathy Claiborne. Determinants and consequences of voluntary disclosure in an emerging market: Evidence from China. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 2008: 14-30.

Watson, Anna, Philip Shrivies e Claire Marston. Voluntary disclosure of accounting ratios in the UK. *British Accounting Review* 34, nº 4 (2002): 289-313.

Watts, Ross L. e Jerold L. Zimmerman. Positive Accounting Theory: A ten year perspective. *The Accounting Review*, 1990: 131-156.

Watts, Ross L. e Jerold L. Zimmerman. Towards a Positive Theory of the Determination of Accounting Standards. *The Accounting Review*, 1978: 112-134.

Wegener, Matt, Fayez A. Elayan, Sandra Felton e Jingyu Li. Factors Influencing Corporate Environmental Disclosures. *Accounting Perspectives*, 2013: 53-73.

Whetten, David A., Gordon Rands e Paul Godfrey. What Are the Responsibilities of Business to Society? Em *Handbook of Strategy and Management*, por Andrew Pettigrew, Howard Thomas e Richard Whittington, 373-408. London: Sage, 2002.

Wiggill, M.N. Donor relationship management practices in the South African non-profit sector. *Public Relations Review*, 2014: 278-285.

Williamson, Oliver E. *Mercados Y Jerarquías: Sus Análisis Y Sus implicaciones antitruste*. México: Fondo de Cultura Económica, 1975.

Williamson, Oliver E. Transaction-cost economics: The governance of contractual relations. *Journal of Law and Economics*, 1979: 233-261.

Wójcik, D. Governance, Corporate. Em *International Encyclopedia Of Human Geography*, por Oxford University Centre for the Environment, 600-605. Oxford, UK: Elsevier Ltd., 2009.

Wood, Donna J. Corporate social performance revisited. *Academy of management review*, 1991: 691-718.

Wood, Donna J. Measuring corporate social performance: a review. *International Journal of Management Reviews* 12 (2010): 51-84.

Wooldridge, Jeffrey M. *Introdução à econometria: Uma abordagem moderna*. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

Xiao, Jason Zezhong, He Yang e Chee W. Chow. The determinants and characteristics of voluntary Internet-based disclosures by listed Chinese companies. *Journal of Accounting and Public Policy*, 2004: 191-225.

Yamamoto, Roberto Katsuhiko. *Estudo dirigido de estatística descritiva*. São Paulo: Erica, 2009.

Yang, Holly I. Capital market consequences of managers' voluntary disclosure styles. *Journal of Accounting and Economics*, 2012: 167-184.

Yusoff, Haslinda, Glen Lehman e Noraini Mohd Nasir. Environmental engagements through the lens of disclosure practices: A Malaysian story. *Asian Review of Accounting*, 2006: 122-148.

Zainon, S., R. Atan e Y. Bee Wah. An empirical study on the determinants of information disclosure of Malaysian non-profit organizations. *Asian Review of Accounting*, 2014: 35-55.

Zhao, Zhen-Yu, Xiao-Jing Zhao, Kathryn Davidson e Jian Zuo. A Corporate Social responsibility Indicator System for Construction enterprises. *Journal of Cleaner Production*, 2012: 277-289.

APÊNDICES

Apêndice A: Categorias de Responsabilidade Social

Categoria Ambiental	Descrição	Nessa categoria as organizações revelariam as informações relativas aos impactos ao ambiente natural de suas atividades e informações relevantes para a análise da sustentabilidade organizacional (Deegan, Rankin e Tobin, 2002; O'Donovan, 2002; Aerts e Cormier, 2009). A motivação para a evidenciação ambiental viria da consciência de que as organizações necessitam atuar de forma ambientalmente sustentável (Moneva, Archel and Correa, 2006; Yusoff, Lehman and Nasir, 2006), enfatizado a partir dos anos 1990 (Waddock, 2008).
	Identificada em:	Dierkes e Preston, 1977; Jones, 1980; Cowen, Ferreri e Parker, 1987; Guthrie e Parker, 1989; Patten, 1992; Gray, Kouhy e Lavers, 1995:A; B; Hackston e Milne, 1996; Deegan e Rankin, 1997; Deegan, Rankin e Voght, 2000; Gray et al., 2001; O'Donovan, 2002; Marrewijk, 2003:B; Freedman e Stagliano, 2004; Haniffa e Cooke, 2005; Yusoff, Lehman e Nasir, 2006; Cho e Patten, 2007; Archel, Fernández e Larrinaga, 2008; Dahlsrud, 2008; Rizk, Dixon e Woodhead, 2008; AUSJAL, 2009; Murcia, 2009; Cho e Roberts, 2010; Hassan, 2010; Lohn, 2011; Michelon, 2011; AlNaimi, Hossain e Momin, 2012; Katmun, 2012; Silva e Macagnan, 2012; Thijssens, 2012; GRI, 2013; Instituto Ethos, 2013; Khan, Muttakin e Siddiqui, 2013; Naser e Hassan, 2013; Jizi et al., 2014; Kansal, Joshi e Batra, 2014; ; Khlif, Guidara e Souissi, 2015; Marquezan et al., 2015; Rodríguez, Fernández e Simonetti, 2015; Seibert e Macagnan, 2015.
Categoria Social	Descrição	A evidenciação de informações sociais informaria aos públicos de interesse os impactos da organização sobre o sistema social onde ela atua, envolvendo questões relativas à comunidade em geral, aos funcionários e aos direitos humanos (GRI, 2013). Esta categoria caracteriza-se por ações sociais que vão além dos interesses organizacionais e que não são prescritas por lei, mas sim baseadas em valores éticos (Carroll, 1979; Jones, 1980; Carroll, 1999; McWilliams e Siegel, 2001; Lea, 2002; Dahlsrud, 2008). A evidenciação social é um dos mecanismos estratégicos de legitimação e de tentativa de reconhecimento como organização cidadã (Guthrie e Parker, 1989; Lindblom, 1994). Além disso, contribuiria para a análise do desempenho de sustentabilidade das organizações (Moneva, Archel e Correa, 2006).
	Identificada em:	Carroll, 1979; Cowen, Ferreri e Parker, 1987; Guthrie e Parker, 1989; Carroll, 1991; Lindblom, 1994; Gray, Kouhy e Lavers, 1995:A; B; Hackston e Milne, 1996; Deegan e Rankin, 1997; Deegan, Rankin e Voght, 2000; Gray et al., 2001; McWilliams e Siegel, 2001; Lea, 2002; Marrewijk, 2003:B; Coy e Dixon, 2004; Freedman e Stagliano, 2004; Haniffa e Cooke, 2005; Archel, Fernández e Larrinaga, 2008; Dahlsrud, 2008; Rizk, Dixon e Woodhead, 2008; UNITED NATIONS, 2008; Wang, O e Claiborne, 2008; AUSJAL, 2009; Lima, 2009; Murcia, 2009; Hassan, 2010; Lohn, 2011; Michelon, 2011; AlNaimi, Hossain e Momin, 2012; Katmun, 2012; Silva e Macagnan, 2012; GRI, 2013; Instituto Ethos, 2013; Khan, Muttakin e Siddiqui, 2013; Naser e Hassan, 2013; Alkababji, 2014; Fu, Ye e Law, 2014; Jizi et al., 2014; Kansal, Joshi e Batra, 2014; Zainon, Atat e Wah, 2014; Khlif, Guidara e Souissi, 2015;. Rodríguez, Fernández e Simonetti, 2015; Seibert e Macagnan, 2015; Services, s.d.
Categoria Econômica e Financeira	Descrição	As informações econômicas e financeiras servem para demonstrar a respectiva eficiência na gestão dos recursos, assim como o valor e o risco das atividades das organizações (Bushman e Smith, 2003). Essas informações possibilitariam aos públicos de interesse identificar oportunidades de investimentos e disciplinariam os gestores no uso dos recursos conforme os objetivos organizacionais, evitando conflitos de interesse e reduzindo a assimetria informacional (Akerlof, 1970; Jensen e Meckling, 1976; Stiglitz, 2000; Bushman e Smith, 2003). Para Carrol (1979; 1991) e Dusuki e Yusof (2008), a responsabilidade econômica e financeira consiste em as organizações fornecerem coisas e serviços, por preços justos, necessários à sociedade, com resultados razoáveis para sustentar a existência da organização. Já para Patten (1992), Lindblom (1994) e Roberts e Dowling (2002), a transparência do desempenho econômico e financeiro é condição necessária para o reconhecimento da legitimidade e reputação das organizações.
	Identificada em:	Levitt, 1958; Friedman, 1970; Carroll, 1979; 1991; Coy Tower e Dixon, 1993; Deegan e Rankin, 1997; Marrewijk, 2003:B; Bushman, Piotroski e Smith, 2004; Coy e Dixon, 2004; Archel, Fernández e Larrinaga, 2008; Dahlsrud, 2008; UNITED NATIONS, 2008; Wang, O e Claiborne, 2008; AUSJAL, 2009; Lima, 2009; Mendes-da-Silva, et al., 2009; Murcia, 2009; Michelon, 2011; Dhanani e Connolly, 2012; Katmun, 2012; Silva e Macagnan, 2012; GRI, 2013; Hofmann e McSwain, 2013; Fu, Ye e Law, 2014; Rodríguez, Fernández e Simonetti, 2015; Seibert e Macagnan, 2015; SEC, s.d.; Services, s.d.

Categoria Produtos e Serviços	Descrição	As informações relativas aos produtos e serviços prestados demonstrariam como as organizações retornam benefícios para a comunidade (Gray, Kouhy e Lavers, 1995:A) e a responsabilidade pelos seus produtos e serviços (GRI, 2013), fazendo parte das obrigações do contrato social por elas assumido (Shocker e Sethi, 1973; Lindblom, 1994; Suchman, 1995).
	Identificada em:	Cowen, Ferreri e Parker, 1987; Guthrie e Parker, 1989; Coy, Tower e Dixon, 1993; Hackston e Milne, 1996; Deegan e Rankin, 1997; Coy e Dixon, 2004; Haniffa e Cooke, 2005; AUSJAL, 2009; Lima, 2009; Murcia, 2009; Hassan, 2010; AlNaimi, Hossain e Momin, 2012; Katmun, 2012; Khan, Muttakin e Siddiqui, 2013; Naser e Hassan, 2013; Alkababji, 2014; Jizi et al., 2014; Kansal, Joshi e Batra, 2014; Seibert e Macagnan, 2015; SEC, s.d.
Categoria Estratégica	Descrição	A evidência de informações estratégicas revelaria o planejamento da organização e as tendências de desempenho futuro (Ernst e Young, 2002; Michelon, 2011; Silva e Macagnan, 2012; GRI, 2013), que serviriam para demonstrar o comprometimento social e, conseqüentemente, que haveria manutenção da legitimidade no longo prazo (Suchman, 1995). Essa categoria é a que mereceria maior gestão para a evidência, dados os potenciais riscos estratégicos de perda de vantagem competitiva (Dye, 1986; Wagenhofer, 1990; Dye, 2001; Verrecchia, 2001).
	Identificada em:	Ernst e Young, 2002; Wang, O e Claiborne, 2008; AUSJAL, 2009; Murcia, 2009; Domínguez, Álvarez e Sánchez, 2010; Michelon, 2011; Dhanani e Connolly, 2012; Silva e Macagnan, 2012; Zainon, Atan e Wah, 2014; Seibert e Macagnan, 2015; SEC, s.d.; Services, s.d.
Categoria Governança	Descrição	A categoria da governança organizacional caracteriza-se pela descrição dos mecanismos de governança e pelas políticas de transparência da organização (Silva e Macagnan, 2012). Alguns estudos consideram que tais fatores têm larga influência na responsabilidade social das organizações, principalmente depois dos escândalos financeiros ocorridos e o advento da Lei Sarbanes e Oxley nos Estados Unidos, no início deste século.
	Identificada em:	Mendes-da-Silva, et al., 2009; Murcia, 2009; Lohn, 2011; Silva e Macagnan, 2012; Instituto Ethos, 2013; Seibert e Macagnan, 2015; SEC, s.d.; Services, s.d.
Categoria Legal	Descrição	A responsabilidade legal é inerente ao cumprimento de leis, ou seja, as organizações devem atuar de forma a atender as expectativas governamentais.
	Identificada em:	Carroll, 1979; 1991; Dhanani e Connolly, 2012; Fu, Ye e Law, 2014.
Categoria Ética	Descrição	A responsabilidade ética refere-se a comportamentos e atividades não contempladas legalmente, mas esperadas pelos públicos de interesse, para ter seus direitos respeitados.
	Identificada em:	Carroll, 1979; 1991; Hassan, 2010; Fu, Ye e Law, 2014.
Categoria Públicos de Interesse	Descrição	A categoria dos públicos de interesse referir-se-ia ao contrato social feito entre as organizações e a comunidade (Shocker e Sethi, 1973), garantindo à organização uma licença para operar seguindo práticas e comportamentos, gerando resultados de forma a atender às necessidades dos públicos (Foran, 2001; Lea, 2002; Marrewijk, 2003:B; Dahlsrud, 2008). Essa categoria pode ser dividida em públicos internos e públicos externos à organização, pois eles podem apresentar interesses diferenciados.
	Identificada em:	Gray, Kouhy e Lavers, 1995:B; Hackston e Milne, 1996; Foran, 2001; Gray et al., 2001; Lea, 2002; Marrewijk, 2003:B; Dahlsrud, 2008; Rizk, Dixon e Woodhead, 2008; Hassan, 2010; Lohn, 2011; Katmun, 2012; GRI, 2013; Instituto Ethos, 2013; Naser e Hassan, 2013; Alkababji, 2014.

Apêndice B: Literatura empírica sobre determinantes de evidenciação

Pesquisa (Autor/ano)	País	Variáveis independentes	
Ho e Wong, 2001	Hong Kong	Alavancagem Comitê de Auditoria Conselheiros não executivos Membros da família no conselho	Personalidades dominantes Rentabilidade Tamanho Ativo Tamanho em vendas Tipo de Indústria
Richardson e Welker, 2001	Canadá	Analistas seguindo Custo do Capital Próprio Endividamento	Performance financeira Setor de atividade Valor de mercado do PL
Camfferman e Cooke, 2002	Holanda e Reino Unido	Auditoria Endividamento Grau de imobilização do PL	Margem líquida Rentabilidade Setor de atividade Tamanho
Deegan, Rankin e Tobin, 2002	Austrália	Atenção da mídia / cobertura	
Gelb, 2002	Estados Unidos	Emissão de dívida Gastos com propaganda e publicidade	Rentabilidade das ações Valor de mercado
Patten, 2002	Estados Unidos	Performance ambiental Sensibilidade ambiental	Tamanho Tipo de indústria
Watson, Shrivies e Marston, 2002	Reino Unido	Dividendos por ações Endividamento Rentabilidade	Setor de atividade Tamanho Vendas por empregados
Ahmad, Hassan e Mohammad, 2003	Malásia	Auditoria Rentabilidade Retorno das ações	Setor de atividade Tamanho Taxa de imposto efetivo
Bozzolan, Favotto e Ricceri, 2003	Itália	Setor de atividade Tamanho pelas vendas	Tamanho pelo Ativo Total Tamanho pelo nº de empregados
Bushman, Piotroski e Smith, 2003	Vários	Política econômica Sistema Legal	
Cormier e Magnan, 2003	França	Alavancagem Custos do proprietário Custos das informações Idade dos ativos fixos Investidor estrangeiro Investidor majoritário Registro na SEC Retorno Contábil	Retorno de mercado Risco Setor da indústria Tamanho Valor de mercado Visibilidade na mídia Volume de negócios
Garcia-Ayuso e Larrinaga, 2003	Espanha	Alavancagem Exposição à mídia Lucratividade	Sensibilidade ambiental Tamanho
Prencipe, 2004	Itália	Alavancagem financeira Correspondência entre segmento e identidade legal Crescimento dos ativos	Estrutura de propriedade Rentabilidade Tamanho pelas vendas Tempo de empresa listada
Rodríguez, 2004	Espanha	Crescimento Estrutura de propriedade Rentabilidade	Tamanho Valor de mercado
Haron, et al., 2004	Malásia	10 maiores acionistas Comitê de Auditoria	Propriedade do governo Propriedade dos gestores Propriedade estrangeira

		Gestor dominante (conselheiro) Proporção conselho independente	Rentabilidade Tamanho Tamanho do conselho
Xiao, Yang e Chow, 2004	China	Alavancagem Ausência ou presença de direitos Estatais Indústria de Tecnologia da Informação Influência da China Securities Regulatory Commission	Propriedade do Governo Propriedade estrangeira Proporção propriedade pessoa jurídica Retorno Operacional dos Ativos (ROA) Tamanho
Branco e Rodrigues, 2005	Portugal	Alavancagem Envolvimento com a comunidade Experiência internacional	Exposição a mídia Rentabilidade Setor de atividade Tamanho
Bukh, et al., 2005	Dinamarca	Estrutura de propriedade Idade	Setor de alta tecnologia Tamanho
Cormier, Magnan e Velthoven, 2005	Alemanha	Alavancagem Condição financeira Concentração da propriedade Custo da Informação Exposição a mídia	Idade Ativo Imobilizado Pressão pública Registro na SEC Retorno do mercado Tamanho Volume de negócios
Gandía, 2005	Espanha	Analistas seguindo Antiguidade Auditoria Capital flutuante Intensidade do capital Notícias publicadas	Opinião da auditoria Rentabilidade do PL Risco (beta) Setor de atividade Tamanho Tamanho do conselho
Gao, Heravi e Xiao, 2005	Hong Kong	Localização no relatório de evidenciação Tamanho	Tema de evidenciação Tipo de Indústria
Haniffa e Cooke, 2005	Malásia	Alavancagem Conselho dominado por diretores Malaios Conselho dominado por não executivos Diretor Financeiro Malaio Empresas listadas no exterior	Estrutura de propriedade Investidores estrangeiros Lucratividade Predominância de acionistas Malaios Presidente proprietário Tamanho Tipo de Indústria
Macagnan, 2005	Espanha	Auditoria Endividamento Internacionalização Monopólio	Rentabilidade Setor de atividade Tamanho
Smith, Adhikari e Tondkar, 2005	Noruega e Dinamarca	Estrutura de propriedade Fatores culturais	Orientação aos <i>Stakeholders</i> Sistema de governança
Aerts Cormier Magnan, 2006	Canadá, França e Alemanha	Alavancagem Concentração da indústria Concentração da propr. Contexto do país específico Exposição à mídia Idade Intensidade dos invest.	Lucratividade Propriedade estrangeira Registro na SEC Risco (beta) Rotina (imitação) Tamanho Tipo de indústria
Brammer e Pavelin, 2006	Reino Unido	Alavancagem Desempenho Ambiental Dispersão da participação acionária	Proporção conselheiros não executivos Questões ambientais visíveis

		Exposição a mídia	Rentabilidade Tamanho
Cunha e Ribeiro, 2006	Brasil	Desempenho financeiro Endividamento Governança corporativa	Nível passado de divulgação Tamanho
Gómez, Iñiguez e Poveda, 2006	Espanha	Cobertura dos analistas Endividamento Rentabilidade	Sector de atividade Tamanho
Magness, 2006	Canadá	Financiamento externo Postura estratégica Pressão pública	Retorno sobre o Ativo Tamanho
Naser, Al-Hussaini, Al-Kwari e Nuseibeh, 2006	Qatar	Alavancagem Capitalização de mercado Dividendos pagos Número de acionistas majoritários	Participação do governo Participação de investidores individuais Participação de outros investidores Tamanho em ativos
Yusoff, Lehman e Nassir, 2006	Malásia	Preocupação com os <i>Stakeholders</i> Sensibilidade ambiental	Sector de atividade Tamanho
Boesso e Kumar, 2007	Estados Unidos e Itália	Engajamento dos <i>Stakeholders</i> Estrutura de governança Gestão dos Ativos Intangíveis	Nível de complexidade do mercado Nível de instabilidade e volatilidade da indústria Sector da Indústria Tamanho
Golob e Bartlett, 2007	Austrália e Eslovênia	Cultura nacional	
Ho e Taylor, 2007	Estados Unidos e Japão	Alavancagem Ambiente nacional para o disclosure Arranjos regulatórios Cultura nacional Liquidez	Lucratividade Natureza dos financiamentos Tamanho Tipo de Indústria
Lopes e Rodrigues, 2007	Portugal	Alavancagem Analistas seguindo Custos de Reputação Estrutura de propriedade Intensidade do capital Multinacionalidade País de origem	Prazo de tempo para reportar Rentabilidade Status de listada Tamanho Tipo de auditoria Tipo de indústria Valor de mercado
Macagnan, 2007	Espanha	Capital flutuante Capitalização Crescimento do retorno sobre o PL Crescimento do retorno sobre o AT Dividendos Emissão de novas ações Emissão de títulos de dívidas	Endividamento Exportação sobre vendas Fluxo de caixa Idade da empresa Preço de mercado Rentabilidade das ações Risco das empresas (beta) Sector de atividade Total das vendas Volatilidade
Aerts, Cormier e Magnan, 2008	Bélgica, França, Alemanha, Países Baixos, Canadá e Estados Unidos	Alavancagem Analistas seguindo Dispersão nas previsões dos analistas Exposição a mídia Idade dos ativos fixos Mudanças no ganho das ações	Número de empregados Retorno sobre os ativos Risco (beta) Sensibilidade ambiental Tamanho em ativos Valor de mercado X valor contábil

Álvarez, Sánchez e Domínguez, 2008	Espanha	Alavancagem Concentração da indústria Custos políticos	Rentabilidade Setor da indústria Tamanho
Brammer e Pavelin, 2008	Reino Unido	Alavancagem Dispersão de capital Exposição a mídia Impacto no meio ambiente Questões ambientais visíveis	Proporção de conselheiros não executivos Rentabilidade Tamanho
Branco e Rodrigues, 2008	Portugal	Alavancagem Experiência Internacional Exposição a mídia Lucratividade	Proximidade do consumidor Sensibilidade ambiental Tamanho Tipo de indústria
Clarkson, et al., 2008	Estados Unidos	Alavancagem Coeficiente Janis-Fadner de desequilíbrio Grau de endividamento Intensidade do capital (Desp. Capital / Vendas) Performance Ambiental	Q de Tobin Renovação dos ativos Retorno sobre os ativos Tamanho Volatilidade do preço das ações
Hossain e Reaz, 2008	Índia	Complexidade Composição do conselho Diversificação Idade	Listagem em múltiplas Bolsas de Valores Tamanho Total do Ativo
Murcia, et al., 2008	Brasil	Auditoria Endividamento Internalização	Rentabilidade Participação no Índice de Sustentabilidade Empresarial Tamanho
Rizk, Dixon e Woodhead, 2008	Egito	Propriedade privada Segmento da indústria	
Wanderley et al., 2008	Brasil, Chile, China, Índia, Indonésia, México, Tailândia e África do Sul	País de origem Setor de atividade	
Wang, O e Claiborne, 2008	China	Alavancagem Auditoria Estatais	Propriedade estrangeira Retorno sobre o ativo Valor de mercado
Cho, Freedman e Patten, 2009	Estados Unidos	Função de materialidade Performance ambiental	Tamanho Tipo de indústria
Jiang e Habib, 2009	Nova Zelândia	Alavancagem Concentração de propriedade Estrutura de propriedade	Rentabilidade Tamanho
Liu e Anbumozhi, 2009	China	Capacidade de aprendizado Localização da empresa Performance econômica Pressão do governo	Pressão dos acionistas Pressão dos credores Tamanho Tempo de empresa listada
Macagnan, 2009	Espanha	Ampliação de capital Capital flutuante Emissão de títulos de dívidas Endividamento Fluxo de caixa Grau de monopólio Idade	Nível de internacionalização Pagamento de dividendos Preço da ação versus seu preço de mercado Rentabilidade Setor de atividade Volatilidade

Murcia e Santos, 2009	Brasil	Auditoria Controle Acionário Emissão de ações Endividamento Internacionalização	Níveis de Governança Corporativa Rentabilidade Setor de atividade Tamanho
Reverte, 2009	Espanha	Alavancagem Estrutura da propriedade Exposição a mídia Listagem internacional	Rentabilidade Sensibilidade ambiental Tamanho
Tagesson, et al., 2009	Suécia	Estatais Estrutura de propriedade Participação na indústria	Rentabilidade Tamanho
Cruz e Lima, 2010	Brasil	Desempenho da empresa Internacionalização	Reputação da empresa Tamanho
Elsayed e Hoque, 2010	Egito	Concorrência Global Forma legal Instituições financeiras internacionais Instituições sócio-políticas internacionais	Listagem na bolsa de valores Normas Internacionais de contabilidade – IFRS Tamanho Tipo da indústria
Hassan, 2010	Reino Unido	Composição do conselho Estrutura de propriedade Multinacionalidade Nível de desenvolvimento econômico Presença de comitê de responsabilidade social	Pressão da mídia Rentabilidade Tamanho Tamanho do conselho Tipo de atividade Valores culturais
Khlif e Souissi, 2010	Tunísia, Egito, Quênia, Arábia S., Jordânia, China e Turquia	Alavancagem Analistas seguindo Auditoria Dispersão do Capital	Multinacional Rentabilidade Tamanho
Monteiro e Aibar-Guzmán, 2010	Portugal	Certificação ambiental Cotação bolsa de valores Participação na indústria	Propriedade estrangeira Rentabilidade Tamanho
Conceição, et al., 2011	Brasil	Capacidade de financ. Capacidade de invest. Cobertura de juros Dependência Bancária EBITDA Endividamento Giro do ativo Grau de imob. do PL Impacto dos impostos na riqueza Impacto da remuneração nos investimentos	Liquidez Geral Liquidez corrente Lucratividade do Ativo Lucratividade do PL Lucratividade sobre vendas Margem líquida Participação de capital de Terceiros Rentabilidade Serviço dívida
Farook, Hassan e Lanis, 2011	Barein, Bangladesh, Egito, Irã, Jordânia, Kuwait, Malásia, Paquistão, Qatar, Arábia S., Sudão, Turquia, Emirados	Direitos políticos e liberdade civil Dualidade do presidente Estrutura de propriedade Existência da Shari'ah Supervisory Board (SSB) Governo Islâmico Número de membros da SSB Princípios Islâmicos Proporção população muçulmana Tamanho	

	Árabes e Iêmen		
Michelon, 2011	Estados Unidos e Reino Unido	Alavancagem Desempenho financeiro Dow Jones Sustainability Index Exposição à mídia Idade	Indústria ambientalmente sensível Nível de comprometimento <i>Stakeholders</i> Tamanho
Milanés-Montero e Pérez-Calderón, 2011	Europa	Desempenho Ambiental Tamanho Tipo de Indústria	
Aboagye-Otchere, Bedi e Kwakye, 2012	Ghana	Alavancagem Competência do Comitê de Auditoria Composição do Comitê de Auditoria	Composição do conselho Estrutura de propriedade Tamanho
Adelopo, et al., 2012	Reino Unido, Espanha, Holanda, Itália, França, e Alemanha	Países de <i>Common Law</i> Países de direito civil Setor de impacto ambiental	
Bouten, Everaert e Roberts, 2012	Bélgica e Estados Unidos	Alavancagem Desempenho ambiental Desempenho financeiro Dispersão do capital	Exposição a mídia Risco Tamanho
Dhaliwal, et al., 2012	Diversos países	Analistas seguindo Incertezas nos ganhos Nível de Opacidade financeira	País orientado aos <i>Stakeholders</i> Previsões dos analistas Tamanho
Rover, et al., 2012	Brasil	Auditoria Endividamento Internacionalização Participação carteira ISE da BM&FBovespa	Relatório de sustentabilidade Rentabilidade Tamanho
Salama, Dixon e Habbash, 2012	Reino Unido	Retorno sobre capital empregado	Tamanho Tipo de indústria
Samaha, et al., 2012	Egito	Composição do conselho Comitê de auditoria Concentração de propriedade	Diretor proprietário Dualidade do presidente Tamanho Tamanho do Conselho
Taylor et al., 2012	Austrália	Alavancagem Auditoria Externa Concentração de propriedade Empresas listadas no exterior Estágio de desenvolvimento e produtividade	Estrutura de governança corporativa Existência de reservas no exterior Garantias de dívidas Tamanho Tipo de indústria
Barone, Ranamagar e Solomon, 2013	Reino Unido	Engajamento dos <i>Stakeholders</i>	
Fuertes e García, 2013	Espanha	Empresa estrangeira Empresa financeira Empresa não financeira Família maior acionista Investidor Estado Investidor institucional	Proporção de fundos externos Rentabilidade Setor de atividade Tamanho Tendência a transparência global

Hahn e Kühnen, 2013	Revisão de Literatura	Alavancagem Endividamento Estrutura de propriedade País de origem Performance ambiental Performance social	Rentabilidade Requerimentos legais Setor de atividade Tamanho Visibilidade corporativa
Haji, 2013	Malásia	Características da empresa Conselheiros independentes Controle acionário Diretor proprietário	Frequência de reuniões do conselho Governança corporativa Posse do governo Tamanho do conselho
Iatridis, 2013	Malásia	Auditoria Coeficiente Janes-Fadner de desequilíbrio Endividamento Liquidez das ações	Q de Tobin Retorno sobre o Ativo Tamanho – Ativo Total Valor de mercado da empresa
Lan, Wang e Zhang, 2013	China	Alavancagem Ambiente legal Ativos no local Auditoria Conselheiros externos Custo de Capital	Propriedade do estado Propriedade difusa Rentabilidade Risco de litígios Tamanho
Lourenço e Branco, 2013	Brasil	Alavancagem Concentração de propriedade Internacionalização	Rentabilidade Tamanho Valor de mercado
Matos e Gois, 2013	Portugal	Conselheiros estrangeiros Conselheiros independ. Conselheiros não executivos	Gestor de outras empresas no conselho Gestor dominante
Schiehl, Terra e Victor, 2013	Brasil	Dualidade do Presidente Estrutura de propriedade Outros comitês	Proporção diretores independentes no conselho Qualidade da auditoria Tamanho do conselho
Wegener, et al. 2013	Canadá	Alavancagem Ativismo dos acionistas Auditoria Baixo custo publicidade Conselheiros independ.	Q de Tobin Retorno sobre o ativo Risco de litígio Tamanho
Alkhatib, 2014	Jordânia	Alavancagem Auditoria Rentabilidade	Setor de atividade Tamanho
Barakat, Pérez e Ariza, 2014	Palestina e Jordânia	Auditoria Comitê de auditoria Comitê gestor de diretoria Conselheiro independente Governança corporativa Idade	Rentabilidade Sistema legal Tamanho Tamanho do conselho Tipo de indústria
Burgwal e Vieira, 2014	Holanda	Lucro Setor de atividade	Tamanho
Gonçalves e Lopes, 2014	Países que adotaram as IFRS antes de 2010	Auditoria Concentração de propriedade Intensidade dos ativos biológicos	<i>Stakeholders</i> Internacionais Tamanho
Hashim, Nawawi e Salin, 2014	Malásia	Dualidade do presidente Frequência de reuniões do conselho Investidores institucionais	Proporção de conselheiros independentes Tamanho do conselho

Kansal, Joshi e Batra, 2014	Índia	Alavancagem Classificação da indústria Idade Lucro Depois de impostos Nível de venda Preço de mercado das ações	Rentabilidade Reputação social Retorno sobre o capital empregado Tamanho Total do Ativo
Muttakin e Khan, 2014	Bangladesh	Alavancagem Idade da firma Rentabilidade Retorno sobre o ativo	Setor orientado para a exportação Tamanho Tipo da indústria
Skouloudis et al., 2014	Grécia	Empresa listada Governo proprietário Nível de internacionalização Rentabilidade	Sensibilidade ambiental Setor de atividade Subsidiária estrangeira Tamanho
Zainon, Atan e Wah, 2014	Malásia	Auditoria Desempenho financeiro	Subvenções do governo
Abdullah, Percy e Stewart, 2015	Sudeste da Ásia	Nível de Governança Corporativa Pressão política e civil	Risco Sistema Legal Tamanho
Ji, Lu e Qu, 2015	China	Alavancagem Auditoria Comitê de Auditoria Complexidade dos negócios Conselheiros independentes Crescimento	Dualidade do presidente Empresa listada Estrutura de propriedade Idade Rentabilidade Risco Tamanho Tamanho do conselho
Liesen et al., 2015	União Europeia	Envolvimento com esquema de emissão da EU Membro da UM Global Compact	Pressão dos <i>stakeholders</i> (4 públicos) Rentabilidade Tamanho
Madrigal, Guzmán e Guzmán, 2015	Espanha	Conselheiros externos Estrutura de propriedade Nível de risco Relatório COSO	Rentabilidade Tamanho Tipo de indústria Valor de mercado
Malak, 2015	Malásia	Alavancagem Auditoria Conselheiros independentes Crescimento Diretor proprietário	Família proprietária Investidor estrangeiro Performance da empresa Propriedade do governo Rentabilidade Tamanho
Marquezan, et al., 2015	Brasil	Auditoria Endividamento Nível de impacto ambiental Participação na carteira ISE da BM&FBovespa	Registro na SEC Rentabilidade Segmento da BM&FBovespa Tamanho
Braam, et al., 2016	Holanda	Alavancagem Cobertura da mídia Composição do conselho Empresa listada Performance ambiental	Rentabilidade Segurança ambiental externa Tamanho Tipo de Indústria
Halkos e Skouloudis, 2016	Grécia	Estrutura de propriedade Internacionalização Proximidade do consumidor	Rentabilidade Sensibilidade ambiental Setor de atividade Tamanho

Apêndice C: Variáveis contrastadas determinantes da evidenciação de informações

	Variáveis	Determina	Não determina
Características Organizacionais	Alavancagem	22	28
	Ativos intangíveis	1	0
	Ativos no local	1	1
	Capital fluante	1	3
	Certificação ambiental	1	1
	Complexidade da Estrutura Organizacional	1	1
	Concentração da indústria	1	0
	Cotação em bolsa múltipla	2	1
	Cotação no mercado	10	5
	Crescimento	4	1
	Diversificação	1	0
	Dividendos por ações	1	0
	Emissão de dívida	0	1
	Empresa listada na bolsa de valores	1	1
	Estágio de desenvolvimento da organização	2	1
	Forma de Constituição da empresa	1	0
	Gastos com propaganda e publicidade	3	0
	Grau de internacionalização	5	10
	Grau de monopólio	2	0
	Horizonte da decisão gerencial	1	0
Idade da organização	4	6	
Informações financeiras	0	1	
Informações sociais	0	1	
Intensidade do capital	0	1	
Investimentos	1	1	
Liquidez na bolsa de valores	2	0	
Margem Líquida	1	0	
Nível de transparência geral	2	1	
Organização com atividade regulamentada	1	0	
Performance Ambiental	4	0	
Performance econômica	0	4	
Postura Estratégica	0	1	
Proximidade com o consumidor	0	2	
Renovação de ativos	0	1	
Rentabilidade	23	34	
Reputação da empresa	1	1	
Reservas no exterior	1	0	
Risco do negócio	6	3	
Sensibilidade ambiental	4	5	
Sustentabilidade	1	0	
Tamanho	64	21	
Taxas de tributação	1	1	
Tipo de indústria	41	18	
Vendas por empregado	0	1	
Contexto Geral	Ambiente Legal	6	1
	Ameaça de fiscalização	1	0
	Analistas seguindo	3	3
	Ativismo dos acionistas	1	0
	Cobertura da mídia	9	2
	Complexidade do mercado	2	0
	Exposição à mídia	3	0
	Informação social	0	1
	Instituições sócio-políticas	2	0
	Normas de contabilidade	1	0

	Opinião dos analistas	2	1	
	Oportunidade de evidenciação;	1	1	
	País de origem - cultura	7	5	
	Poder dos stakeholders;	9	1	
	Política econômica	1	0	
	Postura estratégica;	1	0	
	Preocupação com a comunidade;	2	0	
	Pressão da mídia;	2	0	
	Pressão do governo	2	0	
	Pressão dos <i>Stakeholders</i>	2	2	
	Pressão pública;	2	0	
	Pressão social;	3	0	
	Princípios Religiosos	1	1	
	Rating social do País;	1	0	
	Risco de litígio	1	1	
	Contexto Interno	Atitude para a evidenciação;	1	0
		Auditoria;	20	8
		Composição do conselho;	1	4
		Conselheiros externos / independentes	3	6
		Controle	0	1
Controle familiar;		1	0	
Dualidade do Presidente		3	4	
Estrutura de propriedade;		13	10	
Frequência de reuniões do conselho		0	1	
Investidor estrangeiro		1	2	
	Investidor institucional	0	1	
	Membro da família no conselho;	1	0	
	Nível de governança	3	3	
	Opinião da auditoria	0	1	
	Organização listada no exterior	1	0	
	Penhor em cláusula de dívida;	1	0	
	Presença de comitês	8	1	
	Propriedade do governo	3	5	
	Propriedade estrangeira	0	3	
	Representante religioso no conselho	1	0	
	Rotina de informação	1	0	
	Tamanho do conselho.	5	4	

Apêndice D: Metodologias utilizadas para a obtenção dos indicadores

Metodologias	Estudos empíricos que utilizaram indicadores:
Análises empíricas	Guthrie e Parker, 1989; Patten, 1992; Gray, Kouhy e Lavers, 1995:A; 1995:B; Meek, Roberts e Gray, 1995; Hackston e Milne, 1996; Deegan e Ranking, 1997; Halme e Huse, 1997; Gray, et al., 2001; O'Donovan, 2002; Patten, 2002; Cormier e Magnan, 2003; Garcia-Ayuso e Larrinaga, 2003; Coy e Dixon, 2004; Leventis e Weetman, 2004; Xiao, Yang e Chow, 2004; Haniffa e Cooke, 2005; Yusoff, Lehman e Nasir, 2006; Branco e Rodrigues, 2008; Rizk, Dixon e Woodhead, 2008; Wang, O e Claiborne, 2008; Cormier, Ledoux e Magnan, 2009; Mendesda-Silva, et al., 2009; Murcia, 2009; Lima, 2009; Cho e Roberts, 2010; Domínguez, Álvarez e Sánchez, 2010; Hassan, 2010; Monteiro e Aibar-Guzman, 2010; Lohn, 2011; Michelon, 2011; Cohen, et al., 2012; Dhanani e Connolly, 2012; Katmun, 2012; Mardini, Crawford e Power, 2012; Silva e Macagnan, 2012; Sharma, Bejou e Bejou, 2012; Thijssens, 2012; Zhao, et al., 2012; Hofmann e MacSwain, 2013; Khan, Muttakin e Siddiqui, 2013; Naser e Hassan, 2013; Alkababji, 2014; Grougiou, et al., 2014; Jizi, et al., 2014; Kansal, Joshi e Batra, 2014; Momany, Al-Malkawi e Mahdy, 2014; Zainon, Atan e Wah, 2014.
Revisão da literatura	Trotman e Bradley, 1981; Cowen, Ferreri e Parker, 1987; Coy, Tower e Dixon, 1993; Meek, Roberts e Gray, 1995; Naser, et al., 2006; Cho e Patten, 2007; Archel, Fernandez e Larrinaga, 2008; Brammer e Pavelin, 2008; Tagesson, et al., 2009; Kribat, Burton, e Crawford, 2013; Fu, Ye e Law, 2014.
Orientações Institucionais	Patten, 1991; Brown e Deegan, 1998; Bushman, Pietroski e Smith, 2004; Brammer e Pavelin, 2006; Ho e Taylor, 2007; Parsa e Kouhi, 2008; Leite Filho, Prates e Guimaraes, 2009; Hassan, et al., 2011; Aboagye-Otchere, Bedi e Kwakye, 2012; Taylor, et al., 2012; Fuertes e Garcia, 2013; Wegener, et al., 2013; Burgwal e Vieira, 2014.

Apêndice E: 127 indicadores de responsabilidade social

Categoria		Nº	Indicadores
Econômica e Financeira		1	Balço Patrimonial
		2	Demonstração do Resultado do Exercício
		3	Demonstração do Valor Adicionado
		4	Relatório Auditores/ Conselhos
		5	Doações recebidas
		6	Indicadores Econômicos
		7	Indicadores Financeiros
		8	Investimentos em Infraestrutura
		9	Previsões futuras
		10	Subsídios do Governo
Social		11	Atividades Sociais
		12	Balço Social
		13	Investimento em Filantropia
		14	Investimentos sociais
		15	Políticas de Responsabilidade Social
		16	Políticas públicas
		17	Programas de voluntariado
		18	Projetos Sociais
		19	Relatório de Responsabilidade Social
Ambiental		20	Campanhas ambientais
		21	Descarte de lixos especiais.
		22	Educação e conscientização ambiental
		23	Impacto Ambiental das Atividades
		24	Informações sobre consumo de água e energia
		25	Informações sobre poluição sonora e do ar
		26	Investimentos ambientais
		27	Litígios / multas ou passivos ambientais
		28	Outras informações Ambientais
		29	Políticas de Gestão Ambiental
		30	Prevenção e Reparo de danos ambientais
		31	Projetos Ambientais
		32	Reciclagem e reuso
		33	Riscos Ambientais
Estratégica		34	Capacidade X Ociosidade
		35	Convênios e alianças estratégicas
		36	Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento
		37	Metas e objetivos organizacionais
		38	Missão, Visão, Princípios e Valores
		39	Oportunidades identificadas
		40	Participação no mercado
		41	Planejamento Estratégico
		42	Política de reinvestimento do Superávit.
		43	Projetos de Expansão / Investimentos
		44	Projetos de Novos Cursos
		45	Responsabilidade Social no Planejamento Estratégico
		46	Risco estratégico
Legal		47	Código do consumidor
		48	Direitos dos Empregados
		49	Legislação ambiental
		50	Legislação trabalhista e previdenciária
		51	Mecanismos de Governança
		52	Normas Institucionais
Ética		53	Código de Conduta

		54	Comitê de Ética	
		55	Compromissos Éticos	
		56	Mecanismos de comunicação com a Comunidade	
		57	Mecanismos de comunicação com os Clientes	
		58	Mecanismos para comunicação com os empregados	
		59	Respeito aos direitos humanos	
Governança		60	Auditorias Externa e interna	
		61	Comitês	
		62	Conselhos	
		63	Composição dos conselhos	
		64	Doadores (Lista dos principais)	
		65	Estrutura organizacional	
		66	História da Organização	
		67	Participação externa nos conselhos	
		68	Perfil dos conselheiros	
		69	Perfil dos dirigentes	
		70	Processo seletivo dos conselheiros	
		71	Processo seletivo dos dirigentes	
		72	Remuneração dos conselheiros	
		73	Remuneração dos dirigentes	
	74	Resoluções dos conselhos		
Públicos Externos	Clientes	75	Bolsas de estudos	
		76	Crescimento do número de alunos	
		77	Emprego para os estudantes	
		78	Espaço físico para convivência dos estudantes	
		79	Perfil do Egresso	
		80	Perfil do Estudante	
		81	Satisfação dos estudantes	
		82	Suporte pré e pós-venda	
	Comunidade	83	Empregos à comunidade	
		84	Envolvimento com ações sociais	
		85	Gestão do Impacto social na comunidade	
		86	Informações sobre serviços terceirizados	
		87	Patrocínios (Arte, cultura, esportes e outros)	
		88	Políticas de doações	
		89	Programas comunitários	
		90	Relações com a comunidade	
		91	Serviços comunitários	
	Fornecedores	92	Critérios de seleção de fornecedores	
		93	Gastos com fornecedores locais	
		94	Responsabilidade Social dos fornecedores	
		95	Outras informações sobre os Fornecedores	
	Governo	96	Apoio a campanhas governamentais	
		97	Apoio a projetos governamentais	
	Públicos Internos		98	Acidentes de Trabalho
			99	Assistência e Benefícios aos empregados
			100	Clima organizacional
			101	Informações sobre estagiários
		102	Informações sobre gênero no trabalho	
		103	Informações sobre minorias no trabalho	
		104	Informações sobre raça no trabalho	
		105	Oportunidades de trabalho	
		106	Perfil dos empregados	
		107	Plano de Carreira	
		108	Políticas de empregabilidade	
		109	Políticas de recrutamento e seleção	
		110	Políticas de retenção de talentos	
		111	Relações com sindicatos e órgãos de classe	

		112	Remuneração dos empregados
		113	Satisfação e motivação dos empregados
		114	Saúde e segurança no trabalho
		115	Treinamento e desenvolvimento humano
		116	Turnover / Rotatividade dos empregados
Produtos e Serviços		117	Apoio Psicopedagógico aos alunos
		118	Avaliação dos cursos
		119	Custo dos cursos
		120	Índice de Aprovação
		121	Preço dos cursos
		122	Programa de fidelização dos alunos
		123	Publicação de pesquisas / Comunicação dos resultados
		124	Qualidade dos cursos
		125	Relacionamento com Possíveis Clientes
		126	Serviços de biblioteca
		127	Tipos de produtos

Apêndice F: Indicadores de responsabilidade social sugeridos pelos Públicos de Interesse

Nº	Categoria Ambiental
1	Ações para diminuir o impacto ambiental
2	Consumo de recursos naturais (papel, água e energia)
3	Controle da poluição
4	Cursos na área ambiental
5	Destino de lixos especiais (óleo de cozinha, lâmpadas)
6	Destino do Lixo da saúde
7	Destino do Lixo eletrônico
8	Destino do lixo em geral
9	Dicas de paisagismo e jardinagem com recicláveis
10	Divulgação de eventos ambientais
11	Educação para preservação do meio ambiente
12	Informações ambientais
13	Investimentos em meio Ambiente
14	Legislação ambiental inerente à IES
15	Plantio de Árvores (Arborismo dentro do campus)
16	Políticas ambientais
17	Pontos de coleta de resíduos e descartes
18	Práticas de conservação de energia
19	Previsão do tempo
20	Projetos ambientais
21	Reciclagem
22	Relatórios ambientais
23	Reparação de danos ambientais
24	Resultados das ações ambientais
25	Tratamento e reuso da água
26	Uso de energias alternativas
	Categoria Social
27	Acesso à legislação de interesse da sociedade
28	Acesso à legislação interna (Normas, estatutos, regimentos, etc.)
29	Apoio às campanhas sociais
30	Assistência social aos Públicos externos
31	Assistência social aos públicos internos
32	Balanço Social
33	Benefícios aos funcionários
34	Benefícios aos alunos
35	Bolsas de estudos, PROUNI, FIES.
36	Campanha motivacional (estudar na IES)
37	Desempenho social
38	DVA Demonstração do Valor Adicionado
39	Eventos da cidade e região
40	Eventos: Palestras e Seminários na IES
41	Filantropia
42	Geração de emprego
43	Horários dos laboratórios
44	Horários dos Professores
45	Impacto das atividades e projetos sociais (retorno social)
46	Intranet
47	Investimentos sociais
48	Mercado de Trabalho para os alunos
49	Número de atendimentos sociais efetivados / disponibilizados
50	Oportunidades de trabalho
51	Ouvidoria
52	Participação efetiva na sociedade (Ações Sociais)
53	Perfil dos alunos
54	Perfil dos funcionários
55	Perfil dos professores

56	Política de agregação e retenção de pessoas (RH)
57	Política de inclusão
58	Política de Inclusão social
59	Política de investimento em capital intelectual
60	Política de treinamento e desenvolvimento
61	Processos seletivos de professores e funcionários
62	Programação voltada ao público interno
63	Projetos sociais
64	Relatório de atividades sociais
65	Rotatividade do pessoal
66	Saúde e segurança no trabalho
67	Voluntariado
	Categoria Econômica e Financeira
68	Benefícios financeiros a alunos de baixa renda
69	Bolsas de estudos em valores
70	Capital de giro
71	Composição dos Conselhos
72	Demonstrações Contábeis
73	Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos
74	Descontos para estudantes
75	Doações Recebidas
76	Financiamentos Estudantis
77	Fluxo de caixa
78	Gastos operacionais (folha de pagamento)
79	Indicadores Econômicos e Financeiros
80	Investimento em aperfeiçoamento dos colaboradores
81	Investimento em Biblioteca
82	Investimentos
83	Investimentos em laboratórios, salas de aula e projetos
84	Investimentos nos cursos
85	Notícias sobre economia
86	Pareceres dos conselheiros
87	Percentual de aumento das mensalidades
88	Plano de cargos e salários
89	Políticas de Investimentos
90	Prioridades para investimentos
91	Projeções financeiras
92	Receita com mensalidades
93	Relatório de Gestão
94	Resultado do Exercício
95	Valor de outros serviços prestados pela Universidade
96	Valor dos Cursos (mensalidades)
	Categoria Produtos e Serviços
97	Agências de fomento de pesquisas
98	Aquisição de livros (lista dos adquiridos)
99	Aulas extras online
100	Avaliações dos cursos pelo MEC
101	Avaliação Institucional
102	Depoimentos de ex-alunos expressando opinião
103	Dissertações, monografias, TCCs
104	Espaços de convivência extraclasse
105	Incentivos aos acadêmicos
106	Indicadores de eficiência
107	Notas do ENADE / ENEM
108	Participação no mercado
109	Perfil do egresso
110	Pesquisa de opinião
111	Processo seletivo de alunos
112	Produtos da Farmácia Escola
113	Produtos da Marca da IES
114	Produtos e serviços do DCE

115	Programas de estágios
116	Projeto Pedagógico dos cursos
117	Projetos de extensão e de pesquisa em andamento
118	Projetos de pesquisa
119	Promoções oferecidas
120	Público alvo dos cursos
121	Qualidade dos produtos e serviços oferecidos
122	Relação de cursos e serviços oferecidos
123	Relacionamento com os clientes
124	Relacionamento pós-venda
125	Serviços gratuitos à comunidade
	Categoria Estratégica
126	Articulação com os diversos segmentos sociais
127	Canal de comunicação com a comunidade
128	Estratégias e metas organizacionais
129	Estrutura Organizacional
130	Gestão de risco
131	Informações sobre os cursos
132	Investimentos versus projetos investidos
133	Normas Institucionais
134	Objetivos institucionais
135	Ofertas de empregos na região para os alunos e egressos
136	Orientação vocacional profissional
137	Pesquisa de mercado para futuros cursos
138	Pesquisa de satisfação com alunos
139	Pesquisa e desenvolvimento
140	Plano de Desenvolvimento Institucional
141	Plano de Gestão
142	Programas de incentivo à pesquisa
143	Projeção de cursos ou serviços
144	Projeção de investimentos em tecnologia
145	Projeção de melhorias em laboratórios e biblioteca
146	Projetos de investimentos
147	Projetos para a geração de empregos
148	Visão, missão, princípios e valores organizacionais
	Categoria Outras Informações
149	Calendário acadêmico
150	Canal de Comunicação Interno
151	Dicas de Saúde
152	Espaço para sugestões de eventos
153	Galeria de troféus
154	Grade de horário dos professores
155	História da IES
156	Informações aos funcionários na Intranet
157	Informações econômicas e financeiras
158	Informações sobre intercâmbios
159	Link para Legislações
160	Link para portais públicos
161	Mapa do Campus
162	Modelos de documentos
163	Normas e leis relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão
164	Normas internas
165	Regimento e estatuto da IES
166	Relação de prédios e salas de aulas por curso
167	Relação de professores e funcionários com e-mail
168	Resoluções do conselho Universitário
169	Site em outras línguas

Apêndice G: 89 indicadores de responsabilidade social

Categoria	Nº	Indicadores
Econômica e Financeira	1	Doações recebidas
	2	Grau de Endividamento
	3	Investimentos em Infraestrutura
	4	Liquidez
	5	Relatório dos Auditores
	6	Resultado do Exercício
	7	Subsídios do Governo
	8	Superávit sobre a Receita
	9	Superávit sobre o Patrimônio Líquido
Social	10	Investimento em Filantropia
	11	Investimentos sociais
	12	Políticas de Responsabilidade Social
	13	Projetos de extensão e apoio à comunidade
Ambiental	14	Informações sobre redução do consumo de água e energia
	15	Informações sobre redução da poluição sonora e do ar
	16	Investimentos ambientais
	17	Litígios / multas ou passivos ambientais
	18	Políticas de Gestão Ambiental
	19	Projetos Ambientais
	20	Tratamento do lixo
	21	Riscos Ambientais
Estratégica	22	Convênios e alianças estratégicas
	23	Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento
	24	Metas e objetivos Organizacionais Sociais
	25	Missão, Visão, Princípios e Valores sociais
	26	Participação no mercado
	27	Política de reinvestimento do Superávit
	28	Projetos de Novos Cursos
	29	Risco estratégico
	Legal	30
31		Legislação ambiental pertinente à IES
32		Legislação trabalhista e previdenciária pertinente aos funcionários
Ética	33	Canal de contato / Ouvidoria / Fale conosco
	34	Código de Conduta
	35	Comitê de Ética
	36	Compromissos Éticos
Governança	38	Composição dos conselhos (Representação da comunidade)
	39	Composição dos conselhos (Representação de alunos)
	40	Composição dos conselhos (Representação dos funcionários)
	41	Doadores (Lista dos principais)
	42	Estrutura organizacional
	43	História SOCIAL da Organização
	44	Perfil dos conselheiros
	45	Perfil dos dirigentes
	46	Processo seletivo dos conselheiros
	47	Processo seletivo dos dirigentes
	48	Remuneração dos conselheiros
	49	Remuneração dos dirigentes
	50	Resoluções dos conselhos
	Públicos Externos	51
52		Bolsas de estudos
53		Crescimento do número de alunos
54		Emprego para os estudantes

	55	Espaço físico para convivência dos estudantes
	56	Perfil do Egresso
	57	Perfil do Estudante
	58	Pesquisa de satisfação dos estudantes
	59	Informações sobre serviços terceirizados
	60	Interação com a comunidade EGRESSO (empreender ou empregar)
	61	Políticas para apoio projetos sociais
	62	Relatório contribuição social na comunidade
	63	Gastos com fornecedores locais
	64	Política de seleção de fornecedores
	65	Apoio a campanhas governamentais
	66	Apoio a projetos governamentais
Públicos Internos	67	Acidentes de Trabalho
	68	Assistência e Benefícios aos empregados
	69	Informações sobre gênero no trabalho
	70	Informações sobre minorias no trabalho
	71	Informações sobre raça no trabalho
	72	Perfil dos empregados
	73	Política de contratação de funcionários e professores
	74	Política de estágios
	75	Políticas de capacitação e desenvolvimento de funcionários
	76	Políticas de demissão e recolocação (empregabilidade)
	77	Políticas de recrutamento e seleção
	78	Políticas de retenção de talentos
	79	Remuneração dos empregados
	80	Saúde e segurança no trabalho
	81	Turnover / Rotatividade dos empregados
Produtos e Serviços	82	Custo/preço dos cursos por aluno
	83	Percentual de Aprovação versus reprovação dos alunos
	84	Política de Avaliação dos cursos (Capes/Inep)
	85	Política de Avaliação dos cursos (Alunos)
	86	Programa de fidelização dos alunos
	87	Publicação de pesquisas / Comunicação dos resultados
	88	Segmentos de cursos
	89	Serviços de biblioteca

Apêndice H: 77 indicadores de informações representativas de responsabilidade social

Categoria	Subcategorias	Nº	Indicador	
Econômica Financeira	Econômica Financeira	1	Demonstrações Financeiras	
		2	Superávit	
		3	Liquidez	
		4	Investimentos	
		5	Endividamento	
		6	Crescimento das Receitas	
		7	Preço dos produtos	
		8	Custo dos produtos	
	Governança	9	Estrutura organizacional	
		10	Identificação dos dirigentes	
		11	Remuneração dos dirigentes	
		12	Normas Institucionais	
		13	Presença de comitês	
		14	Contador Responsável	
		15	Auditoria Externa Responsável	
		16	Auditoria Interna	
		17	Composição dos Conselhos / Comitês	
		18	Outras Unidades / Filiais	
Social	Recursos Humanos	19	DVA – Demonstração do Valor Adicionado	
		20	BS – Balanço Social	
		21	Nº de funcionários	
		22	Perfil dos funcionários	
		23	Políticas de Treinamento e Desenvolvimento	
		24	Benefícios aos funcionários	
		25	Oportunidades de trabalho	
		26	Saúde e Segurança no trabalho	
		27	Rotatividade dos empregados	
		28	Política de Retenção de Talentos	
		29	Satisfação e motivação dos funcionários	
		30	Relação com sindicatos	
	Direitos Humanos	31	Informações sobre as minorias no trabalho	
		32	Igualdade de Gênero	
		33	Práticas de segurança	
		34	Medidas Anticorrupção	
		35	Mecanismos de reclamação	
	Envolvimento com a Comunidade	36	Projetos Sociais	
		37	Filantropia - Programas	
		38	Seminários / eventos	
		39	Abrangência da atuação	
		40	Políticas públicas	
		41	Patrocínios	
		42	Doações recebidas	
		43	Outras práticas de cidadania	
	Ambiental		44	Políticas ambientais
			45	Projetos Ambientais
			46	Controle de poluição
			47	Desmatamentos / Derramamentos
			48	Desperdícios
		49	Resíduos / Descartes	
		50	Riscos ambientais	
		51	Reflorestamento	
		52	Auditoria Ambiental	
		53	Geração e conservação de energia	

		54	Consumo de energia e de água
		55	Uso eficiente e ou reutilização da água
		56	Prevenção e reparo de danos ambientais
		57	Conservação da biodiversidade
		58	Educação Ambiental
		59	Investimentos ambientais
		60	Passivos ambientais
		61	Parcerias com órgãos ambientais
Estratégica		62	Perspectiva de novos investimentos
		63	Perspectiva de novos produtos
		64	Objetivos, planos e metas institucionais
		65	Visão, Missão, Princípios e Valores
		66	Políticas de reinvestimento de superávit
		67	Gestão de Risco
		68	Pesquisa e desenvolvimento
Produtos e Serviços		69	Tipos de produtos / serviços
		70	Principais produtos
		71	Relacionamento com possíveis clientes
		72	Relacionamento com Clientes
		73	Relacionamento com Fornecedores
		74	Relacionamento pós-venda
		75	Indicadores de eficiência
		76	Participação no mercado
		77	Qualidade dos produtos

Apêndice I: 87 indicadores de informações representativas de responsabilidade social

Nº	Indicadores de Responsabilidade Social
1	Acesso ao Código do consumidor
2	Acidentes de Trabalho
3	Apoio a campanhas governamentais
4	Apoio a projetos governamentais
5	Apoio Psicopedagógico aos alunos
6	Assistência e Benefícios aos empregados
7	Bolsas de estudos
8	Canal de contato / Ouvidoria / Fale conosco
9	Código de Conduta
10	Composição dos conselhos (Representação da comunidade)
11	Composição dos conselhos (Representação de alunos)
12	Composição dos conselhos (Representação dos funcionários e professores)
13	Compromissos Éticos
14	Convênios e alianças estratégicas
15	Crescimento do número de alunos
16	Custo/preço dos cursos por aluno
17	Doações recebidas
18	Doadores (Lista dos principais)
19	Emprego para os estudantes
20	Espaço físico para convivência dos estudantes
21	Estrutura organizacional
22	Gastos com fornecedores locais
23	Grau de Endividamento
24	História SOCIAL da Organização
25	Informações sobre gênero no trabalho
26	Informações sobre minorias no trabalho
27	Informações sobre raça no trabalho
28	Informações sobre redução da poluição sonora e do ar
29	Informações sobre redução do consumo de água e energia
30	Informações sobre serviços terceirizados
31	Interação com a comunidade EGRESSO (empreender ou empregar)
32	Investimento em Filantropia
33	Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento
34	Investimentos ambientais
35	Investimentos em Infraestrutura
36	Investimentos sociais
37	Legislação ambiental pertinente à IES
38	Legislação trabalhista e previdenciária pertinente aos funcionários e professores
39	Liquidez
40	Litígios / multas ou passivos ambientais
41	Metas e objetivos Organizacionais Sociais
42	Missão, Visão, Princípios e Valores sociais
43	Participação no mercado
44	Percentual de Aprovação versus reprovação dos alunos
45	Perfil do Egresso
46	Perfil do Estudante
47	Perfil dos conselheiros
48	Perfil dos dirigentes
49	Perfil dos empregados
50	Pesquisa de satisfação dos estudantes
51	Política de Avaliação dos cursos (Capes/Inep)
52	Política de Avaliação dos cursos (Alunos)
53	Política de contratação de funcionários e professores

54	Política de estágios
55	Política de reinvestimento do Superávit
56	Política de seleção de fornecedores
57	Políticas de capacitação e desenvolvimento de funcionários e professores
58	Políticas de demissão e recolocação (empregabilidade)
59	Políticas de Gestão Ambiental
60	Políticas de recrutamento e seleção
61	Políticas de Responsabilidade Social
62	Políticas de retenção de talentos
63	Políticas para apoio projetos sociais
64	Processo seletivo dos conselheiros
65	Processo seletivo dos dirigentes
66	Programa de fidelização dos alunos
67	Projetos Ambientais
68	Projetos de extensão e apoio à comunidade
69	Projetos de Novos Cursos
70	Publicação de pesquisas / Comunicação dos resultados
71	Relatório de contribuição social na comunidade
72	Relatório dos Auditores
73	Remuneração dos conselheiros
74	Remuneração dos dirigentes
75	Remuneração dos empregados
76	Resoluções dos conselhos
77	Resultado do Exercício
78	Risco estratégico
79	Riscos Ambientais
80	Saúde e segurança no trabalho
81	Segmentos de cursos
82	Serviços de biblioteca
83	Subsídios do Governo
84	Superávit sobre a Receita
85	Superávit sobre o Patrimônio Líquido
86	Tratamento do lixo
87	Turnover / Rotatividade dos empregados

Apêndice J: Resultado da avaliação dos indicadores pelos especialistas no Brasil

Indicadores considerados menos importantes para 35% dos especialistas, com importância 1 e 2.	<p>Estrutura organizacional Doadores (lista dos principais) Espaço físico para convivência dos estudantes Investimentos em infraestrutura Percentual de aprovação e reprovação dos alunos Perfil dos conselheiros das IESFs Remuneração dos conselheiros Remuneração dos dirigentes Resolução dos conselhos</p> <p>O indicador estrutura organizacional, além de não ser considerado importante para a evidenciação, não foi considerado como tendo relação com a responsabilidade social das IESFs. Portanto, esse indicador foi retirado da relação.</p>
Exclusões sugeridas e contempladas na relação de indicadores	Código de conduta, por conflitar com compromissos éticos.
Indicadores considerados mais importantes para 70% dos especialistas, com importância 4 e 5.	<p>Assistência e benefícios a empregados Informações sobre redução da poluição sonora e do ar Informações sobre redução do consumo de água e energia Investimentos sociais Políticas de gestão ambiental Políticas de responsabilidade social Políticas de apoio a projetos sociais Tratamento do lixo Litígios, multas e ou passivos ambientais Projetos de extensão e apoio à comunidade Riscos ambientais Informações sobre minorias no trabalho Legislação ambiental pertinente a IESF Projetos ambientais</p>
Inclusões sugeridas e contempladas na relação de indicadores	<p>Percentual de desistência dos alunos Informações sobre estágios para os alunos Litígios, multas e ou passivos trabalhistas</p>

Apêndice K: Resultados da avaliação feita por alunos e comunidade no Brasil

	Indicadores	Alunos	Comuni- dade
Indicadores considerados menos importantes para 25% dos alunos e comunidade	Apoio a campanhas governamentais	X	X
	Apoio a projetos governamentais		X
	Doadores (lista dos principais)		X
	Informações sobre gênero no trabalho		X
	Informações sobre minorias no trabalho	X	X
	Informações sobre raça no trabalho	X	X
	Informações sobre redução da poluição sonora e do ar		X
	Informações sobre serviços terceirizados	X	X
	Litígios, multas ou passivos ambientais	X	
	Remuneração dos conselheiros	X	X
	Remuneração dos dirigentes	X	X
	Remuneração dos empregados	X	
	Resoluções dos conselhos	X	
Indicadores considerados muito importantes para 70% dos alunos e comunidade	Assistência e benefícios a empregados	X	X
	Bolsas de estudos	X	X
	Canal de contato / Ouvidoria / Fale conosco	X	
	Compromissos éticos		X
	Empregos para estudantes	X	X
	Espaço físico para convivência dos estudantes	X	
	Investimentos em pesquisa e desenvolvimento	X	X
	Investimentos em infraestrutura	X	X
	Investimentos ambientais		X
	Investimentos sociais	X	X
	Política de avaliação dos cursos (CAPES / INEP)	X	
	Política de avaliação dos cursos (Alunos)	X	
	Políticas de responsabilidade social		X
	Projetos de novos cursos	X	
	Saúde e segurança no trabalho		X
Tratamento do lixo		X	
Indicadores considerados menos importantes por pelo menos um desses públicos e também pelos especialistas, portanto, desconsiderados na lista de indicadores	Doadores (lista dos principais)		X
	Remuneração dos conselheiros	X	X
	Remuneração dos dirigentes	X	X
	Resolução dos conselhos	X	
Indicadores considerados mais importantes por pelo menos um desses públicos e também pelos especialistas, reforçando a importância do indicador.	Assistência e benefícios aos empregados	X	X
	Investimentos em pesquisa e desenvolvimento	X	X
	Investimentos ambientais		X
	Investimentos sociais	X	X
	Políticas de responsabilidade social		X
Tratamento do lixo		X	
Indicadores excluídos, incorporados no perfil dos empregados	Informações sobre minorias no trabalho		
	Informações sobre raça no trabalho		
Indicador excluído por semelhança ao indicador: políticas de recrutamento e seleção	Política de contratação de funcionários e professores		

Apêndice L: 79 indicadores de informações representativas de responsabilidade social

Nº	Indicadores de Responsabilidade Social
1	Acesso ao Código do consumidor
2	Acidentes de Trabalho
3	Apoio a campanhas governamentais
4	Apoio a projetos governamentais
5	Apoio Psicopedagógico aos alunos
6	Assistência e Benefícios aos empregados
7	Bolsas de estudos
8	Canal de contato / Ouvidoria / Fale conosco
9	Composição dos conselhos (Representação da comunidade)
10	Composição dos conselhos (Representação de alunos)
11	Composição dos conselhos (Representação dos funcionários e professores)
12	Compromissos Éticos
13	Crescimento do número de alunos
14	Custo/preço dos cursos por aluno
15	Doações e subvenções recebidas
16	Emprego para os estudantes
17	Estágios remunerados para os alunos
18	Gastos com fornecedores locais
19	Grau de Endividamento
20	História Social da Organização
21	Informações sobre gênero no trabalho
22	Informações sobre redução da poluição sonora e do ar
23	Informações sobre redução do consumo de água e energia
24	Informações sobre serviços terceirizados
25	Interação com a comunidade / Egresso (empreender ou empregar)
26	Investimento em Filantropia
27	Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento
28	Investimentos ambientais
29	Investimentos em Infraestrutura
30	Investimentos sociais
31	Legislação ambiental pertinente à IES
32	Legislação trabalhista e previdenciária pertinente aos funcionários
33	Liquidez
34	Litígios / multas ou passivos ambientais
35	Litígios / multas ou passivos trabalhistas
36	Metas e objetivos Sociais da Organização
37	Missão, Visão, Princípios e Valores sociais
38	Participação no mercado
39	Percentual de Aprovação versus reprovação dos alunos
40	Percentual de Desistência dos alunos
41	Perfil dos Egressos
42	Perfil dos Estudantes
43	Perfil dos conselheiros
44	Perfil dos dirigentes
45	Perfil dos empregados
46	Pesquisa de satisfação dos estudantes
47	Política de Avaliação dos cursos (Capes/Inep)
48	Política de Avaliação dos cursos (Alunos)
49	Política de estágios
50	Política de reinvestimento do Superávit
51	Política de seleção de fornecedores
52	Políticas de capacitação e desenvolvimento de funcionários e professores
53	Políticas de demissão e recolocação (empregabilidade)

54	Políticas de Gestão Ambiental
55	Políticas de recrutamento e seleção
56	Políticas de Responsabilidade Social
57	Políticas de retenção de talentos
58	Políticas para apoio projetos sociais
59	Processo seletivo dos conselheiros
60	Processo seletivo dos dirigentes
61	Programa de fidelização dos alunos
62	Projetos Ambientais
63	Projetos de extensão e apoio à comunidade
64	Projetos de Novos Cursos
65	Publicação de pesquisas / Comunicação dos resultados
66	Relatório de contribuição social na comunidade
67	Relatório dos Auditores
68	Remuneração dos empregados
69	Resultado do Exercício
70	Risco estratégico
71	Riscos Ambientais
72	Saúde e segurança no trabalho
73	Segmentos dos cursos / áreas
74	Serviços de biblioteca
75	Subsídios do Governo
76	Superávit sobre a Receita
77	Superávit sobre o Patrimônio Líquido
78	Tratamento do lixo
79	Turnover / Rotatividade dos empregados

Apêndice M: Resultados da avaliação dos indicadores pelos especialistas do Reino Unido

Indicadores considerados menos importantes por pelo menos 2 especialistas	<p>Informações sobre serviços terceirizados</p> <p>Liquidez corrente</p> <p>Pesquisa de satisfação dos estudantes</p> <p>Política de avaliação dos cursos (mecanismos dos estudantes)</p> <p>Política de avaliação dos cursos (mecanismos governamentais)</p> <p>Programa de fidelização dos estudantes</p> <p>Relatório dos auditores</p> <p>Remuneração dos empregados</p> <p>Serviços de biblioteca</p> <p>Superávit sobre a receita</p> <p>Superávit sobre o patrimônio líquido</p>
Exclusão de indicador	Informações sobre serviços terceirizados – considerado menos importante por alunos e comunidade na nona etapa.
Indicadores considerados muito importantes por pelo menos 2 especialistas, reforçando o valor dos indicadores.	<p>Composição dos conselhos (representantes da comunidade)</p> <p>Composição dos conselhos (representantes dos alunos)</p> <p>Compromissos éticos</p> <p>História social da organização</p> <p>Investimentos ambientais</p> <p>Investimentos em filantropia</p> <p>Investimentos sociais</p> <p>Metas e objetivos organizacionais sociais</p> <p>Missão, visão, princípios e valores sociais</p> <p>Políticas de gestão ambiental</p> <p>Políticas de responsabilidade social</p> <p>Políticas para apoio a projetos sociais</p> <p>Projetos ambientais</p> <p>Projetos de extensão e apoio à comunidade</p> <p>Relatório de contribuição social na comunidade</p> <p>Riscos ambientais</p>
Inclusão sugerida e aceita	Engajamento dos funcionários com os projetos sociais e ambientais
Inclusão sugerida e não aceita pela dificuldade de mensuração	Credibilidade social da organização

Apêndice N: Sugestão de indicadores dos Stakeholders da *DU* do Reino Unido

Nº	Categoria / Indicador
	Ambiental
1	Artigos acadêmicos sobre questões ambientais
2	Cursos de graduação relacionados às questões ambientais
3	Cursos de pós-graduação relacionados às questões ambientais
4	Esforços para conservação do meio ambiente
5	Espaço verde
6	Estatística da satisfação dos estudantes com questões ambientais
7	Impacto das pesquisas sobre questões ambientais
8	Impacto dos cursos sobre questões ambientais
9	Informações sobre Emissões de carbono
10	Investimentos Ambientais
11	Medidas para reduzir o impacto de carbono e resíduos
12	Notícias sobre questões ambientais
13	Páginas com pesquisas acadêmicas sobre questões ambientais
14	Políticas ambientais
15	Políticas de gestão dos desperdícios
16	Práticas de reciclagem
	Social
17	Artigos de pesquisas sobre questões sociais
18	Bem-estar dos estudantes
19	Campos sociais atendidos
20	Cursos de graduação relacionados às questões sociais
21	Cursos de pós-graduação relacionados às questões sociais
22	Diversidade de gênero nos funcionários
23	Envolvimento com a comunidade
24	Estatística sobre satisfação dos estudantes com questões sociais
25	Impacto social da Universidade internacionalmente
26	Impacto social da universidade na comunidade
27	Impacto social da universidade no País
28	Informações sobre alunos
29	Informações sobre eventos
30	Informações sobre funcionários
31	Investimentos Sociais
32	Lacuna de remuneração
33	Página com pesquisas acadêmicas sobre questões sociais
34	Parceiros sociais
35	Política de saúde e segurança da Universidade
36	Políticas de emprego
37	Políticas de igualdade de direitos
38	Políticas de Sustentabilidade
39	Serviços de carreira
	Econômica e financeira
40	Acomodações (custos e locais)
41	Custo de vida
42	Demonstração de que a universidade fornece valor ao governo
43	Demonstração de que a universidade fornece valor aos demais stakeholders
44	Demonstração de que a universidade fornece valor aos estudantes
45	Demonstração dos resultados
46	Gastos com biblioteca
47	Impactos na economia local
48	Informações sobre oportunidades de bolsas de estudos
49	Número de estudantes
50	Políticas de remuneração

51	Relatório Anual
52	Resumo das despesas e Receitas
53	Valor das mensalidades
	Produtos e Serviços
54	Artigos de pesquisa do corpo docente
55	Declaração do PhD do Corpo Docente
56	Declarações dos direitos dos consumidores
57	Definição clara dos produtos e serviços oferecidos
58	Detalhes do corpo docente
59	Detalhes dos cursos
60	Locais de estacionamento
61	Localização de reprografias, grampeadores
62	Mapas dos campi
63	Organizações parceiras de negócios
64	Organizações parceiras de pesquisas
65	Outras orientações para os estudantes
66	Pesquisa de satisfação com os estudantes
67	Preços dos cursos e eventos
68	Relação dos produtos e serviços oferecidos
69	Saúde e segurança dos produtos e serviços
70	Serviços de biblioteca
71	Serviços de Internet
	Estratégica
72	Como a universidade está ajustada a sua visão e missão
73	Direção estratégica
74	Fontes de financiamento (avenidas)
75	Informações sobre as decisões tomadas na Universidade
76	Objetivos e metas estratégicas
77	Planos estratégicos
78	Posicionamento estratégico
79	Práticas de sustentabilidade
80	Princípios e valores da Universidade
81	Subvenções e doações recebidas
82	Visão e missão da Universidade
	Outras Informações
83	Como obter certificação nos cursos e eventos
84	Como se inscrever nos cursos e eventos
85	Como se matricular nos cursos e eventos
86	Cópia eletrônica da tese de doutorado do pessoal acadêmico
87	Informações práticas sobre os cursos
88	Princípios Éticos
89	Questões sobre a governança organizacional
90	Questões sobre ética organizacional

Apêndice O: Indicadores diferentes sugeridos pelos públicos de interesse da *Durham University*

	Indicadores
Indicadores sugeridos	<p>Agregação de valor aos <i>stakeholders</i></p> <p>Campos sociais atendidos</p> <p>Cópia eletrônica das teses da Universidade</p> <p>Cursos de Graduação e Pós-graduação relacionados ao meio ambiente</p> <p>Cursos de Graduação e Pós-graduação relacionados às questões sociais</p> <p>Custo de vida</p> <p>Informações sobre acomodações para os estudantes</p> <p>Divulgação de artigos acadêmicos sobre questões ambientais</p> <p>Divulgação de artigos acadêmicos sobre questões sociais</p> <p>Notícias sobre questões ambientais</p> <p>Organizações parceiras de negócios e de pesquisas</p> <p>Parceiros sociais</p> <p>Saúde e segurança dos produtos e serviços prestado</p>
Indicadores incorporados à relação	<p>Custo de vida</p> <p>Informações sobre os cursos de graduação e pós-graduação</p> <p>Informações sobre locais para acomodações dos estudantes</p> <p>Parceiros sociais, de negócios e de pesquisa</p>
Alterações de Indicadores	<p>Saúde e segurança no trabalho foi alterado para:</p> <p>Políticas de saúde e segurança da IESF</p>
Observações sobre os resultados	<p>Considerou-se que o indicador Publicação de pesquisas / Comunicação de resultados, incluído na relação inicial, já atenderia às solicitações de indicadores sobre artigos acadêmicos referentes às questões sociais e ambientais e divulgação de teses sobre o tema.</p> <p>Considerou-se que informações sobre os campos sociais atendidos já estariam contempladas nas políticas de responsabilidade social e de suporte a projetos sociais.</p> <p>Considerou-se desnecessário incluir como indicador de responsabilidade social notícias sobre questões ambientais, pois já estariam contempladas nos demais indicadores de evidenciação ambiental.</p> <p>Em relação a sugestão de inclusão de indicador sobre agregação de valor aos <i>stakeholders</i>, considerou-se difícil criar um indicador capaz de traduzir o conceito abstrato da informação e ser específico o suficiente para ser mensurável. Além disso, entende-se que essa agregação de valor pode ser identificada através da análise dos diversos indicadores da relação.</p>

Apêndice P: Resultados da avaliação feita pelos públicos de interesse do Reino Unido

	Indicadores	Alunos	Funcionários	
Indicadores considerados menos importantes por pelo menos 30% dos funcionários e 20% dos alunos	Apoio a Campanhas Governamentais Apoio a Projetos Governamentais Crescimento no Número de Alunos Participação no mercado Percentual de desistência dos alunos Perfil dos estudantes Políticas de recrutamento e seleção dos empregados Programa de fidelização dos estudantes Riscos estratégicos Turnover / Rotatividade dos empregados	X X	X X X X X X X X X X	
Exclusão de Indicadores por ser considerado menos importante por, pelo menos 3 públicos de interesse, no somatório das etapas.	Apoio a campanhas governamentais Apoio a projetos governamentais			
Indicadores considerados muito importantes para 90% dos alunos e para 75% dos funcionários	Compromissos éticos Doações e subvenções recebidas História Social da Organização Informações sobre redução do consumo de água e energia Interação com a comunidade / Egressos Investimento em pesquisa e desenvolvimento Investimentos ambientais Investimentos sociais Metas e objetivos sociais da organização Missão, Visão, Princípios e Valores sociais Perfil dos egressos Pesquisa de satisfação dos estudantes Política de avaliação dos cursos (Alunos) Políticas de gestão ambiental Publicação de pesquisas / Comunicação dos resultados Risco estratégico Riscos ambientais Segmentos dos cursos / Áreas Serviços de Biblioteca Tratamento do lixo	X X X X X X X X X X X X X X X X X X X	X X X X X X X X X	
Indicador excluído	Programa de fidelização dos estudantes: Por ser considerado menos importante, também pelos especialistas e por não ter se destacado como importante em nenhuma etapa.			
Indicadores considerados os mais importantes no Reino Unido	Indicadores	Especialistas	Alunos	Funcionários
	Compromissos Éticos	X		X
	História Social da Organização	X	X	
	Investimentos ambientais	X	X	X
	Investimentos sociais	X	X	
	Metas e objetivos sociais da organização	X	X	X
	Missão, visão, princípios e valores sociais	X	X	X
	Políticas de gestão ambiental	X		X
	Riscos Ambientais	X	X	

Apêndice Q: Relação final de Indicadores de Responsabilidade Social

Nº	Indicadores de Responsabilidade Social	Nº Evid.
1	Acesso ao Código do consumidor	5
2	Acidentes de Trabalho	5
3	Apoio Psicopedagógico aos alunos	83
4	Assistência e Benefícios aos empregados	39
5	Bolsas de estudos	147
6	Canal de contato / Ouvidoria / Fale conosco	172
7	Composição dos conselhos (Representação da comunidade)	12
8	Composição dos conselhos (Representação de alunos)	16
9	Composição dos conselhos (Representação dos funcionários e professores)	19
10	Compromissos Éticos	8
11	Crescimento do número de alunos	10
12	Custo de Vida	6
13	Custo/preço dos cursos por aluno	108
14	Doações e subvenções recebidas	13
15	Emprego para os estudantes	61
16	Engajamento dos funcionários em projetos de responsabilidade social	29
17	Estágios remunerados para os alunos	93
18	Gastos com fornecedores locais	10
19	Grau de Endividamento	1
20	História Social da Organização	150
21	Informações sobre cursos de Graduação e Pós-graduação	169
22	Informações sobre gênero no trabalho	15
23	Informações sobre redução da poluição sonora e do ar	6
24	Informações sobre redução do consumo de água e energia	17
25	Interação com a comunidade / Egresso (empreender ou empregar)	133
26	Investimento em Filantropia	145
27	Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento	107
28	Investimentos ambientais	48
29	Investimentos em Infraestrutura	44
30	Investimentos sociais	115
31	Legislação ambiental pertinente à IES	6
32	Legislação trabalhista e previdenciária pertinente aos funcionários	3
33	Liquidez	1
34	Litígios / multas ou passivos ambientais	0
35	Litígios / multas ou passivos trabalhistas	5
36	Locais para acomodação dos estudantes	5
37	Metas e objetivos Sociais da Organização	24
38	Missão, Visão, Princípios e Valores sociais	144
39	Parceiros sociais, de negócios e de pesquisas	114
40	Participação no mercado	0
41	Percentual de Aprovação versus reprovação dos alunos	0
42	Percentual de Desistência dos alunos	3
43	Perfil dos Egressos	7
44	Perfil dos Estudantes	6
45	Perfil dos conselheiros	0

46	Perfil dos dirigentes	0
47	Perfil dos empregados	12
48	Pesquisa de satisfação dos estudantes	96
49	Política de Avaliação dos cursos (Capes/Inep)	72
50	Política de Avaliação dos cursos (Alunos)	101
51	Política de estágios	110
52	Política de reinvestimento do Superávit	2
53	Política de seleção de fornecedores	15
54	Políticas de capacitação e desenvolvimento de funcionários e professores	59
55	Políticas de demissão e recolocação (empregabilidade)	5
56	Políticas de Gestão Ambiental	44
57	Políticas de recrutamento e seleção	65
58	Políticas de Responsabilidade Social	103
59	Políticas de retenção de talentos	8
60	Políticas de saúde e segurança da IESFs	46
61	Políticas para apoio projetos sociais	120
62	Processo seletivo dos conselheiros	4
63	Processo seletivo dos dirigentes	1
64	Projetos Ambientais	50
65	Projetos de extensão e apoio à comunidade	125
66	Projetos de Novos Cursos	5
67	Publicação de pesquisas / Comunicação dos resultados	30
68	Relatório de contribuição social na comunidade	31
69	Relatório dos Auditores	6
70	Remuneração dos empregados	5
71	Resultado do Exercício	10
72	Risco estratégico	0
73	Riscos Ambientais	0
74	Segmentos dos cursos / áreas	160
75	Serviços de biblioteca	168
76	Subsídios do Governo	18
77	Superávit sobre a Receita	1
78	Superávit sobre o Patrimônio Líquido	1
79	Tratamento do lixo	26
80	Turnover / Rotatividade dos empregados	4

Apêndice R: Índices e Categorias dos Indicadores de Responsabilidade Social

Índice	Categoria	Nº	Indicadores de Responsabilidade Social
Ambiental	Ambiental	1	Informações sobre redução da poluição sonora e do ar
		2	Informações sobre redução do consumo de água e energia
		3	Investimentos ambientais
		4	Litígios / multas ou passivos ambientais
		5	Políticas de Gestão Ambiental
		6	Projetos Ambientais
		7	Riscos Ambientais
		8	Tratamento do lixo
Social	Social	9	Engajamento dos funcionários em projetos de responsabilidade social
		10	História Social da Organização
		11	Interação com a comunidade / Egresso (empreender ou empregar)
		12	Investimento em Filantropia
		13	Investimentos sociais
		14	Locais para acomodação dos estudantes
		15	Políticas de Responsabilidade Social
		16	Políticas para apoio projetos sociais
		17	Projetos de extensão e apoio à comunidade
		18	Relatório de contribuição social na comunidade
Econômico, financeiro e governança	Econômica e Financeira	19	Custo de Vida
		20	Custo/preço dos cursos por aluno
		21	Doações e subvenções recebidas
		22	Grau de Endividamento
		23	Investimentos em Infraestrutura
		24	Liquidez
		25	Resultado do Exercício
		26	Subsídios do Governo
	Governança	27	Superávit sobre a Receita
		28	Superávit sobre o Patrimônio Líquido
		29	Composição dos conselhos (Representação da comunidade)
		30	Composição dos conselhos (Representação de alunos)
		31	Composição dos conselhos (Representação dos funcionários e professores)
		32	Perfil dos conselheiros
		33	Perfil dos dirigentes
		34	Processo seletivo dos conselheiros
		35	Processo seletivo dos dirigentes
		36	Relatório dos Auditores
Produtos, serviços e estratégico	Produtos e Serviços	37	Informações sobre cursos de Graduação e Pós-graduação
		38	Percentual de Aprovação versus reprovação dos alunos
		39	Percentual de Desistência dos alunos
		40	Publicação de pesquisas / Comunicação dos resultados
		41	Segmentos dos cursos / áreas
		42	Serviços de biblioteca
	Estratégica	43	Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento
		44	Metas e objetivos Sociais da Organização
		45	Missão, Visão, Princípios e Valores Sociais
		46	Parceiros sociais, de negócios e de pesquisas
		47	Participação no mercado
		48	Política de Avaliação dos cursos (Alunos)
		49	Política de reinvestimento do Superávit
		50	Políticas de saúde e segurança da IESF

		51	Projetos de Novos Cursos
		52	Risco estratégico
Ética e Legal	Ética	53	Canal de contato / Ouvidoria / Fale conosco
		54	Compromissos Éticos
	Legal	55	Acesso ao Código do consumidor
56		Legislação ambiental pertinente à IES	
57		Legislação trabalhista e previdenciária pertinente aos funcionários	
Públicos de Interesse	Públicos Internos	58	Acidentes de Trabalho
		59	Assistência e Benefícios aos empregados
		60	Informações sobre gênero no trabalho
		61	Litígios / multas ou passivos trabalhistas
		62	Perfil dos empregados
		63	Políticas de capacitação e desenvolvimento de funcionários e professores
		64	Política de estágios
		65	Políticas de demissão e recolocação (empregabilidade)
		66	Políticas de recrutamento e seleção
		67	Políticas de retenção de talentos
		68	Remuneração dos empregados
		69	Turnover / Rotatividade dos empregados
		Públicos Externos	70
	71		Bolsas de estudos
	72		Crescimento do número de alunos
	73		Emprego para os estudantes
	74		Estágios remunerados para os alunos
	75		Gastos com fornecedores locais
	76		Perfil dos Egressos
	77		Perfil dos Estudantes
78	Pesquisa de satisfação dos estudantes		
79	Política de Avaliação dos cursos (Capes/Inep)		
80	Política de seleção de fornecedores		

Apêndice S: Estudos anteriores revisados que utilizaram análise de conteúdo.

Técnica de análise de conteúdo utilizada	<p>Estudos revisados</p> <p>Deegan, Rankin e Voght, 2000; Ho e Wong, 2001; Ahmad, Hassan e Mohammad, 2003; Haron et al., 2004; Branco e Rodrigues, 2005; Brammer e Pavelin, 2006; Branco e Rodrigues, 2006; Campbell, Moore e Shrives, 2006; Magness, 2006; Naser, et al., 2006; Yusoff, Lehamn e Nassir, 2006; Sancovschi e Silva, 2006; Boesso e Kumar, 2007; Aerts, Cormier e Magnan, 2008; Álvarez, Sánchez e Domínguez, 2008; Brammer e Pavelin, 2008; Branco e Rodrigues, 2008; Clarkson, et al., 2008; Hossain e Reaz, 2008; Murcia, et al., 2008; Rover, et al., 2008; Wang, O e Claiborne, 2008; Aerts e Cormier, 2009; Cho, et al., 2009; Jiang e Habib, 2009; Leite Filho, Prates e Guimarães, 2009; Murcia e Santos, 2009; Said, Zainuddin e Haron, 2009; Tagesson, et al., 2009; Cruz e Lima, 2010; Cuganesan, Guthrie e Ward, 2010; Elsayed e Hoque, 2010; Hassan, 2010; Monteiro e Aibar-Guzmán, 2010; Farook, Hassan e Lanis, 2011; Michelin, 2011; Milanés-Montero e Pérez-Calderón, 2011; Ribeiro, Van Bellen e Carvalho, 2011; Rocha, et al, 2011; AlNaimi, Hossain e Momin, 2012; Bouten, Everaert e Roberts, 2012; Bravo, Matute e Pina, 2012; Cho, Freedman e Patten, 2012; Czesnat e Machado, 2012; Oliveira, et al., 2012; Rover, et al., 2012; Salama, Dixon e Habbash, 2012; Boesso, Kumar e Michelin, 2013; Fuertes e Garcia, 2013; Haji, 2013; Mota, Mazza e Oliveira, 2013; Wegener, et al., 2013; Alkhatib, 2014; Barakat, Pérez e Ariza, 2014; Burgwal e Vieira, 2014; Dhaliwal, et al., 2014; Machado e Ott, 2014; Kansal, Joshi e Batra, 2014; Zainon, Attan e Wah, 2014; Marquezan, et al, 2015; Braam, et al., 2016; Halkos e Skouloudis, 2016.</p>
--	--

Apêndice T: Evidenciação por categoria de Responsabilidade Social

Nº	Ambiental %	Social %	Económica Financeira %	Produtos Serviços %	Estratégica %	Governança %	Ética %	Legal %	Públicos Internos %	Públicos Externos %	Total Evidencia %
1	25.00	80.00	10.00	50.00	40.00	0.00	50.00	0.00	50.00	45.45	37.50
2	0.00	70.00	0.00	50.00	20.00	0.00	50.00	0.00	8.33	18.18	20.00
3	37.50	50.00	10.00	50.00	50.00	0.00	50.00	0.00	25.00	27.27	30.00
4	37.50	60.00	20.00	50.00	30.00	0.00	50.00	0.00	16.67	45.45	31.25
5	0.00	70.00	0.00	50.00	30.00	0.00	50.00	0.00	8.33	18.18	21.25
6	37.50	70.00	10.00	50.00	30.00	0.00	50.00	0.00	16.67	36.36	30.00
7	0.00	40.00	10.00	50.00	30.00	0.00	50.00	0.00	16.67	45.45	23.75
8	37.50	60.00	0.00	50.00	50.00	0.00	50.00	0.00	33.33	54.55	35.00
9	0.00	70.00	10.00	50.00	60.00	0.00	50.00	0.00	16.67	36.36	30.00
10	0.00	60.00	20.00	50.00	20.00	0.00	50.00	0.00	16.67	27.27	23.75
11	0.00	40.00	10.00	50.00	30.00	0.00	50.00	0.00	25.00	27.27	22.50
12	0.00	80.00	10.00	50.00	20.00	0.00	50.00	0.00	33.33	27.27	27.50
13	0.00	10.00	0.00	50.00	20.00	0.00	50.00	0.00	8.33	45.45	16.25
14	0.00	20.00	0.00	50.00	20.00	0.00	50.00	0.00	8.33	27.27	15.00
15	0.00	60.00	0.00	50.00	20.00	0.00	50.00	0.00	16.67	18.18	20.00
16	37.50	40.00	0.00	50.00	30.00	0.00	50.00	0.00	8.33	27.27	22.50
17	50.00	70.00	10.00	50.00	40.00	0.00	50.00	0.00	25.00	36.36	33.75
18	62.50	90.00	20.00	50.00	50.00	0.00	50.00	0.00	58.33	72.73	50.00
19	75.00	80.00	40.00	50.00	60.00	12.50	50.00	0.00	41.67	63.64	51.25
20	37.50	70.00	10.00	50.00	40.00	0.00	50.00	0.00	33.33	54.55	36.25
21	75.00	80.00	30.00	50.00	50.00	12.50	50.00	0.00	58.33	63.64	51.25
22	37.50	70.00	20.00	50.00	50.00	0.00	50.00	0.00	8.33	54.55	35.00
23	37.50	70.00	0.00	50.00	40.00	0.00	50.00	0.00	33.33	45.45	33.75
24	50.00	70.00	10.00	50.00	30.00	0.00	50.00	0.00	16.67	36.36	31.25
25	37.50	70.00	10.00	50.00	40.00	0.00	50.00	0.00	16.67	45.45	32.50
26	62.50	80.00	10.00	50.00	40.00	0.00	50.00	0.00	25.00	63.64	40.00
27	50.00	80.00	20.00	50.00	40.00	0.00	50.00	0.00	25.00	45.45	37.50
28	0.00	70.00	10.00	50.00	20.00	0.00	50.00	0.00	16.67	27.27	23.75
29	50.00	70.00	10.00	50.00	30.00	12.50	50.00	0.00	25.00	54.55	36.25
30	0.00	90.00	50.00	50.00	50.00	12.50	50.00	33.33	66.67	72.73	51.25
31	75.00	80.00	20.00	50.00	50.00	25.00	50.00	0.00	16.67	36.36	41.25
32	37.50	60.00	20.00	50.00	40.00	12.50	50.00	0.00	33.33	63.64	38.75
33	50.00	90.00	50.00	50.00	50.00	37.50	50.00	0.00	41.67	81.82	55.00
34	50.00	80.00	40.00	66.67	50.00	0.00	50.00	0.00	58.33	81.82	52.50
35	50.00	80.00	40.00	50.00	50.00	25.00	50.00	0.00	58.33	72.73	52.50
36	37.50	80.00	70.00	50.00	40.00	37.50	50.00	0.00	66.67	54.55	53.75
37	0.00	70.00	20.00	50.00	40.00	12.50	50.00	0.00	25.00	36.36	31.25
38	75.00	80.00	10.00	50.00	40.00	0.00	50.00	0.00	33.33	27.27	37.50
39	62.50	70.00	30.00	50.00	50.00	37.50	50.00	0.00	25.00	54.55	45.00
40	50.00	80.00	20.00	50.00	50.00	25.00	50.00	0.00	33.33	54.55	43.75
41	62.50	90.00	30.00	50.00	60.00	50.00	50.00	0.00	75.00	63.64	58.75
42	50.00	90.00	40.00	50.00	50.00	0.00	50.00	0.00	75.00	63.64	52.50
43	0.00	80.00	0.00	50.00	40.00	0.00	50.00	33.33	16.67	45.45	30.00
44	50.00	80.00	10.00	50.00	40.00	0.00	50.00	0.00	25.00	36.36	35.00
45	62.50	70.00	20.00	50.00	60.00	0.00	50.00	0.00	25.00	63.64	42.50
46	50.00	70.00	10.00	50.00	60.00	0.00	50.00	0.00	16.67	54.55	37.50
47	37.50	80.00	40.00	50.00	60.00	0.00	50.00	0.00	41.67	54.55	45.00
48	37.50	90.00	20.00	66.67	40.00	25.00	50.00	33.33	16.67	27.27	38.75
49	12.50	70.00	10.00	66.67	40.00	0.00	50.00	0.00	16.67	54.55	32.50
50	75.00	90.00	50.00	66.67	50.00	37.50	50.00	100.00	41.67	63.64	60.00
51	0.00	80.00	20.00	50.00	40.00	25.00	50.00	0.00	8.33	54.55	33.75
52	50.00	80.00	20.00	66.67	50.00	0.00	50.00	66.67	41.67	72.73	48.75
53	0.00	70.00	0.00	66.67	40.00	0.00	50.00	0.00	8.33	27.27	25.00
54	0.00	40.00	0.00	50.00	10.00	0.00	50.00	0.00	8.33	18.18	15.00
55	12.50	70.00	0.00	50.00	30.00	0.00	50.00	0.00	25.00	54.55	30.00
56	0.00	80.00	0.00	33.33	20.00	0.00	100.00	0.00	0.00	27.27	21.25
57	0.00	70.00	0.00	50.00	30.00	0.00	50.00	0.00	33.33	36.36	27.50
58	0.00	60.00	10.00	50.00	20.00	0.00	50.00	0.00	8.33	27.27	21.25

59	0.00	30.00	10.00	50.00	30.00	37.50	50.00	0.00	8.33	27.27	22.50
60	0.00	80.00	20.00	50.00	30.00	0.00	50.00	0.00	33.33	36.36	31.25
61	0.00	0.00	0.00	50.00	20.00	0.00	50.00	0.00	0.00	9.09	8.75
62	50.00	90.00	0.00	50.00	30.00	0.00	50.00	33.33	25.00	45.45	36.25
63	0.00	70.00	20.00	50.00	40.00	0.00	100.00	0.00	8.33	36.36	28.75
64	0.00	80.00	10.00	66.67	40.00	0.00	50.00	0.00	25.00	36.36	31.25
65	0.00	50.00	10.00	33.33	20.00	0.00	50.00	0.00	8.33	9.09	16.25
66	50.00	80.00	20.00	66.67	40.00	0.00	50.00	0.00	33.33	63.64	42.50
67	0.00	70.00	20.00	50.00	10.00	0.00	50.00	0.00	0.00	18.18	20.00
68	0.00	80.00	0.00	66.67	30.00	37.50	50.00	0.00	8.33	18.18	27.50
69	37.50	90.00	30.00	66.67	50.00	0.00	50.00	33.33	41.67	45.45	45.00
70	0.00	80.00	20.00	33.33	20.00	37.50	50.00	33.33	25.00	36.36	32.50
71	0.00	0.00	10.00	50.00	0.00	0.00	50.00	0.00	0.00	9.09	7.50
72	0.00	20.00	10.00	66.67	30.00	0.00	50.00	0.00	0.00	9.09	15.00
73	25.00	80.00	10.00	50.00	40.00	12.50	50.00	33.33	8.33	45.45	33.75
74	25.00	80.00	0.00	50.00	30.00	0.00	50.00	0.00	8.33	45.45	28.75
75	0.00	40.00	0.00	50.00	30.00	0.00	50.00	0.00	33.33	54.55	26.25
76	0.00	20.00	10.00	33.33	10.00	37.50	50.00	0.00	0.00	9.09	13.75
77	12.50	80.00	10.00	50.00	40.00	0.00	50.00	0.00	8.33	27.27	27.50
78	37.50	80.00	10.00	50.00	40.00	0.00	50.00	33.33	16.67	27.27	32.50
79	0.00	20.00	10.00	50.00	20.00	0.00	50.00	0.00	16.67	27.27	17.50
80	0.00	20.00	10.00	66.67	40.00	0.00	50.00	0.00	25.00	54.55	26.25
81	0.00	70.00	10.00	50.00	40.00	0.00	50.00	0.00	16.67	45.45	28.75
82	50.00	40.00	10.00	50.00	40.00	0.00	50.00	0.00	16.67	36.36	28.75
83	0.00	10.00	0.00	50.00	20.00	0.00	50.00	0.00	8.33	18.18	12.50
84	0.00	70.00	10.00	50.00	50.00	0.00	50.00	0.00	16.67	27.27	27.50
85	0.00	60.00	10.00	50.00	30.00	0.00	50.00	0.00	8.33	36.36	23.75
86	37.50	70.00	20.00	50.00	50.00	12.50	50.00	0.00	25.00	54.55	38.75
87	0.00	80.00	20.00	50.00	40.00	0.00	50.00	0.00	25.00	63.64	35.00
88	37.50	70.00	0.00	50.00	20.00	0.00	50.00	0.00	16.67	45.45	28.75
89	0.00	20.00	20.00	50.00	40.00	12.50	50.00	0.00	16.67	27.27	22.50
90	0.00	40.00	0.00	50.00	0.00	0.00	50.00	0.00	8.33	9.09	12.50
91	0.00	20.00	0.00	50.00	20.00	0.00	50.00	0.00	0.00	0.00	10.00
92	25.00	50.00	10.00	66.67	30.00	0.00	50.00	0.00	8.33	27.27	25.00
93	0.00	50.00	10.00	50.00	10.00	0.00	50.00	0.00	0.00	9.09	15.00
94	12.50	60.00	20.00	66.67	50.00	0.00	50.00	0.00	0.00	36.36	28.75
95	25.00	50.00	10.00	50.00	40.00	0.00	50.00	0.00	0.00	0.00	20.00
96	25.00	60.00	0.00	66.67	20.00	0.00	50.00	0.00	0.00	9.09	20.00
97	0.00	60.00	10.00	66.67	40.00	0.00	50.00	0.00	0.00	9.09	21.25
98	0.00	60.00	0.00	66.67	30.00	0.00	50.00	0.00	0.00	27.27	21.25
99	0.00	60.00	20.00	33.33	10.00	0.00	50.00	0.00	0.00	9.09	16.25
100	0.00	60.00	10.00	50.00	20.00	37.50	50.00	0.00	0.00	18.18	22.50
101	0.00	60.00	0.00	50.00	10.00	0.00	50.00	0.00	0.00	9.09	15.00
102	0.00	50.00	10.00	33.33	20.00	0.00	50.00	0.00	0.00	9.09	15.00
103	0.00	70.00	40.00	66.67	30.00	12.50	100.00	0.00	0.00	18.18	28.75
104	0.00	70.00	20.00	33.33	20.00	0.00	50.00	0.00	0.00	18.18	20.00
105	0.00	60.00	0.00	66.67	40.00	0.00	50.00	0.00	0.00	9.09	20.00
106	0.00	50.00	0.00	66.67	10.00	0.00	50.00	0.00	0.00	0.00	13.75
107	0.00	50.00	0.00	50.00	30.00	0.00	100.00	0.00	16.67	18.18	21.25
108	0.00	60.00	10.00	66.67	30.00	0.00	100.00	0.00	0.00	9.09	21.25
109	0.00	20.00	0.00	50.00	20.00	0.00	50.00	0.00	0.00	9.09	11.25
110	0.00	20.00	0.00	33.33	20.00	0.00	50.00	0.00	0.00	9.09	10.00
111	0.00	60.00	0.00	50.00	30.00	0.00	50.00	0.00	0.00	9.09	17.50
112	0.00	70.00	0.00	66.67	30.00	0.00	50.00	0.00	8.33	27.27	23.75
113	0.00	50.00	0.00	33.33	30.00	0.00	50.00	0.00	8.33	9.09	16.25
114	0.00	70.00	10.00	66.67	20.00	0.00	50.00	0.00	0.00	18.18	21.25
115	0.00	50.00	10.00	66.67	30.00	0.00	50.00	0.00	0.00	0.00	17.50
116	0.00	10.00	10.00	50.00	30.00	0.00	0.00	0.00	0.00	9.09	11.25
117	0.00	70.00	0.00	16.67	20.00	0.00	50.00	0.00	0.00	18.18	16.25
118	0.00	20.00	0.00	50.00	20.00	0.00	0.00	0.00	8.33	27.27	13.75
119	0.00	20.00	0.00	50.00	30.00	0.00	50.00	0.00	0.00	9.09	12.50
120	0.00	30.00	0.00	50.00	30.00	0.00	50.00	0.00	8.33	36.36	18.75
121	0.00	20.00	0.00	66.67	40.00	0.00	50.00	0.00	8.33	27.27	18.75
122	0.00	50.00	0.00	50.00	10.00	0.00	50.00	0.00	16.67	27.27	18.75
123	0.00	70.00	0.00	66.67	20.00	0.00	100.00	0.00	8.33	18.18	22.50
124	0.00	20.00	0.00	50.00	10.00	0.00	50.00	0.00	0.00	9.09	10.00
125	0.00	60.00	10.00	50.00	30.00	0.00	50.00	0.00	8.33	18.18	21.25
126	0.00	50.00	0.00	50.00	20.00	0.00	50.00	33.33	0.00	9.09	16.25

127	0.00	70.00	10.00	50.00	30.00	0.00	50.00	0.00	8.33	27.27	23.75
128	0.00	0.00	10.00	33.33	0.00	0.00	50.00	0.00	0.00	0.00	5.00
129	0.00	10.00	0.00	50.00	10.00	0.00	50.00	0.00	0.00	0.00	7.50
130	0.00	60.00	10.00	50.00	30.00	0.00	100.00	0.00	0.00	9.09	20.00
131	0.00	50.00	10.00	66.67	20.00	0.00	50.00	0.00	8.33	9.09	18.75
132	0.00	60.00	0.00	50.00	30.00	0.00	50.00	0.00	8.33	0.00	17.50
133	0.00	10.00	10.00	50.00	20.00	0.00	50.00	0.00	8.33	9.09	12.50
134	0.00	70.00	0.00	66.67	30.00	0.00	50.00	0.00	8.33	18.18	22.50
135	0.00	50.00	10.00	0.00	0.00	0.00	50.00	0.00	8.33	18.18	12.50
136	0.00	70.00	10.00	50.00	40.00	0.00	50.00	0.00	8.33	27.27	25.00
137	0.00	80.00	60.00	50.00	60.00	12.50	50.00	0.00	75.00	63.64	51.25
138	0.00	30.00	10.00	50.00	30.00	0.00	50.00	0.00	16.67	27.27	20.00
139	0.00	70.00	10.00	50.00	60.00	0.00	50.00	0.00	25.00	45.45	32.50
140	12.50	70.00	10.00	50.00	40.00	0.00	50.00	0.00	25.00	45.45	31.25
141	0.00	20.00	10.00	50.00	30.00	0.00	50.00	0.00	8.33	27.27	17.50
142	0.00	70.00	10.00	50.00	60.00	0.00	50.00	0.00	16.67	36.36	30.00
143	0.00	70.00	0.00	66.67	30.00	0.00	50.00	0.00	8.33	36.36	25.00
144	0.00	0.00	20.00	50.00	10.00	0.00	50.00	0.00	0.00	27.27	12.50
145	0.00	30.00	10.00	50.00	30.00	0.00	50.00	0.00	16.67	45.45	22.50
146	0.00	20.00	10.00	50.00	30.00	0.00	50.00	0.00	25.00	45.45	22.50
147	0.00	70.00	10.00	50.00	40.00	12.50	50.00	0.00	8.33	36.36	27.50
148	0.00	10.00	10.00	33.33	10.00	0.00	50.00	0.00	0.00	0.00	7.50
149	0.00	70.00	10.00	50.00	40.00	0.00	50.00	0.00	25.00	36.36	28.75
150	0.00	40.00	10.00	33.33	30.00	0.00	50.00	0.00	0.00	9.09	15.00
151	0.00	10.00	10.00	33.33	30.00	0.00	50.00	0.00	0.00	9.09	11.25
152	0.00	0.00	10.00	50.00	20.00	0.00	50.00	0.00	0.00	18.18	11.25
153	0.00	20.00	10.00	33.33	20.00	0.00	50.00	0.00	8.33	18.18	13.75
154	0.00	50.00	10.00	50.00	20.00	0.00	50.00	0.00	8.33	36.36	21.25
155	0.00	70.00	10.00	50.00	30.00	0.00	50.00	0.00	16.67	36.36	26.25
156	0.00	10.00	10.00	33.33	10.00	0.00	50.00	0.00	8.33	9.09	10.00
157	0.00	70.00	20.00	50.00	50.00	0.00	50.00	0.00	8.33	54.55	31.25
158	0.00	20.00	20.00	33.33	10.00	0.00	50.00	0.00	0.00	9.09	11.25
159	0.00	0.00	10.00	50.00	10.00	0.00	50.00	0.00	0.00	0.00	7.50
160	0.00	60.00	10.00	50.00	10.00	0.00	50.00	0.00	0.00	27.27	18.75
161	0.00	0.00	20.00	50.00	20.00	0.00	50.00	0.00	8.33	18.18	13.75
162	0.00	0.00	0.00	16.67	0.00	0.00	50.00	0.00	8.33	0.00	3.75
163	37.50	80.00	20.00	50.00	40.00	0.00	50.00	0.00	16.67	54.55	36.25
164	0.00	20.00	10.00	50.00	20.00	0.00	50.00	0.00	0.00	18.18	13.75
165	12.50	70.00	0.00	33.33	20.00	0.00	50.00	0.00	16.67	18.18	21.25
166	0.00	10.00	10.00	50.00	10.00	0.00	50.00	0.00	0.00	9.09	10.00
167	0.00	30.00	0.00	50.00	30.00	0.00	50.00	0.00	8.33	27.27	17.50
168	0.00	30.00	0.00	50.00	10.00	0.00	50.00	0.00	0.00	36.36	15.00
169	50.00	90.00	20.00	50.00	40.00	37.50	50.00	0.00	50.00	45.45	46.25
170	0.00	10.00	0.00	50.00	0.00	0.00	50.00	0.00	0.00	0.00	6.25
171	0.00	70.00	20.00	50.00	40.00	0.00	50.00	0.00	25.00	18.18	27.50
172	0.00	20.00	10.00	50.00	40.00	25.00	50.00	0.00	16.67	27.27	22.50
173	0.00	70.00	10.00	50.00	30.00	0.00	50.00	0.00	16.67	45.45	27.50
174	0.00	30.00	10.00	50.00	10.00	0.00	50.00	0.00	8.33	27.27	16.25
175	0.00	20.00	10.00	50.00	50.00	0.00	50.00	0.00	8.33	36.36	21.25
Tot	13.64%	54.63%	11.60%	50.48%	31.03%	4.14%	51.43%	2.67%	15.81%	31.17%	25.76%

Apêndice U: Evidenciação por Índice de Responsabilidade Social

Nº	Ambiental	Social	Econômica Financeira e Governança	Produtos Serviços e Estratégica	Ética e Legal	Públicos de Interesse	Gerai
1	25.00%	80.00%	5.56%	43.75%	20.00%	47.83%	37.50%
2	0.00%	70.00%	0.00%	31.25%	20.00%	13.04%	20.00%
3	37.50%	50.00%	5.56%	50.00%	20.00%	26.09%	30.00%
4	37.50%	60.00%	11.11%	37.50%	20.00%	30.43%	31.25%
5	0.00%	70.00%	0.00%	37.50%	20.00%	13.04%	21.25%
6	37.50%	70.00%	5.56%	37.50%	20.00%	26.09%	30.00%
7	0.00%	40.00%	5.56%	37.50%	20.00%	30.43%	23.75%
8	37.50%	60.00%	0.00%	50.00%	20.00%	43.48%	35.00%
9	0.00%	70.00%	5.56%	56.25%	20.00%	26.09%	30.00%
10	0.00%	60.00%	11.11%	31.25%	20.00%	21.74%	23.75%
11	0.00%	40.00%	5.56%	37.50%	20.00%	26.09%	22.50%
12	0.00%	80.00%	5.56%	31.25%	20.00%	30.43%	27.50%
13	0.00%	10.00%	0.00%	31.25%	20.00%	26.09%	16.25%
14	0.00%	20.00%	0.00%	31.25%	20.00%	17.39%	15.00%
15	0.00%	60.00%	0.00%	31.25%	20.00%	17.39%	20.00%
16	37.50%	40.00%	0.00%	37.50%	20.00%	17.39%	22.50%
17	50.00%	70.00%	5.56%	43.75%	20.00%	30.43%	33.75%
18	62.50%	90.00%	11.11%	50.00%	20.00%	65.22%	50.00%
19	75.00%	80.00%	27.78%	56.25%	20.00%	52.17%	51.25%
20	37.50%	70.00%	5.56%	43.75%	20.00%	43.48%	36.25%
21	75.00%	80.00%	22.22%	50.00%	20.00%	60.87%	51.25%
22	37.50%	70.00%	11.11%	50.00%	20.00%	30.43%	35.00%
23	37.50%	70.00%	0.00%	43.75%	20.00%	39.13%	33.75%
24	50.00%	70.00%	5.56%	37.50%	20.00%	26.09%	31.25%
25	37.50%	70.00%	5.56%	43.75%	20.00%	30.43%	32.50%
26	62.50%	80.00%	5.56%	43.75%	20.00%	43.48%	40.00%
27	50.00%	80.00%	11.11%	43.75%	20.00%	34.78%	37.50%
28	0.00%	70.00%	5.56%	31.25%	20.00%	21.74%	23.75%
29	50.00%	70.00%	11.11%	37.50%	20.00%	39.13%	36.25%
30	0.00%	90.00%	33.33%	50.00%	40.00%	69.57%	51.25%
31	75.00%	80.00%	22.22%	50.00%	20.00%	26.09%	41.25%
32	37.50%	60.00%	16.67%	43.75%	20.00%	47.83%	38.75%
33	50.00%	90.00%	44.44%	50.00%	20.00%	60.87%	55.00%
34	50.00%	80.00%	22.22%	56.25%	20.00%	69.57%	52.50%
35	50.00%	80.00%	33.33%	50.00%	20.00%	65.22%	52.50%
36	37.50%	80.00%	55.56%	43.75%	20.00%	60.87%	53.75%
37	0.00%	70.00%	16.67%	43.75%	20.00%	30.43%	31.25%
38	75.00%	80.00%	5.56%	43.75%	20.00%	30.43%	37.50%
39	62.50%	70.00%	33.33%	50.00%	20.00%	39.13%	45.00%
40	50.00%	80.00%	22.22%	50.00%	20.00%	43.48%	43.75%
41	62.50%	90.00%	38.89%	56.25%	20.00%	69.57%	58.75%
42	50.00%	90.00%	22.22%	50.00%	20.00%	69.57%	52.50%
43	0.00%	80.00%	0.00%	43.75%	40.00%	30.43%	30.00%
44	50.00%	80.00%	5.56%	43.75%	20.00%	30.43%	35.00%
45	62.50%	70.00%	11.11%	56.25%	20.00%	43.48%	42.50%
46	50.00%	70.00%	5.56%	56.25%	20.00%	34.78%	37.50%
47	37.50%	80.00%	22.22%	56.25%	20.00%	47.83%	45.00%
48	37.50%	90.00%	22.22%	50.00%	40.00%	21.74%	38.75%
49	12.50%	70.00%	5.56%	50.00%	20.00%	34.78%	32.50%
50	75.00%	90.00%	44.44%	56.25%	80.00%	52.17%	60.00%

51	0.00%	80.00%	22.22%	43.75%	20.00%	30.43%	33.75%
52	50.00%	80.00%	11.11%	56.25%	60.00%	56.52%	48.75%
53	0.00%	70.00%	0.00%	50.00%	20.00%	17.39%	25.00%
54	0.00%	40.00%	0.00%	25.00%	20.00%	13.04%	15.00%
55	12.50%	70.00%	0.00%	37.50%	20.00%	39.13%	30.00%
56	0.00%	80.00%	0.00%	25.00%	40.00%	13.04%	21.25%
57	0.00%	70.00%	0.00%	37.50%	20.00%	34.78%	27.50%
58	0.00%	60.00%	5.56%	31.25%	20.00%	17.39%	21.25%
59	0.00%	30.00%	22.22%	37.50%	20.00%	17.39%	22.50%
60	0.00%	80.00%	11.11%	37.50%	20.00%	34.78%	31.25%
61	0.00%	0.00%	0.00%	31.25%	20.00%	4.35%	8.75%
62	50.00%	90.00%	0.00%	37.50%	40.00%	34.78%	36.25%
63	0.00%	70.00%	11.11%	43.75%	40.00%	21.74%	28.75%
64	0.00%	80.00%	5.56%	50.00%	20.00%	30.43%	31.25%
65	0.00%	50.00%	5.56%	25.00%	20.00%	8.70%	16.25%
66	50.00%	80.00%	11.11%	50.00%	20.00%	47.83%	42.50%
67	0.00%	70.00%	11.11%	25.00%	20.00%	8.70%	20.00%
68	0.00%	80.00%	16.67%	43.75%	20.00%	13.04%	27.50%
69	37.50%	90.00%	16.67%	56.25%	40.00%	43.48%	45.00%
70	0.00%	80.00%	27.78%	25.00%	40.00%	30.43%	32.50%
71	0.00%	0.00%	5.56%	18.75%	20.00%	4.35%	7.50%
72	0.00%	20.00%	5.56%	43.75%	20.00%	4.35%	15.00%
73	25.00%	80.00%	11.11%	43.75%	40.00%	26.09%	33.75%
74	25.00%	80.00%	0.00%	37.50%	20.00%	26.09%	28.75%
75	0.00%	40.00%	0.00%	37.50%	20.00%	43.48%	26.25%
76	0.00%	20.00%	22.22%	18.75%	20.00%	4.35%	13.75%
77	12.50%	80.00%	5.56%	43.75%	20.00%	17.39%	27.50%
78	37.50%	80.00%	5.56%	43.75%	40.00%	21.74%	32.50%
79	0.00%	20.00%	5.56%	31.25%	20.00%	21.74%	17.50%
80	0.00%	20.00%	5.56%	50.00%	20.00%	39.13%	26.25%
81	0.00%	70.00%	5.56%	43.75%	20.00%	30.43%	28.75%
82	50.00%	40.00%	5.56%	43.75%	20.00%	26.09%	28.75%
83	0.00%	10.00%	0.00%	31.25%	20.00%	13.04%	12.50%
84	0.00%	70.00%	5.56%	50.00%	20.00%	21.74%	27.50%
85	0.00%	60.00%	5.56%	37.50%	20.00%	21.74%	23.75%
86	37.50%	70.00%	16.67%	50.00%	20.00%	39.13%	38.75%
87	0.00%	80.00%	11.11%	43.75%	20.00%	43.48%	35.00%
88	37.50%	70.00%	0.00%	31.25%	20.00%	30.43%	28.75%
89	0.00%	20.00%	16.67%	43.75%	20.00%	21.74%	22.50%
90	0.00%	40.00%	0.00%	18.75%	20.00%	8.70%	12.50%
91	0.00%	20.00%	0.00%	31.25%	20.00%	0.00%	10.00%
92	25.00%	50.00%	5.56%	43.75%	20.00%	17.39%	25.00%
93	0.00%	50.00%	5.56%	25.00%	20.00%	4.35%	15.00%
94	12.50%	60.00%	11.11%	56.25%	20.00%	17.39%	28.75%
95	25.00%	50.00%	5.56%	43.75%	20.00%	0.00%	20.00%
96	25.00%	60.00%	0.00%	37.50%	20.00%	4.35%	20.00%
97	0.00%	60.00%	5.56%	50.00%	20.00%	4.35%	21.25%
98	0.00%	60.00%	0.00%	43.75%	20.00%	13.04%	21.25%
99	0.00%	60.00%	11.11%	18.75%	20.00%	4.35%	16.25%
100	0.00%	60.00%	22.22%	31.25%	20.00%	8.70%	22.50%
101	0.00%	60.00%	0.00%	25.00%	20.00%	4.35%	15.00%
102	0.00%	50.00%	5.56%	25.00%	20.00%	4.35%	15.00%
103	0.00%	70.00%	27.78%	43.75%	40.00%	8.70%	28.75%
104	0.00%	70.00%	11.11%	25.00%	20.00%	8.70%	20.00%
105	0.00%	60.00%	0.00%	50.00%	20.00%	4.35%	20.00%
106	0.00%	50.00%	0.00%	31.25%	20.00%	0.00%	13.75%
107	0.00%	50.00%	0.00%	37.50%	40.00%	17.39%	21.25%
108	0.00%	60.00%	5.56%	43.75%	40.00%	4.35%	21.25%
109	0.00%	20.00%	0.00%	31.25%	20.00%	4.35%	11.25%

110	0.00%	20.00%	0.00%	25.00%	20.00%	4.35%	10.00%
111	0.00%	60.00%	0.00%	37.50%	20.00%	4.35%	17.50%
112	0.00%	70.00%	0.00%	43.75%	20.00%	17.39%	23.75%
113	0.00%	50.00%	0.00%	31.25%	20.00%	8.70%	16.25%
114	0.00%	70.00%	5.56%	37.50%	20.00%	8.70%	21.25%
115	0.00%	50.00%	5.56%	43.75%	20.00%	0.00%	17.50%
116	0.00%	10.00%	5.56%	37.50%	0.00%	4.35%	11.25%
117	0.00%	70.00%	0.00%	18.75%	20.00%	8.70%	16.25%
118	0.00%	20.00%	0.00%	31.25%	0.00%	17.39%	13.75%
119	0.00%	20.00%	0.00%	37.50%	20.00%	4.35%	12.50%
120	0.00%	30.00%	0.00%	37.50%	20.00%	21.74%	18.75%
121	0.00%	20.00%	0.00%	50.00%	20.00%	17.39%	18.75%
122	0.00%	50.00%	0.00%	25.00%	20.00%	21.74%	18.75%
123	0.00%	70.00%	0.00%	37.50%	40.00%	13.04%	22.50%
124	0.00%	20.00%	0.00%	25.00%	20.00%	4.35%	10.00%
125	0.00%	60.00%	5.56%	37.50%	20.00%	13.04%	21.25%
126	0.00%	50.00%	0.00%	31.25%	40.00%	4.35%	16.25%
127	0.00%	70.00%	5.56%	37.50%	20.00%	17.39%	23.75%
128	0.00%	0.00%	5.56%	12.50%	20.00%	0.00%	5.00%
129	0.00%	10.00%	0.00%	25.00%	20.00%	0.00%	7.50%
130	0.00%	60.00%	5.56%	37.50%	40.00%	4.35%	20.00%
131	0.00%	50.00%	5.56%	37.50%	20.00%	8.70%	18.75%
132	0.00%	60.00%	0.00%	37.50%	20.00%	4.35%	17.50%
133	0.00%	10.00%	5.56%	31.25%	20.00%	8.70%	12.50%
134	0.00%	70.00%	0.00%	43.75%	20.00%	13.04%	22.50%
135	0.00%	50.00%	5.56%	0.00%	20.00%	13.04%	12.50%
136	0.00%	70.00%	5.56%	43.75%	20.00%	17.39%	25.00%
137	0.00%	80.00%	38.89%	56.25%	20.00%	69.57%	51.25%
138	0.00%	30.00%	5.56%	37.50%	20.00%	21.74%	20.00%
139	0.00%	70.00%	5.56%	56.25%	20.00%	34.78%	32.50%
140	12.50%	70.00%	5.56%	43.75%	20.00%	34.78%	31.25%
141	0.00%	20.00%	5.56%	37.50%	20.00%	17.39%	17.50%
142	0.00%	70.00%	5.56%	56.25%	20.00%	26.09%	30.00%
143	0.00%	70.00%	0.00%	43.75%	20.00%	21.74%	25.00%
144	0.00%	0.00%	11.11%	25.00%	20.00%	13.04%	12.50%
145	0.00%	30.00%	5.56%	37.50%	20.00%	30.43%	22.50%
146	0.00%	20.00%	5.56%	37.50%	20.00%	34.78%	22.50%
147	0.00%	70.00%	11.11%	43.75%	20.00%	21.74%	27.50%
148	0.00%	10.00%	5.56%	18.75%	20.00%	0.00%	7.50%
149	0.00%	70.00%	5.56%	43.75%	20.00%	30.43%	28.75%
150	0.00%	40.00%	5.56%	31.25%	20.00%	4.35%	15.00%
151	0.00%	10.00%	5.56%	31.25%	20.00%	4.35%	11.25%
152	0.00%	0.00%	5.56%	31.25%	20.00%	8.70%	11.25%
153	0.00%	20.00%	5.56%	25.00%	20.00%	13.04%	13.75%
154	0.00%	50.00%	5.56%	31.25%	20.00%	21.74%	21.25%
155	0.00%	70.00%	5.56%	37.50%	20.00%	26.09%	26.25%
156	0.00%	10.00%	5.56%	18.75%	20.00%	8.70%	10.00%
157	0.00%	70.00%	11.11%	50.00%	20.00%	30.43%	31.25%
158	0.00%	20.00%	11.11%	18.75%	20.00%	4.35%	11.25%
159	0.00%	0.00%	5.56%	25.00%	20.00%	0.00%	7.50%
160	0.00%	60.00%	5.56%	25.00%	20.00%	13.04%	18.75%
161	0.00%	0.00%	11.11%	31.25%	20.00%	13.04%	13.75%
162	0.00%	0.00%	0.00%	6.25%	20.00%	4.35%	3.75%
163	37.50%	80.00%	11.11%	43.75%	20.00%	34.78%	36.25%
164	0.00%	20.00%	5.56%	31.25%	20.00%	8.70%	13.75%
165	12.50%	70.00%	0.00%	25.00%	20.00%	17.39%	21.25%
166	0.00%	10.00%	5.56%	25.00%	20.00%	4.35%	10.00%
167	0.00%	30.00%	0.00%	37.50%	20.00%	17.39%	17.50%
168	0.00%	30.00%	0.00%	25.00%	20.00%	17.39%	15.00%

169	50.00%	90.00%	27.78%	43.75%	20.00%	47.83%	46.25%
170	0.00%	10.00%	0.00%	18.75%	20.00%	0.00%	6.25%
171	0.00%	70.00%	11.11%	43.75%	20.00%	21.74%	27.50%
172	0.00%	20.00%	16.67%	43.75%	20.00%	21.74%	22.50%
173	0.00%	70.00%	5.56%	37.50%	20.00%	30.43%	27.50%
174	0.00%	30.00%	5.56%	25.00%	20.00%	17.39%	16.25%
175	0.00%	20.00%	5.56%	50.00%	20.00%	21.74%	21.25%
	13.64%	54.63%	8.29%	38.32%	22.17%	23.16%	25.76%

Apêndice V: Relação das IESFs participantes da pesquisa.

Nº	IESF - FACULDADES	Website IESF	Mantenedora	CNPJ Mantenedora
1	FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILENSE DE EDUCAÇÃO	http://www.fabemarau.edu.br/	ASSOCIACAO BRASILENSE DE EDUCACAO	00.045.690/0001-03
2	FACULDADE DIOCESANA SÃO JOSÉ (FADISI)	http://www.fadisi.com.br/	OBRAS SOCIAIS DA DIOCESE DE RIO BRANCO	00.529.443/0001-74
3	FACULDADE CENTRO MATO-GROSSENSE	http://www.facem.com.br/	FUNDACAO EDUCACIONAL CLAUDINO FRANCIO	01.392.802/0001-57
4	FACULDADE LIONS (FAC-LIONS)	http://www.faclions.org/	FUNDACAO EDUCACIONAL DE GOIAS	01.405.794/0001-36
5	FACULDADE DE TECNOLOGIA PEDRO ROGÉRIO GARCIA (FATTEP)	http://www.fattep.com.br/	FUNDACAO ADOLPHO BOSIO DE EDUCACAO NO TRANSPORTE	01.922.315/0001-59
6	FACULDADE ASSIS GURGACZ (FAG)	http://www.fag.edu.br/	FUNDACAO ASSIS GURGACZ	02.203.539/0001-73
7	FACULDADE DO NORTE NOVO DE APUCARANA (FACNOPAR)	http://www.facnopar.com.br/	CESA - CENTRO DE ESTUDO SUPERIOR DE APUCARANA	03.347.235/0001-42
8	INSTITUTO SUPERIOR DE TEOLOGIA APLICADA (INTA)	http://www.inta.edu.br/SouINTA/	ASSOCIACAO IGREJA ADVENTISTA MISSIONARIA - AIAMIS	03365403/0001-22
9	FACULDADE DE NOVA SERRANA (FANS)	http://www.fans.edu.br/	FUNDACAO FAUSTO PINTO DA FONSECA	04.149.536/0001-24
10	FACULDADE SALESIANA DOM BOSCO (FSDB)	http://www.fsdb.edu.br/wordpress/	INSPETORIA SALESIANA MISSIONARIA DA AMAZONIA	04.373.163/0001-70
11	FACULDADE DEHONIANA (DEHONIANA)	http://www.dehoniana.edu.br/	ASSOCIACAO DEHONIANA BRASIL MERIDIONAL	04.730.949/0001-06
12	INSTITUTO ESPERANÇA DE ENSINO SUPERIOR (IESPES)	http://www.fundacaoesperanca.org/	FUNDACAO ESPERANCA	05409222/0001-86
13	FACULDADE CATÓLICA DE POUSO ALEGRE (FACAPA)	http://facapa.blogspot.com.br/	FUNDACAO EDUCACIONAL DOM JOSE D'ANGELO NETO	05.579.079/0001-70
14	INSPEP INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA (INSPEP)	http://www.insper.edu.br/	INSPEP - INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA	06.070.152/0001-47
15	FACULDADE ADVENTISTA DA BAHIA (FADBA)	http://www.adventista.edu.br/	INSTITUICAO ADVENTISTA NORDESTE BRAS. DE EDUC. E ASSIST. SOCIAL	07.114.699/0001-60
16	FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS ESUDA (FCHE)	http://www.esuda.com.br/	ASSOCIACAO RECIFENSE DE EDUCACAO E CULTURA	10.473.817/0001-30
17	FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS DE OLINDA (FACHO)	http://www.facho.br/	ASSOCIACAO INSTRUTORA MISSIONARIA	10.579.324/0001-80
18	FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ (FADIC)	http://www.faculdedamas.edu.br/	ASSOCIACAO DAS RELIGIOSAS DA INSTRUCAO CRISTA	10.847.762/0001-81
19	ESCOLA BAHIANA DE MEDICINA E SAÚDE PÚBLICA (EBMSP)	https://www.bahiana.edu.br/	FUNDACAO BAHIANA PARA DESENVOLVIMENTO DAS CIENCIAS	13.927.934/0001-15
20	FACULDADE SANTA CATARINA (FASC)	http://www.faculdesantacatarina.com.br/	ASSOCIACAO SUL BRASILEIRA DE EDUCACAO E ASSISTENCIA SOCIAL	15.156.557/0001-93
21	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DA FUNLEC (IESF)	http://www.funlec.com.br/	FUNDACAO LOWTONS DE EDUCACAO E CULTURA - FUNLEC	15.497.290/0001-06
22	FACULDADE JESUÍTA DE FILOSOFIA E TEOLOGIA (FAJE)	http://www.faculdadejesuita.edu.br/	ASSOCIACAO JESUITA DE EDUCACAO E ASSISTENCIA SOCIAL	17.211.202/0001-85

23	FACULDADE BATISTA DE MINAS GERAIS (FBMG)	http://sistemabatista.edu.br/faculdade-batista/	JUNTA DE EDUCACAO DA CONVENCAO BATISTA MINEIRA	17.217.670/0001-67
24	FACULDADE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MONTES CLAROS (FACIT)	http://www.femc.edu.br/novo/index.php/facit	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL MONTES CLAROS	18.143.164/0001-33
25	FACULDADE DE PARÁ DE MINAS (FAPAM)	http://www.fapam.edu.br/	CONFRARIA N. S. DA PIEDADE DA PAROQUIA DE N. S. DA PIEDADE	20.923.264/0001-24
26	ESCOLA DE ENFERMAGEM WENCESLAU BRAZ (EEWB)	http://www.eewb.br/	ASSOCIACAO DE EDUCACAO, SAUDE E CULTURA - AESC	21.033.980/0001-07
27	FACULDADE SHALOM DE ENSINO SUPERIOR (FASES)	http://fases.com.br/	SERVICO PARA O BEM ESTAR HUMANO	21.238.233/0001-05
28	FACULDADE DE CIÊNCIAS GERENCIAIS PADRE ARNALDO JANSSEN	http://www.faculdadearnaldo.edu.br/	ASSOCIACAO PROPAGADORA ESDEVA	21.562.368/0001-13
29	FACULDADE PRESBITERIANA GAMMON	http://www.fagammon.edu.br/site/	INSTITUTO PRESBITERIANO GAMMON	22.070.643/0001-44
30	FACULDADE PEDRO LEOPOLDO (FPL)	http://www.fpl.edu.br/2013/index.htm	FUNDAÇÃO CULTURAL DR PEDRO LEOPOLDO	23.455.561/0001-80
31	INSTITUTO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES (INATEL)	http://www.inatel.br/home/	FUNDAÇÃO INSTITUTO NACIONAL DE TELECOMUNICACOES	24.492.886/0001-04
32	FACULDADES INTEGRADAS DE ARACRUZ (FAACZ)	http://www.faacz.com.br/site/	FUNDAÇÃO SAO JOAO BATISTA	27.450.709/0001-45
33	INSTITUTO TECNOLÓGICO E DAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E DA SAÚDE	http://www.isecensa.edu.br/	CENTRO EDUCACIONAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA	28.955.961/0001-79
34	FACULDADE DE MEDICINA DE CAMPOS (FMC)	http://www.fmc.br/	FUNDAÇÃO BENEDITO PEREIRA NUNES	28.964.252/0001-50
35	FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS DE MACAÉ (FAFIMA)	http://www.fafima.br/	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL LUIZ REID	29.253.549/0001-70
36	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE VALENÇA (CESVA)	http://faa.edu.br/portal/	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL D ANDRE ARCOVERDE	32.354.011/0001-66
37	FACULDADE JOSÉ AUGUSTO VIEIRA (FJAV)	http://www.fjav.com.br/	FUNDAÇÃO JOSE AUGUSTO VIEIRA	32.744.278/0001-60
38	FACULDADE SOCIAL DA BAHIA (FSBA)	http://www.faculdadesocial.edu.br/	ASSOCIACAO BRASILEIRA DE EDUCACAO FAMILIAR E SOCIAL	33.164.450/0001-79
39	FACULDADE BÉTHENCOURT DA SILVA (FABES)	http://fabesrj.edu.br/	SOCIEDADE PROPAGADORA DAS BELAS ARTES	33.183.682/0001-74
40	FACULDADE SÃO BENTO DO RIO DE JANEIRO (FSB/RJ)	http://www.faculdadesaobento.org.br/	MOSTEIRO DE SAO BENTO DO RIO DE JANEIRO	33.439.092/0001-60
41	FACULDADE CENECISTA DE BENTO GONÇALVES (FACEBG)	http://www.cnecebento.com.br/	CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE	33.621.384/0001-19
42	FACULDADE DE REABILITAÇÃO DA ASCE (FRASCE)	http://www.ndtec.com.br/frasce/frasce.php	ASSOCIACAO DE SOLIDARIEDADE A CRIANCA EXCEPCIONAL ASCE	33.861.865/0001-00
43	FACULDADE ARTHUR SÁ EARP NETO (FASE)	http://www.fmpfase.edu.br/	FUNDAÇÃO OCTACILIO GUALBERTO	34.034.959/0001-60
44	FACULDADE SANTÍSSIMO SACRAMENTO (FSSS)	http://www.fsssacramento.br/	ASSOCIACAO EDUCATIVA E CULTURAL MARIA EMILIA	34.146.282/0001-51
45	FACULDADES INTEGRADAS HÉLIO ALONSO (FACHA)	http://www.facha.edu.br/	ORGANIZACAO HELIO ALONSO DE EDUCACAO E CULTURA OHAEC	42.159.491/0001-68
46	FACULDADE DE EDUCAÇÃO CIÊNCIAS E ARTES DOM BOSCO DE MONTE APRAZÍVEL	http://www.faeca.com.br/web_site/index.php	ASSOCIACAO DE ENSINO DOM BOSCO DE MONTE APRAZIVEL	45.145.034/0001-02
47	FACULDADE DE ENGENHARIA DE SOROCABA (FACENS)	http://www.facens.br/	ASSOCIACAO CULTURAL DE RENOVACAO TECNOLOGICA SOROCABANA	45.718.988/0001-67

48	FACULDADES INTEGRADAS PADRE ALBINO (FIPA)	http://www.fipa.com.br/facfipa/	FUNDACAO PADRE ALBINO	47.074.851/0001-42
49	FACULDADE DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DE ANDRADINA (FCAA)	http://www.fea.br/	FUNDACAO EDUCACIONAL DE ANDRADINA	48.420.889/0001-92
50	FACULDADES INTEGRADAS TERESA D'ÁVILA (FATEA)	http://fatea.br/fatea/	INSTITUTO SANTA TERESA	51.778.645/0001-90
51	FACULDADE PADRE JOÃO BAGOZZI (FACULDADE BAGOZZI)	http://www.faculdadebagozzi.edu.br/	CONGREGACAO DOS OBLATOS DE SAO JOSE	53.416.921/0001-04
52	FACULDADE SALESIANA DOM BOSCO DE PIRACICABA (FSDB)	http://www.domboscopira.com.br/faculdade/	COLEGIO SALESIANO DOM BOSCO	5438344/0001-56
53	FACULDADE DE MEDICINA DO ABC (FMABC)	http://www.fmabc.br/	FUNDACAO DO ABC	57.571.275/0001-00
54	FACULDADES INTEGRADAS CORAÇÃO DE JESUS (FAINC)	http://www.fainc.com.br/	INSTITUTO CORACAO DE JESUS	57.600.934/0001-81
55	FACULDADES INTEGRADAS DOM PEDRO II (DOMPEDRO)	http://www.dompedro.com.br/home.html	SOCIEDADE RIOPRETENSE DE ENSINO SUPERIOR	59.969.246/0001-19
56	FACULDADE CÁSPER LÍBERO (FCL)	http://casperlibero.edu.br/	FUNDACAO CASPER LIBERO	61.277.273/0001-72
57	FACULDADE PAULUS DE TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO (FAPCOM)	http://www.fapcom.edu.br/	PIA SOCIEDADE DE SAO PAULO	61.287.546/0001-60
58	FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO ARMANDO ALVARES PENTEADO	http://www.faap.br/	FUNDACAO ARMANDO ALVARES PENTEADO	61.451.431/0001-69
59	FACULDADE CRUZ AZUL (FACRAZ)	http://www.craz.com.br/	CRUZ AZUL DE SAO PAULO	62.106.505/0001-92
60	FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS DA SANTA CASA SÃO PAULO (FCMSCSP)	http://www.fcmsantacasasp.edu.br/	FUNDACAO ARNALDO VIEIRA DE CARVALHO	62.327.663/0001-72
61	FACULDADE MESSIANICA	http://www.faculdademessianica.edu.br/	FUNDACAO MOKITI OKADA-M.O.A.	63.031.868/0001-79
62	INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO PRÓ-SABER (ISEPS)	http://www.prosaber.org.br/	CENTRO DE ESTUDOS PSICO PEDAGOGICOS PRO-SABER	68.586.957/0001-03
63	FACULDADE DE EDUC. FÍSICA DA ASSOCIAÇÃO CRISTÁ DE MOÇOS DE SOROCABA	http://www.fefiso.edu.br/	ASSOCIACAO CRISTA DE MOCOS DE SOROCABA	71.488.928/0001-05
64	FACULDADES INTEGRADAS ADVENTISTAS DE MINAS GERAIS (FADMINAS)	http://www.fadminas.org.br/	INSTITUICAO ADV DE EDUC E ASSIST SOCIAL ESTE BRASILEIRA	73.686.370/0001-06
65	FACULDADE LUTERANA DE TEOLOGIA (FLT)	http://www.flt.edu.br/	UNIAO CRISTA - ASSOCIACAO SOCIAL E EDUCACIONAL	73.794.810/0001-30
66	FACULDADE EVANGÉLICA DO PARANÁ (FEPAR)	http://www.fepar.edu.br/	SOCIEDADE EVANGELICA BENEFICENTE DE CURITIBA	76.575.604/0001-28
67	FACULDADE SAGRADA FAMÍLIA (FASF)	http://fasf.com.br/	ASSOCIACAO FAMILIA DE MARIA	76.578.244/0001-18
68	FACULDADES PEQUENO PRÍNCIPE (FPP)	http://www.faculdadespequenoprincipe.edu.br/	ASSOCIACAO HOSPITALAR DE PROT INFANCIA DR RAUL CARNEIRO	76.591.569/0001-30
69	INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO NOSSA SENHORA DE SION (ISE - SION)	http://www.ision.edu.br/	ASSOCIACAO DO COLEGIO NOSSA SENHORA DE SION	76.657.097/0001-71
70	FACULDADES BATISTA DO PARANÁ (FABAPAR)	http://ftbp.com.br/	CONSELHO EDUCACIONAL DA CONVENCAO BATISTA PARANAENSE	76.706.936/0001-02
71	FACULDADE SANT'ANA (IESSA)	http://www.iessa.edu.br/	ASSOCIACAO MISSIONARIA DE BENEFICENCIA	80.234.826/0001-54
72	FACULDADE CATÓLICA DE SANTA CATARINA (FACASC)	http://www.facasc.edu.br/site/	FUNDACAO DOM JAIME DE BARROS CAMARA	82.898.891/0001-00

73	FACULDADE REFIDIM	http://faculdaderefidim.com.br/	ASSOCIACAO CENTRO EVANGELICO DE EDUC. CULTURA E ASSIST. SOCIAL	83.096.958/0001-55
74	FACULDADE SATC (FASATC)	http://www.portalsatc.com/site/faculdade.php	ASSOCIACAO BENEFICENTE DA IND. CARBONIFERA DE STA CATARINA	83.649.830/0001-71
75	FACULDADE BOAS NOVAS DE CIÊNCIAS TEOLÓGICAS, SOCIAIS E BIOTECNOLÓGICAS	http://www.fbnovas.edu.br/	FUNDACAO BOAS NOVAS	84.541.689/0001-51
76	FACULDADE GUILHERME GUIMBALA (FGG)	http://www.ace.br/	ASSOCIACAO CATARINENSE DE ENSINO	84.711.092/0001-08
77	FACULDADE DE TECNOLOGIA EM SAÚDE - IAHCS (FATESA)	http://fasaude.com.br/	INSTITUTO ADMINISTRACAO HOSPITALAR E CIENCIAS DA SAUDE	87.750.527/0001-11
78	FACULDADE MURIALDO (FAMUR)	http://www.faculdademurialdo.com.br/	INSTITUTO LEONARDO MURIALDO	88.637.780/0001-26
79	FACULDADE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA (FACULDADE FÁTIMA)	http://fatimaeducacao.com.br/	ASSOCIACAO CULTURAL E CIENTIFICA VIRVI RAMOS	88.665.914/0001-12
80	FACULDADE NOVO HAMBURGO (FACULDADE IENH)	http://www.ienh.com.br/	INSTITUICAO EVANGELICA DE NOVO HAMBURGO	91.680.363/0001-70
81	FACULDADE DE TECNOLOGIA SAINT PASTOUS (FSP)	http://www.saintpastous.org.br/	FUNDACAO SAINT PASTOUS	92.396.712/0001-90
82	FACULDADE DE TECNOLOGIA LA SALLE - ESTRELA (FACSALLE)	http://lasalle.edu.br/faculdade/estrela/	SOCIEDADE POR VIR CIENTIFICO	92.741.990/0001-37
83	FACULDADE DOM BOSCO DE PORTO ALEGRE (FDB)	http://www.faculdade.dombosco.net/	INSPETORIA SALESIANA SAO PIO X	92.822.741/0001-76
84	FACULDADE DE AMERICANA (FAM)	http://www.fam.br/	ASSOCIACAO EDUCACIONAL AMERICANENSE	96.509.583/0001-50
85	INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO IVOTI (ISEI)	http://www.isei.edu.br/	ASSOCIACAO EVANGELICA DE ENSINO	96.745.427/0001-98
86	FACULDADE HORIZONTINA (FAHOR)	http://www.fahor.com.br/	INSTITUICAO SINODAL DE ASSISTENCIA EDUCACAO E CULTURA	96.746.441/0001-06

Nº	IESF - CENTROS UNIVERSITÁRIOS	Website IESF	Mantenedora	CNPJ Mantenedora
1	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO LESTE DE MINAS GERAIS	http://www.unilestemg.br/	UNIAO BRASILIENSE DE EDUCACAO E CULTURA	00.331.801/0001-30
2	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ANÁPOLIS (UNIEVANGÉLICA)	http://www.unievangelica.edu.br/	ASSOCIACAO EDUCATIVA EVANGELICA	01.060.102/0001-65
3	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES (UNIVATES)	http://www.univates.br/	FUND. VALE DO TAQUARI DE EDUC. E DESENV. SOCIAL	04.008.342/0001-09
4	CENTRO UNIVERSITÁRIO METODISTA IZABELA HENDRIX	http://www.izabelahendrix.edu.br/	INSTITUTO METODISTA IZABELA HENDRIX	17.217.191/0001-40
5	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO PLANALTO DE ARAXÁ	http://site.uniaraxa.edu.br/	FUNDACAO CULTURAL DE ARAXA	17.806.696/0001-40
6	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO CERRADO-PATROCÍNIO	http://www.unicerp.edu.br/index.php	FUND. COMUNITARIA EDUCACIONAL E CULTURAL PATROCINIO	17.839.812/0001-28
7	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE CARATINGA (UNEC)	http://www.unec.edu.br/portal/	FUNDACAO EDUCACIONAL DE CARATINGA FUNEC	19.325.547/0001-95
8	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FORMIGA (UNIFORMG)	http://www.uniformg.edu.br/	FUNDACAO EDUCACIONAL DE FORMIGA-MG - FUOM	20.501.128/0001-46

9	CENTRO UNIVERS. DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL GUAXUPÉ	http://www.unifeg.edu.br/	FUNDACAO EDUCACIONAL GUAXUPE	20.773.214/0001-08
10	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE LAVRAS (UNILAVRAS)	http://www.unilavras.edu.br/site/	FUNDACAO EDUCACIONAL DE LAVRAS	22.075.444/0001-29
11	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE SETE LAGOAS (UNIFEMM)	http://www.unifemm.edu.br/	FUNDACAO EDUCACIONAL MONSENHOR MESSIAS	25.002.155/0001-98
12	CENTRO UNIVERSITÁRIO GERALDO DI BIASE (UGB)	http://www.ugb.edu.br/	FUNDACAO EDUCACIONAL ROSEMAR PIMENTEL	28.577.153/0001-15
13	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BARRA MANSÁ (UBM)	http://web.ubm.br/page/	SOBEU - ASSOCIACAO BARRAMANSENSE DE ENSINO	28.674.489/0001-04
14	CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO JOSÉ DE ITAPERUNA	http://www.fsj.edu.br/	FUNDACAO EDUCACIONAL E CULTURAL SAO JOSE	29.642.709/0001-72
15	ABEU - CENTRO UNIVERSITÁRIO (UNIABEU)	http://www.uniabeu.edu.br/	ASSOCIACAO BRASILEIRA DE ENSINO UNIVERSITARIO ABEU	30.831.606/0001-30
16	CENTRO UNIVERSITÁRIO CARIOCA (UNICARIOCA)	http://www.unicarioca.edu.br/	ASSOCIACAO CARIOCA DE ENSINO SUPERIOR	31.886.146/0001-00
17	CENTRO UNIVERSITÁRIO SERRA DOS ÓRGÃOS (UNIFESO)	http://www.escolasmedicas.com.br/index.php	FESO FUNDACAO EDUCACIONAL SERRA DOS ORGAOS	32.190.092/0001-06
18	CENTRO UNIVERSITÁRIO METODISTA BENNETT (BENNETT)	http://www.bennett.br/	INSTITUTO METODISTA BENNETT	33.547.316/0001-57
19	CENTRO UNIVERSITÁRIO AUGUSTO MOTTA (UNISUAM)	http://www.unisuam.edu.br/	SOCIEDADE UNIFICADA DE ENSINO AUGUSTO MOTTA	34.008.227/0001-03
20	CENTRO UNIVERSITÁRIO CELSO LISBOA (UCL)	http://www.celsolisboa.edu.br/	INSTITUTO SUPERIOR DE ENSINO CELSO LISBOA	34.354.282/0001-47
21	CENTRO UNIVERSITÁRIO ADVENTISTA DE SÃO PAULO (UNASP)	http://www.unasp.edu.br/	INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO	43.586.056/0001-82
22	CENTRO UNIVERSITÁRIO HERMINIO OMETTO (UNIARARAS)	http://www.uniararas.br/	FUNDACAO HERMINIO OMETTO	44.701.688/0001-02
23	CENTRO UNIVERS. DA FUND. EDUC. DE BARRETOS	http://www.feb.br/	CENTRO UNIVERS. DA FUNDAÇÃO EDUC. DE BARRETOS	44.776.805/0001-05
24	CENTRO UNIVERSITÁRIO CLARETIANO (CEUCLAR)	https://claretiano.edu.br/	AÇÃO EDUCACIONAL CLARETIANA	44.943.835/0001-50
25	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOTUPORANGA (UNIFEV)	https://www.unifev.edu.br/	FUNDACAO EDUCACIONAL DE VOTUPORANGA	45.164.654/0001-99
26	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE LINS (UNILINS)	http://www.unilins.edu.br/	FUNDACAO PAULISTA DE TECNOLOGIA E EDUCACAO	51.665.727/0001-29
27	CENTRO UNIVERSITÁRIO EURÍPEDES DE MARÍLIA (UNIVEM)	http://www.univem.edu.br/	FUNDACAO DE ENSINO EURIPIDES SOARES DA ROCHA	52.059.573/0001-94
28	CENTRO UNIVERSITÁRIO LUSÍADA (UNILUS)	http://www.lusiada.br/	FUNDACAO LUSIADA	58.207.572/0001-26
29	CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO CAMILO (SAO CAMILO)	http://www.saocamilo-sp.br/	UNIAO SOCIAL CAMILIANA	58.250.689/0001-92
30	CENTRO UNIVERS. FUNDAÇÃO DE ENSINO OCTÁVIO BASTOS	http://unifeob.edu.br/	FUNDACAO DE ENSINO OCTAVIO BASTOS	59.764.555/0001-52
31	CENTRO UNIVERSITÁRIO SALESIANO DE SÃO PAULO	http://unisal.br/	LICEU CORACAO DE JESUS	60.463.072/0001-05
32	CENTRO UNIVERSITÁRIO FECAP (FECAP)	http://www.fecap.br/	FUNDACAO ESCOLA DE COMERCIO ALVARES PENTEADO	60.736.683/0001-71

33	CENTRO UNIVERS. DO INSTITUTO MAUÁ DE TECNOLOGIA	http://www.maua.br/	INSTITUTO MAUA DE TECNOLOGIA IMT	60.749.736/0001-99
34	CENTRO UNIVERSITÁRIO LA SALLE DO RIO DE JANEIRO	http://unilasalle.edu.br/rj/	ASSOCIACAO BRASILEIRA DE EDUCADORES LASSALISTAS	60.916.731/0001-03
35	C. UNIVERS. DA FUND. EDUC. INACIANA PE SABÓIA DE MEDEIROS	http://portal.fei.edu.br/	FUNDACAO EDUC. INACIANA PADRE SABOIA DE MEDEIROS	61.023.156/0001-82
36	CENTRO UNIVERSITÁRIO SANT'ANNA (UNISANT'ANNA)	http://www.unisantanna.br/site/	INSTITUTO SANTANENSE DE ENSINO SUPERIOR	62.881.099/0001-35
37	CENTRO UNIVERSITÁRIO FIEO - UNIFIEO	www.unifio.br/	FUNDACAO INSTITUTO DE ENSINO PARA OSASCO	73.063.166/0001-20
38	CENTRO UNIVERSITÁRIO BARRIGA VERDE	http://www.unibave.net/	FUNDACAO EDUCACIONAL BARRIGA VERDE	82.975.236/0001-08
39	CENTRO UNIVERSITÁRIO SOCIESC	http://sociesc.org.br/pt/unisociesc/	SOCIEDADE EDUCACIONAL DE SANTA CATARINA	84.684.182/0001-57
40	CENTRO UNIVERSITÁRIO LA SALLE (UNILASALLE)	http://www.unilasalle.edu.br/	SOCIEDADE PORVIR CIENTIFICO	92.741.990/0001-37
41	CENTRO UNIVERSITÁRIO METODISTA (IPA)	http://www.metodistasul.edu.br/	INSTITUTO PORTO ALEGRE DA IGREJA METODISTA	93.005.494/0001-88
42	CENTRO UNIVERSITÁRIO FRANCISCANO (UNIFRA)	http://www.unifra.br/site	SOC CARIT E LIT SAO FRANCISCO DE ASSIS ZONA NORTE	95.606.380/0001-19

Nº	IESF - UNIVERSIDADES	Website IESF	Mantenedora	CNPJ Mantenedora
1	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS	http://www.ucg.br/	SOCIEDADE GOIANA DE CULTURA	01.587.609/0001-71
2	UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE SANTOS (UNIMES)	http://www.unimes.br/	CENTRO DE ESTUDOS UNIFICADOS BANDEIRANTE	02.837.041/0001-62
3	UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO	http://site.ucdb.br/	MISSAO SALESIANA DE MATO GROSSO	03.226.149/0001-81
4	UNIVERSIDADE DE FORTALEZA (UNIFOR)	http://www.unifor.br/	FUNDACAO EDSON QUEIROZ	07.373.434/0001-86
5	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO	http://www.unicap.br/home/	CENTRO DE EDUCACAO TECNICA E CULTURAL	10.847.705/0001-00
6	UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR (UCSAL)	http://www.ucsal.br/	ASSOCIACAO UNIVERSITARIA E CULTURAL DA BAHIA	13.970.322/0001-05
7	UNIVERSIDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS	http://www.unipaccontagem.com.br/	FUNDACAO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS	17.080.078/0001-66
8	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS	http://www.pucminas.br/destaques/destaques	SOCIEDADE MINEIRA DE CULTURA	17.178.195/0001-67
9	UNIVERSIDADE FUMEC (FUMEC)	http://www.fumec.br/	FUNDACAO MINEIRA DE EDUCACAO E CULTURA	17.253.253/0001-70
10	UNIVERSIDADE JOSÉ DO ROSÁRIO VELLANO (UNIFENAS)	http://www.unifenas.br/index.asp	FUNDACAO DE ENSINO E TECNOLOGIA DE ALFENAS	17.878.554/0001-99
11	UNIVERSIDADE DE SANTO AMARO (UNISA)	http://www.unisa.br/	OBRAS SOCIAIS E EDUCACIONAIS DE LUZ	18.301.267/0001-84
12	UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE (UNIVALE)	http://univale.br/Vestibular/	FUNDACAO PERCIVAL FARQUHAR	20.611.810/0001-91
13	UNIVERSIDADE DE ITAÚNA (UI)	http://www.uit.br/site/	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE ITAUNA	21.256.425/0001-36
14	UNIVERSIDADE DE UBERABA (UNIUBE)	http://www.uniube.br/universidade-de-uberaba	SOCIEDADE EDUCACIONAL UBERABENSE	25.452.301/0001-87

15	UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA (UNIVERSO)	http://www.universo.edu.br/portal/	ASSOCIACAO SALGADO DE OLIVEIRA DE EDUCACAO E CULTURA	28.638.393/0001-82
16	UNIVERSIDADE IGUAÇU (UNIG)	http://www.unig.br/	ASSOCIACAO DE ENSINO SUPERIOR DE NOVA IGUAÇU	30.834.196/0001-80
17	UNIVERSIDADE SEVERINO SOMBRA (USS)	http://www.uss.br/indexPage	FUNDACAO EDUCACIONAL SEVERINO SOMBRA	32.410.037/0001-84
18	UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO (USF)	http://www.usf.edu.br/	CASA DE NOSSA SENHORA DA PAZ ACAA SOCIAL FRANCISCANA	33.495.870/0001-38
19	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO	http://www.puc-rio.br/index.html	FACULDADES CATOLICAS	33.555.921/0001-70
20	UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO	http://www.castelobranco.br/	CENTRO EDUCACIONAL DE REALENGO	42.265.413/0001-48
21	UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO (UMESP)	http://portal.metodista.br/	INSTITUTO METODISTA DE ENSINO SUPERIOR	44.351.146/0001-57
22	UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA (UNOESTE)	http://www.unoeste.br/site/	ASSOCIACAO PRUDENTINA DE EDUCACAO E CULTURA APEC	44.860.740/0001-73
23	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS	http://www.puc-campinas.edu.br/	SOCIEDADE CAMPINEIRA DE EDUCACAO E INSTRUCAO	46.020.301/0001-88
24	UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA (UNIMEP)	http://www.unimep.br/	INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO DA IGREJA METODISTA	54.409.461/0001-41
25	UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO (UNAERP)	http://www.unaerp.br/	ASSOCIACAO DE ENSINO DE RIBEIRAO PRETO	55.983.670/0001-67
26	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS	http://www.unisantos.br/	SOCIEDADE VISCONDE DE S LEOPOLDO	58.191.008/0001-62
27	UNIVERSIDADE SANTA CECÍLIA (UNISANTA)	http://www.unisanta.br/	INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCACAO SANTA CECILIA	58.251.711/0001-19
28	UNIVERSIDADE DO VALE DO PARAÍBA	http://www.univap.br/universidade.html	FUNDACAO VALEPARAIBANA DE ENSINO	60.191.244/0001-20
29	UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE	http://portal.mackenzie.br/	INSTITUTO PRESBITERIANO MACKENZIE	60.967.551/0001-50
30	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	http://www.pucsp.br/	FUNDACAO SAO PAULO	60.990.751/0001-24
31	UNIVERSIDADE DO SAGRADO CORAÇÃO (USC)	http://www.usc.br/	INSTITUTO DAS APOSTOLAS DO SAGRADO CORACAO DE JESUS	61.015.087/0001-65
32	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ	http://www.pucpr.br/	ASSOCIACAO PARANAENSE DE CULTURA - APC	76.659.820/0001-51
33	UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE (UNESC)	http://www.unesc.net/portal/	FUNDACAO EDUCACIONAL DE CRICIUMA	83.661.074/0001-04
34	UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ (UNIVALI)	http://www.univali.br/Paginas/default.aspx	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAI	84.307.974/0001-02
35	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA (UNOESC)	http://www.unoesc.edu.br/	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	84.592.369/0001-20
36	UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA (UNISUL)	https://www.unisul.br/wps/portal/home	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA-UNISUL	86.445.293/0001-36
37	UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL (ULBRA)	http://www.ulbra.br/	COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA SÃO PAULO - CELSP	88.332.580/0001-65
38	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL	http://www.pucrs.br/portal/	UNIAO BRASILEIRA DE EDUCACAO E ASSISTENCIA	88.630.413/0001-09
39	UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL (UCS)	https://www.ucs.br/site	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL	88.648.761/0001-03

40	UNIVERS. REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	http://www.unijui.edu.br/	FUND. DE INTEGRACAO, DESENV. E EDUC. DO NOROESTE DO ESTADO DO RS	90.738.014/0001-08
41	UNIVERSIDADE FEEVALE	https://www.feevale.br/	ASSOCIACAO PRO ENSINO SUPERIOR EM NOVO HAMBURGO	91.693.531/0001-62
42	UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO (UPF)	http://www.upf.br/site/	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO	92.034.321/0001-25
43	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS (UCPEL)	http://www.ucpel.edu.br/portal/	SOCIEDADE PELOTENSE DE ASSISTENCIA E CULTURA (SPAC)	92.238.914/0001-03
44	UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA (UNICRUZ)	http://www.unicruz.edu.br/	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA	92.928.845/0001-60
45	UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS (UNISINOS)	http://www.unisinos.br/	ASSOCIACAO ANTONIO VIEIRA	92.959.006/0001-09
46	UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL (UNISC)	http://www.unisc.br/portal/pt	ASSOCIACAO PRO ENSINO EM SANTA CRUZ DO SUL	95.438.412/0001-14
47	UNIVERS. REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES	http://www.uri.br/	FUNDACAO REGIONAL INTEGRADA	96.216.841/0001-00

Apêndice W: Técnicas Econométricas Utilizadas nos estudos revisados

Nº	Pesquisa (Autor/ano)	Técnica econométrica
1	Trotman e Bradley, 1981	Coeficiente de Correlação
2	Cowen, Ferreri e Parker, 1987	Regressão Linear múltipla
3	Cooke, 1989	Regressão linear múltipla
4	Patten, 1991	Regressão Mínimos Quadrados Ordinários
5	Cooke, 1992	Regressão Linear
6	Roberts, 1992	Regressão Logística
7	Wallace e Naser, 1995	Regressão Mínimos Quadrados Ordinários
8	Hackston e Milne, 1996	Correlação de Pearson e Regressão Linear
9	Ho e Wong, 2001	Regressão Linear Múltipla
10	Richardson e Welker, 2001	Regressão Linear Múltipla
11	Camfferman e Cooke, 2002	Regressão Linear Múltipla
12	Deegan, Rankin e Tobin, 2002	Testes de Correlação
13	Haniffa e Cooke, 2002	Regressão Linear Múltipla
14	Patten, 2002	Regressão Linear Múltipla
15	Ahmad, Hassan e Mohammad, 2003	Regressão Logística
16	Bozzolan, Favotto e Ricceri, 2003	Regressão Linear Múltipla
17	Bushman, Piotroski e Smith, 2003	Análise de Correlação e Regressão
18	Cormier e Magnan, 2003	Regressão Linear Múltipla
19	Gandía Cabedo e Pérez 2003	Regressão Linear Múltipla
20	Prencipe, 2004	Regressão Linear Múltipla
21	Rodrigues, 2004	Regressão Linear Múltipla
22	Haron, et al., 2004	Regressão hierárquica
23	Xiao, Yang e Chow, 2004	Regressão Multivariada
24	Branco e Rodrigues, 2005	Regressão Linear
25	Cormier, Magnan e Velthoven, 2005	Regressão Mínimos Quadrados Ordinários
26	Gao, Heravi e Xiao, 2005	ANOVA
27	Haniffa e Cooke, 2005	Regressão Linear Múltipla
28	Macagnan, 2005	Regressão Linear Múltipla Hierárquica
29	Smith, Adhikari e Tondkar, 2005	Regressão Logística
30	Aerts Cormier Magnan, 2006	Regressão Mínimos Quadrados Ordinários
31	Brammer e Pavelin, 2006	Regressão Logística Múltipla
32	Cunha e Ribeiro, 2006	Regressão Logística
33	Gómez, Iñiguez e Poveda, 2006	Regressão Linear Múltipla
34	Magness, 2006	Análise de Regressão
35	Naser, et al., 2006	Regressão Linear
36	Boesso e Kumar, 2007	Regressão Linear
37	Ho e Taylor, 2007	Regressão Múltipla
38	Lopes e Rodrigues, 2007	Regressão Mínimos Quadrados Ordinários
39	Macagnan, 2007	Regressão Linear
40	Aerts, Cormier e Magnan, 2008	Regressão Mínimos Quadrados Generalizados
41	Álvarez, Sánchez e Domínguez, 2008	Regressão Linear
42	Brammer e Pavelin, 2008	Regressão Logística Múltipla
43	Branco e Rodrigues, 2008	Regressão Linear Múltipla
44	Clarkson, et al., 2008	Regressão Linear Múltipla
45	Hossain e Reaz, 2008	Regressão Mínimos Quadrados Ordinários
46	Murcia, et al., 2008	Regressão Múltipla
47	Rizk, Dixon e Woodhead, 2008	ANOVA
48	Wang, O e Claiborne, 2008	Regressão de Poisson
49	Cho, Freedman e Patten, 2009	Regressão Múltipla
50	Cho, et al., 2009	Análise da variância multivariada

51	Jiang e Habib, 2009	Análise de regressão
52	Liu e Anbumozhi, 2009	Regressão Mínimos Quadrados Ordinários
53	Macagnan, 2009	Regressão Mínimos Quadrados Ordinários
54	Murcia e Santos, 2009	Regressão Linear Múltipla
55	Reverte, 2009	Regressão Linear Múltipla
56	Tagesson, et al., 2009	Regressão Linear Múltipla
57	Bianchi, Drew e Walk, 2010	Regressão Logit
58	Cruz e Lima, 2010	Regressão Linear Múltipla
59	Hassan, 2010	Regressão Linear Múltipla
60	Monteiro e Aibar-Guzmán, 2010	Regressão Linear Múltipla
61	Conceição, et al., 2011	Análise Fatorial, ANOVA
62	Farook, Hassan e Lanis, 2011	Regressão Linear
63	Michelon, 2011	Regressão Linear Múltipla
64	Milanés-Montero e Pérez-Calderón, 2011	Regressão Linear
65	Aboagye-Otchere, Bedi e Kwakye, 2012	Regressão Linear Múltipla
66	Bouten, Everaert e Roberts, 2012	Regressão Linear, Tobit e Probit
67	Dhaliwal, et al., 2012	Regressão Linear Múltipla
68	Rover, et al., 2012	Regressão Linear Múltipla
69	Salama, Dixon e Habbash, 2012	Regressão Mínimos Quadrados Ordinários
70	Samaha, et al., 2012	Regressão Mínimos Quadrados Ordinários
71	Taylor et al., 2012	Regressão Linear Múltipla
72	Boesso, Kumar e Michelon, 2013	Regressão Linear Múltipla
73	Fuertes e García, 2013	Regressão Linear Múltipla
74	Iatridis, 2013	Regressão Linear Múltipla
75	Lan, Wang e Zhang, 2013	Regressão Linear Múltipla
76	Lourenço e Branco, 2013	Regressão Logística
77	Matos e Gois, 2013	Regressão Linear Múltipla
78	Schiehll, Terra e Victor, 2013	Regressão Linear Múltipla
79	Wegener, et al. 2013	Regressão Logística
80	Alkhatib, 2014	Regressão Linear Múltipla
81	Barakat, Pérez e Ariza, 2014	Regressão Linear Múltipla
82	Burgwal e Vieira, 2014	Teste de correlação de Pearson e Spearman
83	Gonçalves e Lopes, 2014	Regressão Mínimos Quadrados Ordinários
84	Hashim, Nawawi e Salin, 2014	Regressão Linear Múltipla
85	Kansal, Joshi e Batra, 2014	Regressão Univariada
86	Muttakin e Khan, 2014	Regressão Linear Múltipla
87	Skouloudis et al., 2014	Regressão Linear
88	Zainon, Atan e Wah, 2014	Regressão Hierárquica
89	Abdullah, Percy e Stewart, 2015	Regressão Linear
90	Ji, Lu e Qu, 2015	Regressão Logística
91	Madrigal, Guzmán e Guzmán, 2015	Regressão Linear Múltipla
92	Malak, 2015	Regressão Logística
93	Marquezan, et al., 2015	Regressão Mínimos Quadrados Ordinários
94	Braam, et al., 2016	Regressão Linear Múltipla
95	Halkos e Skouloudis, 2016	Regressão Logística

Apêndice X: Linha de tendência para as matrículas de 2016 nas IESFs

	Ano	Número de matrículas				Nº IESF	
		Outras IES Privadas	IESF	Total IES Privadas	%IESF		
Realizado	1999	651362	886561	1537923	136,11	1.656	
	2000	880555	926664	1807219	105,24		
	2001	1040474	1051055	2091529	101,02		
	2002	1261901	1166357	2428258	92,43		
	2003	1475094	1275558	2750652	86,47		
	2004	1596894	1388511	2985405	86,95		
	2005	1753184	1507783	3260967	86,00		
	2006	1924166	1543176	3467342	80,20		1.497
	2007	2257321	1382092	3639413	61,23		
	2008	2740826	1514238	4255064	55,25		1.528
	2009	3427601	1002556	4430157	29,25		
Projetado	2010	3321096	1350905	4672001	40,68	1.395	
	2011	3602534	1351654	4954189	37,52		
	2012	3883972	1352403	5236376	34,82		
	2013	4165411	1353153	5518564	32,49		
	2014	4446849	1353902	5800751	30,45	1.216	
	2015	4728287	1354651	6082939	28,65	1.191	
	2016	5009726	1355400	6365126	27,06		

Apêndice Y: Resultados dos modelos iniciais e intermediários de regressão linear múltipla.

Obs: Para todos os modelos econométricos *, **, *** significante a 10%, 5% e 1%, respectivamente.

Modelo 1: Determinantes da extensão da evidenciação do índice Responsabilidade Social em geral

Dependent Variable: EEIRS						
Sample 1 172 Obs: 76			Sample: 1 175 Obs: 127		Sample: 1 175 Obs: 133	
Variable	Modelo 1.0		Modelo 1.1		Modelo 1.2	
	Coefficient	Prob.	Coefficient	Prob.	Coefficient	Prob.
UNIV	-0.054	0.295	0.057	0.156	0.059	0.0866*
CUNIV	-0.059	0.169				
CURSOSSAUDE	-0.006	0.844				
CURSOSDIST	0.051	0.156	0.043	0.275	0.053	0.145
CURSOSGRAD	0.041	0.119	0.027	0.148	0.029	0.0722*
CURSOSSTRICTO	0.060	0.0467**	0.026	0.414		
MIDIABOA	-0.007	0.802	-0.013	0.670		
MIDIARUIM	-0.039	0.239	-0.007	0.828		
CENOESTE	0.052	0.602	0.086	0.151	0.076	0.180
NORDESTE	-0.046	0.653				
SUDESTE	0.023	0.810	0.092	0.014**	0.096	0.0061***
SUL	0.048	0.629	0.119	0.0092***	0.128	0.002***
COMUNI	0.073	0.0156**	0.097	0.0063***	0.094	0.0032***
CONFESS	0.002	0.966	-0.038	0.380		
IGC	0.023	0.265	0.014	0.566		
TAMCONSELHO	0.028	0.154				
OUTROCONS	0.024	0.387				
TAMAT	0.003	0.745	0.019	0.0403**	0.017	0.042**
SUPERAT	0.403	0.190	0.430	0.119	0.488	0.0561*
ALAVANCAGEM	0.024	0.431	0.029	0.361	0.026	0.380
C	-0.134	0.483	-0.387	0.0308**	-0.314	0.0234**
R-squared	0.717		0.552		0.556	
Adjusted R-squared	0.615		0.491		0.520	
Akaike info criterion	-1.944		-1.219		-1.316	
Schwarz criterion	-1.300		-0.860		-1.077	
F-statistic	6.983		9.118		15.294	
Prob(F-statistic)	0.000		0.000		0.000	
Durbin-Watson stat	1.384		1.796		1.773	

Modelo 2: Determinantes da extensão da evidenciação do índice ambiental

Dependent Variable: EEIAMB						
	Sample: 1 172 Obs: 76		Sample: 1 172 Obs: 76		Sample: 1 175 Obs: 133	
	Modelo 2		Modelo 2.1		Modelo 2.3	
Variable	Coefficient	Prob.	Coefficient	Prob.	Coefficient	Prob.
UNIV	0.0005	0.9966				
CUNIV	-0.0982	0.2976	-0.1006	0.06*	-0.0718	0.0557*
CURSOSSAUDE	-0.1514	0.0305**	-0.1465	0.0267**	-0.0897	0.0357**
CURSOSDIST	-0.0212	0.7858	0.1252	0.0071***	0.1207	0***
CURSOSGRAD	0.1358	0.0222**	0.0940	0.1186	0.0789	0.0468**
CURSOSSTRICTO	0.0923	0.1585				
MIDIABOA	-0.0265	0.6444	-0.0252	0.6471		
MIDIARUIM	0.0210	0.7724				
CENOESTE	-0.0532	0.8099				
NORDESTE	-0.2473	0.2782	-0.1693	0.0455**	-0.0896	0.0927*
SUDESTE	-0.0808	0.7015				
SUL	0.0695	0.749	0.1404	0.0183**	0.1307	0.0002***

COMUNI	0.0583	0.3675	0.0604	0.2923		
CONFESS	0.0378	0.6496	0.0495	0.5000	0.0861	0.0909*
IGC	0.0435	0.3469	0.0340	0.4021		
TAMCONSELHO	-0.0607	0.165	-0.0608	0.1402		
OUTROSCONS	0.1007	0.0993*	0.1014	0.0548*	0.0335	0.3242
TAMAT	0.0319	0.1225	0.0327	0.0902*	0.0087	0.4386
SUPERAT	0.5541	0.4117	0.6183	0.3032	0.5336	0.1376
ALAVANCAGEM	0.0325	0.6237	0.0347	0.5653		
C	-0.7170	0.0926*	-0.7568	0.0319**	-0.3628	0.0567*
R-squared	0.6504		0.6484		0.5279	
Adjusted R-squared	0.5233		0.5605		0.4892	
Akaike info criterion	-0.3612		-0.4869		-0.6518	
Schwarz criterion	0.2828		0.0037		-0.4128	
Durbin-Watson stat	1.8367		1.7510		1.9035	
F-statistic	5.1170		7.3760		13.6438	
Prob(F-statistic)	0.0000		0.0000		0.0000	

Modelo 3: Determinantes da extensão da evidenciação do índice social

Dependent Variable: EEISOC								
	Sample: 1 172 Obs: 76		Sample: 1 173 Obs: 95		Sample: 1 175 Obs: 158		Sample: 1 175 Obs: 158	
	Modelo 3.0		Modelo 3.1		Modelo 3.2		Modelo 3.4	
Variable	Coeff.	Prob.	Coeff.	Prob.	Coeff.	Prob.	Coeff.	Prob.
UNIV	-0.178	0.172	-0.195	0.0709*	-0.078	0.335		
CUNIV	-0.137	0.207	-0.143	0.0812*	-0.085	0.170		
CURSOSAÚDE	0.102	0.199	0.108	0.0766*	0.079	0.0943*		
CURSODIST	-0.076	0.396	-0.053	0.476	-0.052	0.381		
CURSOSGRAD	0.130	0.0537*	0.101	0.0282**	0.129	0.0002***	0.108	0***
CURSOSSTRICTO	0.079	0.288	0.046	0.438				
MIDIABOA	0.017	0.797						
MIDIARUIM	0.000	0.996						
CENOESTE	0.065	0.797	0.078	0.425				
NORDESTE	-0.053	0.837						
SUDESTE	-0.023	0.925						
SUL	0.032	0.899	0.064	0.311	0.068	0.148		
COMUNI	0.040	0.594	0.036	0.574	-0.038	0.480		
CONFESS	0.034	0.726	0.038	0.634				
IGC	0.084	0.116	0.086	0.0328**	0.058	0.0694*		
TAMCONSELHO	0.071	0.159	0.080	0.0412**	0.049	0.234		
OUTROSCONS	0.027	0.701	0.079	0.150	0.053	0.260		
TAMAT	-0.033	0.158	-0.016	0.379	-0.009	0.941		
SUPERAT	-0.108	0.889						
ALAVANCAGEM	0.031	0.685	0.021	0.719				
C	0.326	0.501	0.009	0.977			0.231	0***
IGC*OUTROSCONS							0.020	0.0884*
ALAVANCAGEM*SUL							0.107	0.0699*
R-squared	0.469		0.432		0.321		0.281	
Adjusted R-squared	0.277		0.324		0.274		0.267	
Akaike info criterion	-0.087		-0.257		-0.200		-0.232	
Schwarz criterion	0.557		0.173		0.014		-0.155	
Durbin-Watson stat	1.849		1.933		1.920		1.942	
F-statistic	2.434		4.003		6.934		20.111	
Prob(F-statistic)	0.005		0.000		0.000		0.000	

Modelo 4: Determinantes da extensão da evidenciação do índice econômico, financeiro e governança

Dependent Variable: EEIEFGOV				
	Sample : 1 172 Obs: 76	Sample: 1 175 Obs: 127	Sample: 1 175 Obs: 127	Sample: 1 175 Obs: 164
	Modelo 4.0	Modelo 4.1	Modelo 4.2	Modelo 4.3

Variable	Coeff.	Prob.	Coeff.	Prob.	Coeff.	Prob.	Coeff.	Prob.
UNIV	-0.0758	0.2348	-0.0642	0.1576	-0.0373	0.2042		
CUNIV	-0.0615	0.2466	-0.0283	0.4017				
CURSOSSAUDE	-0.0530	0.1727	-0.0157	0.5172				
CURSOSDIST	0.1225	0.0071	0.0857	0.0048***	0.0948	0.0011***	0.0679	0.0003***
CURSOSGRAD	0.0110	0.7367	0.0244	0.1980	0.0104	0.4335		
CURSOSSTRICTO	0.0422	0.2500	0.0199	0.4094				
MIDIABOA	-0.0176	0.5864	-0.0236	0.2981	-0.0221	0.3102		
MIDIARUIM	-0.0751	0.0695	-0.0264	0.2720	-0.0259	0.2669		
CENOESTE	0.0834	0.5031						
NORDESTE	0.0470	0.7127	-0.0241	0.4305				
SUDESTE	0.0689	0.5612						
SUL	0.0893	0.4659	0.0268	0.2737	0.0308	0.1832	0.0359	0.0368**
COMUNI	0.0712	0.0536	0.0590	0.0287**	0.0571	0.023**	0.0592	0.0007***
CONFESS	-0.0360	0.4427	-0.0175	0.5807				
IGC	0.0233	0.3696	0.0291	0.1008	0.0343	0.0385**	0.0244	0.0544*
TAMCONSELHO	0.0044	0.8555						
OUTROSCONS	0.0360	0.2914	0.0278	0.1967	0.0250	0.2099		
TAMAT	0.0071	0.5354						
SUPERAT	0.2291	0.5456	0.1681	0.4132	0.2044	0.3020		
ALAVANCAGEM	0.0220	0.5560						
C	-0.2372	0.3185	-0.0928	0.1549	-0.0944	0.1195	-0.0304	0.4440
R-squared	0.4969		0.3744		0.3632		0.3050	
Adjusted R-squared	0.3140		0.2899		0.3083		0.2875	
Akaike info criterion	-1.5124		-1.8089		-1.8698		-2.0487	
Schwarz criterion	-0.8684		-1.4505		-1.6234		-1.9542	
Durbin-Watson stat	1.7942		1.6192		1.6005		1.6327	
F-statistic	2.7162		4.4290		6.6155		17.4425	
Prob(F-statistic)	0.0018		0.0000		0.0000		0.0000	

Modelo 5: Determinantes da extensão da evidência do índice produtos, serviços e estratégico

Dependent Variable: EEIPSEST						
Variable	Sample: 1 172 Obs: 76		Sample: 1 172 Obs: 76		Sample: 1 172 Obs: 76	
	Modelo 5.0		Modelo 5.1		Modelo 5.2	
	Coefficient	Prob.	Coefficient	Prob.	Coefficient	Prob.
UNIV	-0.1021	0.0361**	-0.1072	0.0121**	-0.0952	0.0156**
CUNIV	-0.0705	0.0802*	-0.0746	0.0325**	-0.0679	0.0317**
CURSOSSAUDE	0.0463	0.1146	0.0403	0.1409	0.0406	0.1254
CURSOSDIST	0.0141	0.6697				
CURSOSGRAD	0.0524	0.0365**	0.0538	0.0179**	0.0492	0.0163**
CURSOSSTRICTO	0.0348	0.2087	0.0325	0.2087	0.0308	0.2238
MIDIABOA	0.0344	0.1608	0.0325	0.1645	0.0335	0.1411
MIDIARUIM	-0.0208	0.4981				
CENOESTE	-0.0608	0.5169	-0.0553	0.5219		
NORDESTE	-0.1381	0.1547	-0.1353	0.1272	-0.0569	0.1011
SUDESTE	-0.0790	0.3775	-0.0765	0.3583		
SUL	-0.0885	0.3379	-0.0793	0.3564		
COMUNI	0.0230	0.4021	0.0250	0.3256		
CONFESS	-0.0214	0.5448	-0.0331	0.2758		
IGC	0.0291	0.1397	0.0329	0.0710*	0.0273	0.0999*
TAMCONSELHO	0.0314	0.0912*	0.0296	0.0698*	0.0319	0.0405**
OUTROSCONS	-0.0097	0.7043				
TAMAT	-0.0044	0.6133				
SUPERAT	0.3840	0.1816	0.3349	0.1735	0.3558	0.1256
ALAVANCAGEM	0.0048	0.8639				
C	0.2220	0.2164	0.1333	0.1416	0.0819	0.2199
R-squared	0.5685		0.5610		0.5392	
Adjusted R-squared	0.4116		0.4513		0.4683	
Akaike info criterion	-2.0786		-2.1930		-2.2762	
Schwarz criterion	-1.4346		-1.7023		-1.9388	

Durbin-Watson stat	1.9361	1.9145	1.7931
F-statistic	3.6229	5.1118	7.6067
Prob(F-statistic)	0.0001	0.0000	0.0000

Modelo 6: Determinantes da extensão da evidência do índice ética e legal

Dependent Variable: EEIETILEG						
	Sample: 1 172 Obs: 76		Sample: 1 175 Obs: 127		Sample: 1 175 Obs: 158	
	Modelo 6.0		Modelo 6.1		Modelo 6.2	
Variable	Coefficient	Prob.	Coefficient	Prob.	Coefficient	Prob.
UNIV	-0.1272	0.0330**	-0.1033	0.0001***	-0.0910	0.0001***
CUNIV	0.0151	0.7569				
CURSOSSAUDE	0.0197	0.5791	0.0055	0.7949		
CURSODIST	0.0539	0.1866				
CURSOSGRAD	0.0178	0.5540	0.0310	0.0145**	0.0259	0.0051***
CURSOSSTRICTO	0.0266	0.4297	0.0357	0.0870*	0.0352	0.0483**
MIDIABOA	0.0076	0.7984	0.0181	0.3646	0.0109	0.5446
MIDIARUIM	0.0105	0.7809	0.0253	0.2256	0.0090	0.6127
CENOESTE	-0.0109	0.9240				
NORDESTE	0.0097	0.9342				
SUDESTE	-0.0216	0.8429			-0.0175	0.2074
SUL	-0.0064	0.9544	0.0142	0.4839		
COMUNI	-0.0135	0.6872	-0.0087	0.6998	-0.0096	0.6139
CONFESS	0.0185	0.6681	-0.0270	0.3195	-0.0189	0.4293
IGC	0.0135	0.5735	0.0133	0.3709	0.0087	0.4868
TAMCONSELHO	-0.0033	0.8844				
OUTROSCONS	0.0156	0.6190	0.0044	0.8022		
TAMAT	-0.0012	0.9065	-0.0017	0.7655		
SUPERAT	0.0351	0.9199	-0.0660	0.7120		
ALAVANCAGEM	0.0306	0.3741	0.0207	0.3100	0.0314	0.0728*
C	0.1643	0.4524	0.1281	0.2589	0.1377	0.0016***
R-squared	0.2558		0.1838		0.1382	
Adjusted R-squared	-0.0148		0.0818		0.0795	
Akaike info criterion	-1.6754		-2.1017		-2.1400	
Schwarz criterion	-1.0314		-1.7658		-1.9268	
Durbin-Watson stat	2.9363		2.2922		2.1486	
F-statistic	0.9453		1.8013		2.3566	
Prob(F-statistic)	0.5370		0.0467		0.0130	

Modelo 7: Determinantes da extensão da evidência do índice públicos de interesse

Dependent Variable: EEIPI						
	Sample: 1 172 Obs: 76		Sample: 1 172 Obs: 77		Sample: 1 175 Obs: 133	
	Modelo 7.0		Modelo 7.1		Modelo 7.2	
Variable	Coefficient	Prob.	Coefficient	Prob.	Coefficient	Prob.
UNIV	0.0484	0.5061	0.0707	0.1127	0.0593	0.0866*
CUNIV	-0.0176	0.7714				
CURSOSSAUDE	-0.0078	0.8604				
CURSODIST	0.0998	0.0516*	0.0961	0.0354**	0.0528	0.1454
CURSOSGRAD	-0.0090	0.8106	-0.0201	0.4281	0.0294	0.0722*
CURSOSSTRICTO	0.0774	0.0684*	0.0725	0.0552*		
MIDIABOA	-0.0327	0.3789	-0.0304	0.3866		
MIDIARUIM	-0.0715	0.1300	-0.0717	0.0984*		
CENOESTE	0.1517	0.2895	0.1391	0.0471**	0.0759	0.1795
NORDESTE	0.0053	0.9710				
SUDESTE	0.1237	0.3641	0.1128	0.0218**	0.0959	0.0061***
SUL	0.1210	0.3893	0.1181	0.0408**	0.1279	0.002***
COMUNI	0.1464	0.0008***	0.1404	0.0004***	0.0942	0.0032***
CONFESS	0.0170	0.7519	0.0224	0.6313		

IGC	-0.0118	0.6919				
TAMCONSELHO	0.0642	0.0248**	0.0702	0.0075***		
OUTROSCONS	0.0113	0.7725				
TAMAT	0.0117	0.3784	0.0089	0.4365	0.0165	0.042**
SUPERAT	0.8018	0.0688**	0.7621	0.0633*	0.4881	0.0561*
ALAVANCAGEM	0.0305	0.4764	0.0251	0.5148	0.0264	0.3798
C	-0.3628	0.1848	-0.3288	0.0711*	-0.3144	0.0234**
R-squared	0.7342		0.7297		0.5563	
Adjusted R-squared	0.6375		0.6633		0.5199	
Akaike info criterion	-1.2386		-1.3702		-1.3161	
Schwarz criterion	-0.5946		-0.8832		-1.0770	
Durbin-Watson stat	1.5914		1.6559		1.7729	
F-statistic	7.5959		10.9799		15.2940	
Prob(F-statistic)	0.0000		0.0000		0.0000	